

RELATÓRIO FINANCEIRO DO DIRETOR e RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021

OPAS



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
Américas

**RELATÓRIO
FINANCEIRO
DO
DIRETOR
E
RELATÓRIO
DO AUDITOR
EXTERNO**

1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Washington, D.C., 2021

Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo. 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.
(Documento oficial: 365)

© Organização Pan-Americana da Saúde, 2022

ISBN: 978-92-75-72577-1 (pdf)

Alguns direitos reservados. Esta obra está disponível nos termos da licença Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 3.0 OIG de Creative Commons (CC BY-NC-SA 3.0 IGO); <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/deed.pt>.



De acordo com os termos desta licença, esta obra pode ser copiada, redistribuída e adaptada para fins não comerciais, desde que a nova obra seja publicada com a mesma licença Creative Commons, ou equivalente, e com a referência bibliográfica adequada, como indicado abaixo. Em nenhuma circunstância deve-se dar a entender que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) endossa uma determinada organização, produto ou serviço. O uso do logotipo da OPAS não é autorizado.

Adaptação: No caso de adaptação desta obra, o seguinte termo de isenção de responsabilidade deve ser adicionado à referência bibliográfica sugerida: “Esta é uma adaptação de uma obra original da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). As perspectivas e opiniões expressadas na adaptação são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es) da adaptação e não têm o endosso da OPAS”.

Tradução: No caso de tradução desta obra, o seguinte termo de isenção de responsabilidade deve ser adicionado à referência bibliográfica sugerida: “Esta tradução não foi elaborada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). A OPAS não é responsável pelo conteúdo ou rigor desta tradução”.

Referência bibliográfica sugerida. Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo. 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021. (Documento oficial: 365). Washington, D.C.; Organização Pan-Americana da Saúde; 2022. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. <https://doi.org/10.37774/9789275725771>.

Dados da catalogação na fonte (CIP). Os dados da CIP estão disponíveis em <http://iris.paho.org>.

Vendas, direitos e licenças. Para adquirir publicações da OPAS, escrever a sales@paho.org. Para solicitar uso comercial e indagar sobre direitos e licenças, acesse <http://www.paho.org/permissions>.

Materiais de terceiros. Para a utilização de materiais nesta obra atribuídos a terceiros, como tabelas, figuras ou imagens, cabe ao usuário a responsabilidade de determinar a necessidade de autorização e de obtê-la devidamente do titular dos direitos autorais. O risco de indenização decorrente do uso irregular de qualquer material ou componente da autoria de terceiros recai exclusivamente sobre o usuário.

Termo geral de isenção de responsabilidade. As denominações utilizadas e a maneira de apresentar o material nesta publicação não manifestam nenhuma opinião por parte da OPAS com respeito ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, nem tampouco à demarcação de suas fronteiras ou limites. As linhas pontilhadas e tracejadas nos mapas representam as fronteiras aproximadas para as quais pode ainda não haver acordo definitivo.

A menção a determinadas empresas ou a produtos de certos fabricantes não implica que sejam endossados ou recomendados pela OPAS em detrimento de outros de natureza semelhante não mencionados. Salvo erros ou omissões, os nomes de produtos patenteados são redigidos com a inicial maiúscula.

A OPAS adotou todas as precauções razoáveis para verificar as informações constantes desta publicação. No entanto, o material publicado está sendo distribuído sem nenhum tipo de garantia, seja expressa ou implícita. A responsabilidade pela interpretação e uso do material recai sobre o leitor. Em nenhum caso a OPAS será responsável por prejuízos decorrentes de sua utilização.

SUMÁRIO

COMENTÁRIOS DA DIRETORA	1
--------------------------------	----------

RELATÓRIO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

Certificação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021	18
Declaração sobre controle interno	19
Parecer do Auditor Externo	28

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da situação financeira	31
Demonstração do desempenho financeiro	32
Demonstração das mutações do ativo líquido	33
Demonstração dos fluxos de caixa	34
Comparação dos montantes orçados e efetivos	35
Notas às demonstrações financeiras	36

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO	81
-------------------------------------	-----------

ANEXO NÃO AUDITADO

Informações segmentadas sobre a demonstração do desempenho financeiro	1
Contribuições fixas	6
Mecanismos de compras	7
Contribuições voluntárias	12
Escritório Regional para as Américas (AMRO), Organização Mundial da Saúde	40
Outros centros	41

O Anexo não Auditado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pode ser consultado no portal dos Órgãos Diretores, em: [Anexo](#)

COMENTÁRIOS DA DIRETORA



Em conformidade com o parágrafo 14.9 do Regulamento Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), tenho a satisfação de apresentar o Relatório Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde referente ao período de apresentação de informações financeiras de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras e as notas às demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS), o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da OPAS.

Embora a OPAS tenha adotado um exercício de apresentação de informações financeiras anual conforme o estipulado no parágrafo 2.2 do Regulamento Financeiro, o período orçamentário continuar a ser um biênio (parágrafo 2.1 do Regulamento Financeiro). Portanto, para fins de comparação entre os montantes efetivos e os montantes orçados nos comentários da Diretora, os montantes do orçamento anual representam a metade do Orçamento por Programas bienal de 2020-2021 como uma aproximação dos montantes orçamentários anuais.

1. Principais conquistas e desafios técnicos de 2021

Durante 2020-21, a OPAS conseguiu manter um nível de desempenho muito alto, apesar da combinação de desafios decorrente de uma crise financeira durante a maior parte de 2020, que gerou incerteza financeira e um atraso nas taxas de execução, e dos efeitos da pandemia de COVID-19. A Organização executou um total de US\$ 673 milhões do Orçamento por Programas durante o biênio, US\$ 127 milhões (ou 23,2%) a mais do que em 2018-2019. Nos programas de base, manteve praticamente o nível de execução do biênio anterior: US\$ 443 milhões ou 93% dos recursos disponíveis até 31 de dezembro de 2021. Embora o financiamento global do Orçamento por Programas da OPAS tenha sido positivo em 2020-21, os níveis desiguais de financiamento no nível dos resultados em relação aos níveis aprovados no orçamento continuam a ser fonte de preocupação.¹

A OPAS manteve uma **postura prudente na gestão financeira** à luz da grave retração econômica da Região nos últimos dois anos, da deterioração da taxa de arrecadação das contribuições fixas pela Organização, e dos difíceis cenários em termos de recursos na OMS. As medidas de contenção de custos afetaram a prestação de cooperação técnica aos países durante a maior parte de 2020 e o início de 2021. Essas medidas foram formuladas para melhorar a situação do fluxo de caixa da Organização e, ao mesmo tempo, manter a capacidade operacional central. Destacam-se cortes nos recursos para atividades e pessoal de curto prazo e um Plano de Recursos Humanos reduzido para 2020-21 devido a um congelamento de todos os cargos vagos. Embora a maioria das medidas tenha sido relaxada no início de 2021, isso gerou incerteza financeira e um atraso na execução no caso das entidades técnicas e facilitadoras, o que explica parcialmente o superávit no orçamento para o exercício 2020-21.

Apesar da incerteza financeira e das rupturas ocasionadas pela pandemia de COVID-19, graças às medidas adaptativas tomadas pela Direção, à colaboração entre todas as entidades da OPAS, ao aumento dos recursos em 2021 e ao trabalho para sensibilizar

¹ Um exame mais detalhado das realizações da OPAS e do desempenho no âmbito do Orçamento por Programas da OPAS 2020-2021 será incluído no Relatório Anual do Diretor e no Relatório de Avaliação de Fim de Biênio 2020-2021 apresentado aos Órgãos Diretores da OPAS em 2022.

os Estados Membros, a Organização conseguiu mitigar os graves efeitos da crise financeira, continuar a cumprir seus mandatos com conquistas impressionantes e aumentar a resiliência para o futuro.

A OPAS continuou a ser uma **voz que representa a autoridade em termos de saúde na Região, oferecendo orientação política, estratégica e técnica**, e liderou a resposta à pandemia de COVID-19 entre os mais altos níveis dos governos nacionais, agentes não estatais, OMS, e a ONU e os Sistemas Interamericanos. Além de atender às demandas por uma resposta eficaz à pandemia, a Organização continuou a cumprir os compromissos contínuos de cooperação técnica para proteger os ganhos em termos de saúde pública conquistados a duras penas nas Américas.

A posição singular da OPAS como organismo líder dentro do Sistema Interamericano na resposta à COVID-19 ajudou a intensificar os esforços para fazer face ao impacto da pandemia e zelar pelo acesso equitativo às vacinas contra a COVID-19, assegurando um sistema de resposta ágil para os Estados Membros e, ao mesmo tempo, defendendo investimentos essenciais na saúde pública na Região. Isso foi possível graças aos esforços para reunir inteligência estratégica, aumentar a influência da OPAS e aproveitar novas oportunidades de parceria, sobretudo graças à liderança exercida pelas representações.

Atuando nas difíceis circunstâncias criadas pela pandemia, a OPAS provou ser uma organização **resistente** que, agora, mais do que nunca, está na **vanguarda da saúde pública** na Região. Ela apresentou aos Estados Membros opções de política em áreas fundamentais para abrir caminho para a recuperação da Região, proteger os ganhos e reconstruir-se mais forte mesmo em economias frágeis; promover a autossuficiência da Região em vacinas e outras tecnologias em saúde; propor iniciativas para acelerar a compra de vacinas contra a COVID-19 acessíveis e de qualidade por meio de seu Fundo Rotativo; emitir um apelo para aumentar a atenção às áreas científicas e tecnológicas da Região e abordar os consideráveis danos colaterais da pandemia aos programas de saúde prioritários, às pessoas que vivem condições de pobreza e vulnerabilidade, e à saúde mental.

Apesar da complexidade do contexto, a OPAS **se posicionou no nível político mais alto**, mantendo-se relevante para os Estados Membros e preparada para cumprir seu propósito. Valendo-se de sua posição de liderança estratégica e técnica, a OPAS conseguiu influenciar os líderes a não apenas responder à emergência, mas também a fazer avançar ainda mais o trabalho da Organização. Nos últimos dois anos, à medida que a OPAS respondeu à COVID-19, a outras emergências e a compromissos contínuos contidos em seu Plano Estratégico 2020-25, sua pegada e alcance cresceram significativamente. Por meio de cooperação técnica, a OPAS continua a ser um **catalisador, um mediador honesto e um agente de união** para melhorar a saúde e o bem-estar dos povos das Américas em colaboração com os Estados Membros e com os parceiros. Apresentam-se, a seguir, alguns dos destaques:

- **A OPAS manteve uma resposta em toda a organização para ajudar todos os países e territórios da Região a enfrentar e mitigar o impacto da pandemia de COVID-19.** Por intermédio da Equipe de Apoio à Gestão de Incidentes (IMST) no nível regional e de equipes de gestão de incidentes nos países, a OPAS trabalhou para oferecer resposta emergencial direta aos países, de forma alinhada com o Plano Estratégico de Preparação e Resposta à COVID-19 da Organização Mundial da Saúde. Um grande esforço da Organização durante a primeira metade de 2021 concentrou-se no apoio aos países no lançamento da vacinação contra a COVID-19. Esse esforço baseou-se no apoio prestado durante o último semestre de 2020 para preparar os países para a adoção das vacinas contra a COVID-19, à medida que instituições em todo o mundo corriam contra o tempo para alavancar tecnologias novas e já existentes para produzir vacinas seguras e eficazes.
- A OPAS apoiou a criação de uma rede regional de sequenciamento da COVID-19 envolvendo 26 laboratórios em todas as sub-regiões, incluídos seis laboratórios regionais de referência (Brasil, Chile, Estados Unidos da América, México, Panamá e Trinidad e Tobago) e doze laboratórios de sequenciamento nos países (Argentina, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai, com um em cada um deles, e dois no Brasil). Além de manter a colaboração para apoiar o diagnóstico e testagem regulares da COVID-19, foi de especial utilidade implementar protocolos de triagem para detectar de forma precoce variantes preocupantes: o material para a triagem da variante Ômicron foi entregue a pelo menos 20 países. Até o momento, 42 países e territórios submeteram sequências à plataforma GISAID, a iniciativa internacional para o intercâmbio de dados sobre os vírus da influenza e do coronavírus causador da COVID-19. Mais de 261 mil sequências do SARS-CoV-2 foram submetidas à plataforma GISAID por Estados Membros da América Latina e do Caribe.

- Como parte da plataforma de cooperação técnica da OPAS, o Fundo Rotativo **facilitou o acesso a vacinas, seringas e equipamentos da cadeia de frio, com compras no valor de US\$ 1,03 bilhão para 41 países e territórios nas Américas.** A pandemia continuou a ter impacto na logística internacional de vacinas e respectivos suprimentos, obrigando a OPAS a intensificar os esforços para trabalhar em estreita colaboração com fabricantes e a encontrar outras opções de entrega. Apesar desses desafios, o Fundo Rotativo conseguiu garantir a entrega em tempo hábil das vacinas necessárias para os programas de imunização da região.
- Esforços extras continuaram a ser envidados por meio da resposta coletiva da OPAS para apoiar a preparação dos países para a introdução antecipada das novas **vacinas contra a COVID-19**, sem deixar de lado as necessidades especiais para mitigar os riscos de possíveis surtos de sarampo e febre amarela e para garantir a disponibilidade de vacinas estratégicas como a da gripe. Aproveitando mais de quatro décadas de experiência na compra de vacinas, o Fundo Rotativo, como parte do mecanismo COVAX, forneceu 64,8 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19 a 31 países, das quais 22,2 milhões foram doadas pelos Estados Unidos da América, Espanha, Canadá, França, Alemanha, Japão, Suécia, Noruega e Dinamarca. Para complementar os esforços do mecanismo COVAX, em agosto de 2021, a OPAS lançou uma iniciativa para ampliar ainda mais o acesso a vacinas contra a COVID-19, com acordos de longo prazo com três fabricantes.
- Além da resposta à pandemia de COVID-19, 17 países e territórios (Antígua e Barbuda, Bahamas, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Nicarágua, Peru, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, e Venezuela) receberam apoio da OPAS em 2021 para executar operações que salvaram vidas durante emergências sanitárias concorrentes sem classificação. Em todos os 123 eventos relatados por 46 países e territórios durante esse período, a avaliação de risco foi concluída em até 72 horas após a detecção. Além disso, nove países monitoraram ativamente os movimentos migratórios nos pontos de entrada e asseguraram a prontidão para uma possível emergência sanitária causada por súbitas migrações em massa (Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá e Peru). No âmbito desses esforços, os países ampliaram a vigilância epidemiológica da COVID-19, a atenção emergencial à saúde mental, as capacidades de apoio psicossocial e a disponibilidade de serviços de saúde para situações de pico.
- A OPAS manteve os Estados Membros atualizados continuamente sobre a situação epidemiológica e operacional por meio de 340 relatórios de situação, 245 resumos diários e 36 alertas epidemiológicos. As atualizações foram divulgadas até 21 de dezembro de 2021. Foram publicados relatórios semanais com indicadores da vigilância do SARS-CoV-2, bem como dos vírus da gripe e de outras infecções respiratórias. As atualizações diárias foram disseminadas usando o site da OPAS desde o início da pandemia.
- A Rede Interamericana de Assistência Humanitária em Saúde (RIAHS) foi ampliada com a recente criação de centros de reserva de saúde no Equador e na República Dominicana. O centro no Equador foi abastecido com recursos próprios da OPAS, enquanto o centro na República Dominicana, com um estoque estratégico posicionado previamente para respostas emergenciais doado por parceiros de reserva da OPAS. A RIAHS possibilitou a mobilização rápida de produtos de saúde que salvam vidas em resposta ao terremoto no Haiti de agosto de 2021.
- Ferramentas de preparação para emergências para fortalecer a capacidade dos países de responder a emergências foram elaboradas e implementadas na Bolívia, Chile, Equador, Nicarágua, Paraguai e Peru. Destacam-se o desenvolvimento e/ou a atualização de planos de resposta a emergências, a implementação do Índice de Preparação para Emergências e Desastres e a Ferramenta Estratégica para Avaliação de Riscos, com o objetivo de definir e priorizar os riscos e orientar o planejamento da resposta a emergências em saúde.
- Um total de 47 estabelecimentos de saúde mais seguros e ecológicos agora está prestando cuidados de saúde em sete países do Caribe (Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas). Outros seis estabelecimentos estão sendo modernizados atualmente e outros cinco já concluíram a fase de concepção. Devido sua localização estratégica, maior funcionalidade e capacidade para garantir com segurança a cadeia de frio para armazenar as vacinas, vários estabelecimentos de saúde inteligentes modernizados (Vieux Fort em Santa Lúcia, Diamond na Guiana, Grand Bay na Dominica, Port Elizabeth e Chateaubelair em São Vicente e Granadinas, e Princess Royal Hospital e Hillsborough Health Centre em Granada) foram usados como clínicas respiratórias para apoiar as campanhas de

vacinação contra a COVID-19. Muitos outros estabelecimentos dentro do projeto foram usados por pessoas que buscavam atendimento ou apresentavam sinais e sintomas de COVID-19. As pessoas passavam por uma triagem, eram isoladas e recebiam atendimento. Em seguida, eram encaminhadas a outro centro de saúde ou hospital, conforme necessário, para receber um nível mais alto de atenção.

- Os Estados Membros da OPAS adotaram a **Estratégia para Sistemas de Saúde Resilientes** a fim de apoiar a recuperação dos sistemas de saúde e retomar os ganhos perdidos em termos de saúde pública. Foi a primeira estratégia lançada por um Escritório Regional da OMS e um importante documento de referência para a Cúpula das Américas. Com base nas lições extraídas da pandemia, como as deficiências sistêmicas, bem como nas inovações e medidas adotadas pelos países com o apoio da OPAS, essa nova estratégia insta os países a formular medidas concretas para os sistemas de saúde, aumentar os investimentos para sustentar a transformação e fortalecer os vínculos entre a saúde, a economia e os setores sociais.
- Para que a Região seja menos dependente da importação de produtos médicos durante emergências de saúde pública, a OPAS lançou a **Estratégia para Aumentar a Capacidade de Fabricação**, além da **Plataforma Regional para Promover a Fabricação de Vacinas contra a COVID-19 e Outras Tecnologias em Saúde nas Américas**. Essa plataforma colaborativa reúne partes interessadas públicas e privadas, promoverá a pesquisa e incentivará o desenvolvimento e a fabricação de tecnologias em saúde essenciais e estratégicas nas Américas. A OPAS apoiou a seleção de dois grandes projetos de transferência e desenvolvimento de tecnologia para o desenvolvimento de vacinas mRNA nas Américas e trabalhou em conjunto com a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI, na sigla em inglês) para avaliar a capacidade de fabricação de vacinas em alguns países.
- A Rede Regulatória da COVID-19 fez mais de 30 reuniões com altos funcionários e profissionais técnicos dentro das Autoridades Reguladoras Nacionais e países com Compromisso de Compra (*Advanced Market Commitment* ou *AMC*) para apoiar a **implantação de novos diagnósticos, medicamentos e vacinas** cruciais para o controle e gestão da COVID-19. Um total de 25 países recebeu apoio para a implantação e o uso emergencial de vacinas pré-qualificadas pela OMS. A versão 2 do painel de controle sobre a farmacovigilância das vacinas contra a COVID-19 foi elaborada e lançada em dezembro de 2021. A OPAS trabalhou para garantir o fornecimento ininterrupto de medicamentos essenciais e tecnologias em saúde para programas prioritários, o que resultou na triplicação do tamanho das compras por intermédio do Fundo Estratégico durante 2020-21.
- A OPAS continuou a reforçar seu posicionamento em torno do tema da **convergência da saúde e da economia**, liderando a elaboração do segundo relatório da CEPAL/OPAS, lançado em outubro de 2021, sobre a natureza prolongada da crise sanitária e do seu impacto sobre a saúde e o desenvolvimento social. Foram discutidos cenários e recomendações importantes relativos à saúde, à economia, ao trabalho e à proteção social, e tem sido feito um trabalho de sensibilização dos países e organizações parceiras. Uma análise da situação macrofiscal e dos seus possíveis efeitos sobre o investimento público na saúde foi feita com os ministérios das finanças em vários países, destacando a importância de apoiar os orçamentos públicos para suprir as necessidades emergentes relacionadas à emergência sanitária, às necessidades sociais e à economia, tomando nota da queda da arrecadação de impostos em consequência da diminuição da atividade econômica.
- A OPAS apoiou o rápido crescimento, adaptação e uso do **Campus Virtual de Saúde Pública da OPAS** para “virtualizar” o trabalho emergencial da Organização e prestar cooperação técnica, com mais de 24 cursos sobre a COVID-19 ministrados a 1 milhão de profissionais de saúde nas Américas. O Campus incorporou em média 40 mil novos profissionais de saúde à plataforma educacional da OPAS a cada mês ao longo dos últimos dois anos. Criou-se um mecanismo interno de governança em apoio ao Campus, e formulou-se uma estratégia para apoiar seu crescimento em apoio à cooperação técnica da OPAS no futuro.
- O **Centro Latino-Americano de Perinatologia e Desenvolvimento Humano/Saúde da Mulher e Reprodutiva (CLAP/SMR)** montou cinco cursos no Campus Virtual para fortalecer a capacidade dos países: i) Educação Baseada na Competência (2900 participantes inscritos de 46 países); ii) Retinopatia da Prematuridade (1700 participantes de 50 países); iii) Vigilância e Resposta à Morte Materna e Perinatal (22 mil participantes de 99 países); iv) Anticoncepção

Imediata Pós-Evento Obstétrico (AIPEO) (16 mil participantes de 42 países) e v) Planejamento Familiar (17 mil participantes de 70 países).

- A OPAS celebrou a 19ª **Semana de Vacinação das Américas**, com a participação de 43 países e territórios. O objetivo era vacinar quase 100 milhões de pessoas com vacinas que fazem parte dos programas de imunização de rotina, bem como contra a COVID-19.
- A **Década do Envelhecimento Saudável** foi lançada na Região com um mecanismo interinstitucional para promover, coordenar e implementar a resposta das Américas ao envelhecimento da população e às iniquidades em saúde. Liderado pela OPAS, esse mecanismo ampliará a colaboração, participação e comunicação entre as agências da ONU e os organismos interamericanos. Além disso, oferecerá uma oportunidade de gerar mudanças transformadoras graças a iniciativas intersectoriais e multissetoriais que respondam às necessidades das populações mais velhas atuais e futuras.
- A OPAS fortaleceu a **resposta dos sistemas de saúde à violência sexual** por meio do diálogo e envolvimento de alto nível em sete países prioritários (Argentina, Bolívia, Equador, Honduras, Paraguai, Peru e República Dominicana). Houve um intercâmbio de experiências e lições, por exemplo, no atendimento pós-estupro no contexto da COVID-19, o que aumentou a demanda por apoio. As autoridades nacionais de saúde identificaram prioridades para fortalecer a resposta do sistema de saúde à violência contra mulheres e meninas. Seis países avançaram com atividades concretas no nível nacional graças a financiamento semente.
- Novos conhecimentos foram gerados sobre **os vínculos entre as DNTs e a COVID-19**, e orientação técnica e materiais educacionais foram fornecidos aos provedores de serviços de saúde, como informações sobre adaptações de serviços para garantir a continuidade da atenção a pessoas com DNTs, o uso da telemedicina e da saúde digital para minimizar as interrupções nos atendimentos das DNTs e a priorização do atendimento no caso do câncer e a prestação de cuidados paliativos durante a COVID-19. Foi organizada uma série de webinários de alto nível com autoridades governamentais de alto escalão para mostrar estratégias eficazes e inovadoras para as DNTs e a atenção à saúde mental, bem como para discutir como essas áreas foram incorporadas às transformações do sistema de saúde durante a COVID-19. Também foram elaborados e divulgados amplamente folhetos informativos para oferecer ao público recomendações confiáveis sobre a gestão das DNTs durante a pandemia de COVID-19.
- A OPAS organizou **sessões mensais de telementoria com profissionais da atenção primária e especialistas em saúde pública** por meio da plataforma Extensão para Resultados em Saúde Comunitária (ECHO, na sigla em inglês), com ampla participação de clínicos de toda a Região. Foram discutidos tópicos clínicos e programáticos relacionados a cuidados paliativos, como as demandas sobre serviços de cuidados paliativos durante a COVID-19. Sobre o câncer do colo do útero, as autoridades que trabalham em imunização, triagem, tratamento e gestão de programas para esse tipo de câncer foram envolvidas para disseminar conhecimentos e apoiar planos de eliminação.
- A **Iniciativa Hearts** continuou a ser implementada, com 306 novos centros de saúde em cinco países ingressando na iniciativa em 2021, elevando o total para 1045 centros de atenção primária. Além disso, foram elaboradas ferramentas técnicas, como: i) Caminho Clínico da Hipertensão, baseado no guia da OMS de 2021 sobre o tratamento farmacológico da hipertensão em adultos; ii) *Regulatory Pathway to the Exclusive Use of Validated Blood Pressure Measuring Devices* [Caminho regulamentar para o uso exclusivo de dispositivos validados para a medição da pressão arterial] e iii) Calculadora de Risco Cardiovascular, que estima o possível risco de infarto do miocárdio, derrame ou morte cardiovascular em 10 anos. Além disso, foi patrocinada uma série de webinários, reuniões técnicas e workshops que atraíram um grande público, com destaque para um novo curso virtual para equipes de atenção primária sobre fatores para o controle da hipertensão.
- Foi elaborado um enfoque inovador para dar continuidade à **vigilância das DNTs** durante a pandemia de COVID-19, usando pesquisas por telefone celular. Essas pesquisas foram feitas em cinco países (Antígua e Barbuda, Belize, Bolívia, Honduras e Paraguai) e geraram dados sobre como as pessoas com DNTs foram afetadas pela COVID-19. Em antecipação às novas pesquisas sobre DNTs na era pós-COVID-19, foi prestada assistência técnica a vários países para planejar as futuras pesquisas *STEPS*.

- Com o **atual impacto da pandemia sobre a saúde mental**, sobretudo entre os grupos vulneráveis, o apoio à elaboração e implementação de políticas, planos, leis e capacitação em saúde mental foi intensificado em toda a Região. Uma série de atividades de comunicação conseguiu dar visibilidade a um tópico que estava negligenciado antes da pandemia. Um total de 34 países e territórios agora conta com uma política ou plano de saúde mental aprovado pelo governo, com ênfase no desenvolvimento da atenção à saúde mental baseada na comunidade, e 22 países descreveram a saúde mental como parte de seus planos de resposta à COVID-19. Deu-se prosseguimento à integração dos serviços de saúde mental com a atenção primária por meio do Programa Mundial de Ação para Reduzir as Lacunas em Saúde Mental (mhGAP, na sigla em inglês), e prestadores de serviços de saúde de 34 países e territórios participaram de iniciativas de capacitação no âmbito desse programa.
- Um novo relatório sobre o **suicídio** foi publicado, e cinco países (Argentina, Costa Rica, Guiana, Suriname e Trinidad e Tobago) estão implementando atividades com o apoio da OPAS para prevenir o suicídio, incluída uma avaliação da situação, a formulação de planos e a melhoria dos mecanismos de vigilância.
- Em resposta à disseminação generalizada da desinformação sobre o álcool, aos aumentos exponenciais nas vendas e às interrupções no tratamento do alcoolismo, a **Pahola**¹ foi criada para oferecer opções para apoiar as pessoas que desejam parar ou reduzir o consumo de álcool. Trata-se da primeira especialista em saúde digital da OPAS e o único trabalhador de saúde digital no mundo voltado para o álcool. Ela pode interagir em inglês, português e espanhol com qualquer pessoa interessada em falar sobre seu consumo de álcool, avaliar seus riscos, reduzir ou cessar o consumo, e buscar recursos para tratamento e recuperação. Desde seu lançamento em novembro de 2021, mais de 6500 pessoas já iniciaram uma sessão com a Pahola.
- Por meio de um projeto de 18 meses, está sendo prestado apoio técnico à Colômbia, Costa Rica, Equador, Guiana, Jamaica, Panamá, Paraguai e República Dominicana para ampliar a capacidade nacional para formular e implementar respostas sanitárias e sociais para os **problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas**. O projeto apoia o trabalho da OPAS no fortalecimento dos enfoques de saúde pública para resolver problemas relacionados ao uso dessas substâncias e promoverá um aumento da colaboração entre a OPAS e outros parceiros pertinentes, como a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), o Plano Colombo e a Rede Ibero-Americana de Organizações Não Governamentais que Trabalham com a Dependência de Drogas (RIOD).
- Avaliações nacionais de **serviços de reabilitação e tecnologia assistiva** que implementam as ferramentas da OPAS/OMS foram feitas na Bolívia, El Salvador e República Dominicana. Essas avaliações lançaram as bases para a formulação de novos planos e políticas, bem como para a aprendizagem integrada, sobre o impacto da pandemia nos serviços de reabilitação e as implicações para uma melhor reconstrução. Dois fóruns regionais importantes foram criados: uma mesa redonda de liderança em reabilitação com os pontos focais para reabilitação em 12 países e uma comunidade de prática sobre deficiências. A área de deficiência e reabilitação formulou um plano sobre as necessidades de reabilitação decorrentes da COVID longa.
- O Congresso mexicano aprovou um projeto de lei para modificar a lei sobre o **controle do tabaco** e estabelecer que o fumo seja inteiramente proibido em locais públicos e de trabalho, e adotar a proibição total da publicidade, promoção e patrocínio do tabaco, de acordo com as principais medidas de redução da demanda previstas na Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco (CQCT). Junto com a OMS, a OPAS apresentou evidências ao Congresso apoiando a modificação do projeto e contrapondo argumentos contrários e facilitou uma comunicação conjunta das agências da ONU para incentivar a aprovação do projeto, além de uma carta do Diretor-Geral da OMS ao Presidente do México em novembro de 2021.
- A **regulamentação sobre a rotulagem frontal de embalagens e a comercialização de alimentos e o ambiente alimentar nas escolas** avançou, com o México e o Uruguai se juntando ao Chile, Equador e Peru na implementação da rotulagem frontal de embalagens para desestimular o consumo de produtos processados e ultraprocessados com alto teor de

¹ [Pahola, a primeira especialista digital em saúde e uso do álcool, da OPAS – OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde.](#)

açúcar, gorduras e sal. A Argentina aprovou uma lei sobre a alimentação saudável, incorporando os mais altos padrões recomendados para a rotulagem frontal de embalagens e a regulamentação da comercialização de alimentos e do ambiente alimentar nas escolas.

- As metas regionais atualizadas para a **redução do sódio** nas principais categorias de alimentos no intuito de prevenir doenças cardiovasculares foram revistas com pesquisadores especializados, autoridades públicas e representantes da sociedade civil de dentro e de fora da Região. As metas revistas foram lançadas e vem sendo prestado apoio técnico à sua implementação na Argentina, Bolívia, Costa Rica, Panamá e Peru. Um programa de aprendizagem virtual sobre o marketing social voltado para os fatores de risco das DNTs atingiu mais de 11 mil participantes. Os participantes foram apoiados na elaboração e implementação de estratégias para campanhas de marketing social.
- Prestou-se orientação técnica atualizada sobre a **amamentação** durante a pandemia de COVID-19, passando pela implementação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança, levando em conta a pandemia de COVID-19 e envolvendo as redes regionais da Iniciativa. Sustentou-se o apoio aos países na incorporação do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno à legislação nacional.
- No âmbito da **Iniciativa de Eliminação**, a OMS certificou Dominica e El Salvador pela eliminação da transmissão materno-infantil do HIV e da sífilis, e da malária, respectivamente. Com a conquista da Dominica, o país se uniu a outros sete países do Caribe que receberam a dupla validação. A certificação de El Salvador segue mais de 50 anos de compromisso por parte do governo salvadorenho. De todos os países em que a malária era endêmica, no fim de 2021, nove haviam aceitado o desafio de eliminar a doença até 2025 e, com o apoio da OPAS, conseguiram manter a investigação de casos de malária durante a pandemia. O *Plano de ação regional para a eliminação da malária 2021-2025* também foi finalizado e está alinhado com a atualização da Estratégia Técnica Mundial para a Malária da OMS. A eliminação da malária tem forte apoio da OPAS e de parceiros importantes, como a Iniciativa Regional para a Eliminação da Malária, liderada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a contribuição da USAID e do Fundo Global.
- Em colaboração com o UNAIDS, a sociedade civil e outros parceiros, a OPAS continuou a apoiar a implementação do plano diretor para fortalecer a **resposta ao HIV, à tuberculose e à malária do ponto de vista da saúde pública na Venezuela**. Além dos US\$ 11,7 milhões mobilizados para apoiar a compra de medicamentos e diagnósticos para o HIV e a tuberculose para 2020-21 e a doação de US\$ 19,8 milhões do Fundo Global para a malária para 2020-22, o Comitê Estratégico do Fundo Global negociou e aprovou outros US\$ 12 milhões em 2021 para a compra de medicamentos e provisões para o HIV e a tuberculose.
- Lançaram-se a **Agenda para as Américas sobre Saúde, Meio Ambiente e Mudança Climática 2021-2030**, o **Plano Andino sobre Saúde e Mudança Climática 2020-2025** (em colaboração com o Organismo Andino de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU), e as **Diretrizes sobre a Qualidade do Ar** (em colaboração com o PNUMA). Honduras, Panamá, Paraguai e Peru lançaram roteiros para a eliminação do uso de combustíveis poluentes para cozinhar. Na COP-26, 11 países da região se comprometeram a construir sistemas de saúde resilientes ao clima e de baixo carbono.
- A pandemia de COVID-19 alimentou a atual crise mundial de **resistência antimicrobiana** devido ao aumento do uso de antibióticos para tratar pacientes de COVID-19, a interrupções nas práticas de prevenção e controle de infecções em sistemas de saúde sobrecarregados e ao desvio de recursos humanos e financeiros. Graças à bem-estabelecida Rede Latino-Americana e Caribenha de Vigilância da Resistência Antimicrobiana da OPAS (ReLAVRA+, na sigla em espanhol), os países conseguiram detectar o surgimento de micro-organismos amplamente resistentes a antimicrobianos. A OPAS trabalhou com países para fortalecer as práticas de prevenção e controle de infecções (PCI), promover o uso apropriado dos antimicrobianos e desenvolver as capacidades dos laboratórios de análise de alimentos para a detecção da resistência antimicrobiana por intermédio da Rede Interamericana de Laboratórios de Análise de Alimentos (RILAA).
- Os Estados Membros aprovaram duas políticas regionais, a saber, o **Roteiro para a transformação digital do setor da saúde na Região das Américas** e a **Política sobre a aplicação da ciência de dados na saúde pública usando inteligência artificial e outras tecnologias emergentes**. Com isso, as Américas tornaram-se a primeira região da OMS a acelerar processos inovadores para a transformação digital do setor de saúde. Em apoio à implementação de políticas, foi

elaborado um conjunto abrangente de ferramentas de transformação digital. Essas iniciativas posicionarão a Organização como o principal organismo de saúde pública na era da interdependência digital.

- Com o objetivo de posicionar a Organização como uma fonte autorizada de dados de saúde de qualidade nas Américas, a OPAS implementou a primeira política de governança de dados na história da Organização. Foram lançadas três plataformas institucionais cruciais: **Saúde nas Américas**, com material que remonta à primeira edição, em 1954, até a última análise sobre mortalidade prematura possivelmente evitável; **Indicadores Básicos**, com mais de 200 indicadores atualizados e séries cronológicas abrangendo dados desde 1995, e o **Portal de Monitoramento do ODS 3**, que contém um painel regional, perfis de países, evidências atualizadas sobre políticas e guias, e ferramentas metodológicas específicas para acompanhar o progresso dos indicadores do ODS 3 e de desigualdades nos níveis regional, nacional e subnacional.
- Com o profundo impacto da pandemia na vida e na subsistência das pessoas na Região, a **OPAS instou pela expansão da proteção social** para atender às necessidades e demandas de saúde da sociedade civil e combater a exclusão social na saúde. A OPAS apoiou medidas de proteção financeira por meio da padronização de bases de dados para permitir calcular gastos catastróficos e empobrecedores. A OPAS lançou ainda a publicação *Financial Protection in Health in the Region of the Americas* [Proteção financeira em saúde na região das Américas], que analisa os gastos catastróficos em saúde com base numa metodologia padronizada.
- Para fortalecer a resposta dos sistemas de saúde num contexto pós-COVID-19, foi lançado um projeto no âmbito da **Iniciativa Especial sobre Determinantes Sociais para a Equidade em Saúde** a fim de promover políticas e práticas que abordem os determinantes sociais da saúde para a promoção da equidade em saúde.
- A OPAS continuou a promover considerações de **igualdade étnica** na resposta à pandemia por meio de reuniões de alto nível com povos indígenas e populações afrodescendentes na Região. A OPAS também trabalhou para fazer face ao impacto da pandemia para as populações romani. A OPAS continuou a promover considerações de **igualdade de gênero** na resposta à pandemia por meio de um diálogo contínuo e adaptado com organizações de base de mulheres (como a Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe – RSMLAC) e da conscientização de alto nível para a participação e liderança das mulheres na construção de sistemas de saúde melhores e mais equitativos. Para facilitar as **análises das desigualdades**, a OPAS trabalhou com a OMS para adotar um novo indicador sobre as análises das desigualdades em saúde durante a pandemia de COVID-19 na Estrutura de Monitoramento e Avaliação do Plano Estratégico de Preparação e Resposta à COVID-19 de 2021.

Em apoio a essas realizações e para promover as prioridades dos Estados Membros, a OPAS fortaleceu e ampliou **alianças e parcerias estratégicas**, como a iniciativa acima mencionada com a CEPAL. A OPAS continuou a alavancar sua posição e função fundamentais dentro da resposta à COVID-19 para manter o envolvimento estratégico e de alto nível com os doadores tradicionais, ampliar ainda mais a base de parceiros para cooperação técnica emergencial e não emergencial, e solidificar as parcerias recém-estabelecidas com instituições financeiras internacionais (IFIs), organizações filantrópicas, fundações, o setor privado e a sociedade civil. Outros US\$ 270 milhões foram mobilizados ou prometidos por doadores para apoiar a estratégia regional da OPAS de resposta à COVID-19 em 2021, incluídos US\$ 139,4 milhões das IFIs para compras (EPIS, terapêutica e vacinas), num total de mais de US\$ 530 milhões arrecadados para os esforços de resposta à COVID-19 nas Américas desde o início da pandemia. Outros US\$ 34,75 milhões foram captados em 2021 para apoiar outras operações de resposta a emergências, bem como para fortalecer a preparação para emergências, a preparação e a redução de riscos em toda a Região. A OPAS também promoveu convênios novos e já existentes com parceiros, representando um grupo diversificado de fundações, instituições públicas de caridade, instituições do meio acadêmico e agências de desenvolvimento.

A Organização **alcançou sistematicamente uma alta visibilidade em sua posição de liderança incomparável como autoridade técnica e de interesse jornalístico no que diz respeito à COVID-19** no mundo e em toda a Região por meio de coletivas de imprensa semanais sobre a COVID-19, divulgações nos meios de comunicação e centenas de entrevistas concedidas por porta-vozes na sede e nas representações. Enfoques inovadores em termos de comunicação compartilhados com parceiros não tradicionais permitiram à OPAS ampliar seu alcance e chegar a públicos não tradicionais. A OPAS encontrou maneiras de aproveitar ao máximo a visibilidade que ganhou com a resposta à COVID-19 e estendê-la a outras áreas e públicos da saúde.

Durante 2021, a carga da resposta à pandemia de COVID-19 e as perturbações causadas pela pandemia afetaram a capacidade da Organização e da maioria dos países de executar as atividades planejadas. O desvio de recursos necessários para uma resposta oportuna e eficiente à pandemia também pressionou a capacidade da Organização de atender a outras demandas contínuas de cooperação técnica. A politização da resposta à COVID-19 afetou a resposta da OPAS em alguns países. As exigências conflitantes enfrentadas tanto pelas representações quanto pelas autoridades nacionais, ambas voltadas principalmente para a resposta à pandemia, afetaram a oportunidade da resposta e a implementação de outras iniciativas institucionais que exigiram estreita colaboração com os Estados Membros.

Além disso, a OPAS continua a enfrentar o **impacto de desastres, surtos de doenças e agitação social e política** fora da emergência da COVID-19, bem como o **impacto das migrações nos sistemas de saúde**. Existem também outros **desafios contínuos**, muitos dos quais eram recorrentes bem antes da pandemia, como a evolução das prioridades nacionais e regionais, a capacidade institucional limitada no nível nacional, a falta ou insuficiência de ação intersetorial, baixos níveis de compromisso político para abordar áreas prioritárias, lacunas na cobertura e qualidade da atenção, avanço insuficiente na abordagem dos determinantes da saúde e redução dos fatores de risco, questões econômicas nacionais, a perda de pessoal e o planejamento sucessório inadequado que limitam a disponibilidade de pessoal de saúde qualificado, e deficiências nos sistemas de informação e/ou dados insuficientes para a tomada de decisões baseadas em evidências.

Apesar desses desafios, a OPAS tem obtido êxito na identificação e concepção de estratégias e metodologias alternativas para apoiar os Estados Membros na consecução de resultados. A resposta à pandemia ofereceu uma oportunidade única para incentivar as autoridades nacionais a melhorar e fortalecer suas capacidades. A melhoria do **trabalho interprogramático** e a implementação de **novas modalidades de cooperação técnica** foram reconhecidas como fatores que ajudaram a alcançar níveis mais altos de implementação. O trabalho interprogramático possibilitou um enfoque integrado na resposta às demandas dos Estados Membros durante a pandemia. As atividades coordenadas na Equipe de Apoio à Gestão de Incidentes da OPAS, incluídas as representações e os departamentos técnicos e facilitadores, foram fundamentais para o êxito ao oferecer respostas oportunas e eficientes para a cooperação técnica.

O trabalho conjunto dos setores de TI e Administração para **melhorar a conectividade e a segurança cibernética e atualizar a tecnologia e os aplicativos informáticos** mesmo antes do início da pandemia preparou a Organização para essa situação, possibilitando que ela continuasse a operar de forma totalmente remota. O **teletrabalho** permitiu extrair lições positivas e ofereceu oportunidades para aumentar a produtividade e a satisfação dos empregados, juntamente com o fortalecimento de um enfoque voltado para os países com interações mais frequentes graças ao aumento da conectividade. Não obstante, a conveniência dos intercâmbios virtuais ainda precisa ser complementada por encontros presenciais tão logo as restrições decorrentes da COVID-19 sejam retiradas. As atividades da OPAS de conscientização de alto nível e de diálogo sobre políticas foram afetadas porque as reuniões bilaterais presenciais durante as reuniões dos Órgãos Diretores foram canceladas e as visitas da Diretora aos países e as visitas das autoridades nacionais à sede foram adiadas.

2. Receita total

Principais componentes da receita da OPAS ¹	(milhões de dólares)	
	2021	2020
Programa e Orçamento	362.4	338.7
Fundos de compras	1,348.9	936.2
Contribuições voluntárias nacionais	75.0	57.2
Outros fundos especiais ²	8.1	8.0
TOTAL	1,794.4	1,340.1

¹ Existem diferenças de apresentação da receita em comparação com a Nota 15 das demonstrações financeiras.

² Em 2021, a rubrica "Outros fundos especiais" abrange o Fundo de Equalização de Impostos (US\$ 8,1 milhões). Em 2020, o Fundo de Equalização de Impostos (US\$ 8,1 milhões), o PALTEX (-US\$ 0,2 milhão) e o Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (US\$ 0,1 milhão).

Detalhe: receita do Programa e Orçamento		(milhões de dólares)	
	2021	2020	
Contribuições fixas ¹	97.2	97.2	
Contribuições voluntárias da OPAS	91.7	73.9	
Contribuições voluntárias da OMS	93.0	104.0	
Outros fundos da OMS ²	42.6	50.2	
Gastos de apoio a programas	37.5	16.8	
Receitas diversas ³	(6.4)	15.7	
Outros ⁴	6.8	(19.1)	
RECEITA TOTAL	362.4	338.7	

¹ Exclui o Fundo de Equalização de Impostos.

² Em 2021, a rubrica “Outros fundos da OMS” abrange as contribuições fixas da OMS (US\$ 38,6 milhões) e a conta especial da OMS para gastos com a prestação de serviços (US\$ 4,0 milhões). Em 2020, US\$ 46,6 milhões e US\$ 3,6 milhões, respectivamente.

³ Em 2021, os gastos de apoio a programas abrangem gastos de apoio a programas referentes a contribuições voluntárias (US\$ 11,8 milhões), taxa de serviço de compras (US\$ 23,1 milhões) e outros (US\$ 2,6 milhões). Em 2020, os gastos de apoio a programas abrangem gastos de apoio a programas referentes a contribuições voluntárias (US\$ 8,9 milhões), taxa de serviço de compras (US\$ 11,0 milhões) e outros (-US\$ 3,1 milhões).

⁴ Em 2021, juros obtidos (US\$ 8,4 milhões), perdas decorrentes de avaliação, incluídas perdas não realizadas decorrentes de avaliação a mercado da carteira de US\$ 11,7 milhões (-US\$ 14,0 milhões), e outras receitas (-US\$ 0,8 milhão). Em 2020, abrange juros obtidos (US\$ 11,2 milhões), ganhos decorrentes de avaliação (US\$ 4,9 milhões) e outras receitas (-US\$ 0,4 milhão).

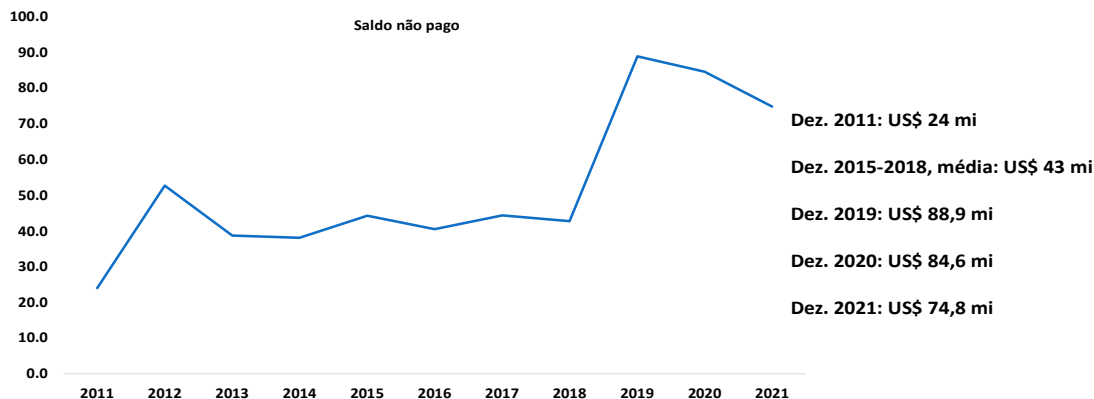
⁵ Abrange uma redução de US\$ 3,2 milhões na provisão para contas de cobrança duvidosa em 2021.

3. Contribuições fixas da OPAS e receitas diversas orçadas

A receita das contribuições fixas da OPAS e das contribuições para o Fundo de Equalização de Impostos, no montante de US\$ 105,3 milhões, foi registrada na sua totalidade no dia 1º de janeiro de 2021, data em que se tornaram líquidas e exigíveis. Em 2021, a arrecadação das contribuições fixas do ano corrente e de anos anteriores, incluídas as contribuições para o Fundo de Equalização de Impostos, totalizou US\$ 42,1 milhões e US\$ 73,0 milhões, respectivamente. Em 2021, a taxa de arrecadação das contribuições fixas do ano corrente, incluídas as contribuições para o Fundo de Equalização de Impostos, se manteve em 40%. Em 2021, a OPAS recebeu pagamentos de contribuições fixas referentes ao ano corrente e a anos anteriores de 32 Estados Membros. Das contribuições fixas referentes a 2021, 22 Estados Membros pagaram integralmente, nove fizeram pagamentos parciais e 11 não efetuaram nenhum pagamento.

Saldo das contribuições fixas vencidas no fim do ano

Em milhões de dólares



A Organização tem experimentado uma deterioração da taxa de arrecadação das contribuições fixas ao longo dos últimos 10 anos. O saldo não pago das contribuições aumentou de US\$ 24,0 milhões em 2011 para US\$ 84,6 milhões em 2020. O total de pagamentos em aberto das contribuições fixas, incluídos os montantes devidos de exercícios financeiros anteriores, caiu para US\$ 74,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em consequência do atraso no recebimento das contribuições fixas dos Estados Membros, a Organização usou integralmente o saldo de caixa do Fundo de Capital de Giro e recursos de outras fontes internas irrestritas.

A cada ano, os delegados que comparecem ao Conselho Diretor ou à Conferência Sanitária Pan-Americana examinam minuciosamente as circunstâncias financeiras desses Estados Membros em atraso com suas contribuições fixas e sujeitos à aplicação do Artigo 6.B da Constituição da OPAS. Em 31 de dezembro de 2021, um Membro Associado estava sujeito ao Artigo 6.B. Além disso, dois Membros Associados estão em atraso com suas contribuições em montantes superiores a ao saldo de dois anos completos.

As receitas diversas abrangem as receitas de investimento procedentes dos fundos administrados pela Organização, receitas associadas com carteiras de investimento, o resultado líquido da variação cambial e outras receitas diversas. Os ganhos ou perdas não realizados em consequência da avaliação a mercado da carteira são consideradas rubricas contábeis não orçamentárias e, portanto, não são incluídos no cálculo das receitas diversas para fins orçamentários. O total das receitas diversas disponível para o orçamento das contribuições fixas referente a 2021 foi de US\$ 5,3 milhões, decomposto em US\$ 8,4 milhões em receitas de investimentos, US\$ 0,8 milhão em taxas de administração de investimentos e US\$ 2,3 milhões em perdas cambiais.

4. Excedentes do biênio 2020-21

Ao fim de cada período orçamentário, a OPAS define seu excedente orçamentário e seu excedente de receita de acordo com o Regulamento Financeiro. O saldo das contribuições fixas financiadas e receitas diversas orçadas não comprometido até o fim do período orçamentário corrente ou não autorizado a ser transitado para o período orçamentário subsequente é considerado um excedente orçamentário e será usado para repor o Fundo de Capital de Giro ao seu nível autorizado. Daí em diante, o saldo será transferido para o excedente e disponibilizado para uso posterior de acordo com as resoluções adotadas pela Conferência ou pelo Conselho Diretor. O excedente de receitas sobre as receitas diversas orçadas ao fim de um período orçamentário será considerada excedente de receita e estará disponível para uso nos períodos subsequentes para cobrir a porção não financiada do Plano Estratégico, conforme determine o Diretor e com o consentimento do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração.

Contribuições fixas e receitas diversas da OPAS: destaques financeiros (milhões de dólares)	Efetivo	Efetivo	Efetivo	Orçado
	2020	2021	2020-2021	2020-2021
Contribuições fixas líquidas	97.2	97.2	194.4	194.2
Receitas diversas ¹	10.9	5.4	16.3	17.0
Receita total	108.1	102.6	210.7	211.2
Gastos operacionais ¹	(64.3)	(121.9)	(186.2)	(186.2)
Excedente/(déficit) financeiro líquido das operações de 2020-2021	43.8	(19.3)	24.5	
Excedente orçamentário			24.5	
Excedente de receita			-	

¹ Estão excluídas as rubricas não orçamentárias, especialmente depreciação, reavaliação de imóveis, ganhos e perdas não realizados e provisão para contas de cobrança duvidosa.

5. Fundo de Capital de Giro e empréstimos internos

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Fundo de Capital de Giro da Organização era US\$ 50,0 milhões. O Conselho Diretor elevou o nível máximo autorizado do Fundo de US\$ 25,0 milhões para US\$ 50,0 milhões por meio da Resolução CD58.R1. O Fundo de Capital de Giro recebeu US\$ 2,5 milhões do Fundo do Excedente Orçamentário, conforme aprovado na Resolução CD58.R2, US\$ 1,3 milhão do Fundo do Excedente de Receita e US\$ 21,3 milhões do excedente do biênio 2020-21.

Devido ao atraso no recebimento das contribuições fixas dos Estados Membros, a Organização usou integralmente o saldo do Fundo de Capital de Giro de US\$ 28,7 milhões disponível antes do acréscimo de US\$ 21,3 milhões do excedente do biênio 2020-21 no fim do exercício, bem como um adicional de US\$ 42,7 milhões em recursos de outras fontes internas irrestritas.

6. Contribuições fixas da OMS e outros fundos da OMS

Em 2021, a Organização continuou a receber financiamento da OMS para a Região das Américas. Foram recebidos US\$ 135,6 milhões da OMS em 2021 (US\$ 154,2 milhões em 2020), decompostos em: US\$ 38,6 milhões em contribuições fixas e receitas diversas (US\$ 46,6 milhões em 2020); US\$ 54,6 milhões em contribuições voluntárias – emergências (US\$ 92,3 milhões em 2020); US\$ 26,2 milhões em contribuições voluntárias – especificadas (US\$ 11,7 milhões em 2020); US\$ 12,2 milhões em contribuições voluntárias – básicas (US\$ 0 em 2020). Além disso, a Organização recebeu US\$ 4,0 milhões em gastos de apoio a programas da OMS (US\$ 3,6 milhões em 2020).

Alocação da OMS	(milhões de dólares)	
	2021	2020
Contribuições fixas e receitas diversas da OMS	38.6	46.6
Contribuições voluntárias da OMS – básicas	12.2	
Contribuições voluntárias da OMS – especificadas	26.2	11.7
Contribuições voluntárias da OMS – emergências	54.6	92.3
Gastos de apoio a programas da OMS	4.0	3.6
TOTAL da alocação da OMS	135.6	154.2

7. Contribuições voluntárias da OPAS

As contribuições voluntárias da OPAS são administradas por meio 1) do fundo de contribuições voluntárias e 2) do fundo de contribuições voluntárias destinadas à preparação para emergências e assistência em caso de desastres.

Em 2021, o total da receita executada da OPAS originária das contribuições voluntárias atingiu US\$ 91,6 milhões, frente a US\$ 73,9 milhões em 2020, um aumento de US\$ 17,7 milhões. As receitas diferidas totalizaram US\$ 238,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, frente a US\$ 176,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de US\$ 62,1 milhões. As receitas diferidas aumentaram no fundo de contribuições voluntárias destinadas à preparação para emergências e assistência em caso de desastres, de US\$ 33,3 milhões em 2020 para US\$ 82,9 milhões em 2021. As receitas diferidas no fundo de contribuições voluntárias (não emergenciais) aumentou de US\$ 142,9 milhões em 2020 para US\$ 155,4 milhões em 2021.

Em 2021, os maiores doadores das contribuições voluntárias executadas foram: Estados Unidos da América (US\$ 45,1 milhões), Canadá (US\$ 12,9 milhões), Brasil (US\$ 7,1 milhões), Comissão Europeia (US\$ 4,7 milhões) e Reino Unido (US\$ 3,4 milhões). Os maiores doadores para a preparação para emergências e assistência em caso de desastres foram Canadá (US\$ 40,6 milhões), Estados Unidos da América (US\$ 15,9 milhões), Comissão Europeia (US\$ 7,1 milhões) e República da Coreia (US\$ 4,5 milhões).

Contribuições voluntárias da OPAS		(milhões de dólares)	
	2021	2020	
Receita – contribuições voluntárias	56.6	45.9	
Receita – preparação para emergências e assistência em caso de desastres	35.0	28.0	
Receita total	91.6	73.9	
Receita diferida – contribuições voluntárias	155.4	142.9	
Receita diferida – preparação para emergências e assistência em caso de desastres	82.9	33.3	
Receita diferida total	238.3	176.2	

8. Contribuições voluntárias nacionais

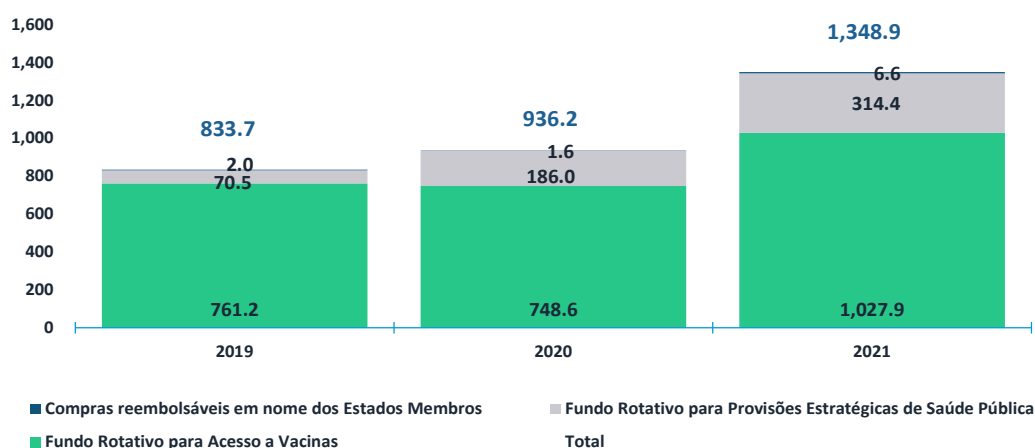
As contribuições voluntárias nacionais são recursos financeiros fornecidos por governos exclusivamente para projetos que beneficiam seus países. Em 2021, a OPAS executou US\$ 75,0 milhões (frente a US\$ 57,2 milhões em 2020) em contribuições dessa espécie, e as receitas diferidas totalizaram US\$ 241,7 milhões (frente a US\$ 243,9 milhões em 2020).

Receita: contribuições voluntárias nacionais		(milhões de dólares)	
	2021	2020	
Brasil	55.2	33.4	
Outros países	19.8	23.8	
TOTAL contribuições voluntárias nacionais	75.0	57.2	

9. Compras em nome dos Estados Membros

Receita de compras em nome dos Estados Membros

em milhões de US\$



Por meio de amplos processos de licitação internacional, a OPAS consegue comprar, a preços acessíveis, vacinas, provisões e equipamentos de saúde pública em nome dos Estados Membros e instituições internacionais. Em 2021, o montante total das compras em nome dos Estados Membros cresceu para US\$ 1,3489 bilhão, em comparação com US\$ 936,2 milhões em 2020. Em 2019, antes da pandemia de COVID-19, o montante total das atividades de compras havia sido US\$ 833,7 milhões.

Receita: atividades de compras em nome dos Estados Membros		(milhões de dólares)
	2021	2020
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	1,027.9	748.6
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	314.4	186.0
Compras reembolsáveis	6.6	1.6
TOTAL	1,348.9	936.2

O **Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas** foi criado em 1977 para facilitar o acesso oportuno a vacinas de qualidade pelos preços mais baixos para programas nacionais de vacinação nos Estados Membros. A receita do Fundo Rotativo passou de US\$ 761,2 milhões em 2019 para US\$ 748,6 milhões em 2020 e US\$ 1,0279 bilhão em 2021.

Em 2021, 41 países e territórios participaram do Fundo. Os 10 Estados Membros com o maior volume de compras foram Brasil, Colômbia, Argentina, Peru, Guatemala, Venezuela, Equador, Bolívia, Paraguai e Panamá, totalizando 86% do total das compras. A pandemia continuou a ter impacto na logística internacional de vacinas e respectivos suprimentos, obrigando a OPAS a intensificar os esforços para trabalhar em estreita colaboração com fabricantes e transportadoras. Apesar desses desafios, o Fundo Rotativo conseguiu garantir o cumprimento em tempo hábil das exigências de vacinação dos programas de imunização da região. Esforços extras continuaram a ser envidados por meio da resposta coletiva da OPAS para apoiar a preparação dos países para a introdução antecipada das novas vacinas contra a COVID-19, sem deixar de lado as necessidades especiais para mitigar os riscos de possíveis surtos de sarampo e febre amarela e garantindo a disponibilidade das vacinas estratégicas, como a da gripe.

No fim de 2021, o mercado mundial havia adotado um suprimento mais estável e crescente de vacinas contra a COVID-19. Essa mudança na dinâmica do mercado permitiu que o mecanismo COVAX aumentasse as entregas, bem como canalizasse um alto volume de doses doadas para os países participantes, sobretudo os que cumpriam os critérios do Compromisso de Compra (AMC, na sigla em inglês) do COVAX. O Fundo Rotativo da OPAS apoiou os países na tomada das melhores decisões para maximizar os benefícios dessas doações com base em suas capacidades de absorção, bem como no suprimento da COVAX já programado. O Fundo Rotativo também continuou a enviar atualizações aos Estados Membros sobre a dinâmica do mercado e as projeções financeiras. Em vista da disparada da demanda por seringas para a vacinação contra a COVID-19, a OPAS ampliou sua carteira de fornecimento e emitiu ordens de compra em bloco para garantir o fornecimento adicional desses produtos cruciais para a Região. Para complementar os esforços do COVAX, a OPAS lançou sua iniciativa para facilitar acesso adicional às vacinas contra a COVID-19 pelos Estados Membros, o que abrangeu a celebração de acordos de longo prazo com três fornecedores.

Em 2021, foram entregues 64,8 milhões de vacinas contra a COVID-19 a 31 países, num total de US\$ 230,4 milhões, e US\$ 0,6 milhão em provisões relacionadas à COVID-19, excluídas as vacinas. Dos 64,8 milhões de vacinas, 22,2 milhões foram doados pelos seguintes países: Estados Unidos da América, 10,9 milhões; Espanha, 7,3 milhões; Canadá, 2,0 milhões; França 1,0 milhão; outros países, 1,0 milhão.

O **Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública** foi criado em 1999 para melhorar o acesso e a acessibilidade econômica a saúde de qualidade, facilitando a compra de medicamentos e provisões de saúde essenciais em toda a região das Américas. Em 31 de dezembro de 2021, 34 países e 17 instituições de seguridade social e saúde pública na América Latina e no Caribe haviam firmado acordos de participação com o Fundo Estratégico, indicando um apoio cada vez mais forte dos Estados Membros ao mecanismo. Em 2021, 26 Estados Membros receberam US\$ 314,4 milhões em produtos por intermédio desse mecanismo, um aumento bastante significativo em relação a US\$ 186,0 milhões em 2020 e US\$ 70,5 milhões em 2019.

Em 2021, o Fundo Estratégico ajudou a mitigar grandes rupturas nas cadeias de suprimento da saúde, entregando a 17 países da região mais de US\$ 143,3 milhões em testes diagnósticos da COVID-19, equipamentos de proteção individual e medicamentos cruciais usados em UTIs. Além disso, este ano marcou um avanço crucial na promoção de outras prioridades estratégicas, como a ampliação do apoio para a insulina, a coordenação para tratamentos de DNTs, parcerias pioneiras com agências da ONU e agentes não estatais relacionados à OMS e publicações técnicas e de pesquisa fundamentais para o intercâmbio das melhores práticas. Apesar das pressões complexas impostas pela pandemia, bem como das restrições de recursos, o Fundo Estratégico acompanhou o aumento da demanda.

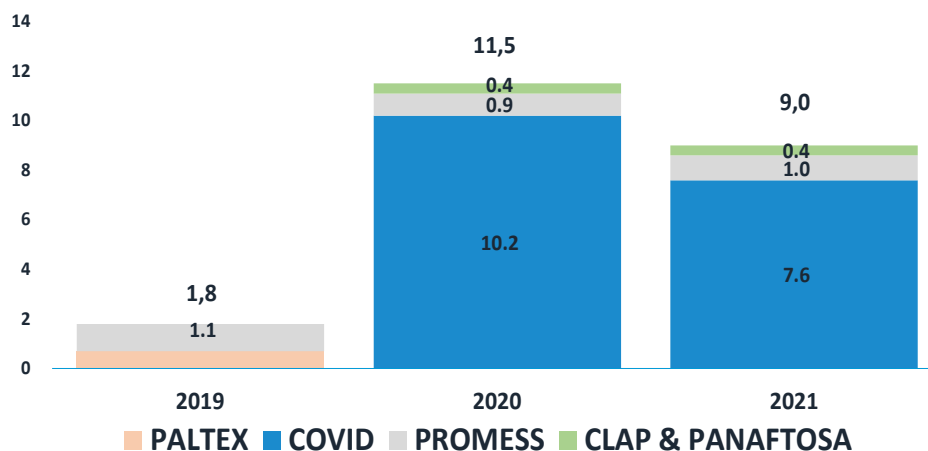
O uso médio mensal global das linhas de crédito dos fundos rotativos pelos Estados Membros aumentou em US\$ 8,9 milhões em 2021 em comparação com 2020, passando de US\$ 132,2 milhões para US\$ 133,6 milhões no caso do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas e de US\$ 15,7 milhões para US\$ 23,2 milhões no caso do Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública.

A compra de materiais médicos, equipamento médico e bibliografia por meio do **Fundo de Compras Reembolsáveis em Nome dos Estados Membros** foi de US\$ 6,6 milhões. Em 2021, três Estados Membros fizeram uso desse fundo.

Devido à circunstância excepcional decorrente da pandemia, a OPAS estabeleceu novos estoques no âmbito do Fundo para a Preparação para Emergências e Assistência em Caso de Desastres a fim de assegurar a disponibilidade de provisões relacionadas à COVID para os Estados Membros.

Estoques

em milhões de US\$



10. *Gastos por categoria*

Os gastos totais da OPAS, que refletem os desembolsos e obrigações acumuladas, aumentaram de US\$ 1,3362 bilhão em 2020 para US\$ 1,7851 bilhão em 2021.

As principais categorias de gastos da OPAS são apresentadas abaixo em milhões de dólares dos Estados Unidos:

Categorias de gastos da OPAS	(milhões de dólares)	
	2021	2020
Pessoal e outros gastos de pessoal ¹	153.5	181.5
Provisões, produtos primários, materiais ²	1,382.6	967.5
Depreciação, amortização e reavaliação ³	1.7	13.3
Serviços contratuais	158.8	85.4
Viagens ⁴	16.3	9.8
Transferências e subvenções a contrapartes ⁵	54.7	60.9
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos	17.5	17.8
Total de gastos da OPAS	1,785.1	1,336.2

¹ Abrange: custos salariais (diminuição de US\$ 0,8 milhão frente a 2020), o impacto atuarial do seguro-saúde pós-serviço (diminuição de US\$ 26,7 milhões frente a 2020) outros gastos de pessoal não relacionados à folha de pagamento, ou seja, benefícios regulamentares e por rescisão de contrato de trabalho (diminuição de US\$ 0,5 milhão frente a 2020).

² Aumento devido à resposta à emergência da COVID-19.

³ No exercício de 2020, abrange a reavaliação de prédios no montante de US\$ 11,2 milhões.

⁴ Aumento (US\$ 73,4 milhões em relação a 2020), principalmente no caso de serviços profissionais, consultores, redação técnica.

⁵ Diminuição nas doações a terceiros (US\$ 19 milhões em relação a 2020), principalmente no caso das contribuições voluntárias da OMS – fundo para emergências e aumento nas cartas de acordo (US\$ 12,5 milhões em relação a 2020).

Os serviços contratuais aumentaram de US\$ 85,4 milhões em 2020 para US\$ 158,8 milhões em 2021, como mostra a tabela a seguir.

Serviços contratuais	(milhões de dólares)	
	2021	2020
Serviços profissionais	52.5	18.0
Consultores	45.5	30.6
Redação técnica	35.6	23.8
Serviços de construção	14.1	7.1
Outros	5.7	4.2
Instalações para reuniões	5.4	1.7
Total dos serviços contratuais	158.8	85.4

11. *Liquidez e investimentos*

O Comitê de Investimentos da OPAS estabelece e executa políticas de investimento adequadas, que refletem as melhores práticas e uma gestão financeira prudente. Além disso, examina periodicamente o rendimento da carteira de investimentos,

tendo em mente o objetivo principal de preservar o valor capitalizado dos recursos e manter a liquidez adequada, ao mesmo tempo em que maximiza o rendimento da carteira.

Como resultado da pandemia de COVID-19, a Organização registrou um aumento nos recursos administrados pela Organização associados principalmente aos fundos de compras e às contribuições voluntárias. Como esses recursos se destinam a apoiar a resposta à pandemia, sua natureza é necessariamente de curto prazo. Contudo, os juros de curto prazo dos EUA têm sido 0% ou girado em torno de 0% desde 2020, reduzindo as opções para investir o excedente de liquidez. Assim, a receita de investimentos e os juros auferidos caíram para US\$ 8,4 milhões em 2021, frente a US\$ 11,2 milhões em 2020.

12. Políticas contábeis e base de preparação

A Organização conseguiu trabalhar de forma eficiente e eficaz apesar das restrições impostas pela pandemia. O impacto financeiro da COVID-19 sobre o desempenho foi divulgado nas notas das demonstrações financeiras pertinentes afetadas. O efeito da pandemia de COVID-19 sobre o desempenho financeiro da OPAS nos próximos anos dependerá de desdobramentos que não podem ser previstos de forma confiável.

A publicação das demonstrações financeiras da Organização foi autorizada pela Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana, no exercício da autoridade nela investida pela Conferência Sanitária Pan-Americana, conforme o disposto na resolução CSP29.R10, de setembro de 2017. A data de aprovação da publicação é a data do Relatório do Auditor Externo. Nenhuma outra autoridade tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após sua publicação.

Assinado

Carissa F. Etienne

Diretora

Repartição Sanitária Pan-Americana

Certificação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em conformidade com as disposições do artigo XIII do Regulamento Financeiro, seguem anexas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras, as políticas contábeis e as notas às demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS). As demonstrações financeiras e as notas foram auditadas pelo Auditor Externo da Organização, o Escritório Nacional de Auditoria do Reino Unido, cuja opinião está incluída neste relatório.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, junto com as respectivas notas explicativas, foram examinadas e aprovadas.

Assinado

**Xavier Puente Chaudé
Diretor**

Gestão de Recursos Financeiros

Assinado

**Carissa F. Etienne
Diretora**

Repartição Sanitária Pan-Americana

06 de maio de 2022

Declaração de 2021 da OPAS sobre Controle Interno

Alcance da responsabilidade

Na qualidade de Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA), tenho a responsabilidade de oferecer aos Estados Membros uma garantia razoável de que a RSPA está mantendo um sistema adequado de controle interno que respalde o cumprimento do mandato da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a consecução de seus objetivos e, ao mesmo tempo, salvasse os fundos e ativos administrados pela RSPA. Isso está em conformidade com as responsabilidades a mim atribuídas pela Constituição da OPAS, os Órgãos Diretores e o Regulamento Financeiro da Organização.

No âmbito do parágrafo 12.1 do Regulamento Financeiro, que delinea o alcance de minhas responsabilidades,¹ apresento informações sobre a situação do ambiente de controle interno da RSPA em cumprimento do objetivo deste relatório. Além disso, as atividades da RSPA são enquadradas no Plano Estratégico da OPAS 2020-2025,² que estabelece de forma clara que a prestação de contas é um componente crucial de qualquer organização que funcione bem e que implemente um enfoque de gestão baseada em resultados.

Levando em consideração o mandato constitucional da OPAS, o sistema de controle interno é embasado pelo Modelo das Três Linhas³ e está vinculado nos níveis programático e transacional ao Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS). Esses vínculos aumentam a transparência e a eficiência no uso dos recursos, se concentrando em fortalecer as funções normativas e de conformidade da instituição e aumentar as eficiências.

A importância de mecanismos transparentes e eficientes de controle interno na Organização se tornou ainda mais significativa com os graves impactos sanitários, sociais e econômicos da pandemia de COVID-19⁴ e das rupturas associadas aos serviços essenciais de saúde nos Estados Membros da OPAS.

O ambiente operacional da OPAS

A Organização opera por meio de sua sede em Washington, D.C., 27 representações nos países e três centros especializados na região. Durante o exercício, novos chefes de representações foram selecionados e nomeados em oito países: Argentina, Bahamas (também responsável pelas Ilhas Turcas e Caicos), El Salvador, Equador, Guatemala, Jamaica (também responsável pelas Bermudas e pelas Ilhas Cayman), Peru e Uruguai. Dois Diretores de Programas Sub-regionais foram nomeados para as sub-regiões do Caribe e da América do Sul, respectivamente, enquanto cinco novos administradores foram selecionados para Barbados (também responsável pelos Estados independentes do Caribe Oriental, os territórios ultramarinos do Reino Unido no Caribe Oriental e os departamentos franceses no Caribe, assim como o Escritório Sub-regional para o Caribe), Paraguai, Peru, Suriname e Trinidad e Tobago (também responsável pelas ilhas de língua holandesa no Caribe). Todos os novos funcionários receberam a formação necessária em controles internos para manter o desempenho eficaz de seus respectivos escritórios.

O ambiente contextual no qual a Organização operou durante 2021 se caracteriza pela emergência da pandemia de COVID-19.⁵ A trajetória dessa pandemia nas Américas permanece altamente incerta. A disparada do número de casos por toda a América Central e do Sul no primeiro semestre de 2021 foi devastadora e catalisou a formulação de novas estratégias de resposta, sobretudo nas áreas de compra e distribuição de vacinas contra a COVID-19. A disponibilidade da vacina foi limitada em todo o mundo, e muitos países, incluídos os da América Latina e do Caribe, enfrentaram iniquidades no acesso. Ao mesmo tempo,

¹ [O Regulamento estipula](#) que “O Diretor estabelecerá e manterá uma estrutura eficaz de controle interno com políticas e procedimentos operacionais com base nas melhores práticas do setor a fim de: a) assegurar uma administração financeira eficaz e eficiente; b) salvar os ativos; c) alcançar os objetivos e metas estratégicos em linha com a missão da Organização; e d) manter uma função de supervisão interna que preste contas ao Diretor.”

² Ver o [Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2020-2025: A equidade, o coração da saúde](#). Documento OD359, Anexo E. Mecanismos de prestação de contas. Outubro de 2019: Washington, D.C.; OPAS.

³ [O modelo das três linhas, do Instituto de Auditores Internos – IIA \(na sigla em inglês\)](#).

⁴ Ver o documento CD59/INF/1 – [Atualização sobre a Pandemia de COVID-19 na Região das Américas](#). 59ª Conselho Diretor/73ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Sessão Virtual, 20 a 24 de setembro de 2021.

⁵ GIB-HQ-CO-Centers-21-1282. Prorrogação do período de emergência em decorrência da COVID-19 e outras orientações. Maio de 2021.

os países e territórios da Região continuaram a relatar interrupções persistentes em graus variados na prestação de serviços essenciais de saúde, com destaque para dificuldades em assegurar a continuidade do atendimento, sobretudo no primeiro nível da atenção.

Essa situação indica que o controle da pandemia de COVID-19 na Região continuará a exigir uma resposta abrangente com capacidade sustentada das redes de serviços de saúde, medidas sociais e de saúde pública sustentadas, operações de vacinação direcionadas e medidas de controle de surtos, como a detecção precoce, a investigação e o isolamento de casos, e o rastreamento e quarentena de contatos. A pandemia e seus efeitos são particularmente desafiadores para os Estados Membros da OPAS, muitos dos quais têm recursos limitados, mas essas circunstâncias também estão pondo à prova as funções básicas da Organização em diversas frentes, como compras, gestão da continuidade das operações, sustentabilidade do financiamento e, igualmente importante, a capacidade da OPAS de implementar os níveis necessários de cooperação técnica.

É importante destacar que a RSPA tem mantido os mais elevados níveis de prestação de contas na execução de seu Orçamento por Programas. A gama completa de atividades da OPAS implementadas em resposta à COVID-19 pode ser encontrada em dois relatórios disponíveis no website da OPAS: 1) *Pan American Health Organization Response to COVID-19 in the Americas. January-December 2020*⁶ e 2) *Pan American Health Organization Response to COVID-19. January to June 2021*⁷ (disponíveis em inglês). É claro que essas experiências relacionadas à pandemia estão remodelando a arquitetura da saúde mundial e a RSPA está envidando todos os esforços para evoluir nas áreas apropriadas.

O desenvolvimento da política de saúde foi além do âmbito dos ministérios da saúde, com a liderança exercida pelos chefes de Estado e de governo devido ao amplo impacto da COVID-19 nas esferas social, econômica e fiscal, bem como nos grupos mais vulneráveis. Foram envidados esforços para superar as tensões entre os poderes dos governos nacional e estadual, e entre setores (como o setor privado), níveis administrativos e o campo político nacional. Questões relacionadas às vacinas, como os certificados de vacinação, as viagens internacionais,⁸ a regulamentação do turismo, os serviços educacionais e as políticas específicas sobre o local de trabalho, agora fazem parte da mais alta agenda política nacional, num esforço para avaliar de maneira crítica a resposta à COVID-19 e dela extrair lições.

Nesse contexto, no nível operacional, a RSPA continuou a cooperação técnica usando ferramentas virtuais, zelando para que o trabalho relacionado à pandemia não ofuscasse outras responsabilidades da OPAS para honrar seus compromissos com os resultados prioritários previstos no Orçamento por Programas bienal, na Agenda de Saúde Sustentável para as Américas (ASSA) e em outros mandatos necessários para o desenvolvimento nacional sustentável.⁹ A Repartição envidou esforços especiais para fortalecer e melhorar o desempenho das funções facilitadoras para a cooperação técnica e para respostas rápidas e de qualidade à evolução da pandemia, por exemplo, na área de compras e no uso de dois mecanismos-chave de compras: o Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas (Fundo Rotativo)¹⁰ e o Fundo Rotativo para Provisões Estratégicas de Saúde (Fundo Estratégico). O uso de

⁶ *Atualização sobre a pandemia de COVID-19 na Região das Américas, preparação para o COVAX e acesso equitativo às vacinas contra a COVID-19* – OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde (documento CDSS1/2, disponível em <https://www.paho.org/pt/documentos/cdss12-atualizacao-sobre-pandemia-covid-19-na-regiao-das-americas-preparacao-para-covax>).

⁷ *Atualização sobre a Pandemia de COVID-19 na Região das Américas* – OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde (documento CD59/INF/1, disponível em <https://www.paho.org/pt/documentos/cd59inf1-atualizacao-sobre-pandemia-covid-19-na-regiao-das-americas>).

⁸ As viagens não essenciais são de importância crucial para os países e territórios com economias altamente dependentes do turismo. Nesse sentido, desde julho de 2020, a RSPA vem publicando orientações baseadas no risco para informar o processo de tomada de decisões para a retomada das viagens internacionais não essenciais. As medidas relacionadas às viagens internacionais atualmente são mais heterogêneas do que as medidas de âmbito comunitário. Ver: [Considerations for resuming non-essential international traffic in the Caribbean in the context of the COVID-19 pandemic](#) (disponível em inglês).

⁹ Apresentação do Relatório Anual de 2021 pela Dra. Carissa F. Etienne, Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana e Diretora Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. 20 de setembro de 2021 59º Conselho Diretor/73ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Ver o documento CD59/3 – Relatório Anual do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana – OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde, disponível em <https://www.paho.org/pt/documentos/cd593-relatorio-anual-do-diretor-da-reparticao-sanitaria-pan-americana>.

¹⁰ “Em vista da situação do Fundo Rotativo da OPAS para Acesso a Vacinas (Fundo Rotativo) como o mecanismo de compras reconhecido nas Américas para o Mecanismo de Acesso Global a Vacinas contra a COVID-19 (COVAX), que visa oferecer acesso equitativo a essas vacinas, a RSPA implementou o rastreador do COVAX em março de 2021. Essa ferramenta monitora o processamento e entrega das vacinas contra a COVID-19 aos Estados Membros e, em junho de 2021, a Repartição implementou a ferramenta de Planejamento da Demanda das Vacinas contra a COVID-19 como uma plataforma centralizada para documentar a demanda dos países por vacinas e os acordos bilaterais e com o

ferramentas virtuais exigiu atenção especial na área da tecnologia da informação e comunicação para melhorar o acesso e a disponibilidade de equipamentos e ferramentas e, ao mesmo tempo, monitorar de perto a cibersegurança.¹¹ A RSPA também melhorou sua infraestrutura onde foi necessário e conforme apropriado.

Durante 2021, várias intervenções visando o desenvolvimento organizacional¹² foram identificadas para orientar melhorias institucionais,¹³ enquanto ações específicas foram implementadas para proteger o maior patrimônio da OPAS: seus recursos humanos. Ajustamos nosso planejamento e orçamento para administrar a evolução da situação da pandemia, zelando constantemente pela gestão prudente dos recursos limitados. Estabelecemos novas parcerias e alianças, ao mesmo tempo em que fortalecemos as já tradicionais, e mobilizamos mais recursos para a resposta à pandemia. O funcionamento ininterrupto dos Órgãos Diretores garantiu o processo consultivo e a responsabilização pela tomada de decisões.

No nível programático, os Órgãos Diretores da OPAS aprovaram o Orçamento por Programas 2022-2023 e, com base nessa aprovação, o processo de planejamento operacional foi lançado e conduzido em tempo hábil. Esse processo seguiu um enfoque integrado, com a formulação dos Planos de Trabalho bienais, Planos de Recursos Humanos (RH), Planos de Recursos e Análise de Risco.¹⁴ Foi realizado o processo de monitoramento e avaliação do desempenho institucional do Orçamento por Programas da OPAS 2020-2021, envolvendo a Direção Executiva, gerentes das entidades e pessoal técnico, para avaliar o progresso na implementação dos planos de trabalho bienais aprovados no nível dos centros de custos.

Nas áreas de gestão de riscos, conformidade e ética, tomaram-se várias medidas para melhorar a governança e manter as operações livres de possíveis fraudes e conflitos de interesses. O processo de gestão de riscos dos projetos de cooperação técnica financiados por contribuições voluntárias foi implementado com êxito. O intuito era aumentar a supervisão e a prestação de contas aos Estados Membros e proteger a Organização contra riscos institucionais, como riscos financeiros, legais, operacionais, técnicos e de reputação, entre outros.¹⁵ A Comissão Permanente de Conformidade e Gestão de Riscos da RSPA se reuniu várias vezes durante o ano para monitorar e discutir a situação dos riscos e recomendar melhorias, com medidas e critérios para reforçar o registro de riscos institucionais, bem como para informar sobre a inclusão dos riscos dos projetos e da análise de riscos no planejamento operacional. A Direção Executiva continuou a monitorar o programa de gestão de riscos, e uma série de sessões de formação/workshops foi organizada com gerentes sub-regionais, representantes de países e diretores de centros para discutir relatórios de risco no nível nacional e central/institucional, desafios e oportunidades existentes no nível local para a gestão de riscos e comunicações, oferecer cursos das ferramentas e identificar maneiras de melhorar o processo para apoiar os esforços locais.¹⁶ Além disso, foi solicitada a participação de determinadas pessoas, como administradores, oficiais de programas e

COVAX.” Parágrafo 75, extraído do Relatório Anual do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana. 59º Conselho Diretor/73ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Sessão Virtual, 20 a 24 de setembro de 2021, disponível em <https://www.paho.org/pt/documentos/cd593-relatorio-anual-do-diretor-da-reparticao-sanitaria-pan-americana>.

¹¹ Embora não seja obrigatório, a área de segurança de TI da OPAS está alinhada com as melhores práticas definidas na norma ISO 27001.

¹² Apresentação do Relatório Anual de 2021 pela Dra. Carissa F. Etienne, Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana e Diretora Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. 20 de setembro de 2021. 59º Conselho Diretor/73ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, disponível em <https://www.paho.org/pt/documentos/cd593-relatorio-anual-do-diretor-da-reparticao-sanitaria-pan-americana>.

¹³ Em junho de 2020, a Diretora determinou a criação de Comitê Diretor Interno para examinar as funções organizacionais, a estrutura e os orçamentos existentes da OPAS e formular uma série de recomendações para preparar a Organização para ingressar no biênio 2022-23 em bases sólidas do ponto de vista técnico, administrativo e financeiro. Essa atividade resultou na elaboração e implementação das Iniciativas de Desenvolvimento Organizacional.

¹⁴ [PIB-HQ-CO-Centers-21-3568](#). Agosto de 2021.

¹⁵ [Documento CE166/6. Reforma de la gobernanza de la OPS](#) e [Resolução CE166.R9](#) (ambos em espanhol). Sessão Virtual, 22 e 23 de junho de 2020.

¹⁶ No total, mais de 70 pessoas participaram de pelo menos uma das diversas sessões de formação e forneceram informações valiosas para desenvolver ainda mais o programa de gestão de riscos da OPAS. Organizou-se um total de quatro sessões, as três primeiras voltadas para grupos específicos das representações e funções da OPAS, e a quarta como uma visão geral e sessão de resumo com a participação de todos, para passar em revista, especificamente, os parâmetros a serem usados nos relatórios e a ferramenta Power BI, gerida de forma central. Posteriormente, foi enviada uma pesquisa a todos os participantes para obter suas opiniões sobre o processo em geral e suas preferências para futuros relatórios sobre risco.

gerentes de projeto, em sessões específicas¹⁷ que mais se aproximavam de suas áreas de responsabilidade, a fim de melhorar a compreensão da gestão e análise de riscos, bem como do uso de ferramentas de risco.

Com respeito à conformidade, o PMIS recebeu melhorias para aumentar a prestação de contas, com o lançamento de uma nova política para a delegação de ações no PMIS,¹⁸ com sessões de formação específicas. Essa política reduzirá o risco de delegação indevida de autoridade que poderia permitir aos usuários do PMIS sem a devida autoridade aprovar transações ou gastos de recursos.

Em resumo, 2021 foi um ano desafiador, caracterizado por demandas críticas no contexto da evolução da emergência provocada pela COVID-19, que impactou diretamente os países deste hemisfério e exigiu da Organização respostas constantes e em tempo hábil. Entre essas respostas, destacam-se comunicações sistemáticas adaptadas a diversos públicos para combater a concomitante infodemia,¹⁹ caracterizada pela desinformação e desconhecimento disseminados, sobretudo, nas redes sociais, com um potencial considerável para piorar os resultados em termos de saúde. Ao mesmo tempo, se buscou reforçar os controles internos para monitorar de perto as operações da Organização do ponto de vista programático, financeiro e gerencial.²⁰ Por último, em dezembro de 2021, com base numa situação epidemiológica em evolução devido à detecção e surgimento da variante Ômicron, foi tomada a decisão de estender todas as medidas relacionadas com a emergência da COVID-19 até 31 de dezembro de 2022²¹ e adiar o retorno à sede, com ocupação limitada, para depois de 31 de março de 2022.²²

Riscos significativos em 2021

Devido às condições específicas de 2020, a Direção Executiva examinou e discutiu várias áreas dos riscos em 2021, com destaque para o nível de tolerância a riscos.²³ A lista de riscos também foi revista e priorizada com a Comissão Permanente de Conformidade e Gestão de Riscos e com a Direção Executiva, com o objetivo de elaborar o Orçamento por Programas 2022-2023. Essas entidades monitoraram regularmente as informações contidas no registro de riscos institucionais, com a apresentação das conclusões durante o processo de avaliação do monitoramento do desempenho institucional. Na revisão e priorização de riscos, consideraram aspectos como o uso de riscos como possíveis oportunidades; a identificação de riscos novos e emergentes; e decisões para fortalecer a cultura de risco organizacional. Com base nesse exercício, o conceito de nível de tolerância foi incorporado como parte do registro de riscos institucionais, com o objetivo de reforçar o vínculo entre os controles internos e os riscos, e foram incluídas questões específicas de conformidade na pesquisa trimestral de conformidade feita com gerentes dos centros de custos.

¹⁷ Sessões de formação sobre planejamento operacional 2022-2023, abrangendo riscos e oportunidades no Registro de Riscos Institucional ([PIB-HQ-CO-Centers-21-3541](#)), julho de 2021, e demonstração da ferramenta Power BI para o registro de riscos e visão geral dos parâmetros atuais de classificação de risco em relação com a gestão de riscos institucionais da OPAS ([PIB-HQ-CO-Centers-21-3652](#), novembro de 2021).

¹⁸ [GIB-HQ-CO-Centers-21-1295](#). Agosto de 2021.

¹⁹ [Gestión de la infodemia sobre la COVID-19: Promover comportamientos saludables y mitigar los daños derivados de la información incorrecta y falsa](#) (disponível em espanhol).

²⁰ Apresentação do Relatório Anual de 2021 pela Dra. Carissa F. Etienne, Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana e Diretora Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. 20 de setembro de 2021. 59ª Conselho Diretor/73ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, disponível em <https://www.paho.org/pt/documentos/cd593-relatorio-anual-do-diretor-da-reparticao-sanitaria-pan-americana>.

²¹ [PIB-HQ-CO-Centers-21-3690](#). Prorrogação-Declaração da situação de desastre na sede e nas representações devido à pandemia mundial de COVID-19 até 31 de dezembro de 2022.

²² As diretrizes sobre o retorno aos escritórios definia as fases para ocupação (ver [PIB-HQ-CO-Centers -21 -21, -3692](#)).

²³ Conselho de Executivos do Sistema das Nações Unidas para a Coordenação. [Guidelines on Risk Appetite Statements \(final\)](#), 38ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Gestão, 15 e 16 de outubro de 2019 (documento [CEB/2019/HLCM/26](#), disponível em inglês). Anexo 1: A tolerância ao risco é o “nível aceitável de variação que uma entidade está disposta a aceitar em relação à busca de seus objetivos”. Na página 23 se indica que as tolerâncias ao risco também podem ser definidas como limites quantitativos que alocam o apetite de risco da organização para tipos específicos de risco, unidades, atividades e segmentos operacionais, e outros níveis. Certas tolerâncias ao risco são limites definidos em políticas que não devem ser ultrapassados, salvo em circunstâncias extraordinárias (limites rígidos), enquanto outras tolerâncias ao risco são pontos de orientação ou de acionamento para revisões de risco e mitigação (limites flexíveis). Embora o apetite de risco seja uma determinação estratégica baseada em objetivos de longo prazo, a tolerância ao risco pode ser vista como uma prontidão tática para suportar um risco específico dentro dos parâmetros estabelecidos.

Apresenta-se a seguir a lista de áreas de risco e seu alcance. As ações de mitigação estão descritas abaixo e se aplicam a um ou mais riscos.

Área de risco	Alcance
A dependência de os Estados Membros custearem seus compromissos financeiros e a necessidade de assegurar isso ²⁴	<ul style="list-style-type: none"> • Descumprimento dos compromissos financeiros por parte de alguns Estados Membros (contribuições fixas) • Recursos insuficientes ou declínio dos investimentos para implementar o Plano Estratégico da OPAS e alcançar seus objetivos, incluídos os recursos obtidos por meio dos mecanismos de contribuição voluntária • Colapso ou crise de governança que pode atrasar o cumprimento das obrigações financeiras ou prejudicar o desenvolvimento programático
Capacidade de apoiar as necessidades dos Estados Membros graças à mobilização de recursos, alavancagem de parceiros e doadores, e rapidez da resposta	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de responder rapidamente às necessidades dos Estados Membros em emergências e desastres (surtos e eventos naturais) • Falta de diversificação de parceiros e doadores • Incapacidade de formular e implementar planos de mobilização de recursos
Capacidade de atrair e reter talentos com qualificações e competências para executar novos modos de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Restrições de tempo ou recursos que dificultam a manutenção e atualização contínua das qualificações e competências necessárias do pessoal existente • Incapacidade de atrair e reter pessoal com as qualificações e competências necessárias para cumprir os compromissos programáticos
Prioridades nacionais conflitantes que reduzem a atenção às prioridades de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da escala da emergência causada pela COVID-19 e de novas crises humanitárias que podem afetar os resultados em termos de saúde • Sistemas de informação com dados desagregados limitados e dados escassos sobre os determinantes sociais da saúde
Prontidão da infraestrutura de tecnologia/sistemas para apoiar a transformação digital	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos insuficientes para o desenvolvimento de aplicativos para a modernização do local de trabalho e a continuidade das operações • Cibersegurança
Dever de cuidar do pessoal e continuidade das operações durante a pandemia	<ul style="list-style-type: none"> • Descumprimento dos protocolos de segurança no local de trabalho para garantir a saúde e o bem-estar do pessoal • Falta de planos atualizados de continuidade das operações nos locais de trabalho da OPAS
Reputação da RSPA	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial de fraude /conflitos de interesses/comportamento indevido

Para gerir riscos, várias ações de mitigação são incorporadas ao programa regular de trabalho dos responsáveis pela gestão dos riscos e monitoradas regularmente pela Comissão Permanente de Conformidade e Gestão de Riscos, pela Direção Executiva e por outras entidades. A gama de ações de mitigação com diversos níveis e dimensões abrange a formulação ou revisão de políticas e procedimentos, a confirmação regular da conformidade dentro de processos operacionais específicos, o monitoramento da execução dos convênios de doação, a capacitação para formar capacidade interna em diversas áreas de trabalho, o processo consultivo regular e *ad hoc* com os Estados Membros, a manutenção de comunicações com as partes interessadas internas e externas com respeito ao progresso e desafios da RSPA, e o monitoramento da implementação da resposta da RSPA durante a emergência e o dever de cuidado e a realização de avaliações ou auditorias.

²⁴ O Artigo 4 refere-se à obrigação legal dos Estados Membros de disponibilizar as contribuições fixas para execução no primeiro dia do período orçamentário ao qual se referem.

A estrutura de controle interno e gestão de riscos

A estrutura de controle interno da OPAS, baseada no modelo das três linhas,²⁵ foi concebida para reduzir e gerir, em vez de eliminar, o risco de a Organização não conseguir cumprir sua missão e melhorar seu desempenho. O controle interno é um processo contínuo, a cargo dos Órgãos Diretores, da alta administração e de outros funcionários da OPAS, projetado para oferecer garantias razoáveis sobre a eficácia e eficiência das operações, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a conformidade com a regulamentação e regras aplicáveis.

Nesse contexto e reconhecendo a evolução positiva do programa de Gestão de Riscos Institucionais (ERM) na RSPA,²⁶ que permitiu abordar de forma mais sistemática a identificação, avaliação e mitigação de riscos emergentes, a OPAS precisa continuar os esforços para promover uma cultura de gestão de risco eficaz, combinada com uma revisão mais regular dos riscos operacionais no nível local. Com o desenvolvimento do primeiro exercício de mapeamento de garantias, a função do modelo das três linhas e as respectivas lacunas foram identificadas para fins de controle interno. As atividades de monitoramento e revisão serão voltadas para os riscos materiais, financeiros e de reputação para a Organização,²⁷ e os vincularão estrategicamente à conformidade visando um enfoque mais holístico. A previsão é que, durante 2022, se execute uma atividade especial por meio da função de auditoria interna da OPAS para avaliar a segunda linha de defesa, bem como para mapear o manual eletrônico da OPAS a fim de identificar políticas que devam ser revistas ou atualizadas com base nos desenvolvimentos feitos nos níveis operacional e administrativo.

Nesse meio tempo, a RSPA continuará a aprimorar o PMIS para apoiar a primeira linha de defesa — representada por gerentes e pessoal — e a reforçar de forma proativa a segunda linha de defesa, representada pelas funções de conformidade, ética, segurança da informação, gestão de riscos, além das funções da área jurídica. Estas são complementadas pelas funções de supervisão, avaliação, investigação e revisão independente executadas pela RSPA, a terceira linha de defesa.

Por último, com respeito à auditoria, o Escritório de Auditoria Interna (OIA) não atribuiu uma classificação “insatisfatória” a nenhum dos trabalhos de auditoria interna em 2021. Trata-se do quarto ano consecutivo sem uma classificação “insatisfatória” global, e o quinto ano sem uma classificação “insatisfatória” no caso das representações. A Organização manteve uma resposta administrativa eficaz e eficiente aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19 em 2021, com a implantação de ferramentas de tecnologia da informação para facilitar as atividades administrativas e operacionais descentralizadas. A Organização também manteve um rigoroso controle orçamentário sobre gastos gerais e custos dos recursos humanos.

Com base na atividade de auditoria interna empreendida em 2021 e em sua participação nas iniciativas cotidianas da Organização (incluindo a função como observador em comissões internas e grupos de trabalho), o OIA não identificou nenhuma deficiência significativa nos controles internos que comprometessem seriamente a consecução dos objetivos estratégicos e operacionais da OPAS. O parecer geral do OIA com respeito ao ambiente de controle interno da RSPA em 2021 foi que continuou a fornecer uma garantia razoável quanto à precisão e pontualidade do registro das transações, ativos e passivos e à salvaguarda dos ativos.

Exame da eficácia

Na qualidade de Diretora da RSPA, tenho a responsabilidade de examinar a eficácia do sistema de controle interno. Para o exame da eficácia do sistema de controle interno, me apoio no trabalho do Escritório de Auditoria Interna, dos gerentes seniores da Organização que têm a responsabilidade de elaborar e manter a Estrutura de Controle Interno, do Escritório de Ética, que comanda o Sistema de Gestão de Conflitos Internos, assim como nas observações formuladas pelo Auditor Externo em suas cartas de recomendação e em seus relatórios de auditoria.

²⁵ [O modelo das três linhas, do Instituto de Auditores Internos](#) (IIA, na sigla em inglês).

²⁶ “Continuamos a monitorar o progresso da OPAS em aspectos fundamentais do controle interno; gestão de riscos; ética e investigação. Além disso, consideramos a eficácia do planejamento da continuidade das operações da OPAS nas circunstâncias da pandemia.” Trecho do parágrafo 14 do [Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo](#) (documento OD362, CD59).

²⁷ [Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo](#) (documento OD362, CD59).

Ao longo do exercício, foram envidados esforços significativos para fortalecer os mecanismos e elementos de responsabilidade institucional relacionados à transparência e à governança. As intervenções tiveram a forma de formulação de políticas, gestão de riscos, planejamento estratégico e operacional, monitoramento, avaliação e apresentação de relatórios em todos os níveis da Organização, com destaque para as seguintes:

- a. **Exame dos projetos institucionais relativos às contribuições voluntárias:**²⁸ um novo processo operacional padronizado foi concebido para incorporar o processo de risco no exame dos projetos institucionais financiados por contribuições voluntárias. Esse processo, lançado em fevereiro de 2021, exige que todas as propostas de projetos que vão ser financiadas com contribuições voluntárias sejam carregadas num fluxo de trabalho de exame de projetos institucionais e sejam avaliadas em relação aos critérios-padrão de risco institucional.
- b. **Relatórios de reuniões virtuais:**²⁹ foi criada uma plataforma para os relatórios de reuniões virtuais com os objetivos de registrar as reuniões virtuais planejadas e os participantes, tanto internos como externos, e criar uma base de dados *on-line* para todos os relatórios de reuniões virtuais. O novo formato dos relatórios de reuniões virtuais contém os objetivos, um resumo, as ações pendentes, os responsáveis e os prazos a serem cumpridos. O objetivo dessa iniciativa é assegurar a manutenção sistemática da memória institucional e facilitar as medidas de acompanhamento. A ferramenta deve ser usada obrigatoriamente para informar sobre as reuniões com as entidades da OMS e com outros organismos da ONU, as reuniões de cooperação técnica com parceiros externos e as reuniões internas importantes.
- c. **Componente de avaliação de reuniões virtuais e presenciais:**³⁰ desde 17 de maio de 2021, todas as entidades que organizam reuniões virtuais exclusivamente para fins de capacitação são obrigadas a divulgar um formulário de avaliação para cada participante convidado para o evento. Essa avaliação será acionada automaticamente pela ferramenta de registro de relatórios de reuniões virtuais para todas as reuniões designadas como de capacitação. O formulário de avaliação está disponível nos quatro idiomas oficiais da OPAS e a plataforma envia o formulário a todos os participantes virtuais assim que a reunião é concluída. Após a coleta dessas avaliações na plataforma, o gerente de projeto responsável pela atividade de capacitação conclui uma avaliação final do evento a fim de incorporar comentários e recomendações pertinentes dos participantes.
- d. **Verificação física do patrimônio:** um processo integrado foi implementado no PMIS para a verificação física de instalações e equipamento não obsoletos adquiridos a partir de 31 de outubro de 2021.³¹ Anteriormente, a verificação do patrimônio era feita manualmente e estava sujeita à falta de uniformidade. Com esse novo processo, todos os bens portáteis designados para custódia no PMIS são verificados de forma centralizada pelo setor de Operações de Serviços Gerais (GSO), sem contato físico. A perda de um bem com valor de mercado justo superior a US\$ 500 será informada.
- e. **Política de prestação de contas pelo patrimônio:** esta política³² oferece mais orientações sobre a gestão do patrimônio. Por exemplo, toda perda, furto ou dano a um bem atribuído ao pessoal da Organização passará a ser informado a GSO em vez de ao setor de Investigações (INV). Quando um bem ou equipamento for perdido ou danificado por simples negligência, a pessoa em questão será responsável pelo pagamento de uma quantia fixa à Organização.
- f. **Acordo de confidencialidade da OPAS:**³³ a finalidade do acordo de confidencialidade é conscientizar sobre os princípios éticos da Organização e aumentar a conformidade com esses princípios. O processo de confirmação do acordo por todo o pessoal é feito por meio do PMIS, para assegurar o devido monitoramento. HRM se ocupa da custódia desses formulários e solicitará a todo o pessoal da OPAS que os apresente anualmente.
- g. **Certificação anual das contas:**³⁴ um processo para a certificação anual das contas apresentada pelos gerentes dos centros de custos ao Diretor foi integrado em 2021 ao PMIS (na forma de levantamento), com o objetivo de garantir a uniformidade, o registro e o devido monitoramento. Isso representa uma mudança significativa, considerando que, em anos anteriores, esse processo era feito por meio de memorandos.
- h. **Cobertura de seguro para centros e representações:** lançou-se um procedimento padronizado e atualizado³⁵ para orientar os centros e representações sobre as exigências em termos de seguro dos edifícios e patrimônio. A orientação

²⁸ Em resposta à resolução CD58.R3. Ver o relatório [CE169/ INF/1.Lições aprendidas com a Reforma da Governança da OPAS](#). 169ª Sessão do Comitê Executivo. Sessão Virtual, 24 de setembro de 2021.

²⁹ [GIB-HQ-CO-Centers-21-1265](#). 5 de fevereiro de 2021.

³⁰ [GIB-HQ-CO-Centers-21-1285](#). 21 de maio de 2021.

³¹ Esse processo está alinhado com a política da OPAS XIII.2.3 sobre a gestão dos ativos fixos.

³² [ETL 21-02: prestação de contas sobre patrimônio](#). Janeiro de 2021.

³³ [GIB-HQ-CO-Centers -21-1325](#). Setembro de 2021.

³⁴ [PIB-HQ-CO-Centers-21-3364](#). Janeiro de 2021.

³⁵ Carta de transmissão do manual eletrônico 21-09. Abril de 2021.

- previa um procedimento específico para a substituição de todos os veículos³⁶ adquiridos com recursos de fundos da OPAS (por exemplo, ACP, POC, PSC, etc.) que não estão ligados a uma subvenção.
- i. **Dever de cuidado e registro da vacinação contra a COVID-19 no PMIS:**³⁷ como parte das medidas de preparação para o retorno aos escritórios, todo o pessoal agora é obrigado a informar, por meio do PMIS, a situação de sua vacinação contra a COVID-19.³⁸ Essa informação precisa ser prestada por todo o pessoal (funcionários do quadro efetivo e trabalhadores contingentes) num novo módulo do PMIS para o acompanhamento da vacinação. Esse novo recurso contém mais opções e apresenta capacidade mais robusta de monitoramento e informação. A fim de proteger a confidencialidade, apenas o trabalhador e a Unidade de Saúde e Bem-estar (HRM/WB) terão acesso a informações individualizadas. Essa iniciativa complementa o decreto anunciado pela Casa Branca em 25 de outubro de 2021 sobre o avanço do retorno seguro das viagens internacionais durante a pandemia de COVID-19. Até 5 de novembro de 2021, o Departamento de Estado dos EUA havia informado todas as organizações internacionais e missões estrangeiras sobre as novas diretrizes para viagens aos Estados Unidos. Os portadores de visto G-4 e seus dependentes precisam estar com o esquema vacinal completo caso permaneçam nos EUA além de 60 dias, ou tão logo seja apropriado do ponto de vista médico, a menos que tenham uma contra-indicação médica, conforme determinado pelo Diretor dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC).³⁹
 - j. **Continuidade das operações e retorno aos escritórios da OPAS:**⁴⁰ à medida que a situação da COVID-19 evolui nos países e no mundo, as medidas para retomar as atividades regulares na OPAS estão sujeitas a uma revisão constante. As diretrizes atualizadas sobre o retorno aos escritórios da OPAS foram distribuídas e esse retorno continuará a ser gradual, com fases que se estenderão por um período, de acordo com as informações relacionadas à situação epidemiológica local e à capacidade do sistema de saúde (saúde pública e serviços de saúde).
 - k. **Política de teletrabalho da OPAS:**⁴¹ a nova política de teletrabalho foi lançada com o objetivo de estender essa modalidade a todo o pessoal da OPAS com cargo de prazo fixo ou temporário, em todas as categorias e escalões, cujas funções se adequem ao teletrabalho. A política define o que constitui um local de teletrabalho, estabelece uma duração máxima de 12 dias de teletrabalho por mês e estipula as obrigações e responsabilidades dos trabalhadores e supervisores. Entrará em vigor tão logo a política de teletrabalho de emergência seja concluída.
 - l. **Ética no local de trabalho:**⁴² o Escritório de Ética continuou a monitorar a situação da RSPA para manter um ambiente que ajude o pessoal e os gerentes da OPAS a seguir os princípios éticos e de integridade da Organização. Nesse contexto, em setembro foi lançada uma pesquisa sobre a ética e o clima na OPAS, usando o serviço *on-line* independente NAVEX Global. Um total de 1163 pessoas responderam, e os resultados, previstos para o início de 2022, serão compartilhados e discutidos dentro da comunidade da OPAS. Ao mesmo tempo, a OPAS aderiu à iniciativa Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) da OMS, com o intuito de criar um local de trabalho melhor, onde as diferenças sejam acolhidas, todos sejam incluídos e todo o pessoal esteja totalmente envolvido e seja tratado com dignidade e respeito. A OPAS está participando dessa iniciativa para continuar a reforçar a colaboração entre o pessoal e promover os esforços de equipe para alcançar os objetivos institucionais. Uma série de medidas foi tomada com respeito à prevenção da exploração e abuso sexual, com destaque para lembretes a todo o pessoal sobre a importância de informar casos ou atitudes suspeitas;⁴³ a prestação de informações sobre o relatório independente da OMS relativo aos casos no Congo durante a emergência do Ebola⁴⁴ e a divulgação de uma política específica que trata da prevenção da exploração e abuso sexual.⁴⁵ Nos termos dessa política, o pessoal da OPAS está proibido estritamente de abusar do cargo que ocupe e de se envolver em qualquer tipo de conduta sexual com pessoas que dependam dos serviços ou da assistência da OPAS. Além disso, obriga o pessoal a denunciar imediatamente toda suspeita de exploração e abuso sexual.

³⁶ [ETL-21-06: substituição de veículos](#). Fevereiro de 2021.

³⁷ [PIB-HQ-CO-Centers-21-3392](#). Fevereiro de 2021.

³⁸ [GIB-HQ-CO-Centers-21-1344](#). Dezembro de 2021.

³⁹ [GIB-HQ-CO-Centers-21-1341](#). Dezembro de 2021.

⁴⁰ O modelo de retorno aos escritórios considera cinco fases. A porcentagem definida em cada fase corresponde ao nível máximo de ocupação nos escritórios. O modelo vai da fase 1, na qual apenas um máximo de 10% do pessoal no local de trabalho estaria habilitado a retornar, à fase 5, que permite a ocupação total.

⁴¹ [PIB-HQ-CO-Centers-21-3437](#). Abril de 2021.

⁴² [PIB-HQ-CO-Centers-21-3599](#). Setembro de 2021.

⁴³ [PIB-HQ-CO-Centers-21-3509](#). Junho de 2021.

⁴⁴ [PIB-HQ-CO-Centers-21-3611](#). Outubro de 2021.

⁴⁵ [PIB-HQ-CO-Centers-21-3472](#). Maio de 2021.

- m. **Prevenção de Fraudes:**⁴⁶ para reduzir o risco de fraudes, foram adotadas mudanças no PMIS, o que exigiu medidas adicionais para confirmar as principais informações dos fornecedores.
- n. Além disso, um curso obrigatório foi concebido visando administradores, gerentes de projetos, gerentes de centros de custos, compradores regionais, parceiros financeiros e equipes de tesouraria sobre como detectar e informar atividades suspeitas.
- o. **Cibersegurança:** a OPAS adotou mudanças significativas nas operações de cibersegurança. Um novo e inovador sistema de gerenciamento de informações e eventos de segurança (SIEM, na sigla em inglês), o Microsoft Sentinel, foi implantado e totalmente integrado aos sistemas institucionais para melhorar o monitoramento de incidentes e a respectiva resposta, empregando a análise do comportamento e tecnologia de inteligência artificial. Ao mesmo tempo, foi contratado um novo serviço de operações de segurança (Open Systems), que permite à RSPA contar com monitoramento 24 horas por dia, sete dias por semana, dos eventos de segurança, uma análise mais profunda dos alertas e um encaminhamento muito mais rápido dos incidentes para a equipe de segurança da informação. Outra ferramenta nova, a Varonis, foi implementada com o objetivo de melhorar a auditoria de eventos e detectar ameaças internas por meio da análise do comportamento dos usuários.

Por último, num esforço para apoiar as boas práticas no campo administrativo, os gerentes de centros de custos são obrigados a apresentar periodicamente garantias de que estão cumprindo suas políticas e procedimentos. Esses gerentes são obrigados a preencher a Certificação de Conformidade Mensal e a Certificação Trimestral de Conformidade do Gerente do Centro de Custos. As certificações de conformidade cobrem uma variedade de processos administrativos e financeiros e servem como uma verificação das atividades do centro de custos. Por meio dessas certificações, os gerentes asseguram que não estão cientes de nenhum motivo significativo (ou seja, de incorreções materiais das despesas financeiras sob sua responsabilidade como gerente do centro de custos) que impediria o Diretor de assinar com confiança a carta anual de certificação. Ao longo de todo o exercício financeiro, os gestores dos centros de custos são obrigados a apresentar periodicamente garantias do cumprimento de suas políticas e procedimentos.

O Comitê de Auditoria da OPAS, estabelecido nos termos da Resolução CD49.R2, se reúne duas vezes por ano e atua como consultor especializado independente. Esse comitê ajuda o Diretor da Repartição e os Estados Membros da OPAS por meio de avaliação independente e aconselhamento sobre a operação das estruturas de controle financeiro e prestação de contas, os processos de gestão de riscos, a conformidade e a adequação dos sistemas de controles internos e externos da Organização. Em 2021, o Comitê de Auditoria conseguiu se reunir de forma virtual em abril e novembro e cobriu uma agenda muito abrangente com os tópicos mencionados acima.

Declaração

A equipe da Direção Executiva e eu fizemos um acompanhamento sistemático de todas as recomendações das auditorias internas e externas, incluindo as recomendações do Comitê de Auditoria, das questões éticas informadas e dos riscos institucionais identificados por meio do processo de gestão de riscos.

Estou confiante de que o sistema de controle interno da Organização foi eficaz durante o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 e assim continuava na data em que assinei esta declaração.

Assinado

Carissa F. Etienne

Diretora

Repartição Sanitária Pan-Americana

⁴⁶ [PIB-HQ-CO-Centers-21-3594](#). Setembro de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE À ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

Parecer sobre as demonstrações financeiras

Auditei as demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que abrangem a demonstração da situação financeira, a demonstração do desempenho financeiro, a demonstração das mutações do ativo líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a comparação dos montantes orçados e efetivos referentes ao exercício encerrado e as respectivas notas, incluindo as políticas contábeis significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras apresentam de maneira correta, em todos os aspectos materiais, a situação financeira da Organização Pan-Americana da Saúde em 31 de dezembro de 2021, e seu desempenho financeiro e fluxo de caixa para esse período, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público.

Parecer sobre a regularidade

Em minha opinião, em todos os aspectos materiais, as receitas e as despesas foram aplicadas para os fins visados pela Conferência Sanitária Pan-Americana e as transações financeiras estão em conformidade com o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde.

Base dos pareceres

Realizei a auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e com o Regulamento Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde. Minha auditoria da regularidade foi feita usando os princípios estabelecidos no âmbito das ISA. Minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas mais detalhadamente na seção do nosso relatório sobre as responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

Sou independente da Organização Pan-Americana da Saúde, de acordo com os requisitos éticos pertinentes à minha auditoria das demonstrações financeiras no Reino Unido, a saber, as Normas Éticas de 2019 do Conselho de Informação Financeira (*Financial Reporting Council – FRC*), conforme pertinentes às entidades listadas. A minha equipe e eu cumprimos nossas responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos. Acredito que as evidências de auditoria que obtive são suficientes e apropriadas para servir de base ao meu parecer.

Outras informações

A Diretora é responsável pelas outras informações. As outras informações compreendem as informações incluídas nos comentários da Diretora e na Declaração sobre Controle Interno. Meu parecer sobre as demonstrações financeiras não abrange as outras informações nem manifesto qualquer forma de conclusão de garantia sobre elas. Em conexão com minha auditoria das demonstrações financeiras, minha responsabilidade é ler as outras informações e, ao fazê-lo, considerar se as outras informações são materialmente incompatíveis com as demonstrações financeiras ou se o conhecimento que obtive na auditoria ou de outra forma contém incorreções materiais. Se, com base no trabalho que realizei, eu concluir que há uma incorreção material nessas outras informações, sou obrigado a relatar esse fato. Não tenho nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretora e dos encarregados da governança em relação às demonstrações financeiras

A Diretora é responsável pela preparação e apresentação justa das demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Contábeis Internacionais do Setor Público, e pelo controle interno que a administração determinar ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras livres de erros materiais, seja devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Diretora é responsável por avaliar a capacidade da Organização Pan-Americana da Saúde para continuar em atividade, divulgando, conforme o caso, assuntos relacionados à continuidade das operações e ao uso da base contábil da continuação em atividade, a menos que a Diretora pretenda liquidar a Organização Pan-Americana da Saúde ou encerrar as operações, ou não tenha nenhuma outra opção realista a não ser fazê-lo.

A Diretora e os encarregados da governança são responsáveis por supervisionar o processo de apresentação de informações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Minhas responsabilidades são obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de incorreções materiais, sejam elas decorrentes de fraude ou erro, e emitir um relatório que contenha meu parecer. Garantia razoável é um alto nível de garantia, mas não é garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as ISA sempre detectará uma incorreção material quando ela existir. As incorreções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou de forma agregada, possam influenciar as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria feita de acordo com as ISA, exerço julgamento profissional e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria. Além disso:

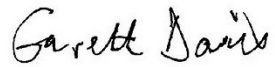
- Identifico os riscos de incorreção material nas demonstrações financeiras, seja decorrente de fraude ou erro, preparo e executo procedimentos de auditoria adequados a esses riscos e obtenho evidências suficientes e apropriadas para servir de base ao parecer. O risco de não detectar incorreções materiais resultantes de fraude é maior do que o resultante de erro, já que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, descrição enganosa ou falha do controle interno.
- Obtenho um entendimento do controle interno relevante para a auditoria, a fim de elaborar procedimentos apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar um parecer sobre a eficácia do controle interno da Organização Pan-Americana da Saúde.
- Avalio a adequação das políticas contábeis usadas e a razoabilidade das estimativas e informações fornecidas pela Diretora.
- Concluo sobre a adequação do uso, pela Direção, da base contábil e, com base nas evidências obtidas, se existe incerteza material acerca de eventos ou condições que possam lançar dúvida sobre a capacidade da Organização Pan-Americana da Saúde de continuar suas atividades. Se concluo que existe incerteza material, devo chamar atenção em nosso relatório para as informações apresentadas nas demonstrações financeiras ou, se as informações forem inadequadas, modificar meu parecer. Minhas conclusões baseiam-se nas evidências obtidas até a data do relatório do auditor. Contudo, futuros eventos ou condições podem fazer com que a Organização Pan-Americana da Saúde deixe de operar.
- Avalio a apresentação geral, estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as informações apresentadas, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos de maneira justa.

Além disso, sou obrigado a obter provas suficientes para oferecer uma garantia razoável de que as receitas e as despesas informadas nas demonstrações financeiras foram aplicadas para os fins visados pela Conferência Sanitária Pan-Americana, e as transações financeiras estão em conformidade com o Regulamento Financeiro que as rege.

Mantenho comunicação com os encarregados da governança, entre outros assuntos, sobre o alcance e a oportunidade da auditoria e as principais conclusões da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa no controle interno que eu identifique durante a auditoria.

Relatório

Também emiti um relatório de auditoria detalhado sobre os resultados da auditoria.



Gareth Davies

Data: 12 de maio de 2022

Controlador e Auditor Geral
Escritório Nacional de Auditoria
157-197 Buckingham Palace Road
Victoria, Londres
SW1W 9SP
Reino Unido

Demonstrações financeiras

Organização Pan-Americana da Saúde Demonstração da situação financeira

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

Descrição	Referência	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 3	167 326	357 346
Investimentos de curto prazo	Nota 4.1	174 063	188 236
Contas a receber	Nota 6	245 449	246 330
Estoques	Nota 7	8 974	11 458
Total do ativo circulante		595 812	803 370
Ativo não circulante			
Investimentos de longo prazo	Nota 4.2	955 795	485 672
Contas a receber	Nota 6	104 810	76 487
Ativo imobilizado	Nota 8	139 091	140 115
Ativo intangível	Nota 9	643	348
Total do ativo não circulante		1 200 339	702 622
TOTAL DO ATIVO		1 796 151	1 505 992
PASSIVO			
Passivo circulante			
Obrigações acumuladas	Nota 10	27 727	29 958
Contas a pagar	Nota 11	41 448	22 440
Benefícios aos empregados	Nota 12.4	2 717	2 386
Receitas diferidas	Nota 13	875 313	672 202
Provisão de curto prazo	Note 23	10 290	11 223
Total do passivo circulante		957 495	738 209
Passivo não circulante			
Contas a pagar	Nota 11	8 659	8 659
Benefícios aos empregados	Nota 12.4	296 142	332 562
Receitas diferidas	Nota 13	193 607	152 853
Total do passivo não circulante		498 408	494 074
TOTAL DO PASSIVO		1 455 903	1 232 283
ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Saldos dos fundos	Nota 14	85 654	65 739
Reservas	Nota 14	254 594	207 970
TOTAL DO ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		340 248	273 709
TOTAL DO PASSIVO E ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1 796 151	1 505 992

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração do desempenho financeiro

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Referência	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
RECEITA			
Receita de transações sem contrapartida			
Contribuições fixas	Nota 15	105 275	105 275
Contribuições voluntárias	Nota 15	177 631	136 813
Alocações da OMS	Nota 15	135 647	154 194
Receita de transações com contrapartida			
Compras de provisões de saúde pública	Nota 15	1 372 018	953 976
Outras receitas	Nota 15	6 811	(26 064)
Receitas diversas	Nota 15	(2 937)	15 899
RECEITA TOTAL		1 794 445	1 340 093
DESPESA			
Pessoal e outros gastos de pessoal	Nota 16	153 482	181 502
Provisões, produtos primários, materiais	Nota 16	1 382 555	967 456
Depreciação, amortização e reavaliação	Nota 16	1 699	13 255
Serviços contratuais	Nota 16	158 769	85 440
Viagens	Nota 16	16 348	9 836
Transferências e subvenções a contrapartes	Nota 16	54 726	60 896
Gastos operacionais gerais	Nota 16	17 525	17 815
DESPESA TOTAL		1 785 104	1 336 200
EXCEDENTE/(DÉFICIT) LÍQUIDO ¹		9 341	3 893

¹ Principais componentes em 2021: a obrigação atuarial do Seguro-saúde do Pessoal – SHI (-US\$ 21,7 milhões); a obrigação atuarial do TAREP (-US\$ 2,0 milhões); as perdas no valor recuperável de ativos (-US\$ 3,2 milhões) e o resultado da variação do câmbio (-US\$ 10,6 milhões). Em 2020: a obrigação atuarial do Seguro-saúde do Pessoal – SHI (-US\$ 48,3 milhões); a obrigação atuarial do Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho – TAREP (-US\$ 2,5 milhões); as perdas no valor recuperável de ativos (-US\$ 30,1 milhões); as reavaliações de prédios (-US\$ 11,1 milhões); o resultado da variação cambial (US\$ 5,0 milhões).

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração das mutações do ativo líquido

Em 31 de dezembro de 2021
 (em milhares de dólares dos Estados Unidos)

Descrição	Referência	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo líquido no início do exercício		273 709	240 848
Ganho/perda atuarial com obrigações relacionadas aos benefícios	Nota 12.7	57 198	(13 636)
Ganho/perda atuarial com terrenos e prédios	Nota 8		42 604
Total de rubricas (receita/despesa) reconhecidas diretamente no ativo líquido		57 198	28 968
Excedente/(déficit) durante o exercício financeiro		9 341	3 893
Total reconhecido da receita e despesa durante o ano		66 539	32 861
Ativo líquido no encerramento do exercício	Nota 14	340 248	273 709

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

Descrição	Referência	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Excedente/(déficit) durante o período		9 341	3 893
Movimentações que não afetam o caixa			
Depreciação	Nota 8	1 423	1 877
Amortização	Nota 9	276	209
(Aumento)/diminuição em contas a receber	Nota 6	(27 442)	14 269
(Aumento)/diminuição nos estoques	Nota 7	2 484	(9 695)
Aumento/(diminuição) nas obrigações acumuladas	Nota 10	(2 231)	2 979
Aumento/(diminuição) nas contas a pagar	Nota 11	19 008	8 614
Aumento/(diminuição) nos benefícios a empregados	Nota 12.3 / 12.7	21 109	43 770
Aumento/(diminuição) nas receitas diferidas	Nota 13	243 865	100 384
Aumento/(diminuição) na provisão de curto prazo	Nota 23	(933)	(3 164)
Redução ao valor recuperável	Nota 16		11 169
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		266 900	174 305
Fluxos de caixa das atividades financeiras e de investimento			
(Aumento)/diminuição em investimentos de curto prazo	Note 4.1	14 173	58 798
(Aumento)/diminuição em investimentos de longo prazo	Note 4.2	(470 123)	(64 124)
(Aumento)/diminuição no ativo imobilizado e ativos intangíveis	Nota 8 / 15	(399)	(499)
(Aumento)/diminuição no ativo intangíveis	Note 9	(571)	(60)
Fluxos de caixa líquidos das atividades financeiras e de investimento		(456 920)	(5 885)
Aumento/(diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa		(190 020)	168 420
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		357 346	188 926
Caixa e equivalentes de caixa no encerramento do exercício		167 326	357 346

Organização Pan-Americana da Saúde

Comparação dos montantes orçados e efetivos

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

nº do resultado intermediário	Título abreviado do resultado intermediário	Orçamento por Programas 2020-2021 aprovado	Orçamento alocado	EF 2020		EF 2021		Total dos gastos de 20-21	Total dos gastos de 2021 como % do Orçamento por Programas aprovado	
				Gastos (com montantes acumulados)	Total dos gastos de 2020 como % do orçamento alocado	Gastos (com montantes acumulados)	Total dos gastos de 2021 como % do orçamento alocado			
Programas de base										
Res. interm. 1	Acesso a serviços de saúde integrais e de qualidade	25 500	12 750	5 896	46%	12 750	10 606	83%	166 502	65%
Res. interm. 2	Saúde ao longo de todo o ciclo de vida	42 000	21 000	6 663	32%	21 000	12 838	61%	19 501	46%
Res. interm. 3	Atenção de qualidade para os idosos	4 000	2 000	734	37%	2 000	1 423	71%	2 157	54%
Res. interm. 4	Capacidade resolutive para as doenças transmissíveis	68 000	34 000	22 447	66%	34 000	27 495	81%	49 942	73%
Res. interm. 5	Acesso a serviços de saúde para DNTs e problemas de saúde mental	19 500	9 750	6 004	62%	9 750	10 676	110%	16 680	86%
Res. interm. 6	Capacidade resolutive para a violência e os traumatismos	3 000	1 500	622	41%	1 500	768	51%	1 390	46%
Res. interm. 7	Força de trabalho em saúde	14 000	7 000	3 752	54%	7 000	4 845	69%	8 597	61%
Res. interm. 8	Acesso a tecnologias em saúde	35 400	17 700	9 858	56%	17 700	14 793	84%	24 651	70%
Res. interm. 9	Fortalecimento da gestão e governança	10 000	5 000	1 982	40%	5 000	3 172	63%	5 155	52%
Res. interm. 10	Aumento do financiamento público para a saúde	4 000	2 000	895	45%	2 000	1 556	78%	2 451	61%
Res. interm. 11	Fortalecimento da proteção financeira	4 100	2 050	628	31%	2 050	716	35%	1 344	33%
Res. interm. 12	Fatores de risco das doenças transmissíveis	26 000	13 000	5 716	44%	13 000	7 707	59%	13 423	52%
Res. interm. 13	Fatores de risco das DNTs	27 000	13 500	3 588	27%	13 500	6 071	45%	9 660	36%
Res. interm. 14	Má nutrição	6 000	3 000	1 378	46%	3 000	2 201	73%	3 579	60%
Res. interm. 15	Resposta intersectorial à violência e traumatismos	3 000	1 500	711	47%	1 500	1 425	95%	2 136	71%
Res. interm. 16	Ação intersectorial sobre a saúde mental	4 500	2 250	1 175	52%	2 250	1 713	76%	2 888	64%
Res. interm. 17	Eliminação de doenças transmissíveis	21 000	10 500	7 080	67%	10 500	9 253	88%	16 333	78%
Res. interm. 18	Determinantes sociais e ambientais	13 000	6 500	5 163	79%	6 500	8 535	131%	13 698	105%
Res. interm. 19	Promoção da saúde e ação intersectorial	7 000	3 500	968	28%	3 500	2 357	67%	3 325	48%
Res. interm. 20	Sistemas integrados de informação para a saúde	16 000	8 000	3 609	45%	8 000	5 334	67%	8 943	56%
Res. interm. 21	Dados, informação, conhecimento e evidências	19 000	9 500	5 808	61%	9 500	7 648	81%	13 456	71%
Res. interm. 22	Pesquisa, ética e inovação para a saúde	3 000	1 500	1 128	75%	1 500	1 748	117%	2 876	96%
Res. interm. 23	Preparação para situações de emergência e redução de riscos	21 500	10 750	5 215	49%	10 750	8 189	76%	13 404	62%
Res. interm. 24	Prevenção e controle de epidemias e pandemias	16 500	8 250	5 349	65%	8 250	7 638	93%	12 986	79%
Res. interm. 25	Deteção de emergências de saúde e respectiva resposta	25 000	12 500	9 284	74%	12 500	19 665	157%	28 949	116%
Res. interm. 26	Temas transversais: equidade, etnia, gênero e direitos humanos	7 000	3 500	2 160	62%	3 500	3 089	88%	5 249	75%
Res. interm. 27	Liderança e governança	78 500	39 250	32 578	83%	39 250	35 385	90%	67 963	87%
Res. interm. 28	Gestão e administração	96 500	48 250	33 963	70%	48 250	42 017	87%	75 980	79%
Subtotal – Programas de base		620 000	310 000	184 355	59%	310 000	258 863	84%	443 218	71%
	Programa de eliminação da febre aftosa	9 000	4 500	3 348	74%	4 500	3 516	78%	6 863	76%
	Hospitais inteligentes	8 000	4 000	9 316	233%	4 000	15 570	389%	24 886	311%
	Resposta a surtos e crises	13 000	6 500	109 374	1683%	6 500	88 352	1359%	197 726	1521%
	Manutenção da erradicação da pólio			33	0%		97	0%	131	N/A
Subtotal – Programas especiais		30 000	15 000	122 071	814%	15 000	107 535	717%	229 606	765%
TOTAL – Orçamento por Programas		650 000	325 000	306 427	94%	325 000	366 398	113%	672 824	104%

O Orçamento por Programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2020-2021 foi aprovado pelo Conselho Diretor em 2019 (Documento OD358) como um orçamento integrado, independente das fontes de financiamento. É o primeiro Orçamento por Programas no âmbito do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025 e estabelece os resultados e metas institucionais para a Organização acordados pelos Estados Membros.

Os números na coluna “Orçamento por Programas 2020-2021 aprovado” indicam o total das necessidades de recursos (comumente chamados de “teto orçamentário” ou “volumes de recursos”) e não o financiamento. Embora o orçamento da OPAS seja aprovado por seus Órgãos Diretores a cada dois anos, apenas para fins de prestação de contas e seguindo as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS), o orçamento foi dividido em 50% para cada exercício (2020 e 2021).

Cumprir notar que não houve transferências orçamentárias entre os resultados durante o exercício financeiro de 2021 (nem no exercício de 2020). Portanto, o orçamento resultante é o mesmo que o orçamento original. Os gastos de 2021 representam gastos efetivos e acumulados de todas as fontes de financiamento do Orçamento por Programas: contribuições fixas e receitas diversas, contribuições voluntárias da OPAS, assim como fundos especiais que financiam o Orçamento por Programas.

Notas às demonstrações financeiras

1. Missão da Organização Pan-Americana da Saúde

A missão da Organização é “liderar esforços de colaboração estratégicos entre os Estados Membros e outros parceiros a fim de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade de vida e prolongar a longevidade das populações das Américas”.

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública com mais de 100 anos de experiência no trabalho para melhorar a saúde e os níveis de vida nos países das Américas. Atua como a organização do sistema interamericano especializada na saúde. Além disso, é Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde e desfruta de reconhecimento internacional como parte do sistema das Nações Unidas.

A Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) é a Secretaria da Organização. A RSPA está empenhada em prestar apoio técnico e liderança aos Estados Membros da OPAS na sua busca pelo objetivo da saúde para todos e dos seus respectivos valores.

A sede da Organização está localizada em Washington, D.C. Além disso, a Organização tem representações nas Américas, as quais são responsáveis pela implementação dos valores, missão e visão da OPAS.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde foram preparadas pelo regime de competência, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS),¹ usando o princípio do custo histórico, salvo no caso dos terrenos e prédios, apresentados ao valor justo. Nos casos em que não havia uma IPSAS para abordar uma questão específica, foram aplicadas as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS).

As demonstrações financeiras da Organização foram certificadas e tiveram sua publicação aprovada pela Diretora da Organização no exercício da autoridade nele investida pela Conferência Sanitária Pan-Americana, conforme o disposto na resolução CSP29.R10 de setembro de 2017. A data de aprovação da publicação é a data do Relatório do Auditor Externo. Nenhuma outra autoridade tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após sua publicação.

A moeda funcional e usada nos relatórios da Organização é o dólar dos Estados Unidos (US\$). Os montantes indicados nas demonstrações financeiras e gráficos das notas explicativas foram arredondados para serem expressos em milhares. Em virtude do arredondamento, as somas dos montantes nas tabelas podem não resultar exatamente iguais aos totais arredondados ou às notas explicativas.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de que a Organização continuará em atividade e cumprirá seu mandato no futuro próximo. Nem os Órgãos Diretores da Organização nem os Estados Membros individualmente manifestaram a intenção de extinguir a Organização nem de encerrar suas operações, nem de reduzir o financiamento alocado para suas atividades.

O impacto da pandemia de COVID-19 no desempenho financeiro da OPAS dependerá de desdobramentos futuros, como i) a duração e propagação do surto, ii) as restrições e alertas, iii) os efeitos nos mercados financeiros e iv) os efeitos na economia mundial, os quais são altamente incertos e não podem ser previstos de forma confiável. Quando o desempenho financeiro da OPAS para o exercício financeiro de 2021 foi evidente, o impacto financeiro foi divulgado dentro das notas das demonstrações financeiras pertinentes afetadas.

¹ <https://www.ipsasb.org/publications/2019-handbook-international-public-sector-accounting-pronouncements>.

Em conformidade com a IPSAS 1, um conjunto completo de demonstrações financeiras foi preparado do seguinte modo:

- a. Demonstração da situação financeira
- b. Demonstração do desempenho financeiro
- c. Demonstração das mutações do ativo líquido
- d. Demonstração dos fluxos de caixa
- e. Comparação dos montantes orçados e efetivos
- f. As notas, formadas por um resumo das principais políticas contábeis e outras informações pertinentes.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, que constituem um ativo financeiro, abrangem as disponibilidades de caixa, dinheiro em bancos, mercados monetários e depósitos de curto prazo com prazos de vencimento originais de até 90 dias. Para um investimento satisfazer os requisitos para ser considerado um equivalente de caixa, ele deve ser conversível num montante conhecido de dinheiro em espécie e estar sujeito a um risco insignificante de alterações de valor.

Os depósitos de curto prazo são apresentados pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos, com a receita de juros reconhecida com base no rendimento efetivo.

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos para cumprir compromissos de curto prazo em dinheiro e não para fins de investimento.

2.3 Investimentos

Os investimentos são um ativo financeiro e são reconhecidos quando a Organização se torna parte no âmbito das disposições contratuais do investimento. São classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. Os investimentos disponíveis para venda são contabilizados com base na data da compra. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos na data da liquidação.

Os investimentos são classificados como disponíveis para venda quando a Organização não se comprometeu a mantê-los até o vencimento. Os instrumentos disponíveis para venda são apresentados pelo valor justo (incluídos os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro) com as variações de valor reconhecidas na demonstração das mutações do ativo líquido. Os ativos disponíveis para venda são negociados ativamente no mercado e a avaliação desses ativos é determinada por cotações de preços no mercado aberto para instrumentos financeiros idênticos. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o valor justo de mercado sobre uma base que não seja de caráter temporário. A OPAS monitora periodicamente o valor justo de mercado de seus investimentos e investiga a causa subjacente de um declínio no valor. A política de investimento especifica as limitações da classificação de crédito. Se a redução ao valor recuperável resultar de um rebaixamento da classificação de crédito abaixo das diretrizes da política de investimento, o Comitê de Investimento tomará uma medida.

As taxas de redução ao valor recuperável e os juros calculados com base no método do juro efetivo são reconhecidos no excedente ou no déficit. Quando um ativo disponível para venda é alienado, o ganho ou perda acumulado reconhecido anteriormente na demonstração das mutações no ativo líquido é incluído no excedente ou déficit do período.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Organização tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são compostos por papéis de agências dos EUA como a Federal National Mortgage Association (Fannie Mae) e a Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac).

Os investimentos mantidos até o vencimento são apresentados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, com a receita de juros reconhecida com base no rendimento efetivo na demonstração do desempenho financeiro.

2.4 Empréstimos e valores a receber

Os empréstimos e outros valores a receber que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados num mercado ativo são classificados como empréstimos e valores a receber. Os empréstimos e outros valores a receber são apresentados pelo custo amortizado calculado pelo método dos juros efetivos, menos qualquer redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida com base nos juros efetivos, salvo no caso de valores a receber de curto prazo, em que o reconhecimento dos juros seria irrelevante.

2.5 Políticas de gestão de riscos

A Organização mantém como investimento recursos de que ela não precisa para fazer face a necessidades operacionais imediatas. O intuito é obter receitas com o excedente de liquidez, que, de acordo com os artigos X e XI do Regulamento Financeiro e os artigos X e XI das Regras Financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde, financiam parte do Orçamento por Programas. Os investimentos estão sujeitos à Política de Investimento da Organização, que prescreve diretrizes destinadas a proteger o principal investido, a manter liquidez suficiente e obter um retorno proporcional às restrições impostas pelo risco dos investimentos. As diretrizes das políticas definem a duração, a diversidade e a qualidade do crédito, que são compatíveis com a limitação das exposições aos riscos de crédito, de mercado e de taxa de juros. O risco de crédito da Organização é mitigado pelas políticas de investimento que estabelecem limites ao valor da exposição de crédito a uma única contraparte, limitando os investimentos num único emissor não governamental a não mais do que 25%.

De acordo com os requisitos da Política de Investimento, os investimentos geridos internamente são restritos instrumentos financeiros classificados como A1/P1 e AAA/Aaa. As notas de renda fixa consistem principalmente em papéis de agências dos Estados Unidos, que oferecem a garantia implícita do governo dos Estados Unidos.

Os fundos colocados com gestores de investimento externos se restringem a instrumentos cuja qualidade de crédito tenha sido classificada como A2/P2 ou BBB, de acordo com seus mandatos. Existem mecanismos para eliminar da carteira um investimento que se encontre abaixo dos requisitos mínimos. Caso a classificação de um título caia abaixo dos requisitos mínimos de qualidade de crédito, o gerente externo imediatamente notifica a OPAS.

O prazo vencimento máximo para o investimento de curto prazo de efetivo para operações não deve exceder um ano. O investimento de longo prazo de recursos estratégicos se limita a um prazo de vencimento efetivo inferior a cinco anos. Os investimentos de longo prazo de recursos do fundo fiduciário do Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP) se limitam a um prazo de vencimento efetivo inferior a 15 anos.

As contas de depósito são mantidas em instituições financeiras classificadas como grau de investimento pelas principais agências de classificação de risco, onde existam essas classificações. Nos casos em que não exista nenhum tipo de classificação, a solidez financeira geral da instituição é avaliada antes de os recursos serem depositados. As contas denominadas em moedas outras que não o dólar dos Estados Unidos são monitoradas diariamente para verificar se os saldos se mantêm nos níveis mínimos dos requisitos operacionais.

O Comitê de Investimentos da OPAS aprova os instrumentos financeiros, bem como as instituições financeiras parceiras, em conformidade com as diretrizes da Política de Investimento destacadas acima para mitigar o risco de crédito.

2.6 Contas a receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são negociados num mercado ativo. As contas a receber do ativo circulante são montantes devidos no prazo de 12 meses da data de informação, enquanto as contas a receber do ativo não circulante vencem num prazo superior a 12 meses a contar da data de informação das demonstrações financeiras. As contas a receber são apresentadas pelo custo amortizado, calculado usando o método dos juros efetivos, menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (reconhecidas na demonstração de desempenho financeiro). Contudo, no caso das contas a receber do circulante, não há nenhuma diferença relevante entre os custos amortizados; assim, essas contas a receber foram reconhecidas ao custo menos as perdas por redução ao valor recuperável. A decisão de reconhecer a perda no valor recuperável de uma conta a receber baseia-se numa análise da idade dessa conta e

das circunstâncias que envolvem o relacionamento com o terceiro. O cálculo da deterioração do valor será baseado numa porcentagem do total da conta a receber em risco.

A resolução CD58.R7, aprovada pelo Conselho Diretor em setembro de 2020, permite ao Diretor estabelecer uma reserva para contas de cobrança duvidosa referentes às contribuições fixas consideradas em risco. O Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras não preveem uma provisão para contas de cobrança duvidosa dentro das receitas diversas no caso das contribuições fixas e receitas diversas da OPAS. Portanto, a diminuição/(aumento) da provisão para contas de cobrança duvidosa foi transferida das receitas diversas para outras receitas. Essa mudança permitirá manter a uniformidade entre todos os fundos.

As contas a receber de transações com contrapartida são reconhecidas quando se devem à Organização ativos ou serviços (geralmente, na forma de dinheiro) decorrentes de uma transação em que uma entidade recebe um valor de outra entidade e, em troca, dá à outra entidade um valor aproximadamente igual em troca.

As contas a receber de transações sem contrapartida são estabelecidas quando se devem à Organização ativos ou serviços (geralmente sob a forma de dinheiro) decorrentes de uma transação em que uma entidade recebe um valor de outra entidade sem receber um valor aproximadamente igual diretamente em troca; ou quando a Organização deu um valor a outra entidade sem receber diretamente um valor aproximadamente igual em troca.

A Organização processa os valores a receber incobráveis com base na delegação de autoridade sobre os montantes a serem objeto de baixa contábil.

Os tipos principais de contas a receber são:

- **Contribuições fixas (transações sem contrapartida):** são compromissos formais de Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados referentes ao período do orçamento bienal. As contribuições fixas são reconhecidas como contas a receber em 1º de janeiro de cada ano, quando se tornam exigíveis e devem ser pagas, com os pagamentos a serem feitos em parcelas anuais. O parágrafo 13.6 do Regulamento Financeiro permite ao Diretor estabelecer uma reserva para contas de cobrança duvidosa quando não há previsão que essas contas sejam liquidadas no prazo de 12 meses da data do relatório financeiro anual e não foi estabelecido um plano de pagamento dessas contas.
- **Fundo de Equalização de Impostos (transações sem contrapartida):** as contas a receber no âmbito do Fundo de Equalização de Impostos são devidas pelos Estados Membros que cobram imposto de renda sobre a renda dos salários recebidos da Organização pelos seus cidadãos ou outras pessoas sujeitas ao pagamento desses impostos e são incluídos nas contribuições fixas de cada Estado Membro. Os montantes estimados a serem exigidos pelos Estados Membros são usados para reembolsar o imposto de renda pago pelos funcionários em questão;
- **Contribuições voluntárias (transações sem contrapartida):** a Organização celebra acordos de contribuições voluntárias que se enquadram nas seguintes categorias: 1) contribuições voluntárias, que abrangem recursos financeiros de governos e organizações dos setores público e privado (de Estados membros da OPAS e de outros Estados), organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos), organizações com fins lucrativos, organizações não governamentais e fundações, além de outras contribuições voluntárias; 2) contribuições voluntárias nacionais, que abrangem recursos financeiros dos governos exclusivamente para o financiamento de projetos internos e 3) o fundo de contribuições voluntárias destinadas à preparação para emergências e assistência em caso de desastres, que abrange recursos financeiros de governos e organizações do setor público e privado (de Estados membros da OPAS e de outros Estados), organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos), organizações com fins lucrativos, organizações não governamentais e fundações, além de outras contribuições voluntárias. Após a assinatura de ambas as partes, o montante total do contrato é reconhecido como uma conta a receber e uma receita diferida (Nota 2.13).

Para determinar a parcela atual das contas a receber correspondente às contribuições voluntárias em 31 de dezembro de 2021, a Organização classificou todos os saldos de contas a receber referentes às contribuições

voluntárias que expiravam até 31 de dezembro de 2022, bem como as contribuições voluntárias com situação indefinida, como contas a receber do circulante. Além disso, os saldos de contas a receber de acordos de contribuições voluntárias que se estendem para além de 2022 foram alocados entre as contas a receber do ativo circulante e do ativo não circulante usando um cálculo linear com base no número de anos restantes. A parcela do não circulante das contas a receber refletirá o saldo do montante total das contas a receber correspondentes aos acordos de contribuições voluntárias, menos o cálculo da parcela das contas a receber do circulante.

- **Compras de provisões de saúde pública (transações com contrapartida):** as compras de provisões de saúde pública são fundamentais para a Organização cumprir sua missão de apoiar os Estados Membros por meio da cooperação técnica para programas de saúde pública. Abrangem a aquisição de vacinas e seringas, provisões médicas, kits de diagnóstico, medicamentos e equipamento.

As contas a receber dos Estados Membros na compra de provisões de saúde pública são compostas por dois fundos: o Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas e o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública. Contas a receber são criadas para cada Estado Membro participante uma vez que se tenha recebido a notificação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e a aceitação dos bens tenha sido aprovada. Isso gera a emissão de uma fatura endereçada ao Estado Membro pertinente.

- **Atividades de financiamento entre organizações:** as contas a receber entre organizações representam o montante devido à OPAS pela Organização Mundial da Saúde como resultado líquido das transações entre as duas organizações.
- **Adiantamentos ao pessoal:** em conformidade com o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da Organização, adiantamentos são concedidos ao pessoal com relação aos direitos (ou seja, subsídios para educação, viagens, pagamentos de imposto de renda, indenizações do seguro-saúde, etc.). São reconhecidos como contas a receber até que sejam lançados como despesa após o recebimento do pedido necessário ou da documentação comprobatória.

2.7 Estoques

Os medicamentos e provisões médicas pertencentes à Organização e controlados por ela são registrados como estoques com a intenção de serem mantidos para distribuição no transcurso normal das operações. São avaliados pelo menor custo ou pelo valor realizável líquido no encerramento do exercício financeiro. Os medicamentos e provisões médicas de propriedade da Organização, de acordo com os sistemas de rastreamento da Organização, são validados por meio de recontagens físicas dos estoques. São lançados como gastos quando instituições governamentais ou não governamentais assumem sua posse. Os estoques mantidos para distribuição gratuita são avaliados pelo menor custo ou pelo custo de substituição.

A OPAS criou um estoque de provisões médicas relacionadas à COVID-19 registrado na rubrica do fundo para a preparação para emergências e assistência em caso de desastres em 2020 para ajudar nos esforços para aliviar os efeitos da pandemia.

2.8 Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado com valor superior ao nível mínimo de US\$ 20 000 são reconhecidos como ativos não circulantes na demonstração da situação financeira. São reconhecidos inicialmente ao custo, salvo se forem adquiridos por meio de uma transação sem contrapartida; nesse caso, são reconhecidos pelo valor justo na data da compra. A Organização aplica o modelo de custo a suas instalações e equipamentos, e os respectivos itens são lançados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A Organização aplica o método de reavaliação apenas aos terrenos e prédios.

A Organização considera que seu ativo imobilizado é um ativo que não gera caixa.

A depreciação é lançada para o ativo imobilizado (salvo os terrenos) de modo a reduzir o custo ou valor justo do ativo a seu valor residual ao longo da vida útil estimada, usando o método linear, com meio ano de depreciação sendo lançado no ano da compra. As vidas úteis estimadas para as classes do ativo fixo são as seguintes:

Classe do ativo e descrição	Vida útil estimada
Prédios	40 anos
Construções móveis	5 anos
Equipamentos de computação	3 anos
Equipamentos de escritório	3 anos
Veículos automotores	5 anos
Equipamentos de audiovisual	3 anos
Benfeitorias em bens alugados	3 anos
Utensílios e acessórios de escritório	3 anos

O ativo imobilizado obtido com recursos das contribuições voluntárias em nome de um projeto não constitui ativo da Organização e se destina ao uso exclusivo do beneficiário do projeto. A Organização é simplesmente um agente executor e sua única responsabilidade é dispor dos bens em conformidade com as condições do acordo. A Organização não retém a propriedade desses bens; portanto, são lançados como gastos no momento da compra. Se os bens não forem consumidos dentro do período do projeto, o doador define como se deve dispor deles em definitivo.

A Organização reavalia seus terrenos e prédios periodicamente, incluídas as propriedades alugadas. Recorre-se a especialistas externos para determinar o valor de mercado atualizado diretamente por meio de consultas dos preços observáveis num mercado ativo ou de transações de mercado recentes em condições de mercado. Todas as benfeitorias, reformas, etc. que tenham sido feitas nos prédios desde a última avaliação prévia são lançadas como despesa no ano de sua ocorrência e incluídas na reavaliação futura.

As benfeitorias em locais alugados são reconhecidas como ativo e avaliadas ao custo, e são depreciadas ao longo da vida útil restante das benfeitorias ou do prazo do contrato de aluguel, o que for menor.

Os terrenos e os prédios doados são avaliados ao valor justo de mercado e reconhecidos como ativo não circulante.

2.9 Contratos de aluguel e arrendamento

A Organização aluga diversos espaços de escritório para as representações da OPAS nas Américas. Todos esses acordos estão sujeitos a cancelamento.

2.10 Ativo intangível

Os itens do ativo intangível com valor superior aos níveis mínimos pré-estabelecidos de US\$ 30 000 para os ativos intangíveis comprados externamente e US\$ 100 000 para os ativos intangíveis desenvolvidos internamente são declarados pelo custo histórico menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização para os ativos intangíveis é determinada ao longo de sua vida útil estimada usando o método linear. A amortização é lançada no ativo intangível para reduzir o custo ou valor justo do bem ao seu valor residual ao longo da vida útil estimada, usando o método linear, com um ano completo de amortização sendo lançado no ano da compra.

A amortização é lançada para reduzir o custo ou valor justo do bem ao seu valor residual ao longo da vida útil estimada, usando o método linear; com meio ano de amortização sendo lançado no ano da compra. As vidas úteis estimadas para as classes do ativo intangível são as seguintes:

Classe do ativo e descrição	Vida útil estimada
Software adquirido externamente	7 anos
Software desenvolvido internamente	5 anos
Licenças e direitos, direitos autorais e outros ativos intangíveis	3 anos

2.11 Contas a pagar

As contas a pagar são passivos financeiros relacionados a bens ou serviços recebidos pela Organização e são reconhecidos pelo custo amortizado, o qual, no caso das contas a pagar, é igual ao custo. As contas a pagar abrangem o seguinte:

- Os montantes devidos aos doadores, parceiros e interessados diretos que representem contribuições voluntárias não usadas referentes a acordos que já venceram.
- As contas a pagar entre organizações representam o montante devido pela Organização à Organização Mundial da Saúde como resultado líquido das transações entre as duas organizações.
- As faturas recebidas e aprovadas para pagamento, mas que ainda não tenham sido pagas.

2.12 Obrigações acumuladas

As obrigações acumuladas são o passivo financeiro formado pelos bens ou serviços já recebidos pela Organização ou a ela prestados durante o período abrangido pelo relatório e que ainda não tenham sido faturados, ou pelas faturas que tenham sido recebidas, mas ainda não tenham sido aprovadas para pagamento. Essas obrigações são reconhecidas pelo custo amortizado, o qual, no caso das obrigações acumuladas, é igual ao custo.

2.13 Receitas diferidas

As receitas diferidas advêm de acordos juridicamente vinculantes entre a Organização e seus parceiros — como governos (de Estados Membros da OPAS e de outros Estados), organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos), organizações com fins lucrativos, organizações não governamentais, fundações e outros — e de outras contribuições voluntárias por meio dos quais os parceiros fornecem recursos à Organização para apoiar iniciativas de cooperação técnica (contribuições voluntárias).

As receitas diferidas são reconhecidas quando 1) ambas as partes de um acordo contratual o confirmam por escrito, ou seja, a Organização e os doadores, os parceiros ou os interessados diretos, e 2) os recursos são condicionais. Essa condicionalidade é determinada por fatores como:

- O acordo tem uma finalidade declarada;
- O acordo tem um orçamento;
- O acordo tem uma data de entrada em vigor e uma data de encerramento;
- O acordo exige a apresentação de relatórios técnicos e financeiros;
- Os recursos fornecidos no âmbito do acordo devem ser usados para as atividades exigidas ou descritas no acordo, ou ser devolvidos ao doador;
- Uma vez finalizado o projeto, todos os recursos não executados são devolvidos ao doador, parceiro ou interessado direto.

As receitas são reconhecidas na demonstração do desempenho financeiro com base no nível dos recursos executados durante o exercício financeiro.

Os recursos recebidos de maneira antecipada para a compra de bens em nome de governos e instituições participantes das compras de provisões de saúde pública são considerados receitas diferidas. Uma vez recebida a confirmação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e uma vez aprovado o pagamento ao fornecedor, as receitas são reconhecidas na demonstração do desempenho financeiro.

Para determinar as receitas diferidas correspondentes às contribuições voluntárias em 31 de dezembro de 2021 que se enquadravam no circulante, a Organização classificou como receitas diferidas do circulante todos os saldos das receitas diferidas das contribuições voluntárias que expiravam até 31 de dezembro de 2022, bem como as subvenções de situação indefinida. Além disso, os saldos das receitas diferidas dos acordos de contribuições voluntárias que se estendiam para além de 2022 foram alocados entre as receitas diferidas do circulante e do não circulante usando um cálculo linear baseado no número de anos restantes. A parcela das receitas diferidas a ser lançada no não circulante refletirá o saldo do montante total das receitas diferidas correspondente às contribuições voluntárias, menos a estimativa das receitas diferidas do circulante.

2.14 Benefícios aos empregados

A Organização reconhece as despesas e obrigações referentes aos seguintes benefícios aos empregados:

- 1) Os benefícios a que os empregados fizeram jus no exercício financeiro corrente são obrigações do passivo circulante reconhecidas pelo custo amortizado (sem desconto);
- 2) Os benefícios pós-emprego, como o seguro-saúde pós-serviço (ASHI), são reconhecidos pelo valor atualizado da obrigação;
- 3) Outros benefícios a empregados relacionados com o desligamento do serviço são reconhecidos pelo valor atualizado da obrigação.

A Organização contrata serviços atuariais de especialistas externos para determinar o nível apropriado de sua obrigação para fins de apresentação de informações financeiras (ou seja, o valor presente das obrigações por benefícios definidos), bem como o custo do serviço e dos juros do exercício corrente. Essas informações também são usadas para calcular diferentes porcentagens de contribuição a serem aplicadas aos custos do pessoal.

Além disso, a Organização usa essas informações para fins de investimento, com o intuito de assegurar que os investimentos do plano TAREP satisfaçam os requisitos de liquidez das respectivas obrigações.

2.15 Provisões e passivos contingentes

São feitas provisões para passivos e despesas futuras nos casos em que a Organização tenha uma obrigação presente legal ou implícita em decorrência de eventos passados — e seja provável que venha a ser exigido que a Organização liquide a obrigação — e em que o valor possa ser calculado com segurança.

Outros compromissos que não satisfazem os critérios de reconhecimento de passivos são divulgados nas notas às demonstrações financeiras como passivo contingente quando sua existência será confirmada apenas se ocorrerem ou não ocorrerem um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da Organização ou cujo valor não possa ser calculado com segurança.

2.16 Receita

A receita é composta pelos fluxos de entrada brutos de benefícios econômicos ou pelo potencial de serviços recebidos ou a receber pela Organização durante o ano que representem um aumento dos ativos líquidos. A Organização reconhece a receita de acordo com os critérios estabelecidos pela IPSAS 9, “Receita de transações com contrapartida”, e pela IPSAS 23, “Receita de transações sem contrapartida”.

As transações com contrapartida são transações nas quais a Organização recebe ativos ou serviços, ou tem um passivo extinto, e, em contrapartida, entrega diretamente à outra entidade um valor que se aproxima do valor recebido, na forma de numerário, bens, serviços ou uso de ativos.

Em uma transação sem contrapartida, a Organização recebe um valor de outra entidade sem dar diretamente valor aproximadamente igual em contrapartida, ou entrega um valor à outra entidade sem receber, em contrapartida, um valor aproximadamente igual ao recebido.

As principais fontes de receitas para a Organização são, entre outras: as contribuições fixas, as contribuições voluntárias, as compras de provisões de saúde pública, outras receitas e as receitas diversas.

- **Receita de contribuições fixas (transações sem contrapartida).** A receita das contribuições fixas é reconhecida a partir de 1º de janeiro de cada ano quando os Estados Membros contraem o compromisso com a organização de pagar essas contribuições;
- **Receita de contribuições voluntárias (transações sem contrapartida).** As contribuições voluntárias, confirmadas por escrito por ambas as partes, são reconhecidas como contas a receber e receitas diferidas (passivo) porque esses acordos de financiamento são condicionais. À medida que os projetos com contribuições voluntárias são implementados, as receitas diferidas passam a ser reconhecidas como receitas. As categorias das contribuições voluntárias são explicadas na Nota 2.6.
- **Receita das compras de provisões de saúde pública (transações com contrapartida).** É reconhecida receita referente às compras de provisões de saúde pública porque a Organização assume os riscos e benefícios dos bens comprados. A receita dessas transações é reconhecida quando instituições governamentais ou não governamentais assumem a posse. As compras de provisões de saúde pública são feitas por meio de três fundos: o Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas; o Fundo de Compras Reembolsáveis em nome dos Estados Membros e o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública. (Ver a Nota 2.6, Contas a receber, com respeito aos fundos rotativos e a Nota 2.13, Receitas diferidas, com respeito às compras reembolsáveis.
- **Alocações da OMS (transações sem contrapartida).** Como Escritório Regional das Américas (AMRO) da Organização Mundial da Saúde, a Organização recebe alocações de financiamento da OMS para a implementação de atividades de cooperação técnica;

Os recursos que a Organização recebe da OMS abrangem as seguintes alocações:

- Alocação das contribuições fixas da OMS;
 - Alocações de contribuições voluntárias da OMS;
 - Alocações de outros fundos da OMS.
- **Outras receitas (transações com contrapartida).** A Organização, em conformidade com seus mandatos específicos, executa outras atividades de cooperação técnica cujas receitas são apresentadas em separado. Essas atividades compreendem o seguinte: vendas de serviços e gastos de apoio a programas.
 - **Receitas diversas (transações com contrapartida).** As receitas diversas compreendem reavaliações de divisas, ganhos e perdas cambiais, rendimentos de juros, ganhos e perdas realizados e não realizados, e ganhos e perdas decorrentes da alienação de ativo imobilizado;
 - **Segmento de atividades especiais.** As atividades especiais são atividades aprovadas pelos Órgãos Diretores da Organização para objetivos e benefícios específicos (ou seja, benefícios do pessoal, benefícios em caso de rescisão do contrato de trabalho e o seguro-saúde pós-serviço). Portanto, todas as obrigações relacionadas a benefícios aos empregados foram incluídas neste segmento.

2.17 Transações e saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional e usada nos relatórios da Organização é o dólar dos Estados Unidos (US\$). As transações em moedas diferentes do dólar são convertidas para essa moeda pela taxa de mercado vigente no momento da transação. A Organização determinou que as taxas de câmbio operacionais das Nações Unidas estão estreitamente alinhadas com as taxas vigentes no mercado devido a análises e ajustes frequentes e, portanto, funcionam como uma aproximação da taxa do mercado no momento da transação. No encerramento de cada período de apresentação de relatórios, a Organização analisa o desempenho das taxas de câmbio operacionais das Nações Unidas em comparação com as taxas predominantes no mercado a fim de determinar o alinhamento e fazer os ajustes necessários. Os ativos e passivos em moedas diferentes do dólar são convertidos para essa moeda pela taxa de mercado vigente no encerramento do período de apresentação do relatório. Os ganhos ou perdas resultantes são lançados na demonstração do desempenho financeiro, nas receitas diversas.

2.18 Informação financeira por segmentos

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis para os quais as informações financeiras são apresentadas em separado para avaliar o desempenho passado de uma entidade quanto à consecução de seus objetivos e para tomar decisões sobre a alocação futura dos recursos.

Os seguintes segmentos foram identificados para possibilitar uma melhor compreensão das diversas atividades da Organização:

Segmento de atividades básicas – Atividades fundamentais para o Plano Estratégico da Organização que foram determinadas e apropriadas pelos Órgãos Diretores da Organização (ou seja, atividades financiadas com contribuições fixas e outras receitas destinadas às atividades do Orçamento por Programas);

Segmento de atividades em parceria – Atividades alinhadas com o Plano Estratégico da Organização e apoiadas pelos parceiros, doadores e partes interessadas (ou seja, atividades desenvolvidas em parceria com doadores externos que fornecem as contribuições voluntárias e a quem são apresentados relatórios técnicos e financeiros);

Segmento de atividades comerciais – Atividades realizadas pela Organização para fortalecer a cooperação técnica com os ministérios da saúde e facilitar seu acesso a provisões essenciais de saúde pública (ou seja, atividades de compras financiadas pelos Estados Membros para o acesso a provisões essenciais de saúde pública);

Segmento de atividades especiais – Atividades aprovadas pelos Órgãos Diretores da Organização para objetivos e benefícios específicos (ou seja, direitos do pessoal, benefícios pela rescisão de contrato de trabalho, seguro-saúde pós-serviço).

Transações entre partes – Em cada exercício financeiro, a Organização processa as transações internas que não envolvem o uso de dinheiro (transferências) dentro de um dado segmento e entre diferentes segmentos (ou seja, gastos de apoio a programas, provisão para benefícios por rescisão do contrato de trabalho e repatriação, o fundo do seguro-saúde pós-serviço, Fundo Mestre de Investimentos de Capital, etc.). O efeito dessas transferências é a duplicidade tanto das receitas como das despesas pelo mesmo montante, que são avaliadas pelo custo em que se incorreu no momento da transação original. A coluna das transações entre partes na demonstração do desempenho financeiro permite eliminar essa repetição.

2.19 Comparação do orçamento

Os Órgãos Diretores da Organização aprovam o orçamento por programas bienal, que abrange as contribuições fixas, os recursos voluntários projetados e as estimativas das receitas diversas. O orçamento por programas bienal pode ser modificado posteriormente pelos Órgãos Diretores.

A Organização prepara o orçamento com base no regime de competência, excluídas a depreciação e a amortização.

Embora o orçamento da OPAS seja aprovado por seus Órgãos Diretores a cada dois anos, para fins prestação de contas, o orçamento foi dividido em 50% para cada exercício.

2.20 Contribuições em espécie

As contribuições em espécie de serviços que apoiam as operações e atividades aprovadas, como o uso de instalações, serviços públicos, pessoal, serviços de transporte, etc., são identificadas por categorias de serviços com o respectivo Estado-Membro que fez a contribuição em espécie durante o período contábil abarcado pelo relatório. Essas contribuições não são reconhecidas nas demonstrações financeiras porque o valor justo dos serviços ou ativos não pode ser mensurado de forma confiável.

Os terrenos e prédios doados são reconhecidos na demonstração da situação financeira pelo valor justo de mercado.

Os estoques doados são reconhecidos segundo a materialidade e as condições dos bens. A Organização só aceitará a doação de bens que estejam alinhados com suas atividades básicas.

2.21 Impacto potencial das IPSAS a serem adotadas em períodos futuros

O Conselho Internacional de Normas Contábeis do Setor Público (IPSASB) publicou as seguintes normas novas e modificadas, cuja data original de entrada em vigor era 1º de janeiro de 2022. Posteriormente, o IPSASB adiou as datas de implementação dessas normas e modificações, que agora entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2023:

- IPSAS 41 – Instrumentos financeiros e modificações posteriores. Esta norma substituirá a atual IPSAS 29, sobre instrumentos financeiros e estabelecerá novos requisitos para o reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros, abrangendo a redução ao valor recuperável, o desreconhecimento e a contabilidade geral de operações de *hedge*. A OPAS não prevê um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas em consequência dessa norma.
- IPSAS 42 – Benefícios sociais. Esta norma define benefícios sociais como transferências de renda a indivíduos para mitigar o efeito de riscos sociais e atender às necessidades da sociedade como um todo, e orienta sobre sua contabilização. Não terá impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Disponibilidades de caixa, US\$	151 703	305 964
Disponibilidades de caixa, outras moedas	15 622	8 305
Fundos do mercado monetário	2 473	49 282
Menos: ativos do plano	(2 473)	(6 206)
Total	167 326	357 346

Devido à incerteza durante os meses iniciais da pandemia, a Organização manteve saldos de caixa mais altos em 2020 para fazer face a necessidades imprevistas. Em 2021, o Comitê de Investimentos da OPAS aprovou um aumento dos limites das carteiras de investimento administradas e uma nova carteira de liquidez, com o intuito de maximizar o rendimento sobre o excedente de liquidez e reduzir os saldos de caixa quando as taxas de juros estiverem em 0% ou próximas a 0%.

4. Investimentos

Apesar das recentes incertezas financeiras nos mercados em decorrência da COVID-19, a política de investimentos da OPAS mitigou o respectivo risco ao estipular ativos de alta qualidade com o objetivo de preservar o capital. O Comitê de Investimentos da OPAS aumentou o volume de ativos administrados por gestores de carteira externos tanto para fundos de longo como de curto prazo, a fim de aproveitar a experiência desses profissionais à luz da redução dos rendimentos dos mercados monetários e depósitos a prazo.

O declínio global da renda de investimentos foi de US\$ 2,8 milhões. Esse declínio acentuado foi provocado pela queda dos juros em 2021 causada pela pandemia. Não houve nenhuma redução ao valor recuperável dos ativos de investimento mantidos durante esse período em nenhum dos recursos de caixa combinados e investidos.

4.1 Investimentos de curto prazo

Os investimentos de curto prazo são aqueles cujos prazos de vencimento finais no ato da compra são inferiores a 365 dias.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Certificados de depósito	174 063	188 236
Total	174 063	188 236

Juros acumulados no montante de US\$ 184 662 (2020: US\$ 79 950) foram incluídos no saldo dos investimentos de curto prazo na demonstração da situação financeira e reconhecidos como receitas diversas na demonstração do desempenho financeiro.

4.2 Investimentos de longo prazo

Já as notas de renda fixa de longo prazo da carteira do Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP), que compreende os ativos do plano mantidos num fundo fiduciário irrevogável, são mantidas até o vencimento e contabilizadas pelo valor justo com as variações de valor reconhecidas no saldo dos fundos.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Aumento líquido dos investimentos de longo prazo		
Aumento (diminuição) dos investimentos de longo prazo	470 123	64 123
(Ganhos)/perdas líquidos não realizados	11 712	(4 662)
Aumento líquido dos investimentos de longo prazo	481 835	59 462
Fluxos de caixa dos investimentos de longo prazo		
Receita de juros	8 191	8 720
Ganhos/(perdas) líquidos realizados	(523)	1 253
Fluxos de caixa dos investimentos de longo prazo	7 669	9 974

Avaliação de investimentos de longo prazo	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Notas de renda fixa	18 447	19 004	13 030	13 031
Carteiras administradas	959 068	955 795	477 232	485 672
Menos: ativos do plano	(18 447)	(19 004)	(13 030)	(13 031)
Total	959 068	955 795	477 232	485 672

Os instrumentos de renda fixa de longo prazo mantidos na carteira do TAREP são emitidos pelo governo dos Estados Unidos. Juros acumulados no montante de US\$ 64 662 foram incluídos no saldo dos investimentos de longo prazo e reconhecidos na demonstração do desempenho financeiro como receitas diversas.

As carteiras administradas são classificadas como disponíveis para venda e lançadas pelo valor justo. O valor de mercado mencionado abrange juros acumulados no montante de US\$ 2 431 184 (2020: US\$ 1 490 315) e é reconhecido na demonstração do desempenho financeiro como receitas diversas. O total de ganhos (perdas) nas carteiras administradas é composto por ganhos ou perdas acumulados e pela variação gradual do valor no ponto de venda ou no vencimento. Os ganhos ou perdas são lançados na demonstração do desempenho financeiro como receitas diversas.

Nas carteiras administradas, os saldos temporários de caixa são o resultado de reposicionamento, rebalanceamento ou vencimentos naturais. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa era de US\$ 11 360 959.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Natureza dos instrumentos financeiros

A Nota 2.3 apresenta os detalhes das políticas e métodos contábeis significativos adotados, incluídos os critérios para o reconhecimento e desreconhecimento, para a mensuração e para o reconhecimento de ganhos e perdas em relação a cada classe de ativos e passivos financeiros. Instrumentos financeiros e método de avaliação.

Instrumentos financeiros e método de avaliação	2021 Custo amortizado	2021 Valor justo de mercado	2020 Custo amortizado	2020 Valor justo de mercado
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa	167 326		357 346	
Caixa e equivalentes de caixa (ativos do plano)	2 473		6 206	
Investimentos de curto prazo				
Certificados de depósito (mantidos até o vencimento)	174 063		188 236	
Investimentos de longo prazo				
Notas de renda fixa (ativos do plano)		19 004		13 031
Carteiras administradas (disponíveis para venda)		955 795		485 672
Contas a receber	338 618		316 249	
Contas a pagar	41 448		22 440	
Total	723 928	974 799	890 477	498 702

5.2 Risco de taxa de juros

A Organização está exposta ao risco de taxa de juros tanto nos investimentos de curto prazo como nos de longo prazo. Os montantes do capital são lançados pelo custo amortizado dos investimentos mantidos até o vencimento e pelo valor justo no caso dos investimentos disponíveis para venda.

	Data de vencimento efetiva	Taxa de juros efetiva	Juros fixos	Juros flutuantes	Não remunerado
Total do caixa e equivalentes de caixa	<90 dias	0.10%	50 190	2 473	117 136
Investimentos de curto prazo					
Certificados de depósito	62 dias	1.22%	174 063		
Investimentos de longo prazo					
Ativo de plano	Imediato	1.97%	19 004		
Carteiras administradas	1,7 ano	0.89%	955 795		
Total			1 199 051	2 473	117 136

A Organização detém certas notas de renda fixa que o emissor tem direito de resgatar antes da data de vencimento.

Instrumentos resgatáveis

Emissor	Principal	Juros	Vencimento	Datas de resgate
Federal Farm Credit Bank	12 538	1.83%	16-Nov-35	31-Dec-21
Federal Farm Credit Bank	6 402	2.23%	29-Sep-36	31-Dec-21

Representa apenas o principal e não abrange juros acumulados no montante de US\$ 64 641.

As variações da taxa de juros de mercado influenciam o valor justo e os fluxos de caixa futuros dos instrumentos de investimento. Essa influência é irrelevante para os investimentos mantidos até o vencimento, mas afetaria a demonstração da situação financeira no caso dos investimentos de taxa fixa disponíveis para venda e a demonstração do desempenho financeiro no caso dos investimentos de taxa variável disponíveis para venda. A parcela da carteira de investimentos da OPAS disponível para venda composta por instrumentos de taxa variável é insignificante e as flutuações das taxas não teriam um efeito relevante. No entanto, uma alteração da taxa de mercado no caso dos investimentos de taxa fixa disponíveis para venda poderia afetar de forma relevante a demonstração da situação financeira.

Uma flutuação das taxas de juros de mercado de 100 pontos-base teria o seguinte impacto sobre o valor justo de mercado dos investimentos de taxa fixa disponíveis para venda:

Valor justo de mercado dos investimentos de taxa fixa em 31-12-21	Aumento de 100 pontos-base	Variação do valor justo de mercado	Diminuição de 100 pontos-base	Variação do valor justo de mercado
956 068	939 308	(16 760)	972 646	16 578

5.3 Risco de crédito

O risco de crédito máximo representa o valor contábil dos empréstimos e contas a receber. As diretrizes de investimento da OPAS estipulam limites ao nível de exposição ao risco de crédito de uma única contraparte. Contudo, pode haver algum risco de insolvência da contraparte associado à concentração dos instrumentos financeiros e depósitos à vista no setor bancário. Essas concentrações significativas no setor bancário equivalem a 48% do total de caixa e dos investimentos de curto prazo e de longo prazo.

Com a queda drástica das taxas de juros, a alocação do caixa e equivalentes de caixa foi reduzida em 2021.

Risco de crédito	2021		2020	
Caixa e equivalentes de caixa	75 063	7.7%	102 548	20.4%
AAA	537 826	55.2%	281 221	55.9%
AA	107 675	11.0%	50 299	10.0%
A	209 402	21.5%	55 159	11.0%
BBB	45 082	4.6%	14 279	2.8%
Total	975 049	100%	503 507	100%

Os requisitos mínimos de qualidade de crédito aplicados a todos os investimentos, conforme o definido na Política de Investimentos, se enquadram no intervalo do grau de investimento.

Caixa e equivalentes de caixa abarca US\$ 2 473 243 mantidos no fundo do mercado monetário do TAREP.

Os investimentos de longo prazo e as carteiras administradas da OPAS são mantidos da seguinte maneira:

Tipo de investimento	2021	2020
Fundos do mercado monetário	13 834	10 631
Emissões do governo e de agências dos EUA	471 509	243 351
Títulos lastreados em hipotecas e em ativos	53 676	17 474
Títulos privados	370 980	191 747
Depósitos bancários	61 229	40 304
Títulos municipais	3 820	
Total dos investimentos de longo prazo	975 049	503 507

A maioria das contas a receber é devida pelos Estados Membros da OPAS na forma de contribuições fixas e contribuições voluntárias e pelos Estados Membros participantes dos fundos de compras. Em conformidade com as IPSAS e a política contábil da OPAS, todas as contas a receber foram examinadas para determinar se havia risco da contraparte. Reduções ao valor recuperável no montante de US\$ 3,2 milhões foram reconhecidas em 2021, resultando num total dessas reduções de US\$ 33,3 milhões (ver a Nota 6).

5.4 Risco cambial

A demonstração da situação financeira não reflete uma exposição significativa ao risco cambial, pois os depósitos em moeda estrangeira em qualquer momento são irrelevantes ou se destinam a gastos em moeda estrangeira. No decorrer do exercício, uma pequena porcentagem dos gastos (10%) é desembolsada em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos. Esses desembolsos não estão protegidos, mas são cobertos por receitas em moedas nacionais e pela compra de moeda nacional no mercado de acordo com as necessidades no momento do desembolso.

As contribuições e as contas a receber são estabelecidas e devem ser recebidas em dólares, mas podem ser recebidas em moeda estrangeira mediante a anuência da Organização caso o montante possa ser absorvido pelas representações num prazo de 30 dias.

Os saldos bancários em moeda local mantidos na Venezuela e em Cuba estão sujeitos a restrições que dificultam o repatriamento de recursos excedentes para as contas bancárias da sede da OPAS nos Estados Unidos. Contudo, em 2021, a OPAS conseguiu transferir US\$ 1,5 milhão da conta bancária da representação em Cuba para a conta bancária da sede da OPAS. Em 31 de dezembro, um saldo de US\$ 1,0 milhão permanecia em Cuba para fins operacionais e um saldo irrelevante (US\$ 561) é mantido na Venezuela. Além disso, a repatriação de saldos excedentes em moeda local da República Dominicana (saldo de US\$ 0,4 milhão) está sujeita à disponibilidade de dólares americanos no setor privado, e já houve atrasos no passado. Essas restrições aumentam o risco cambial para a Organização. A OPAS tomou as medidas necessárias para mitigar os riscos e identificou mecanismos de câmbio para facilitar a gestão desses saldos. Os saldos da OPAS em moeda local além dos mencionados acima são mínimos.

O risco cambial associado às contas a receber é mitigado por meio da política de cada fundo que rege a aceitação de moeda local. As diferenças cambiais são absorvidas pelo Estado Membro ou pelo doador ou, em casos excepcionais, pela Organização como uma despesa administrativa. O risco cambial associado a contas a pagar materiais é administrado caso a caso para mitigar qualquer impacto negativo sobre a Organização.

5.5 Risco de liquidez

A Organização está exposta a um risco de liquidez limitado, associado a passivos financeiros não derivados. As receitas diferidas são principalmente de curto prazo e mantidas em caixa. Controles orçamentários asseguram que a execução das adjudicações seja lastreada pela disponibilidade de caixa.

6. Contas a receber

	31 de dezembro de 2021	Total 31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Total 31 de dezembro de 2020
Circulante				
Contribuições fixas ¹		74 782		84 568
Fundo de Equalização de Impostos				5
Contribuições voluntárias		121 873		106 220
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	17 868		14 737	
Contribuições voluntárias	75 095		55 409	
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	28 910		36 074	
Compras de provisões de saúde pública		62 192		74 675
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	56 882		66 914	
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	5 310		7 761	
Saldo devido pela OMS por atividades de financiamento entre organizações				2 536
Adiantamentos ao pessoal		3 010		3 220
Gastos pré-pagos		11 641		6 568
Valores a receber diversos		5 231		5 007
Provisão para contas de cobrança duvidosa ²		(33 280)		(36 469)
Total		245 449		246 330
Não circulante				
Contribuições voluntárias		90 503		60 982
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	786			
Contribuições voluntárias	18 645		29 877	
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	71 072		31 105	
Contribuições destinadas à manutenção e melhoria de bens imóveis		1 250		1 250
Contribuições fixas e receitas diversas da OPAS		27		27
Compras de provisões de saúde pública		13 030		14 228
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	11 440		12 476	
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	1 590		1 752	
Total		104 810		76 487

¹ Ver a Nota 6.1.² Ver a Nota 6.2.

6.1 Contas a receber relativas às contribuições fixas

	Em atraso	2021	Total 2021	Total 2020
Antígua e Barbuda				21
Argentina	2 916	3 139	6 054	5 731
Aruba		28	28	
Belize				21
Brasil		11 172	11 172	24 210
Chile	687	1 480	2 168	687
Colômbia		1 714	1 714	
Costa Rica		19	19	
Curaçao	64	28	92	64
El Salvador	74	80	154	74
Estados Unidos		42 146	42 146	44 246
França		1	1	1
Guiana		2	2	
Haiti		28	28	
Paraguai		91	91	
Peru		699	699	961
Porto Rico	344	71	415	344
Reino Unido		27	27	23
Santa Lúcia		7	7	
São Martinho		21	21	43
Suriname		28	28	
Uruguai				290
Venezuela	7 851	2 065	9 916	7 851
TOTAL*	11 936	62 846	74 782	84 568

* As contribuições fixas pendentes totalizaram US\$ 74,8 milhões, uma diminuição de US\$ 9,8 milhões frente a 2020. Em consequência do atraso no recebimento das contribuições fixas dos Estados Membros, a Organização usou integralmente o saldo de caixa do Fundo de Capital de Giro e recursos de outras fontes internas irrestritas.

6.2 Flutuações da provisão para contas a receber de cobrança duvidosa

Descrição	31 de dezembro de 2020	Aumento / (diminuição)	31 de dezembro de 2021
Contribuições fixas	21 769	(4 300)	17 469
Outros (por exemplo, IVA)	1 248	824	2 072
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	11 699	(245)	11 454
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	1 391	223	1 614
PROMESS	362	211	573
PANAFTOSA		66	66
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas		32	32
TOTAL *	36 469	(3 189)	33 280

* Não há indícios da necessidade de reduzir ativos ao valor recuperável em consequência da pandemia de COVID-19.

7. Estoques

Em 2021 e devido à pandemia de COVID-19, a OPAS continuou a gerir um estoque de provisões médicas relacionadas à COVID-19 registrado na rubrica do fundo para a preparação para emergências e assistência em caso de desastres. Além disso, a OPAS também registrou estoques referentes ao PANAFTOSA, ao PROMESS e ao CLAP que dizem respeito a suas atividades específicas de venda de serviços.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
PROMESS	1 048	883
CLAP	39	28
OPAS, Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	7 569	10 192
Centro Pan-Americano de Febre Aftosa	318	355
Saldo final do estoque	8 974	11 458

8. Ativo imobilizado

2021	Terreno	Prédios	Equipamento de computação	Equipamento de escritório	Utensílios e acessórios de escritório	Veículos automotores	Equipamento audiovisual	Prédios móveis	Total
Custo em 1º de janeiro	107 494	31 394	52	218	357	3 090	90	27	142 722
Acréscimos			119			280			399
Alienações						(238)			(238)
Desvalorização									
Ajustes									
Reavaliações líquidas ^{1/}									
Custo em 31 de dezembro	107 494	31 394	171	218	357	3 132	90	27	142 883
Depreciação em 1º de janeiro			52	156	49	2 233	90	27	2 607
Cobrado no período corrente		920	20	28	71	384			1 423
Alienações						(238)			(238)
Ajustes									
Reavaliações líquidas ^{1/}									
Depreciação em 31 de dezembro		920	72	184	120	2 379	90	27	3 792
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2021	107 494	30 474	99	34	237	753			139 091
2020	Terreno	Prédios	Equipamento de computação	Equipamento de escritório	Utensílios e acessórios de escritório	Veículos automotores	Equipamento audiovisual	Prédios móveis	Total
Custo em 1º de janeiro	64 026	49 220	611	188	35	3 026	317	27	117 450
Acréscimos				61	322	99			482
Alienações			(559)	(31)		(35)	(227)		(852)
Desvalorização									
Ajustes									
Reavaliações líquidas	43 468	(17 826)							25 642
Custo em 31 de dezembro	107 494	31 394	52	218	357	3 090	90	27	142 722
Depreciação em 1º de janeiro		5 238	611	169	9	1 884	317	27	8 255
Cobrado no período corrente		1 419		18	40	400			1 877
Alienações			(559)	(31)		(51)	(227)		(868)
Ajustes									
Reavaliações líquidas		(6 657)							(6 657)
Depreciação em 31 de dezembro			52	156	49	2 233	90	27	2 607
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2020	107 494	31 394		62	308	857			140 115

8.1 Ativos transferidos com condições

De acordo com o documento de doação registrado no Registro Público, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), seus sucessores e cessionários concederam à OPAS a propriedade do terreno no qual estão localizados os prédios da Representação da OPAS/OMS no Brasil. O documento estipula também que a OPAS não pode transferir, alugar nem emprestar o terreno doado sob pena de revogação da doação. Caso o terreno seja vendido para a mesma finalidade (ou seja, estabelecimento de uma sede), a OPAS deve obter o consentimento por escrito do governo e pagar a ele o valor atual do terreno. Isso não abrange os prédios nem nenhum outro bem imóvel. Devido à restrição imposta à venda do terreno e à exigência de pagar ao Governo do Brasil o valor atual do terreno, a Organização reconheceu essa propriedade na demonstração da situação financeira como um ativo e como um passivo. (Nota 11).

8.2 Reavaliação dos terrenos e prédios

Seguindo as políticas contábeis da Organização (Nota 2.8), faz-se uma reavaliação a cada cinco anos. Uma reavaliação completa foi feita em 2020 por um avaliador independente com experiência em avaliação, assessoria e serviços de consultoria. O avaliador era afiliado à Royal Institution of Chartered Surveyors (RICS), ao Appraisal Institute of Canada e ao Urban Land Institute (ULI).

Os montantes decorrentes da avaliação feita em dezembro de 2020 de cada propriedade da Organização são os seguintes:

Prédios	Referência	Fundo *	1º de janeiro de 2021
Argentina		ACP	760
Barbados		ACP	2 350
Brasil		ACP	3 175
Jamaica		ACP	1 700
Guatemala		MCIF	2 450
Guiana		ACP	413
Haiti		ACP	1 050
Washington DC – 2121 Virginia Ave.		MCIF	18 500
Paraguai		ACP	685
Venezuela		ACP	311
Prédios, subtotal	Nota 8		31 394
Terrenos			
Brasil		ACP	8 659
Haiti		ACP	200
Washington DC – 525 23rd St		ACP	57 000
Washington DC – 2121 Virginia Ave.		ACP	37 500
Peru		ACP	3 770
Venezuela		ACP	365
Terrenos, subtotal	Nota 8	ACP	107 494
Total			138 888

*ACP: Contribuições fixas e receitas diversas da OPAS

FMIC: Fundo Mestre de Investimentos de Capital

	Terreno	Prédio
Data efetiva da reavaliação	Dezembro 2020	Dezembro 2020
Envolvimento de avaliador independente	Sim	Sim
Métodos e pressupostos significativos aplicados na estimação dos valores justos dos ativos	<p>Valor justo em conformidade com as Uniform Standards of Professional Appraisal Practice (USPAP), a Edição Global do guia Valuation — Professional Standards 2017 (Red Book) da RICS e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS).</p> <p>A avaliação foi feita após a identificação de dados e tendências de mercado na economia regional e local, uso dos terrenos na vizinhança, oferta e demanda de espaços concorrentes, transações comparáveis de aluguel e venda, e taxas de capitalização de mercado para propriedades geradoras de renda.</p> <p>O prédio da sede, localizado na 23rd Street NW, Washington DC, e os prédios do Peru estão avaliados em zero com base na análise de mercado e da vizinhança, concluindo que o melhor e mais alto uso dos imóveis seria o desenvolvimento de novos prédio por um investidor (especulação com o terreno) ou um incorporador.</p> <p>A avaliação do prédio da sede da OPAS na 23rd Street NW, Washington DC, tinha como um dos seus pressupostos que o edifício não está legalmente protegido como um patrimônio histórico. Nenhuma determinação nesse sentido foi feita até a data de hoje e, portanto, é razoável avaliar o prédio na sua situação atual.</p>	
Medida em que os valores justos dos ativos foram determinados diretamente por meio de consultas dos preços observáveis em um mercado ativo ou transações recentes de mercado que estavam disponíveis, ou foram estimados usando outras técnicas de avaliação	<p>Na prática da avaliação, uma abordagem de valor é incluída ou omitida com base na sua aplicabilidade ao tipo de propriedade a ser avaliada e à qualidade e à quantidade das informações disponíveis. Para alguns imóveis específicos, foram aplicadas mais de uma das três abordagens de avaliação a seguir e calculou-se a média.</p> <p>A abordagem de custo foi usada nos casos de Barbados, Brasil, Jamaica, Guiana e Haiti. Baseia-se na proposta de que o comprador informado não pagaria mais pelo bem imóvel em questão do que o custo para produzir um imóvel substituto com utilidade equivalente. Essa abordagem se aplica especialmente quando a propriedade a ser avaliada contém melhorias relativamente novas que representam o maior e melhor uso do terreno, ou quando as melhorias são relativamente únicas ou especializadas e são encontradas em poucos imóveis comparáveis à disposição para venda ou aluguel.</p> <p>A abordagem de comparação de vendas foi usada nos casos da Guatemala, Guiana, Washington DC, Paraguai, Peru e Venezuela. São usadas vendas de propriedades comparáveis, ajustadas pelas diferenças, para indicar um valor para o bem imóvel em questão. A avaliação normalmente é feita usando unidades físicas de comparação, como preço por metro quadrado, preço por unidade, preço por andar, etc., ou unidades econômicas de comparação, como o multiplicador de aluguel bruto. Os ajustes são aplicados às unidades físicas de comparação derivadas da venda usada para fins de comparação. A unidade de comparação escolhida para o bem imóvel em questão é então usada para produzir um valor total. As unidades econômicas de comparação não são ajustadas, mas analisadas quanto às diferenças pertinentes, e a estimativa final é derivada com base nas comparações gerais.</p> <p>A abordagem de capitalização de renda foi usada nos casos da Argentina, Barbados, Jamaica, Guatemala, Guiana, Haiti, Washington DC, Paraguai e Peru. Reflete a capacidade de geração de renda do bem imóvel em questão. Essa abordagem se baseia no pressuposto de que é gerado valor pela expectativa dos benefícios a serem obtidos no futuro. Estima-se especificamente o valor que um investidor estaria disposto a pagar para receber um fluxo de renda mais o valor de reversão de uma propriedade durante um período de tempo.</p>	
Indicação de que o valor contábil de um ativo reavaliado pode diferir materialmente do que seria determinado se o ativo fosse reavaliado na data do relatório.	<p>Não ocorreram mudanças significativas ao longo do período, nem ocorrerão no futuro próximo, no ambiente tecnológico, econômico, jurídico ou de mercado no qual a entidade atua, nem no mercado em que os ativos são usados.</p>	

9. Ativo intangível

A Organização apresenta em separado os itens do ativo intangível que estão disponíveis para uso e sujeitos a amortização.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativos intangíveis disponíveis para uso		
Custo em 1º de janeiro	4 313	4 253
Acréscimos	571	60
Alienações	(160)	
Custo em 31 de dezembro	4 724	4 313
Amortização em 1º de janeiro	3 965	3 756
Cobrado no período corrente	276	209
Alienações	(160)	
Amortização em 31 de dezembro	4 081	3 965
Total do ativo intangível	643	348

10. Obrigações acumuladas

	31 de dezembro de 2021	Total 31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Total 31 de dezembro de 2020
Contribuições voluntárias		14 877		16 992
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	1 342		782	
Contribuições voluntárias	847		743	
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	12 688		15 467	
Compras de provisões de saúde pública		748		3 500
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	61		537	
Compras reembolsáveis em nome dos Estados Membros	42			
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	645		2 963	
OMS – Contribuições voluntárias		1 177		2 349
Seguro-saúde do Pessoal		386		
Receita de serviços		31		33
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas		692		91
Contribuições fixas e receitas diversas		4 295		390
Encargo de Ocupação de Postos		5 402		6 202
Fundo Mestre de Investimentos de Capital		118		134
SHI, despesas administrativas repassadas a serem transferidas para a OMS		1		5
Orçamento Ordinário da AMRO				262
Total		27 727		29 958

11. Contas a pagar

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante		
Contribuições fixas recebidas antecipadamente	53	10 428
Contribuições voluntárias de acordos caducados	2 219	596
Compras de provisões de saúde pública	23 150	2 143
Saldo devido à Organização Mundial da Saúde devido a transações entre organizações.	3 779	
Diversos	12 247	9 273
Total	41 448	22 440
Não circulante		
Ativo com passivo restrito – Imóveis em Brasília, Brasil (Nota 8.2)	8 659	8 659
Total	8 659	8 659

12. Benefícios aos empregados

Nos termos do Regulamento do Pessoal da Organização Pan-Americana da Saúde, a Organização concede alguns benefícios a seus empregados que podem ser classificados como passivo de curto prazo e outros que podem ser classificados como passivo de longo prazo. Os benefícios aos empregados classificados como passivo de curto prazo são o subsídio para educação, a viagem relacionada com o subsídio para educação e o subsídio por novo destino. Os benefícios aos empregados que podem ser categorizados como passivo de longo prazo abrangem certos pagamentos finais, como o pagamento da licença anual, o auxílio por repatriação, a viagem de repatriação e outras indenizações relacionadas ao desligamento do serviço, conforme o caso.

Os saldos de licença anual aumentaram devido ao impacto de o pessoal não haver usado os dias de licença planejados para 2020 e 2021 em consequência da pandemia e das limitações de viagem adotadas para conter a pandemia. Além disso, a limitação normal de transferência dos saldos da licença anual foi relaxada no fim do ano, com um máximo de 120 horas adicionais. As licenças se acumulam durante o serviço e podem ser transferidas de um ano civil para o seguinte. O pagamento por dias de licença transferidos é limitado a 60 dias de licença acumulada.

Para acumular os recursos necessários para fazer face a esse passivo de curto prazo e de longo prazo, a Organização criou três fundos.

12.1 Fundo de Benefícios do Pessoal

Estabelecido em janeiro de 2008, financia as obrigações de curto prazo do subsídio para educação, das viagens relacionadas com o subsídio para educação e do subsídio por novo destino. Recebe aportes mensais de contribuições da Organização calculados com base na folha de pagamento.

12.2 Fundo do Seguro-saúde Pós-Serviço (ASHI)

Estabelecido em 2010, este plano, integrado por múltiplos empregadores, reflete o financiamento e o passivo da Organização referentes ao seguro-saúde dos funcionários atuais e ex-funcionários nos próximos anos. Faz parte do Fundo do Seguro-saúde do Pessoal da Organização Mundial da Saúde (OMS), administrado pelo Comitê de Supervisão Global (GOC, na sigla em inglês), que assessora o Diretor-Geral da OMS. O GOC examina as operações e a situação financeira do SHI, incluídos os níveis dos benefícios e contribuições, examina a estabilidade financeira e a adequação da reserva financeira, examina o relatório anual e o desempenho global, organiza estudos atuariais periódicos e aprova os pressupostos subjacentes, examina os relatórios atuariais

e recomenda as mudanças necessárias no SHI, e analisa os relatórios dos auditores externos e internos. A direção da OPAS tem um membro permanente e o pessoal da OPAS conta com um representante em caráter de rodízio.

A receita deste plano provém das contribuições arrecadadas das entidades participantes e do pessoal na ativa e aposentados dessas entidades para o SHI. As contribuições costumam ser financiadas na proporção de dois terços pelas entidades participantes e um terço pelos participantes. Além disso, o plano recebe receita financeira proveniente da renda de investimentos administrados externamente, bem como de juros sobre o investimento de excedentes de caixa.

O SHI aplica três estratégias para melhorar o financiamento das obrigações do ASHI: assegurar que as contribuições sejam suficientes para acumular ativos que ajudem a fazer face à obrigação por benefícios definidos; conter custos por meio de negociações regulares com provedores da área de saúde para limitar o impacto da inflação médica, da gestão de casos e da revisão do desenho do plano; e alcançar uma taxa média de retorno prevista de 3,7% sobre os investimentos num horizonte de longo prazo.

Um Comitê Permanente Global é estabelecido para decidir sobre os pedidos de reembolso de despesas médicas a ele encaminhados de acordo com as regras do SHI e recomenda ao GOC as propostas de modificação das regras e práticas do SHI. A OPAS tem um representante.

As atividades relacionadas à obrigação pelos benefícios definidos são obtidas por meio de um relatório atuarial global anual elaborado para a Secretaria do SHI por um atuário independente. Nesse relatório, são apresentadas as atividades segregadas para cada uma das organizações participantes do SHI, incluída a OPAS. O relatório atuarial deste ano abrange várias informações de divulgação obrigatória em conformidade com os parágrafos 141 e 149 da IPSAS 39, como segue:

141(a) (i) O SHI reembolsa os gastos relacionados com a atenção à saúde, assim como os respectivos custos administrativos, do pessoal, dos aposentados e de seus dependentes e sobreviventes que cumpram os critérios estabelecidos. O ASHI é a parte do SHI que cobre os aposentados e seus dependentes e sobreviventes.

(ii) O Comitê de Supervisão Global (GOC) rege todo o SHI, incluído o ASHI. Esse comitê mantém reuniões periódicas, nas quais se faz um monitoramento da experiência histórica e se analisam possíveis mudanças no desenho e administração do plano;

141(b) Os principais riscos financeiros e econômicos enfrentados pelo plano são a variação das taxas de desconto, os índices de inflação geral futuros, os índices de aumento dos custos médicos e o retorno dos ativos;

141(c) Não ocorreram alterações no plano, ou quaisquer cortes ou liquidações, no exercício de 2021 do plano.

141(d) A taxa de desconto é calculada com base nos rendimentos de títulos privados com classificação de crédito elevada na data da mensuração, bem como nos fluxos de caixa previstos e na exposição cambial pressuposta para cada agrupamento de representações. O atuário recomendou a metodologia da taxa de desconto; a OPAS examinou e aprovou essa metodologia.

142–143 Não há direitos de reembolso prospectivos relacionados ao plano.

144–145 O SHI tem informações sobre os ativos por classe de ativos em 31 de dezembro de 2021.

146 Mais detalhes podem ser consultados em “Pressupostos e métodos atuariais” (Nota 12.6) neste relatório.

147(a) Consulte as análises de sensibilidade à taxa de desconto e as taxas dos futuros aumentos dos custos médicos, apresentadas na seção 12.8 deste relatório. O SHI historicamente não revela a análise de sensibilidade ao pressuposto geral da inflação.

O atuário determinou explicitamente os resultados financeiros, empregando os pressupostos alternativos modelados. A principal limitação desse enfoque é que ele apenas ilustra os resultados em potencial, sem quantificar a faixa provável das futuras taxas de desconto nem dos aumentos dos custos médicos.

Desde o período anterior, não há mudanças no alcance da análise de sensibilidade divulgada.

- 148 O ASHI não faz investimentos significativos em produtos de anuidades ou *swaps*. Durante 2021, o atuário fez um estudo dos ativos e passivos do ASHI, que está sendo revisto e poderá ser considerado na definição de sua estratégia de investimento para o plano.
- 149(a) Como organização participante do SHI, a OPAS não está obrigada legalmente a reservar recursos antecipadamente para o plano. O GOC manifestou a intenção de acumular recursos no futuro para aproximar-se do financiamento total da obrigação contábil. O principal mecanismo para alcançar esse objetivo é fazer aumentos constantes das contribuições para o Fundo SHI global, acumulando ativos. O GOC continua a monitorar essa estratégia e se reserva o direito de fazer mudanças futuras.
- 149(b) As informações sobre a contribuição prevista para o próximo ano podem ser consultadas na seção 12.7 abaixo.
- 149(c) Consulte a tabela da análise de sensibilidade na seção 12.8 abaixo.

12.3 Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP)

Estabelecido em abril de 1972, este plano de benefícios definidos da OPAS reflete o financiamento e o passivo da Organização referentes aos pagamentos no caso de rescisão do contrato de trabalho e abrange a licença anual, o auxílio por repatriação, a viagem de repatriação e a mudança dos móveis e pertences. As atividades da obrigação pelos benefícios definidos são obtidas por meio de um relatório atuarial anual elaborado por um atuário independente. O relatório atuarial deste ano contém as seguintes informações de divulgação obrigatória em conformidade com os parágrafos 141 e 149 da IPSAS 39, como segue:

- 141(a)(i) O Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP) oferece certos benefícios após o desligamento do serviço, como pagamentos de férias acumuladas; benefícios por repatriação, invalidez e morte; e indenizações pelo desligamento do serviço;
- (ii) O TAREP não está sujeito a nenhum quadro regulatório externo, mas o financiamento global da OPAS é regido pelo contributo dos seus países membros.
- (iii) Não foi estabelecido um comitê de governança formal para o TAREP. A Direção da OPAS supervisiona as operações do TAREP em conformidade com as regras do pessoal;
- 141(b) Os principais riscos financeiros e econômicos enfrentados pelos planos são a variação das taxas de desconto e do retorno dos ativos;
- 141(d) A taxa de desconto é elaborada para outros benefícios que não as férias acumuladas. Essa taxa é calculada com base nos rendimentos de mercado de títulos privados com classificação de crédito elevada na data da mensuração, bem como nos fluxos de caixa previstos na exposição cambial pressuposta para esses benefícios; O atuário recomendou a metodologia da taxa de desconto; a OPAS examinou e aprovou essa metodologia.

144–145A OPAS tem informações detalhadas sobre os investimentos do plano.

- 146 Mais detalhes sobre o processo de seleção da taxa de desconto podem ser consultados em “Pressupostos e métodos atuariais” (Nota 12.6) neste relatório.
- 147 Uma análise de sensibilidade é apresentada mais à frente, na seção 12.8. A tabela pode conter cenários hipotéticos nos quais as taxas de desconto são negativas.

O atuário determinou explicitamente os resultados financeiros empregando os pressupostos alternativos modelados. A principal limitação desse enfoque é que ele apenas ilustra os resultados em potencial, sem quantificar a faixa provável das futuras taxas de desconto.

Desde o período anterior, não há mudanças no alcance da análise de sensibilidade.

148 O TAREP não conta com *hedge* dos ativos e passivos.

149(a) A OPAS não está obrigada legalmente a reservar recursos antecipadamente para o plano.

Contudo, a OPAS tem como intenção manter ativos para se aproximar do financiamento total da obrigação contábil com o passar do tempo. O principal mecanismo para alcançar esse objetivo é fazer com que as contribuições cubram parte ou a totalidade dos pagamentos de benefícios de cada ano à medida que eles se tornem vincendos, em vez de recorrer aos ativos do plano para pagar os benefícios.

Atualmente, o TAREP tem um saldo de US\$ 21,5 milhões em ativos. Além disso, a Organização dispõe de um saldo de US\$ 1,1 milhão no Fundo de Provisão para Pagamentos por Rescisão, disponível para cobrir as indenizações atuais e futuras por rescisão do contrato de trabalho.

149(b) Para outros benefícios que não as férias acumuladas e as respectivas contribuições previstas, consulte a tabela na seção 12.7. Para as férias acumuladas, as contribuições previstas não são projetadas atuarialmente.

149(c) Consulte a tabela da análise de sensibilidade na seção 12.8.

12.4 Obrigação por benefícios definidos líquida

Em 31 de dezembro de 2021, a situação do passivo circulante e não circulante referente aos benefícios definidos segundo os cálculos dos consultores atuariais é a seguinte:

	Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço	Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação	Total 2021	Total 2020
Passivo circulante		2 717	2 717 ¹	2 386
Passivo não circulante	295 795	347	296 142	332 562
Total	295 795	3 064	298 859	334 948

¹ A OPAS dispõe de US\$ 1 142 644 na Provisão para o Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho para cobrir as indenizações atuais e futuras das rescisões, que pode ser aplicada para reduzir essa obrigação por benefícios definidos líquida.

- Ganhos e perdas (variações inesperadas no excedente ou déficit) são reconhecidos de imediato no balanço e não impactam gastos passados nem futuros;
- Não existe direito de reembolso;
- As contribuições previstas da Organização em 2022 estão estimadas em US\$ 14 620 000 para o Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço e US\$ 1 279 135 para o Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação.

12.5 Avaliações atuariais dos benefícios pós-emprego e dos outros benefícios relacionados ao desligamento do serviço

Em 2021, as taxas de contribuição para esses dois fundos de longo prazo foram 5% do salário-base líquido mais o reajuste por lugar de destino, creditado no Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação, e 4% do salário-base, creditado no Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço.

12.6 Pressupostos e métodos atuariais

Entre os outros benefícios de longo prazo aos empregados figuram a viagem de licença ao país de origem, acumulada mensalmente. Os empregados que têm direito a esse benefício devem obtê-lo e usá-lo a cada dois anos.

Pressuposto	Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço	Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação
Norma contábil	Norma Internacional de Contabilidade do Setor Público 39	
Data de medição	31 dezembro 2021	
Taxa de desconto	3,2%	2,5%
Inflação geral	2,5%	2,9%
Aumentos dos custos médicos	Estados Unidos: 4,9% em 2022, recuando gradualmente até 3,95% em 2032 e anos posteriores. Resto do continente: 6,0% em 2022, recuando gradualmente até 3,95% em 2036 e anos posteriores.	Não se aplica.
Alterações futuras na taxa de contribuição dos participantes	Prevê-se que os participantes permaneçam nas porcentagens atuais do pagamento final da pensão.	Não se aplica.
Expectativa de vida	As taxas de mortalidade são compatíveis com as taxas recomendadas pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas por meio das orientações para harmonização.	
Custos médicos médios	Os custos nos EUA e fora dos EUA foram projetados com base na experiência recente, ajustados pelas tendências de mercado e pelas medidas de contenção de custos do SHI.	Não se aplica.
Aceitação efetiva da cobertura no momento da aposentadoria	Prevê-se que os participantes com menos de 9 anos de serviço no momento da aposentadoria optem por renunciar à cobertura do ASHI. Em contrapartida, prevê-se que 94% dos participantes com mais de 9 anos de serviço no momento da aposentadoria escolham aceitar a cobertura do ASHI.	Não se aplica

As tabelas a seguir fornecem mais informações e uma análise das obrigações relacionadas aos benefícios aos empregados calculadas pelos atuários.

12.7 Resumo atuarial do Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço e do Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação

Descrição	Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço	Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação	Total 2021	Total 2020
Conciliação das obrigações por benefícios definidos				
Obrigações por benefícios definidos (saldo inicial)	408 566	23 855	432 421	358 099
Custo do serviço	12 186	1 923	14 109	11 580
Juros sobre as obrigações por benefícios definidos	11 551	442	11 993	11 902
Pagamentos efetivos de benefícios brutos pós-serviço e reembolsos do Medicare	(8 632)	(2 394)	(11 026)	(13 613)
Gastos administrativos efetivos pós-serviço	(839)		(839)	(826)
Contribuições efetivas pelos participantes pós-serviço	2 554		2 554	2 746
Alterações no plano adotadas				29 465
Mudanças nos métodos contábeis				6 991
(Ganho)/perda nas obrigações por benefícios definidos decorrente de mudanças nos pressupostos financeiros	(9 304)	(432)	(9 736)	35 281
(Ganho)/perda nas obrigações por benefícios definidos decorrente de mudanças em outros pressupostos	(34 930)	1 146	(33 784)	(5 126)
Juros sobre reserva incorrida, mas ainda não paga	195		195	299
(Ganho)/perda nas obrigações por benefícios definidos na reserva registrada, mas não paga	(1 001)		(1 001)	(4 378)
Obrigações por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2022	380 346	24 540	404 886	432 420
Conciliação dos ativos do plano				
Valor de mercado dos ativos do plano (saldo inicial)	78 236	19 237	97 473	80 559
Pagamentos efetivos de benefícios brutos e reembolsos do Medicare	(16 049)	(2 394)	(18 443)	(21 693)
Gastos administrativos do SHI	(1 681)		(1 681)	(1 490)
Contribuições dos participantes do SHI	6 448		6 448	6 692
Contribuições da Organização, excluindo contribuições de 4% do salário	12 825	4 894	17 719	23 451
Contribuições adicionais da Organização	2 153		2 153	2 157
Juros sobre os ativos líquidos	2 324	365	2 689	2 742
Ganho/(perda) com os ativos do plano	295	(625)	(330)	5 055
Ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	84 551	21 477	106 028	97 473
Conciliação da situação do financiamento				
Obrigações por benefícios definidos				
Ativos	146 844	24 541	171 385	196 911
Incorridos, mas não pagos	5 910		5 910	228 794
Inativos	227 591		227 591	6 716
Total das obrigações por benefícios definidos	380 345	24 541	404 886	432 421
Ativos do plano				
Ativos do plano brutos	84 550	21 477	106 027	97 473
Total dos ativos do plano	84 550	21 477	106 027	97 473
Passivo/(ativo) líquido reconhecido na demonstração da situação financeira				
Circulante		2 717	2 717	2 386
Não circulante	295 795	347	296 142	332 562
Total do passivo (ativo) líquido reconhecido na demonstração da situação financeira	295 795	3 064	298 859	334 948
Gastos para 2020				
Gastos por serviços	12 186	1 923	14 109	11 580
Gastos com juros	9 422	77	9 499	9 459
Alterações no plano adotadas				29 465
Total dos gastos reconhecidos na demonstração do desempenho financeiro	21 608	2 000	23 608	50 504
Contribuições previstas para 2022				
Contribuições pelo/para o pessoal ativo, excluindo pedidos de reembolso e custos administrativos	8 016		8 016	4 809
Contribuições da OPAS para inativos	6 605	1 279	7 884	7 317
Total das contribuições previstas para 2022	14 621	1 279	15 900	12 126

Nota: Do total da atividade atuarial anual de US\$ 33 590 008 (2020: US\$ 64 502 011), US\$ 57 197 543 (2020: US\$ 13 636 186) são informados na demonstração das mutações do ativo líquido e US\$ 23 607 535 (2020: US\$ 50 865 825) são informados na demonstração do desempenho financeiro.

Além dos ativos do plano mantidos no fundo fiduciário do TAREP, a Organização dispõe de um saldo de US\$ 1 142 644 na Provisão para o Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho, para cobrir as indenizações atuais e futuras por rescisões de contratos de trabalho.

As obrigações por benefícios definidos do ASHI passaram de US\$ 408,6 milhões em 2020 para US\$ 380,3 milhões em 2021 pelos seguintes fatores:

- Resultado favorável dos pedidos de reembolso de despesas médicas: -US\$ 21,8 milhões;
- Variação da taxa de desconto de 2,9% para 3,2%: -US\$ 21,6 milhões;
- Atualização dos pressupostos da inflação médica geral: -US\$ 12,3 milhões;
- Atualização sobre a aceitação da cobertura e a idade dos dependentes: -US\$ 10,1 milhões;
- Outras mudanças.

A obrigação por benefícios definidos do TAREP passou de US\$ 23,9 milhões em 2020 para US\$ 24,5 milhões em 2021 devido à alteração da taxa de desconto de 2,8% para 1,9% e a um aumento no uso presumido das indenizações por rescisão do contrato de trabalho.

12.8 Análise de sensibilidade médica e análise de sensibilidade da taxa de desconto

Três dos principais pressupostos na avaliação do plano de seguro-saúde pós-serviço são: 1) a taxa à qual os custos médicos devem evoluir no futuro; 2) o rendimento dos ativos e 3) a taxa de desconto usada para determinar o valor atualizado dos benefícios a serem pagos com recursos do plano no futuro. Uma vez que a taxa de inflação dos custos médicos e a taxa de desconto têm um impacto muito significativo sobre a determinação da avaliação de longo prazo da Organização, é útil fazer uma análise de sensibilidade dessas taxas. Essa análise identifica o impacto que a taxa de inflação dos custos médicos e as variáveis da taxa de desconto terão sobre a avaliação total. O estudo do atuário independente determinou o impacto do aumento ou redução dos pressupostos sobre a avaliação.

As tabelas a seguir apresentam a respectiva análise de sensibilidade de cada um dos fundos informados. A sensibilidade médica não se aplica aos dados do TAREP.

	ASHI Obrigação por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2021	ASHI Obrigação por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2020
Análise de sensibilidade médica		
Pressuposto da inflação atual dos custos médicos menos 1%	311 540	333 651
Pressuposto da inflação atual dos custos médicos	380 345	408 566
Pressuposto da inflação atual dos custos médicos mais 1%	468 527	504 963
Análise de sensibilidade da taxa de desconto		
Pressuposto da taxa de desconto atual menos 1%	460 180	497 891
Pressuposto da taxa de desconto atual	380 345	408 566
Pressuposto da taxa de desconto atual mais 1%	319 896	341 287
	TAREP Obrigação por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2021	TAREP Obrigação por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2020
Análise de sensibilidade da taxa de desconto		
Pressuposto da taxa de desconto corrente menos 1%	25 279	24 566
Pressuposto da taxa de desconto corrente:	24 541	23 855
Pressuposto da taxa de desconto corrente mais 1%	23 896	23 232

12.9 Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas

A OPAS é uma organização membro que participa do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas (“o Fundo”), estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas para proporcionar aos empregados benefícios por aposentadoria, morte, invalidez e outros benefícios relacionados. O Fundo é um plano de benefícios definidos financiado e de múltiplos empregadores. Conforme especificado no Artigo 3(b) do Regulamento do Fundo, a participação no Fundo estará aberta às agências especializadas e a qualquer outro organismo intergovernamental internacional que participe do sistema comum de salários, abonos e outras condições de serviço das Nações Unidas e agências especializadas.

O Fundo expõe as organizações participantes a riscos atuariais associados aos atuais e antigos empregados de outros organismos que participam do Fundo, cuja consequência é a inexistência de uma base uniforme e confiável para alocar a obrigação, os ativos do plano e os custos a organismos individuais participantes do Fundo. A OPAS e o Fundo, em consonância com as demais organizações participantes do Fundo, não estão em condições de identificar a parcela proporcional da OPAS da obrigação pelos benefícios definidos, os ativos do plano e os custos associados ao plano com confiabilidade suficiente para fins contábeis. Assim, a OPAS tratou esse plano como se fosse um plano de contribuições definidas, de acordo com os requisitos da IPSAS 39: Benefícios aos empregados. As contribuições da OPAS para o Fundo durante o período financeiro são reconhecidas como gastos na demonstração do desempenho financeiro.

O Estatuto do Fundo estabelece que o Comitê de Pensões providenciará que o consultor atuarial faça uma avaliação atuarial do Fundo pelo menos uma vez a cada três anos. A prática do Comitê de Pensões tem sido fazer uma avaliação atuarial a cada dois anos usando o chamado método de agregação de um grupo aberto. O objetivo principal da avaliação atuarial é determinar se os ativos atuais e os ativos futuros estimados do Fundo serão suficientes para cobrir suas obrigações.

A obrigação financeira da OPAS com respeito ao Fundo consiste na sua contribuição obrigatória, à taxa estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas (atualmente 7,9% para os participantes e 15,8% para as organizações membros) somada à parcela que lhe corresponda da totalidade do déficit atuarial que precise ser paga em conformidade com o Artigo 26 do Estatuto do Fundo de Aposentadoria. Esses pagamentos por deficiências atuariais só deverão ser efetuados caso a Assembleia Geral das Nações Unidas invoque o disposto no Artigo 26, após haver determinado que tais pagamentos são necessários com base numa avaliação da suficiência atuarial do Fundo na data da avaliação. Para ajudar no financiamento desse déficit, cada organização membro contribuirá um montante proporcional ao total das contribuições que tenha pagado durante os três anos anteriores à data da avaliação.

A mais recente avaliação atuarial do Fundo foi concluída com referência a 31 de dezembro de 2019, e a avaliação referente a 31 de dezembro de 2021 está sendo feita atualmente. Os dados da participação em 31 de dezembro de 2019 foram transportados para 31 de dezembro de 2020 pelo Fundo para os fins de suas demonstrações financeiras de 2020.

A avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2019 resultou numa razão de financiamento entre os ativos atuariais e as obrigações atuariais, supondo que não haverá reajustes das aposentadorias no futuro, de 144,4%. A razão de financiamento era de 107,1% quando foi levado em conta o sistema atual de reajustes das aposentadorias.

Após avaliar a suficiência atuarial do Fundo, o consultor atuarial chegou à conclusão de que não havia nenhuma necessidade, em 31 de dezembro de 2019, de pagamentos de déficits atuariais, em conformidade com o Artigo 26 do Estatuto do Fundo, uma vez que o valor atuarial dos ativos superava o valor atuarial de todas as obrigações acumuladas do plano. Além disso, o valor de mercado dos ativos também superava o valor atuarial de todas as obrigações acumuladas até a data da avaliação. À época em que foi preparado este relatório, a Assembleia Geral não havia invocado o disposto no Artigo 26.

Caso o Artigo 26 seja invocado devido a uma deficiência atuarial, seja durante a operação em andamento ou devido ao encerramento do Fundo, os pagamentos para financiar essa deficiência exigidos de cada organização membro se baseariam na proporção das contribuições da organização membro para o total das contribuições pagas ao Fundo durante os três anos anteriores à data de avaliação. As contribuições totais pagas ao Fundo durante os três anos anteriores (2018, 2019 e 2020) montaram a US\$ 25 689 009, US\$ 26 725 648 e US\$ 26 151 426, respectivamente, dos quais 67% couberam à OPAS.

Durante 2021, as contribuições pagas ao Fundo totalizaram US\$ 17 352 041 (2020: US\$ 17 531 103). A previsão é que as contribuições com vencimento em 2022 somem aproximadamente US\$ 17 699 082.

A participação no Fundo pode ser encerrada por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, mediante recomendação afirmativa do Comitê de Pensões. Uma parcela proporcional dos ativos totais do Fundo na data do encerramento será paga à antiga organização membro como benefício exclusivo de seu pessoal que participava no Fundo na referida data, nos termos de um acordo aceito mutuamente entre a organização e o Fundo. Esse montante é determinado pelo Comitê de Pensões do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas com base numa avaliação atuarial dos ativos e passivos do Fundo na data do encerramento; nenhuma parte dos ativos que excedam as obrigações é incluída nesse montante.

O Conselho de Auditoria das Nações Unidas faz uma auditoria anual do Fundo e presta contas ao Comitê de Pensões e à Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a auditoria a cada ano. O Fundo publica relatórios trimestrais sobre seus investimentos, que podem ser consultados no site do Fundo, no endereço: www.unjspf.org.

13. Receitas diferidas

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante		
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	74 981	33 342
Contribuições voluntárias	117 194	94 479
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacio	94 225	139 297
Compras de provisões de saúde pública		
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	404 091	277 230
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	183 548	121 125
Compras reembolsáveis	809	6 264
Receita de serviços	465	465
Total	875 313	672 202
Não circulante		
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	7 919	
Contribuições voluntárias	38 197	48 439
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacio	147 491	104 414
Total	193 607	152 853

14. Saldos dos fundos e reservas

Os saldos dos fundos representam a porção não gasta das contribuições que serão utilizadas para suprir necessidades operacionais futuras dos programas ou projetos.

As reservas são estabelecidas pelos Órgãos Diretores como mecanismos para custear e/ou financiar os programas e projetos da Organização. Atualmente abrangem o seguinte:

- Fundo de Capital de Giro;
- Fundo de Equalização de Impostos;
- Fundo Mestre de Investimentos de Capital;
- Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas;
- Contribuições voluntárias: Preparação para emergências e assistência em caso de desastres;
- Fundo Especial para a Promoção da Saúde;
- Fundo do Excedente Orçamentário;
- Fundo de Emergência para Epidemias;
- Fundo do Excedente da Implementação das IPSAS para Financiar o PMIS;
- Fundo do Excedente de Receita.

Resumo dos saldos dos fundos e reservas

	Saldo 31 de dezembro de 2020	Receita	Despesa	Transferências	Avaliação/ reavaliação atuarial	Saldo 31 de dezembro de 2021
Saldos dos fundos:						
Provisões Estratégicas para Saúde Pública – Capitalização	24 076	314 422	(307 157)			31 341
Seguro-saúde pós-serviço da OPAS	(330 331)	1	(21 608)		56 143	(295 795)
Contribuições voluntárias	37	56 635	(56 635)			37
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	(11 223)	75 075	(74 142)			(10 290)
Receita de serviços	7 787	2 456	(1 218)			9 025
Provisão para benefícios do pessoal	6 784		1 400			8 184
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	223 012	1 027 906	(1 001 830)			249 088
Compras reembolsáveis		6 568	(6 568)			
Contribuições fixas e receitas diversas da OPAS	136 599	94 295	(121 989)	(24 469)		84 436
Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação	456		(658)		1 055	853
Fundo do encargo de ocupação de postos	8 542		245			8 787
Gastos com a prestação de serviços do SHI		542	(554)			(12)
Orçamento Ordinário da AMRO		38 587	(38 587)			
Fundos voluntários da AMRO para a promoção da saúde		93 037	(93 037)			
Conta especial da AMRO para gastos com a prestação de serviços		4 023	(4 023)			
Subtotal	65 739	1 713 547	(1 726 361)	(24 469)	57 198	85 654
Reservas:						
Fundo de Capital de Giro	28 709			21 291		50 000
Fundo de Equalização de Impostos	3 211	8 075	(6 576)			4 710
Fundo Mestre de Investimentos de Capital	43 769	314	(2 970)			41 113
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	115 223	37 474	(11 557)			141 140
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	12 979	35 030	(37 636)			10 373
Fundo Especial para a Promoção da Saúde	811	5				816
Fundo do Excedente Orçamentário	132			3 178		3 310
Fundo de Emergência para Epidemias	1 034		(4)			1 030
Fundo do Excedente da Implementação das IPSAS para Financiar o Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS)	2 102					2 102
Fundo do Excedente de Receita						
Subtotal	207 970	80 898	(58 743)	24 469		254 594
Total	273 709	1 794 445	(1 785 104)		57 198	340 248

14.1 Fundo de Capital de Giro e empréstimos internos

Foi estabelecido com a finalidade principal de fornecer recursos, conforme necessário, para financiar o Orçamento por Programas enquanto se recebem as contribuições pendentes de pagamento dos Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados.

O 58º Conselho Diretor, por meio da resolução CD58.R1, datada de 2 de setembro de 2020, aprovou um aumento do nível autorizado de US\$ 25 milhões para US\$ 50 milhões.

Em conformidade com o parágrafo 4.5 do Regulamento Financeiro, todo déficit de receitas em relação aos gastos da apropriação do Orçamento por Programas no encerramento do período orçamentário corrente será financiado, primeiro, pelo Fundo de Capital de Giro na medida do possível e, em seguida, por meio de empréstimo ou outro meio autorizado. As rubricas não orçamentárias, como depreciação, amortização e contribuições em espécie, não fazem parte do Orçamento por Programas e, portanto, estão excluídas da receita e da despesa para calcular o excedente ou déficit de apropriação do Orçamento por Programas.

		Total em 31 de dezembro de 2020	Total em 31 de dezembro de 2021	Total em 31 de dezembro 2020 (biênio 2020-21)	Total em 31 de dezembro 2019 (biênio 2018-19)
Saldo em 1º de janeiro – Biênio		25 000		25 000	21 717
2020 Excedente/(déficit)		(1 449)		(1 449)	
2021 Excedente/(déficit)			(27 693)	(27 693)	
2018 Excedente/(déficit)					(830)
2019 Excedente/(déficit)					16 506
Excedente/(déficit)		(1 449)	(27 693)	(29 142)	15 676
2020 Rubricas não orçamentárias ¹		45 342		45 342	
2021 Rubricas não orçamentárias ¹			8 270	8 270	
2018 Rubricas não orçamentárias ¹					2 343
2019 Rubricas não orçamentárias ¹					(4 956)
Rubricas não orçamentárias ¹		45 342	8 270	53 612	(2 613)
2020 Transferência para o Fundo do Excedente de Receita – CD58/11		2 455		2 455	
2020 Transferência para o Fundo do Excedente Orçamentário – CD58/12		1 254		1 254	
2021 Transferência para o Fundo do Excedente de Receita			(3 179)	(3 179)	
2019 Transferência decorrente do fechamento de fundos					180
2019 Transferência para o Fundo do Excedente de Receita					(7 505)
2019 Transferência para o Fundo do Excedente Orçamentário					(2 455)
Total de Transferências	Nota 14	3 709	(3 179)	530	(9 780)
Apropriação orçamentária ordinária Excedente/(déficit)		47 602	(22 602)	25 000	3 283
Saldo em 31 de dezembro ²				50 000	25 000

¹ Entre as rubricas não orçamentárias figuram a depreciação, a amortização e as contribuições em espécie.

² Em 2020, se trata de um encerramento provisório; assim, o Excedente Orçamentário e o Excedente de Receita serão reconhecidos no fim do biênio 2020-21.

Devido ao atraso no recebimento das contribuições fixas dos Estados Membros, a Organização usou integralmente o saldo do Fundo de Capital de Giro de US\$ 28,7 milhões disponível antes do acréscimo de US\$ 21,3 milhões do excedente do biênio 2020- 21 no fim do exercício, bem como um adicional de US\$ 42,7 milhões em recursos de outras fontes internas irrestritas.

14.2 Fundo de Equalização de Impostos

Foi criado em 1968, conforme estabelece a resolução CD18.R7 do 18º Conselho Diretor, e nele são creditadas as receitas derivadas do plano de contribuições do pessoal. Os créditos nesse Fundo são registrados em nome de cada Estado Membro na proporção de sua contribuição fixa referente ao exercício financeiro em questão e são reduzidos pelo montante necessário para reembolsar os impostos de renda que cada Estado Membro cobra dos funcionários da Organização. São feitos ajustes no exercício financeiro seguinte para levar em consideração os encargos efetivos relacionados aos montantes reembolsados aos funcionários que estejam sujeitos ao pagamento de impostos nacionais.

Os Estados Membros que participam do Fundo de Equalização de Impostos tinham os seguintes saldos no encerramento do período de apresentação de informações financeiras.

Estados Membros	Saldo 1º de janeiro de 2021	Créditos do Fundo de Equalização Tributária	Distribuição aos Estados Membros	Disponível para cobrir os reembolsos de impostos ao pessoal	Impostos reembolsados ao pessoal	Saldo 31 de dezembro de 2021
Canadá	18	1 660	1 620	40	28	30
Colômbia	16	277	277			16
Estados Unidos	3 127	8 859	859	8 000	6 544	4 584
Venezuela	49	329	294	35	4	80
Outros		4 614	4 614			
Total	3 210	15 739	7 664	8 075	6 576	4 710

Não há nenhuma conta a receber pendente para o Fundo de Equalização de Impostos porque as obrigações para o reembolso dos impostos de renda são incluídas nas contas a receber correspondentes às contribuições fixas devidas pelos respectivos Estados Membros.

14.3 Fundo Mestre de Investimentos de Capital (FMIC)

Foi estabelecido por meio da resolução CSP27.R19 da 27ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 59ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, em outubro de 2007. Desde 1º de janeiro de 2008, o fundo é composto por dois fundos subsidiários, Bens Imóveis e Equipamento, e Tecnologia da Informação, em lugar do Fundo para Bens Imóveis e o Fundo de Bens de Capital. A finalidade do Fundo é financiar a manutenção e reparos dos prédios de escritório da Organização e a substituição sistemática dos equipamentos de computação e telecomunicação, software e sistemas de apoio à infraestrutura de tecnologia da informação da Organização.

Em 2012, nos termos da resolução CSP28.R17 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, autorizou-se o estabelecimento de mais três fundos subsidiários: o Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis, o Fundo Subsidiário Rotativo e Estratégico de Bens Imóveis e o Fundo Subsidiário para a Substituição de Veículos. Em 2020, as propriedades mantidas pelo FMIC foram reavaliadas. O impacto da reavaliação de US\$ 14,6 milhões, junto com uma transferência de US\$ 4,6 milhões do Fundo de Excedente de Receita, foi atribuído ao aumento de US\$ 18,4 milhões no saldo do fundo. Mais detalhes sobre a situação do fundo e seu uso, receita e plano de investimento e despesas operacionais na Sede podem ser consultados no documento SPBA16/13, no endereço eletrônico https://www.paho.org/sites/default/files/spba16-13-p-fundo-mestre-investimentos_0.pdf.

14.4 Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas

Foi estabelecido em 1976 pelo Diretor, no exercício da autoridade nele investida pelo parágrafo 9.3 (originalmente 6.7) do Regulamento Financeiro, e posteriormente ratificado pela resolução CSP20.R32 da 20ª Conferência Sanitária Pan-Americana (1978).

É usado para cobrir gastos indiretos associados à gestão de contribuições voluntárias. Considerando as necessidades estratégicas da Organização e a critério do Diretor, parte da renda creditada durante um biênio, acrescida dos saldos disponíveis de períodos anteriores, é disponibilizada para financiar o Orçamento por Programas. Os saldos remanescentes são reservados para eventuais contingências.

Às compras reembolsáveis, é lançado um encargo por serviços com base no valor das compras, e essa renda é creditada no fundo.

14.5 Contribuições voluntárias: Preparação para emergências e assistência em caso de desastres

De acordo com a Resolução CD24.R10 do 24º Conselho Diretor (1976), foi criado para fornecer recursos que possam ser usados com rapidez pelo Departamento de Emergências de Saúde (PHE) da Organização. Durante períodos de uma emergência declarada oficialmente, o Diretor do PHE, em coordenação com o Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação (PBE) e com o de Gestão de Recursos Financeiros (FRM), e sob a supervisão geral do Diretor, autoriza o adiantamento de recursos a serem usados temporariamente enquanto os acordos são autorizados e firmados. Esses adiantamentos são recuperados totalmente por meio da transferência de despesas feitas tão logo os acordos estejam devidamente registrados na contabilidade.

14.6 Fundo Especial para a Promoção da Saúde;

Na sua 13ª reunião, em 1961, o Conselho Diretor estabeleceu o Fundo Especial para a Promoção da Saúde, com o objetivo de fortalecer o programa de saúde da Região das Américas.

14.7 Fundo de Emergência para Epidemias

Foi estabelecido por meio da resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. É usado como um fundo rotativo para adiantar recursos aos países afetados no caso de um surto de epidemia ou emergência de saúde pública. Os adiantamentos seriam recuperados com apelos e outras formas de contribuição voluntária recebidas em resposta à emergência.

Caso o fundo se esgote e, com a anuência dos Órgãos Diretores da OPAS, o Diretor pode alocar parte do excedente de receita da Organização (se for o caso) para recompor o fundo.

14.8 Fundo do Sistema de Informação para a Gestão da Repartição Sanitária Pan-Americana (PMIS)

Foi estabelecido por meio da resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. O fundo do PMIS foi criado visando a implementação de um software de planejamento de recursos empresariais (ERP) na Organização.

14.9 Excedente Orçamentário

O Regulamento Financeiro, aprovado por meio da resolução CD49.R1 do 49º Conselho Diretor, 61ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, estipula que o saldo da apropriação do orçamento ordinário não comprometido ao fim do período orçamentário corrente será usado para repor o Fundo de Capital de Giro a seu nível autorizado, sendo que qualquer saldo restante estará disponível para uso subsequente em conformidade com as resoluções aprovadas pela Conferência ou Conselho Diretor.

14.10 Excedente de Receita

O Regulamento Financeiro aprovado por meio da resolução CD49.R1 do 49º Conselho Diretor, 61ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, estipula que a receita remanescente da apropriação do orçamento ordinário ao fim de um período orçamentário será considerada excedente de receita e estará disponível para uso nos períodos subsequentes para cobrir a porção não financiada do Plano Estratégico, conforme determine o Diretor e com o consentimento do Subcomitê para Programas, Orçamento.

15. Receita

	Total 2021	Total 2020
Receita de transações sem contrapartida		
Contribuições fixas		
Orçamento Ordinário da OPAS	97 200	97 200
Fundo de Equalização de Impostos	8 075	8 075
Subtotal	105 275	105 275
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias	56 635	45 898
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	74 142	54 042
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres ¹	35 013	27 988
Fundo especial para apoio a programas	11 841	8 885
Subtotal	177 631	136 813
Alocações da OMS		
Orçamento Ordinário da OPAS/AMRO	38 587	46 633
Fundos voluntários da OPAS/AMRO para promoção da saúde ¹	93 037	103 987
Conta especial da AMRO para gastos com a prestação de serviços	4 023	3 574
Subtotal	135 647	154 194
Receita de transações com contrapartida		
Compras de provisões de saúde pública		
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	1 027 661	754 347
Compras reembolsáveis em nome dos Estados Membros	6 568	1 578
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública ¹	314 645	187 029
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	23 144	11 022
Subtotal	1 372 018	953 976
Outras receitas		
Orçamento Ordinário da OPAS		10
Receita de serviços	2 733	3 464
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução		(221)
Promoção da saúde	5	9
Seguro-saúde Pós-serviço	1	
Fundo Mestre de Investimentos de Capital	314	251
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	27	(44)
Gastos com a prestação de serviços do SHI	542	605
Aumento/(diminuição) da provisão para contas de cobrança duvidosa ²	3 189	(30 138)
Subtotal	6 811	(26 064)
Receitas diversas		
Orçamento Ordinário da OPAS		
Juros auferidos	8 431	11 194
Ganhos e perdas decorrentes de avaliação	(13 985)	4 857
Taxas de administração de investimentos	(839)	(515)
Outras receitas diversas	12	93
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	2 494	(3 020)
Provisão para benefícios por término do contrato de trabalho e repatriação		95
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	933	3 164
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	17	31
Subtotal	(2 937)	15 899
RECEITA TOTAL	1 794 445	1 340 093

^{1/} A Organização recebeu um volume considerável de financiamento em resposta à pandemia de COVID-19 nestas três rubricas da receita.

^{2/} Ver a Nota 6.2.

16. Gastos

	Total 2021	Total 2020
Pessoal e outros gastos de pessoal		
Pessoal internacional e nacional ¹	146 742	173 925
Funcionários temporários	6 740	7 577
Subtotal	153 482	181 502
Provisões, produtos primários, materiais		
Vacinas/seringas/cadeia de refrigeração	1 001 829	735 471
Medicamentos e provisões médicas ²	313 724	183 444
Outros produtos e provisões	67 002	48 541
Subtotal	1 382 555	967 456
Depreciação, amortização e reavaliação		
Depreciação/amortização	1 699	2 086
Deterioração do valor de propriedades ³		11 169
Subtotal	1 699	13 255
Serviços contratuais		
Contratos	158 769	85 440
Subtotal	158 769	85 440
Viagens		
Viagens a trabalho ⁴	16 348	9 836
Subtotal	16 348	9 836
Transferências e subvenções a contrapartes		
Cartas de acordo	17 417	4 864
Pequenas transferências financeiras	321	
Doações a terceiros ⁵	36 988	56 032
Subtotal	54 726	60 896
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos		
Manutenção, segurança e seguro	17 525	17 815
Aumento das provisões		
Subtotal	17 525	17 815
DESPESA	1 785 104	1 336 200

¹ Abrange: gastos com salários (diminuição de US\$ 0,8 milhão frente a 2020), impacto atuarial do ASHI (diminuição de US\$ 26,7 milhões frente a 2020), outros gastos de pessoal não relacionados à folha de pagamento, ou seja, benefícios regulamentares e por rescisão de contrato de trabalho (diminuição de US\$ 0,5 milhão em relação a 2020).

² Aumento devido à resposta à emergência causada pela COVID-19.

³ No exercício de 2020, abrange a reavaliação de prédios no montante de US\$ 11,2 milhões.

⁴ Aumento (US\$ 73,4 milhões em relação a 2020), principalmente no caso de serviços profissionais relacionados à COVID-19, consultores, redação técnica.

⁵ Diminuição nas doações a terceiros (US\$ 19 milhões em relação a 2020), principalmente no caso das contribuições voluntárias da OMS – fundo para emergências.

17. Comparação dos montantes orçados e efetivos

Em conformidade com a IPSAS 24, as variações entre os montantes orçados e efetivos precisam ser conciliadas. Devem ser fornecidas explicações de acordo com as seguintes categorias:

Diferenças de regime: ocorrem quando o orçamento e as demonstrações financeiras são preparados por regimes diferentes (ou seja, o orçamento preparado pelo regime de caixa e as demonstrações financeiras, pelo regime de competência). No caso da OPAS, embora o orçamento seja preparado pelo regime de competência, alguns gastos não são incluídos (por ex., depreciação, amortização e o custo dos bens vendidos).

Diferenças temporais: ocorrem quando o período do orçamento difere do período refletido nas demonstrações financeiras. O orçamento da OPAS é preparado numa base bienal, embora suas demonstrações financeiras sejam preparadas anualmente.

Diferenças de apresentação: decorrem dos esquemas de formatação e classificação usados na apresentação do fluxo de caixa e na comparação dos montantes orçados e efetivos (por exemplo, atividades de investimento e financiamento mostradas na demonstração dos fluxos de caixa, mas não orçadas).

As diferenças de entidade abrangem gastos efetivos para programas não refletidos no orçamento. Esses programas são classificados como “fora do Orçamento por Programas”. Entre os programas que se enquadram nessa classificação destacam-se: as contribuições voluntárias nacionais, o Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas, o Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço da OPAS, o Fundo do Encargo de Ocupação de Postos e o Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução.

17.1 Conciliação entre as atividades do fluxo de caixa e os gastos efetivos informados na demonstração da comparação dos montantes orçados e efetivos

Apresenta-se a seguir a conciliação entre os montantes efetivos apresentados na demonstração da comparação dos montantes orçados e efetivos e os montantes efetivos registrados na demonstração dos fluxos de caixa referentes ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2021:

Atividade	Investimentos e financiamento		Total
	Operações		
Montantes efetivos sobre uma base comparável da demonstração de montantes orçados e efetivos	(366 398)		(366 398)
Diferenças de regime	(1 469)		(1 469)
Diferenças de tempo			
Diferenças de apresentação		(456 920)	(456 920)
Diferenças de entidade	634 767		634 767
TOTAL	266 900	(456 920)	(190 020)

17.2 Conciliação entre os gastos totais (líquidos) apresentados na demonstração do desempenho financeiro e os gastos informados na comparação entre os montantes orçados e efetivos (Orçamento por Programas)

Atividade	Total
Montantes efetivos sobre uma base comparável da demonstração de montantes orçados e efetivos	366 398
Diferenças de regime	1 699
Diferenças de tempo	
Diferenças de apresentação	
Diferenças de entidade	1 417 007
TOTAL	1 785 104

17.3 Gastos vs. financiamento de 2021

Nº do resultado intermediário	Título abreviado do resultado intermediário	Recursos disponíveis em 31 de dezembro		EF 2020	EF 2021	Gastos, total 20-21	Gastos como % dos recursos disponíveis, total 20-21
		[a]	[b]	[c]	[d] = [b] + [c]	[e] = [d] / [a]	
Programas de base							
Res. interm. 1	Acesso a serviços de saúde integrais e de qualidade	17 812	5 896	10 606	16 502	93%	
Res. interm. 2	Saúde ao longo de todo o ciclo de vida	20 150	6 663	12 838	19 501	97%	
Res. interm. 3	Atenção de qualidade para os idosos	2 248	734	1 423	2 157	96%	
Res. interm. 4	Capacidade resolutiva para as doenças transmissíveis	52 816	22 447	27 495	49 942	95%	
Res. interm. 5	Acesso a serviços de saúde para DNTs e problemas de saúde mental	17 170	6 004	10 676	16 680	97%	
Res. interm. 6	Capacidade resolutiva para a violência e os traumatismos	1 516	622	768	1 390	92%	
Res. interm. 7	Força de trabalho em saúde	8 947	3 752	4 845	8 597	96%	
Res. interm. 8	Acesso a tecnologias em saúde	28 097	9 858	14 793	24 651	88%	
Res. interm. 9	Fortalecimento da gestão e governança	6 112	1 982	3 172	5 155	84%	
Res. interm. 10	Aumento do financiamento público para a saúde	2 890	895	1 556	2 451	85%	
Res. interm. 11	Fortalecimento da proteção financeira	1 400	628	716	1 344	96%	
Res. interm. 12	Fatores de risco das doenças transmissíveis	14 347	5 716	7 707	13 423	94%	
Res. interm. 13	Fatores de risco das DNTs	10 475	3 588	6 071	9 660	92%	
Res. interm. 14	Má nutrição	3 728	1 378	2 201	3 579	96%	
Res. interm. 15	Resposta intersetorial à violência e traumatismos	2 331	711	1 425	2 136	92%	
Res. interm. 16	Ação intersetorial sobre a saúde mental	2 976	1 175	1 713	2 888	97%	
Res. interm. 17	Eliminação de doenças transmissíveis	16 843	7 080	9 253	16 333	97%	
Res. interm. 18	Determinantes sociais e ambientais	14 510	5 163	8 535	13 698	94%	
Res. interm. 19	Promoção da saúde e ação intersetorial	3 573	968	2 357	3 325	93%	
Res. interm. 20	Sistemas integrados de informação para a saúde	9 404	3 609	5 334	8 943	95%	
Res. interm. 21	Dados, informação, conhecimento e evidências	13 606	5 808	7 648	13 456	99%	
Res. interm. 22	Pesquisa, ética e inovação para a saúde	3 029	1 128	1 748	2 876	95%	
Res. interm. 23	Preparação para situações de emergência sanitária e redução de riscos	15 829	5 215	8 189	13 404	85%	
Res. interm. 24	Prevenção e controle de epidemias e pandemias	14 722	5 349	7 638	12 986	88%	
Res. interm. 25	Deteção de emergências sanitárias e respectiva resposta	38 638	9 284	19 665	28 949	75%	
Res. interm. 26	Temas transversais: equidade, etnia, gênero e direitos humanos	5 325	2 160	3 089	5 249	99%	
Res. interm. 27	Liderança e governança	69 438	32 578	35 385	67 963	98%	
Res. interm. 28	Gestão e administração	81 043	33 963	42 017	75 980	94%	
Subtotal – Programas de base		478 975	184 355	258 863	443 218	93%	
	Programa de eliminação da febre aftosa	12 210	3 348	3 516	6 863	56%	
	Hospitais inteligentes	26 240	9 316	15 570	24 886	95%	
	Resposta a surtos e crises	212 528	109 374	88 352	197 726	93%	
	Manutenção da erradicação da pólio	202	33	97	131	65%	
Subtotal – Programas especiais		251 180	122 071	107 535	229 606	91%	
TOTAL – Orçamento por Programas		730 155	306 427	366 398	672 824	92%	

Esta nota serve como complemento das informações padronizadas apresentadas na Comparação dos montantes orçados e efetivos. Dado que o orçamento aprovado da OPAS geralmente não é totalmente financiado, é útil comparar os gastos e montantes acumulados com os números (“recursos disponíveis”) mostrados na tabela acima, além de comparar com o orçamento aprovado (volumes de recursos ou tetos) incluído na Comparação dos montantes orçados e efetivos.

Como mostrado na tabela acima, o nível de execução do Orçamento por Programas no biênio 2020-21, em relação aos recursos disponíveis, foi de 92%, explicado por uma execução de 93% dos recursos disponíveis nos programas de base e 91% nos programas especiais (sobretudo os esforços de resposta à COVID-19).

Os níveis absolutos e relativos de financiamento variaram muito dentro dos programas básicos. Dos 28 RIM, três foram financiados em excesso em relação à sua alocação orçamentária aprovada: RIM 25 (Detecção de emergências sanitárias e respectiva resposta), com \$13,6 milhões ou 155% da alocação aprovada; RIM 18 (Determinantes sociais e ambientais), com \$1,5 milhões ou 112%; e RIM 22 (Pesquisa, ética e inovação para a saúde), com \$29.000 ou 101%. Devido à correlação direta entre os fundos disponíveis e a implementação medida em relação ao orçamento aprovado, os resultados 18 e 25 resultaram em um nível de implementação que excedeu sua alocação orçamentária aprovada.

Por outro lado, os RIM com a menor porcentagem de financiamento foram o RIM 11 (Fortalecimento da proteção financeira), com 34%; RIM 13 (Fatores de risco das DNTs), com 39%; RIM 6 (Capacidade resolutiva para a violência e os traumatismos), com 46%; e RIM 2 (Saúde ao longo de todo o ciclo de vida), com 48% do orçamento aprovado, respectivamente. Algumas das razões para esse subfinanciamento observado foram o caráter altamente direcionado de algumas contribuições voluntárias e o pouco interesse dos doadores em áreas prioritárias; portanto, esses resultados apresentaram o menor nível de implementação do Orçamento por Programas, com porcentagens abaixo de 50% do orçamento aprovado.

18. Informação financeira por segmentos

18.1 Demonstração da situação financeira por segmentos

	Total do segmento de atividades básicas	Total do segmento de atividades em parceria	Total do segmento de atividades comerciais	Total do segmento de atividades especiais	Segmento entre partes	Total 2021	Total 2020
ATIVO							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	167 326					167 326	357 346
Investimentos de curto prazo	174 063					174 063	188 236
Devido de outros segmentos *		295 837	972 328	50 841	(1 319 006)		
Contas a receber	64 559	121 971	56 956	1 963		245 449	246 330
Estoques		7 569	1 405			8 974	11 458
Total do ativo circulante	405 948	425 377	1 030 689	52 804	(1 319 006)	595 812	803 370
Ativo não circulante							
Investimentos de longo prazo	955 795					955 795	485 672
Contas a receber	27	90 503	13 030	1 250		104 810	76 487
Ativo fixo líquido	117 826			21 265		139 091	140 115
Ativo intangível	161		452	30		643	348
Total do ativo não circulante	1 073 809	90 503	13 482	22 545		1 200 339	702 622
TOTAL DO ATIVO	1 479 757	515 880	1 044 171	75 349	(1 319 006)	1 796 151	1 505 992
PASSIVO							
Passivo circulante							
Obrigações acumuladas	4 681	16 054	1 471	5 521		27 727	29 958
Devido a outros segmentos *	1 319 006				(1 319 006)		
Contas a pagar	9 665	8 379	23 193	211		41 448	22 440
Benefícios aos empregados				2 717		2 717	2 386
Receitas diferidas		286 400	588 913			875 313	672 202
Provisão de curto prazo		10 290				10 290	11 223
Total do passivo circulante	1 333 352	321 123	613 577	8 449	(1 319 006)	957 495	738 209
Passivo não circulante							
Contas a pagar	8 659					8 659	8 659
Benefícios aos empregados				296 142		296 142	332 562
Receitas diferidas		193 607				193 607	152 853
Total do passivo não circulante	8 659	193 607		296 142		498 408	494 074
TOTAL DO PASSIVO	1 342 011	514 730	613 577	304 591	(1 319 006)	1 455 903	1 232 283
Saldos dos fundos e reservas							
Saldos dos fundos	84 436	(10 253)	289 454	(277 983)		85 654	65 739
Reservas	53 310	11 403	141 140	48 741		254 594	207 970
SALDOS DOS FUNDOS E RESERVAS LÍQUIDOS	137 746	1 150	430 594	(229 242)		340 248	273 709
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES E SALDOS DOS FUNDOS E RESERVAS	1 479 757	515 880	1 044 171	75 349	(1 319 006)	1 796 151	1 505 992

* Os montantes devidos de outros segmentos ou devidos a outros segmentos decorrem do fato de a OPAS manter um caixa compartilhado em nome de outros segmentos. Esses montantes não podem ser alocados diretamente a um segmento de caixa e serão eliminados na consolidação.

18.2 Demonstração do desempenho financeiro por segmentos

	Total do segmento de atividades básicas	Total do segmento de atividades em parceria	Total do segmento de atividades comerciais	Total do segmento de atividades especiais	Segmento entre partes	Total 2021	Total 2020
RECEITA							
Receita de transações sem contrapartida							
Contribuições fixas	97 200			8 075		105 275	105 275
Contribuições voluntárias		177 631	11 841		(11 841)	177 631	136 813
Outras receitas	38 587	93 037	4 023			135 647	154 194
Receita de transações com contrapartida							
Compras de provisões de saúde pública			1 395 161		(23 143)	1 372 018	953 976
Outras receitas	3 477	3 684	4 880	25 080	(30 310)	6 811	(26 064)
Receitas diversas	(6 381)	950	2 494			(2 937)	15 899
RECEITA TOTAL	132 883	275 302	1 418 399	33 155	(65 294)	1 794 445	1 340 093
DESPESA							
Pessoal e outros gastos de pessoal	94 982	26 017	12 837	43 864	(24 218)	153 482	181 502
Provisões, produtos primários, materiais	10 995	53 684	1 341 412	2 014	(25 550)	1 382 555	967 456
Depreciação, amortização, e reavaliação	431		238	1 030		1 699	13 255
Serviços contratuais	33 722	116 073	2 818	6 156		158 769	85 440
Viagens	2 381	13 595	372			16 348	9 836
Transferências e subvenções a contrapartes	6 294	52 100	17		(3 685)	54 726	60 896
Gastos operacionais gerais	11 771	3 669	210	1 875		17 525	17 815
Gastos de apoio indiretos		11 841			(11 841)		
DESPESA TOTAL	160 576	276 979	1 357 904	54 939	(65 294)	1 785 104	1 336 200
EXCEDENTE/(DÉFICIT) LÍQUIDO	(27 693)	(1 677)	60 495	(21 784)		9 341	3 893

19. Perdas, pagamentos *ex gratia* e baixa contábil

Em 2021, a Organização registrou os seguintes lançamentos contábeis:

- Não houve registro de baixa contábil referente aos estoques dos destinatários do programa PALTEX (2020: US\$ 221 291);
- Não houve registro de baixa contábil referente a cartas de acordo (2020: US\$ 1 484);
- Não houve registro de baixa contábil referente a pequenas contribuições financeiras (2020: US\$ 322);
- O montante de US\$ 53 foi registrado como baixa contábil de contas a receber de ex-funcionários (2020: US\$ 78 791);
- O montante de US\$ 13 333 foi registrado como baixa contábil de uma transação fraudulenta (perda) num pagamento comercial (2020: US\$ 0);
- O montante de US\$ 25 712 foi registrado como baixa contábil de contas a receber dos fundos da OPAS para Receita de Serviços (2020 US\$ 0);
- Nenhum pagamento *ex gratia* foi registrado (2020: US\$ 0).

20. Casos de fraude e presunção de fraude

Em 2021, foram relatados 11 casos relacionados a fraude, roubo, dano ou perda de patrimônio, avaliados em US\$ 28 131. A OPAS recuperou US\$ 2 567 desse montante, restando uma perda líquida de US\$ 25 565 para a Organização.

Houve 10 casos envolvendo fraude, roubo, dano ou perda de patrimônio da OPAS nas representações e na sede. A perda total líquida para a Organização por esses bens perdidos ou roubados foi de US\$25 481.

Houve 45 transações envolvendo golpistas cibernéticos, que testaram cartões de crédito roubados no portal de doações da OPAS para verificar se os cartões estavam ativos. Presume-se que o intuito era continuar a usá-los de maneira fraudulenta em outros sites de comércio eletrônico. O Departamento de Gestão de Recursos Financeiros (FRM) reembolsou aos titulares dos cartões os valores recebidos. FRM foi proativo ao devolver o dinheiro às pessoas antes de receber o aviso de uma contestação, a fim de evitar taxas bancárias, mas houve sete casos em que foi cobrada uma taxa de estorno (US\$ 12 por contestação). Portanto, a OPAS sofreu um prejuízo líquido de US\$ 84.

21. Entidades relacionadas e outras informações reveladas por pessoal da Direção

Conforme indicado na Nota 1, a Organização serve como Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. O relacionamento entre as duas organizações está detalhado no Acordo entre a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde, devidamente assinado em 24 de maio de 1949. Esse acordo prevê a alocação de recursos do orçamento da OMS para execução pela OPAS. A gestão financeira do financiamento recebido da OMS pela Organização é regida pelo Artigo IV, “Financiamento do Orçamento por Programas” do Regulamento Financeiro da OPAS.

O Acordo entre a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde e o Regulamento Financeiro da OPAS podem ser encontrados nos Documentos Básicos da Organização Pan-Americana da Saúde no seguinte endereço: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2017/basic-documents-paho-2017.pdf>.

Os detalhes das transações com a OMS estão apresentados na Nota 14, Orçamento Ordinário da AMRO, Fundos Voluntários da AMRO para a Promoção da Saúde e Conta Especial da AMRO para Gastos com a Prestação de Serviços.

Os principais funcionários da Direção são o Diretor, o Diretor Adjunto, o Subdiretor e o Diretor de Administração, pois têm a autoridade e a responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Organização.

A remuneração global paga aos principais funcionários da Direção, conforme estabelecido pela Comissão do Serviço Público Internacional das Nações Unidas (ICSC), abrange: os salários brutos, o reajuste por lugar de destino, os benefícios como a gratificação para gastos de representação e outros subsídios, o subsídio de aluguel, os custos da remessa de pertences, o reembolso dos pagamentos de imposto de renda e as contribuições para os planos de pensão do empregador e seguro-saúde. Essas remunerações são fornecidas em conformidade com as normas estabelecidas pela ICSC e se aplicam a todo o pessoal das Nações Unidas.

Os principais funcionários da Direção também reúnem os requisitos para receber benefícios pós-serviço no mesmo nível que os demais empregados. Não é possível quantificar esses benefícios de maneira confiável.

Os principais funcionários da Direção são participantes regulares do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas.

21.1 Principais funcionários da Direção

Em 31 de dezembro de 2021, o número de funcionários principais da Direção totalizava quatro, em equivalentes de tempo integral (2020: quatro).

Funcionários-chave da Direção	2021	2019
Remuneração e ajuste por lugar de destino	841	819
Benefícios	334	291
Benefícios em caso de término de contrato	45	
Plano de pensão e seguro-saúde	291	289
Remuneração total	1 511	1 399

22. Eventos ocorridos após a data de apresentação

A Organização deve apresentar seu relatório no dia 31 de dezembro de cada ano. Na data da assinatura destas contas pelo Auditor Externo, não havia ocorrido nenhum evento relevante, favorável ou desfavorável, entre a data da demonstração da situação financeira e a data em que foi autorizada a publicação das demonstrações financeiras que teria impactado estas demonstrações.

23. Provisões

Em 31 de dezembro de 2021, a Organização reconheceu uma provisão de US\$ 10,3 milhões (2020: 11,2 milhões). Essa provisão reflete perdas em potencial contra receitas reconhecidas em períodos anteriores. O momento em que pode ocorrer uma possível saída de recursos é incerto. A Organização continuará a buscar o resultado mais vantajoso. A redução do montante das provisões deve-se à reavaliação cambial do fim do exercício.

	31 de dezembro de 2020	Aumento/ (diminuição)	31 de dezembro de 2021
Provisões	11 223	(933)	10 290

24. Passivo contingente

No curso normal de suas operações, a OPAS enfrenta processos que se encontram em vários estágios de ação. Tendo feito uma revisão, a OPAS não considera que esses processos judiciais tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras, dado o equilíbrio das probabilidades. Não é possível quantificar os custos em potencial da defesa contra essas ações, mas a OPAS não os considera significativos nem de estimação confiável.

25. Contribuições em espécie

Os governos sede e parceiros de cooperação no âmbito nacional fornecem diferentes contribuições em espécie, usadas pelas representações da Organização nos países para suas operações gerais e diárias. Essas contribuições não são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Organização devido à complexidade de padronizar um valor justo em todas as representações da Organização nos países. As contribuições em espécie recebidas pela Organização abrangem pessoal, espaços de escritório e serviços de escritório.

Representação ou Centro	Serviços recebidos como contribuições em espécie		
	Pessoal	Espaços de escritório	Serviços de escritório
Bahamas	X	X	X
Barbados	X	X	X
Belize	X		X
Chile	X	X	
Costa Rica	X	X	X
Cuba	X		
El Salvador	X		
Equador	X		
Guatemala	X		
Guiana	X	X	X
Honduras	X		
Jamaica	X		X
Nicarágua	X	X	X
Panamá	X	X	X
Paraguai	X		
República Dominicana	X	X	
Suriname	X	X	X
Trinidad e Tobago	X	X	X
Uruguai	X		X
PANAFTOSA		X	
CLAP	X		

Relatório do Auditor Externo

MAIO DE 2022

PAHO

Relatório do Auditor Externo sobre as
Demonstrações Financeiras da OPAS de 2021

O objetivo da auditoria é fornecer garantia independente aos Estados Membros, agregar valor à gestão e à governança financeiras da OPAS e apoiar seus objetivos por meio do processo de auditoria externa.

O Controlador e Auditor Geral é o chefe do Escritório Nacional de Auditoria (NAO, na sigla em inglês), a Entidade Fiscalizadora Superior do Reino Unido. O Controlador e o Auditor Geral e o NAO são independentes do Governo do Reino Unido e asseguram o gasto apropriado e eficiente dos recursos públicos e a prestação de contas ao Parlamento do Reino Unido. O NAO presta serviços de auditoria externa a vários organismos internacionais, trabalhando de forma independente da sua função de Entidade Fiscalizadora Superior do Reino Unido.

Sumário

RESUMO ANALÍTICO	88
PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES	89
PARTE 1	94
GESTÃO FINANCEIRA	94
GOVERNANÇA E CONTROLE INTERNO	103
PARTE 2	111
PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA OPAS	111
PARTE 3	127
RECOMENDAÇÕES DE ANOS ANTERIORES	127
AGRADECIMENTOS	128
APÊNDICE 1 RECOMENDAÇÕES DE ANOS ANTERIORES	129

Resumo analítico

Antecedentes

1 A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) é a agência internacional especializada em saúde para as Américas. Trabalha com os países de toda a região das Américas para melhorar e proteger a saúde das pessoas. A OPAS mantém atividades de cooperação técnica com seus países membros para combater as doenças transmissíveis e não transmissíveis e suas causas, fortalecer os sistemas de saúde e responder a emergências e desastres. Está empenhada em assegurar que todas as pessoas tenham acesso à atenção à saúde de que necessitam, sempre que necessitem, com qualidade e sem medo de empobrecerem por isso. Por meio de seu trabalho, a OPAS promove e apoia o direito de todos à boa saúde.

2 Para alcançar esses objetivos, a OPAS promove a cooperação técnica entre os países e trabalha em parceria com os ministérios da saúde e outros órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, outros organismos internacionais, universidades, órgãos de seguridade social, grupos comunitários e outros parceiros. A OPAS promove a inclusão da saúde em todas as políticas públicas e o envolvimento de todos os setores nos esforços para assegurar que as pessoas tenham uma vida mais longa e saudável, com a boa saúde como o seu bem mais valioso.

3 Além de nosso parecer sobre as demonstrações financeiras da OPAS, este relatório apresenta as principais constatações e recomendações decorrentes de nosso trabalho, passando por nossas observações sobre a gestão financeira e orçamentária. Também consideramos o Modelo das Três Linhas de Defesa da OPAS para o controle interno e seu enfoque no que diz respeito ao monitoramento da conformidade, à gestão de riscos e à supervisão. Nosso trabalho de auditoria do desempenho concentrou-se nos processos orçamentário e de planejamento estratégico e em como os resultados são considerados no contexto de sua estrutura baseada em resultados. Também acompanhamos o progresso na implementação de nossas recomendações anteriores.

4 Nossas conclusões e recomendações foram discutidas com a Direção. De acordo com as boas práticas, os resultados de nossa auditoria financeira foram comunicados ao Comitê de Auditoria antes da finalização de nosso trabalho.

5 Este relatório foi redigido originalmente em inglês. A versão em inglês é o texto oficial.

Principais observações

Parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras

6 A nossa auditoria abrangeu o exame das demonstrações financeiras de 2021 e as respectivas transações e eventos do referido ano. Foi feita de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e o Regulamento Financeiro. Apresentamos um parecer de auditoria sem ressalvas e sem modificações sobre as demonstrações financeiras.

7 Em vista dos desafios atuais com a continuação do impacto da pandemia de COVID-19 e mais um ano de trabalho totalmente remoto da OPAS, tivemos que fazer a auditoria totalmente a distância. Apesar disso e das consequentes pressões de pessoal, a obtenção de um parecer de auditoria sem reservas representa uma realização significativa por parte de todos os envolvidos para assegurar a disponibilidade e o acesso das informações e, assim, permitir que a auditoria fosse finalizada com êxito.

Gestão financeira

8 A OPAS informou um excedente de receita em relação às despesas de US\$ 9,3 milhões (2020: US\$ 3,9 milhões). Em termos globais, os níveis de atividade financeira aumentaram ainda mais em relação aos alcançados em 2020. Isso refletiu os constantes aumentos das receitas e despesas atribuíveis à resposta à pandemia e o aumento do uso dos fundos de compras. As consequências de priorizar a resposta à pandemia tiveram um impacto inevitável na implementação do orçamento dos programas de base, contribuindo para uma redução na taxa de execução para 71%. Observamos que as provisões do Regulamento Financeiro sobre a aprovação do orçamento da OPAS diferem das de outros organismos internacionais, e os Estados Membros talvez desejem rever essas disposições para assegurar que continuam satisfeitos com o grau de delegação sobre os limites financeiros.

9 De modo geral, a OPAS manteve sua posição financeira, com aumentos nas receitas diferidas correspondentes a um aumento nos investimentos globais detidos. Embora a porcentagem das contribuições fixas e de outros saldos a receber pendentes no fim do ano permaneça alta, a OPAS informa que essa tendência melhorou durante os primeiros meses de 2022. Permanece uma pressão significativa sobre a liquidez das atividades básicas financiadas, e o Fundo de Capital de Giro foi novamente esgotado durante 2021, com a necessidade de contrair novos empréstimos internos para administrar as pressões sobre o caixa. Até que os pagamentos a receber em atraso sejam reduzidos de forma abrangente, o Fundo de Capital de Giro, apesar dos aumentos planejados, continuará a ser usado na totalidade a cada ano.

10 Para ajudar na preparação das demonstrações financeiras, a OPAS usou um guia de divulgação pela primeira vez. Trata-se de uma medida positiva que, em nossa opinião, pode ser reforçada ainda mais durante 2022, quando a OPAS deve abordar de forma mais abrangente áreas identificadas previamente por meio da auditoria para

melhorar ainda mais a divulgação e a apresentação de informações dentro das demonstrações financeiras. Isso também abrangerá as áreas importantes da incerteza das estimativas nas demonstrações financeiras, sobretudo nas áreas significativas de seus terrenos e prédios e das obrigações relacionadas a benefícios aos empregados. São áreas de importância crucial para a posição global informada pela OPAS e, portanto, é importante que os pressupostos subjacentes e a respectiva sensibilidade sejam claras para o leitor das contas e devidamente validadas a cada ano pela Direção.

11 Em termos globais, o ativo líquido da OPAS havia aumentado para US\$ 340,2 milhões (2020: US\$ 273,7 milhões). Além dos aumentos no ativo e passivo decorrentes da atividade dos fundos de compras, a variação mais significativa foi a redução das obrigações líquidas relacionadas aos benefícios dos funcionários em cerca de US\$ 36 milhões. Essa variação decorreu de movimentações atuariais, refletindo a experiência favorável com os pedidos de reembolso de despesas médicas; mudanças na aceitação da cobertura e um aumento na taxa de desconto, compensado por um aumento na taxa de inflação dos custos médicos. A OPAS tomou algumas medidas para administrar de forma proativa esse passivo e é importante manter esse enfoque a fim de limitar os custos no futuro. Com as tendências inflacionárias e a instabilidade do mercado, as obrigações referentes aos benefícios do pessoal continuarão a ser voláteis. Além disso, a OPAS enfrenta possíveis custos decorrentes de ações na Justiça relacionadas ao programa Mais Médicos, embora a Organização considere essa possibilidade remota. No mínimo, a OPAS terá que arcar com as custas processuais ao continuar sua defesa, e os Estados Membros devem estar atentos para os riscos que esse caso representa.

Governança e controle interno

12 Nossa auditoria não identificou deficiências significativas nos controles internos da OPAS, e nenhuma foi levada à nossa atenção. Ainda há um trabalho considerável a fazer no desenvolvimento do modelo das três linhas de defesa para reforçar a prestação de contas, e destacamos especificamente a necessidade de dirigir mais atenção ao desenvolvimento do foco do trabalho de conformidade e ao reforço da atenção às medidas de mitigação como parte do processo de Gestão de Riscos Institucionais (ERM) da OPAS. O processo de gestão de riscos proporcionará valor de fato para a OPAS tão somente se as medidas de mitigação melhoradas forem contestadas e examinadas.

13 Continuamos a fazer observações sobre a função de conformidade da OPAS e sobre como ela apoia a segunda linha de defesa. Em 2021, o aprofundamento das atividades de conformidade perdeu força e houve um foco limitado nos riscos principais; em consequência, seu valor em assegurar a parte mais importante do controle interno ficou mais limitado. A Secretaria está estudando mudanças na função de conformidade e em como ela oferece garantias, e fizemos outras observações visando seu reforço, a fim de aproveitar os pontos levantados em nossos relatórios anteriores.

14 É importante que os desdobramentos na gestão de riscos e na conformidade façam parte dos esforços reorientados do Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade. Esse comitê deve concentrar-se mais na consideração da integralidade e mitigação dos riscos e na aplicação da atividade de conformidade contra os processos operacionais e de controle mais significativos dentro da OPAS. Acreditamos que essas mudanças fortalecerão a supervisão dos processos de controle interno pela Direção.

15 Observamos que, embora elementos individuais do controle possam ser melhorados ainda mais, a OPAS conta com todos os componentes essenciais para fornecer uma Declaração sobre Controle Interno devidamente respaldada. No entanto, cada elemento funciona isoladamente, em vez de como parte de um enfoque global e holístico da prestação de contas. Convém à OPAS estudar a possibilidade de adotar uma estrutura geral de prestação de contas para que o controle interno siga um enfoque mais conciso e focalizado, o que facilitará uma prestação de contas mais coerente e sistemática aos Estados Membros por meio da Declaração sobre Controle Interno. Somos da opinião de que há espaço para melhorar as informações divulgadas atualmente na Declaração sobre Controle Interno, ao adotar um enfoque mais conciso, lógico e uniforme para sua articulação.

Processo de planejamento estratégico da OPAS

16 Como parte de nossa auditoria do desempenho, consideramos os processos de planejamento e orçamento da OPAS, ligando-os à respectiva cadeia de resultados. O Plano Estratégico foi formulado por meio de uma consulta regional, com a participação das autoridades nacionais de saúde no processo de priorização. O Plano estabelece as prioridades regionais que orientaram a formação de resultados imediatos e intermediários priorizados.

17 Nossas conclusões destacam a atenção da OPAS à comunicação conjunta dos resultados em termos de saúde com os Estados Membros, o que significa que a ligação entre o uso dos recursos da OPAS e a função e o impacto da OPAS decorrentes do trabalho da Secretaria não recebem toda a visibilidade. A Secretaria nos informou que os Estados Membros decidiram não atribuir aos resultados globais a função e produtos específicos da Secretaria. Uma maior visibilidade da contribuição da Secretaria aumentaria a prestação de contas e proporcionaria um maior alinhamento entre os resultados e o uso dos recursos. Isso estaria em linha com as mudanças que vêm ocorrendo na Organização Mundial da Saúde (OMS), que está reforçando a estrutura de prestação de contas para informar os resultados e destacando de maneira mais clara a contribuição de sua Secretaria para esses resultados.

18 As atividades da OPAS que não são consideradas básicas, como os fundos de compras e as contribuições voluntárias nacionais, representam a maior parte das receitas e despesas e seguem canais distintos de planejamento e de prestação de contas. Nossa opinião é que o Plano Estratégico deveria abranger melhor essas outras atividades, estabelecendo um vínculo mais estreito com os objetivos estratégicos globais dos Estados Membros. Isso proporcionaria um indicador mais

completo do desempenho geral da Secretaria, destacando melhor como outras atividades contribuem para a obtenção de resultados.

19 A OPAS trabalha com os Estados Membros para identificar as áreas prioritárias de cada um deles. Isso embasa a alocação do orçamento para os programas por meio de um exercício de cálculo de custos de baixo para cima. Essas alocações foram atualizadas devido à pandemia de COVID-19 e, apesar de os resultados desejados terem sido os mesmos, houve algumas mudanças na priorização, embora a margem para uma realocação mais significativa sofra o impacto dos custos fixos associados à estrutura organizacional atual. As funções facilitadoras de liderança e governança da OPAS, assim como a gestão e a administração, não se enquadram no mesmo processo de priorização. Isso deve ser mantido sob revisão, pois essas funções têm a capacidade de melhorar a implementação dos programas, por exemplo, com o investimento num ambiente operacional mais eficiente para apoiar a execução.

20 A estratégia da OPAS é ambiciosa na amplitude de seus objetivos. Acreditamos que seria vantajoso para essa estratégia considerar melhor onde a contribuição da Secretaria poderia ser mais útil para obter resultados em termos de saúde usando os recursos investidos pelos Estados Membros. Isso deveria ter como base um programa de avaliação direcionada, que tem sido limitado nos últimos anos. Em futuras auditorias, examinaremos os mecanismos de avaliação revisados e como eles embasam o uso dos recursos.

21 O monitoramento financeiro da OPAS está voltado para o consumo linear do orçamento, em outras palavras, para a taxa de execução. Para reforçar a prestação de contas, deve ser usado um perfil orçamentário mais definido, ligado a eventos financeiros conhecidos e atividades planejadas, a fim de refletir o momento das despesas ao longo do ciclo orçamentário ou do ciclo de vida dos programas. Isso contribuiria para uma melhora da gestão do fluxo de caixa e aliviaria as pressões sobre o capital de giro da OPAS. Mais uma vez, destacamos a importância de medidas de contenção de custos mais ambiciosas, observando que as medidas implementadas e informadas foram, em grande medida, fortuitas em vez de constituir mudanças estruturais permanentes.

22 A Secretaria é responsável pela entrega de mais de 4 mil produtos e serviços que contribuem para os resultados do plano de trabalho. O processo semestral de monitoramento e avaliação do desempenho, o principal mecanismo interno de prestação de contas, exige que os centros de custo examinem seu desempenho em relação ao orçamento e seus resultados e produtos. Convém à OPAS manter sob revisão o foco desse processo a fim de assegurar que ele seja proporcional e forneça um valor claro. Há espaço para considerar se o monitoramento de despesas e da execução pode ser rastreado no nível dos centros de custo como parte da prestação de contas de rotina por meio do PMIS e oferecer uma base mais sólida para a análise dos benefícios decorrentes dos gastos.

23 A gestão baseada em resultados está evoluindo em muitas organizações. Uma imagem mais holística da execução é obtida por meio de indicadores mais refinados e equilibrados para centrar-se no valor agregado, atribuindo custos aos insumos e resultados específicos. Os objetivos atuais e a estrutura de prestação de contas oferecem um quadro bom e equilibrado do desempenho coletivo em relação aos resultados, mas não medem o desempenho efetivo nem a eficácia da Secretaria. Em muitos casos, os dados de base não estão disponíveis para medir o grau de melhoria e alguns indicadores estão concentrados, sobretudo, no processo. Fizemos recomendações para aumentar o equilíbrio na comunicação dos resultados por meio de um conjunto balanceado de indicadores que demonstrem e quantifiquem melhor o desempenho da Secretaria.

24 Consideraremos como os resultados da avaliação de fim de biênio serão informados aos Estados Membros em nosso relatório no próximo ano, assim que a Secretaria tiver compilado e publicado seu relatório de 2020-2021.

Recomendações anteriores

25 Das 41 recomendações feitas com referência a 2020 e as referentes a anos anteriores que permaneceram em andamento, a OPAS implementou seis e encerramos outras seis com base no fato de que a OPAS não pretende tomar mais nenhuma providência a respeito. Vinte e nove recomendações permanecem em aberto ou estão em andamento. Para reforçar a governança sobre o processo de revisão da situação dessas recomendações, concordamos com o Comitê de Auditoria em mudar a forma como elas são relatadas para que o aconselhamento sobre a priorização e sobre o progresso possa ser mais direto.

Parte 1

Gestão financeira

Resultados gerais da auditoria

1.1 Nossa auditoria das demonstrações financeiras da OPAS não revelou deficiências nem erros que consideremos de importância para a exatidão, o caráter integral ou a validade das demonstrações financeiras. O parecer de auditoria confirma que essas demonstrações financeiras apresentam, fielmente, em todos os aspectos materiais, a situação financeira da OPAS em 31 de dezembro de 2021 e seu desempenho financeiro e fluxos de caixa para o exercício então encerrado. Confirma também sua preparação de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público. As auditorias confirmaram ainda que, em todos os aspectos materiais, as transações que constituem a base das demonstrações financeiras foram feitas em conformidade com o Regulamento Financeiro e aplicadas às finalidades propostas pelos Órgãos Diretores.

1.2 A auditoria abrangeu um exame geral dos procedimentos contábeis da OPAS, uma avaliação dos controles internos que impactam os nossos pareceres de auditoria e testes de registros contábeis e outras evidências que consideramos necessárias nas circunstâncias. Nossos procedimentos de auditoria foram concebidos principalmente para poder emitir esses pareceres. A auditoria não envolveu um exame detalhado de todos os aspectos dos sistemas de informação orçamentária e financeira, e os resultados não devem ser considerados uma declaração abrangente sobre eles. Por último, foi feito um exame para verificar se as demonstrações financeiras refletiam com exatidão os registros contábeis e estavam apresentadas de maneira justa.

1.3 Devido às restrições aplicadas às viagens internacionais em virtude da pandemia de COVID-19 e por causa da manutenção da política emergencial de teletrabalho da OPAS durante o período, não pudemos viajar à sede da Organização nem às representações nos países como parte de nossa auditoria neste ano. Estamos comprometidos com a retomada de nosso trabalho *in situ* assim que a OPAS suspenda essas restrições. Embora tenhamos conseguido obter as evidências necessárias para respaldar nossa opinião, as restrições no local de trabalho limitam nossa capacidade de obter uma visão completa sobre as operações da OPAS e impactam a eficiência de nossa auditoria.

Comentário financeiro

1.4 A OPAS informou um superávit global de US\$ 9,3 milhões (2020: superávit de US\$ 3,9 milhões), com uma receita total de US\$ 1,794 bilhão (2020: US\$ 1,340 bilhão) e despesas de US\$ 1,785 bilhão (2020: US\$ 1,336 bilhão).

O aumento das receitas e despesas em relação a 2020 deveu-se principalmente a atividades adicionais por intermédio dos fundos de compras em nome dos Estados Membros para a compra de vacinas e provisões contra a COVID-19. A compra de provisões e equipamentos médicos para apoiar a resposta à pandemia de COVID-19 também continuou a crescer durante 2021. Isso exigiu financiamento adicional da Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como doações de outros países para a compra de provisões de saúde pública e para financiar programas especiais de resposta a surtos e crises. O Quadro 1 mostra nossa análise dos elementos componentes da despesa em 2021.

Quadro 1: Principais fluxos de receita e despesa. As atividades da OPAS continuam dominadas cada vez mais pelos serviços de compras que a organização presta diretamente a governos nacionais individuais.

Fluxos de receita	2021	Porcentagem da receita total (2020 entre parênteses)
Atividades de compras em nome dos Estados Membros	US\$ 1,372 bi	76,4% (71,2%)
Contribuições voluntárias (incluídas as nacionais)	US\$ 177,6 mi	9,9% (10,3%)
Receita da OMS	US\$ 135,6 mi	7,6% (11,5%)
Contribuições fixas	US\$ 105,3 mi	5,9% (7,9%)
Receitas diversas e outras	US\$ 3,9 mi	0,2% (-0,8%) ⁵⁰
Receita total	US\$ 1,7944 bi⁵¹	
Fluxos de despesa	2021	Porcentagem da despesa total (2020 entre parênteses)
Atividades de compras em nome dos Estados Membros	US\$ 1,3155 bi	73,7% (72,4%)
Serviços contratuais	US\$ 158,8 mi	8,9% (6,4%)
Pessoal e outras despesas de pessoal	US\$ 153,5 mi	8,6% (13,6%)
Transferências e subvenções	US\$ 54,7 mi	3,1% (4,6%)
Outras despesas	US\$ 102,6 mi	5,7% (3,1%)
Despesa total	US\$ 1,7851 bi	

Fonte: Análise das demonstrações financeiras da OPAS pelo NAO.

1.5 A Comparação dos montantes orçados e efetivos mostra os desembolsos finais em relação ao orçamento bienal aprovado, com a despesa efetiva do segundo ano do biênio 2020-2021 somando US\$ 366,4 milhões (2020: US\$ 306,4 milhões), frente a

⁵⁰ A indicação de receita negativa em 2020 se refere ao tratamento da OPAS da redução ao valor recuperável das contas a receber (ver a Nota 6.2).

⁵¹ Abrange US\$ 37,5 milhões de receita de apoio a programas, dos quais US\$ 11,6 milhões foram liberados para financiar despesas em 2021.

um orçamento de US\$ 325,0 milhões. Embora a OPAS tenha gastado mais do que o total autorizado no Orçamento por Programas, em termos globais, com referência ao biênio, executou US\$ 443,4 milhões do orçamento dos programas de base de US\$ 620 milhões (71%) e gastou US\$ 229,6 milhões em programas especiais, excedendo o orçamento de US\$ 30 milhões em cerca de 765%. Esse aumento significativo deveu-se inteiramente à pandemia e à consequente resposta à crise.

1.6 Ao contrário de muitos outros organismos internacionais, onde a autoridade para incorrer em despesas se limita aos orçamentos aprovados, o Regulamento Financeiro da OPAS⁵² não limita os gastos ao nível do orçamento aprovado e permite ao Diretor fazer pagamentos para os fins para os quais o Orçamento por Programas tenha sido aprovado, segundo a disponibilidade de financiamento, e o Regulamento não diferencia entre programas de base e programas especiais. Com o aumento significativo dos níveis de financiamento para a resposta à pandemia e a continuação da discussão com os Estados Membros sobre esse tema ao longo do biênio, a Diretora não considerou necessário apresentar uma proposta de orçamento complementar. Embora se compreenda plenamente por que os processos de aprovação orçamentária podem exigir flexibilidade no caso dos programas especiais, as disposições existentes não seguem a prática normal de estabelecer limites claros de gastos para o programa de trabalho de base ou para as atividades básicas. Portanto, talvez seja do interesse dos Estados Membros considerar se o Regulamento Financeiro existente oferece controle suficiente sobre os níveis de despesa. Já os Órgãos Diretores talvez desejem considerar processos de aprovação mais específicos, de acordo com as práticas normais, para permitir que a OPAS somente assuma compromissos e faça pagamentos até o nível dos orçamentos aprovados para seu programa de base.

1.7 A OPAS recebeu US\$ 222,2 milhões de financiamento para o programa especial Resposta a Surtos e Crises, dos quais desembolsou US\$ 197,7 milhões em comparação com um orçamento aprovado de US\$ 13 milhões.

A OPAS deveria:

R1: Considerar se o Regulamento Financeiro deve ser revisado de modo a limitar os compromissos e gastos com os programas de base e exigir um processo de aprovação específico para qualquer orçamento complementar quando for provável que o orçamento original aprovado seja excedido.

1.8 Em termos globais, principalmente em consequência de ganhos atuariais na avaliação do Seguro-saúde Pós-serviço (ASHI) e de níveis mais elevados de caixa mantidos em investimentos, o ativo líquido aumentou para US\$ 340,2 milhões (2020: \$273,7 milhões). O total do ativo aumentou em US\$ 290,2 milhões, para US\$ 1,7962 bilhão, com a rubrica caixa e investimentos somando US\$ 1,2972 bilhão (2020: US\$ 1,0312 bilhão) e um ativo imobilizado com um valor líquido de US\$ 139,1 milhões (2020: US\$ 140,1 milhões). As contas a receber subiram para US\$ 350,3 milhões (2020: US\$ 322,8 milhões) após uma redução ao valor

⁵² Regulamento Financeiro da OPAS, Artigo 4.1

recuperável de US\$ 33,3 milhões, dos quais US\$ 22,6 milhões diziam respeito a um único Estado Membro. Observamos que, apesar dos Estados em atraso estarem sujeitos às restrições de voto previstas no Artigo 6B, não existe um processo para considerar e aprovar se um Estado pode recorrer à OPAS para usar os fundos de compras ou para participar do programa de contribuições voluntárias nacionais. Os Estados Membros poderiam considerar um processo de aprovação para a prestação de serviços adicionais não básicos significativos quando as contribuições estivessem em atraso por um prazo significativo. Isso poderia constituir um mecanismo para incentivar o pagamento das contribuições fixas dentro do prazo e minimizar os impactos sobre o fluxo de caixa que a OPAS tem enfrentado nos últimos anos.

1.9 O passivo total cresceu de US\$ 1,2323 bilhão para US\$ 1,4559 bilhão, um aumento de US\$ 223,6 milhões. Fazem parte do passivo a receita total diferida para contribuições voluntárias e fundos de compras no montante de US\$ 1,0689 bilhão (2020: US\$ 825,1 milhões) e a avaliação atuarial líquida da obrigação relativa aos benefícios do pessoal em 2021 no montante de US\$ 298,9 milhões (2020: US\$ 334,9 milhões), como mostrado na Nota 12 às demonstrações financeiras.

1.10 A saúde financeira da OPAS como um todo permaneceu amplamente uniforme nos últimos cinco anos, mas as atividades financiadas por meio dos recursos básicos enfrentaram pressões de caixa maiores do que as atividades financiadas com recursos voluntários. Em todas as nossas auditorias internacionais, usamos a análise por quocientes da saúde financeira de uma organização, a fim de mostrar como as situações financeiras variam com o tempo. Esses quocientes expressam a relação de um item de conta com outro. Por exemplo, há US\$ 0,60 do ativo circulante para cada US\$ 1 do passivo circulante, o que demonstra que o passivo circulante excede o ativo circulante em cerca de 60%. Fizemos uma revisão dos indicadores da saúde financeira da OPAS usando os principais quocientes financeiros (Quadro 2).

1.11 Nossa análise das atividades gerais e básicas mostra que as pressões financeiras têm sido mais intensas, com o ativo circulante relacionado às atividades básicas correspondendo a apenas 60% do passivo circulante, o que significa que a OPAS não conseguiria honrar suas obrigações imediatas usando apenas os recursos básicos.⁵³ Para mitigar esse risco, a OPAS tem a capacidade de liquidar investimentos não correntes num curto prazo se necessário.

Quadro 2: Análise dos principais quocientes da saúde financeira (atividades básicas entre parênteses: Os quocientes mostram que as atividades básicas estão sob maior pressão do que as financiadas com recursos voluntários e que a OPAS não tem ativos líquidos suficientes para honrar as suas obrigações atuais.

Quociente	2021	2020	2019	2018
-----------	------	------	------	------

⁵³ As atividades básicas estão definidas na Nota 18 às demonstrações financeiras e compreendem, predominantemente, as contribuições fixas, as receitas diversas e os fundos do orçamento ordinário da OMS.

Quociente do ativo circulante				
Ativo circulante: passivo circulante	0,6 (0,3)	1,1 (0,6)	1,1 (0,6)	1,2 (0,6)
Ativo total: passivo total				
Ativo: passivo	1,2 (1,1)	1,2 (1,2)	1,2 (1,1)	1,4 (1,1)
Quociente de caixa:				
Caixa e investimentos de curto prazo: passivo circulante	0,4 (0,3)	0,7 (0,00)	0,7 (-0,05)	0,8 (-0,02)
Quociente de investimentos:				
Caixa e investimentos: ativo total	0,7 (0,9)	0,7 (0,00)	0,7 (-0,04)	0,7 (-0,02)

Relatórios financeiros

Demonstrações financeiras.

1.12 A OPAS implementou as IPSAS em 2010 e, desde então, a Organização evoluiu, o foco das atividades não essenciais mudou e os padrões seguidos nos relatórios foram revistos. A OPAS continuou a fornecer demonstrações financeiras sem ressalvas que apresentam de maneira justa sua situação financeira. Desde nossa nomeação em 2018, incentivamos a Secretaria a melhorar ainda mais a divulgação de informações e os relatórios financeiros. Em nossa opinião, a OPAS não investiu totalmente numa revisão detalhada com base nos requisitos de divulgação das IPSAS para garantir a pertinência para os usuários e partes interessadas à medida que o tempo passou.

1.13 Neste ano, pela primeira vez, a Secretaria usou um guia de divulgação das IPSAS. Esse processo ajudou a OPAS a avaliar a própria conformidade com as exigências das normas de divulgação. Apesar disso, houve áreas em que a aplicação dos guias não foi seguida totalmente, e continuamos a notar outras áreas às quais consideramos necessário dar atenção. Há oportunidades para que a OPAS melhore seus relatórios para os Estados Membros, tornando as demonstrações financeiras mais acessíveis. Colaboraremos com a Direção e o Comitê de Auditoria num novo exame e avaliação durante o próximo ano para contribuir para a transparência das demonstrações financeiras. Observamos que as demonstrações financeiras continham mais detalhes sobre os produtos e resultados da OPAS, mas continuamos a acreditar que há mais espaço para alinhar os relatórios financeiros e o desempenho da OPAS num único relatório anual.

Avaliação de terrenos e prédios

1.14 Para suas demonstrações financeiras de 2020, a OPAS obteve uma reavaliação especializada de seu patrimônio imobiliário, que resultou numa avaliação revisada de US\$ 138,9 milhões e uma perda líquida pela redução do valor recuperável de

US\$ 11,2 milhões. Nesse modelo de reavaliação que a OPAS adotou, as normas de informação exigem que a avaliação seja revista anualmente para confirmar que continua sendo apropriada. Embora o especialista contratado pela OPAS tenha confirmado que não houve variação material no valor de mercado, isso não foi corroborado por evidências de que os pressupostos tinham sido revistos, como relatórios de mercado mostrando que os preços e valores de terrenos e aluguéis haviam se mantido estáveis durante o período, sobretudo no caso dos ativos materiais localizados em Washington, DC. Dessa forma, havia poucas evidências para mostrar como a OPAS havia validado o trabalho do especialista. Foram limitadas as análises feitas pela OPAS para demonstrar que não tinha havido nenhuma mudança física nos ativos, fosse ela decorrente de gastos de capital, deterioração ou mudança de uso. Como parte de nossa resposta de auditoria, consideramos essas questões e ficamos satisfeitos que a avaliação existente se manteve adequada, sobretudo se for considerado que o “maior e melhor uso” do imóvel de Washington seria a venda a um investidor para redesenvolvimento. Convém incluir essa consideração no enfoque da OPAS para a gestão estratégica do patrimônio.

1.15 À medida que o tempo entre as avaliações externas aumente, também aumentará a incerteza das estimativas dentro dos pressupostos. Trata-se de uma área em que as informações divulgadas pela OPAS poderiam ser melhoradas, com o intuito de proporcionar uma melhor compreensão dos fatores que influenciam o valor de mercado. As normas de informação exigem a divulgação da sensibilidade dos pressupostos quando os níveis de incerteza das estimativas forem mais elevados.

Benefícios pós-emprego

1.16 A obrigação mais significativa que a OPAS reconhece em suas demonstrações financeiras é a relacionada aos benefícios aos empregados, que compreendem o seguro-saúde pós-serviço do pessoal e suas obrigações referentes aos pagamentos por rescisão de contrato de trabalho e repatriação. O passivo global relacionado a esses benefícios diminuiu para US\$ 404,9 milhões (2020: US\$ 432,4 milhões). Esse passivo é compensado pelos ativos do plano no montante de US\$ 106,0 milhões (2020: US\$ 97,5 milhões, que a OPAS destinou para fazer face parcialmente a essa obrigação, deixando um passivo líquido não financiado de US\$ 298,9 milhões (2020: US\$ 334,9 milhões).

Quadro 3: Obrigações relacionadas a benefícios aos empregados: a obrigação líquida manteve-se num nível significativo nos últimos cinco anos e a Direção precisa de estratégias claras para mitigar os impactos sobre a saúde financeira da OPAS.

Composição das obrigações relacionadas a benefícios aos empregados (US\$ mil)			
	Seguro-saúde Pós-serviço (ASHI)	Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP)	Total
1º de janeiro de 2021	408.565	23.855	432.420
Aumento/(diminuição) no ano	(28.219)	685	(27.534)
31 de dezembro de 2021	380.346	24.540	404.886

Ativos do plano	84.551	21.477	106.028
Passivo líquido	295.795	3.064	298.859
31 de dezembro de 2021			

Obrigações relacionadas a benefícios aos empregados líquidas não financiadas ao longo do tempo (US\$ mil)

	2021	2020	2019	2018	2017
ASHI	295.795	330.330	270.249	198.792	234.284
TAREP	3.064	4.618	7.292	4.435	4.323
Total	298.859	334.948	277.541	203.227	238.607

Fonte: Demonstrações financeiras da OPAS.

1.17 As obrigações são calculadas por um atuário independente com base em dados e pressupostos subjacentes. No caso do ASHI, a diminuição de US\$ 28,2 milhões é o resultado líquido da diferença entre custos de serviço, juros e pagamentos de pedidos de reembolso de despesas médicas no montante de US\$ 16,0 milhões e um ganho atuarial de US\$ 44,2 milhões. Os impactos dos fatores atuariais são projetados de modo a fornecer a melhor estimativa dos custos futuros das obrigações em valores de hoje e, para 2021, abrangem ajustes para levar em conta:

- A continuação da experiência favorável com os pedidos de reembolso (ganho de US\$ 21,8 milhões);
- A variação da taxa de desconto (ganho de US\$ 21,6 milhões);
- Atualizações das premissas da inflação dos custos médicos (perda de US\$ 12,3 milhões);
- Mudança no pressuposto da OPAS referente à adesão/escolha por parte de aposentados com menos de nove anos de serviço (ganho de US\$ 10,1 milhões);
- Atualizações de outros pressupostos (como mortalidade, taxas de aposentadoria, taxas de câmbio e novas contratações, ganho de US\$ 3,0 milhões).

Taxa de desconto

1.18 A OPAS baseava sua taxa de desconto na curva de rendimento dos títulos privados com classificação de crédito elevada dos Estados Unidos conforme acordado com o Atuário (Aon AA acima da curva da mediana). A taxa desses títulos aumentou de 2,9% para 3,2%, causando um ganho atuarial de US\$ 21,6 milhões na obrigação. A OPAS adotou a taxa aprovada pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Normas Contábeis, acreditando que ela é apropriada para as próprias circunstâncias da OPAS.

1.19 Como delineado no ano passado, a taxa dos títulos usada pelo Grupo de Trabalho — uma taxa acima da mediana — costuma ser usada nos Estados Unidos, mas é menos comum em outros locais. Essa taxa reflete o fato de que alguns títulos são excluídos, o que tem como consequência deslocar a taxa acima da expectativa

da mediana. Isso poderia ter um impacto na exigência de evitar suposições “sem viés”, conforme estabelecido na IPSAS 39. Nosso trabalho de auditoria considerou isso, mas concluiu que o impacto levou a uma diferença de apenas 0,1% em relação à comparação baseada em torno de títulos na mediana (universo AA apenas). Com base nas sensibilidades previstas para o passivo — estabelecidas na Nota 12.8 às demonstrações financeiras, a adoção de uma taxa de desconto 0,1% inferior aumentaria o passivo em cerca de US\$ 8 milhões. Embora esse montante esteja dentro de uma faixa tolerável, continuamos a acreditar que, ao fim do exercício, o passivo global seja informado na faixa inferior das expectativas. Os Estados Membros precisarão continuar a monitorar até que ponto as obrigações relacionadas a benefícios aos empregados crescem, pois os compromissos futuros precisarão ser honrados usando financiamento ordinário.

Experiência com os pedidos de reembolso de despesas médicas

1.20 O atuário ajustou para baixo a previsão dos pedidos de reembolso futuros, seguindo a experiência favorável com esses pedidos em 2021, resultando num ganho de US\$ 21,8 milhões. Além disso, atribuiu uma ponderação de 40% à experiência dos pedidos de reembolso em 2021 e uma ponderação de 60% ao pressuposto referente ao nível de pedidos anteriores a 2021. Embora nosso especialista tenha observado que essa ponderação é superior à que normalmente tem sido atribuída à experiência da mortalidade durante a pandemia (como referência), o impacto de aplicar um peso menor à experiência dos pedidos em 2021 não seria material.

1.21 O atuário observou que seu pressuposto também se baseia nos seguintes fatores específicos da OPAS:

- Continuação do êxito da estratégia de controle de custos do ASHI. Por exemplo, nos Estados Unidos, um novo administrador terceirizado de medicamentos com prescrição foi adotado em 1º de janeiro de 2021. Isso contribuiu para uma redução substancial dos custos de medicamentos com prescrição nos EUA entre 2020 e 2021, apesar de uma recuperação parcial da saúde após a fase inicial da pandemia;
- A recuperação mundial mais lenta na esteira da pandemia e as respectivas perturbações econômicas durante 2021, em relação às previsões do atuário usadas durante a avaliação de 2020;
- A volatilidade inerente aos pedidos de reembolso, em especial nos casos catastróficos.

Pressupostos demográficos

1.22 Um dos pressupostos usados pelo atuário é que, ao deixarem a Organização, todos os funcionários que não preenchem os critérios para se qualificarem automaticamente para ingressar no ASHI optarão por aderir ao seguro-saúde. A OPAS fez uma revisão durante 2021 e constatou que, no caso dos que tinham menos de nove anos de serviço, ninguém optou por aderir ao ASHI. Essa análise se refletiu nos pressupostos usados para a avaliação em 31 de dezembro de 2021 e

resultou num ganho atuarial de US\$ 10,1 milhões. Essa contestação dos principais pressupostos representa uma boa prática na gestão financeira.

Divulgação de informações

1.23 Embora a OPAS divulgue um resumo das principais mudanças que impactam o movimento do passivo, seu nível é muito alto e não fornece nenhum contexto para as causas subjacentes ou raciocínio aplicado pela OPAS ao determinar a avaliação do ano corrente.

1.24 A análise de sensibilidade divulgada nas notas às demonstrações financeiras limita-se às variações da taxa de desconto e à inflação dos custos médicos. A OPAS poderia ampliar essa análise de modo a apresentar a sensibilidade dos demais pressupostos, como a experiência com os pedidos de reembolso, os ajustes em função da pandemia e os aumentos salariais. Com as tendências inflacionárias e a instabilidade do mercado, as obrigações referentes aos benefícios do pessoal continuarão a ser voláteis e as informações divulgadas serão cruciais para compreendê-las.

Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas

1.25 A OPAS está filiada como organização membro ao Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas (UNJSPF) por meio de seus funcionários. Contudo, como o plano de pensão não consegue estimar de forma precisa e confiável o respectivo risco de cada organização participante, não aparece uma obrigação atuarial referente ao plano de pensão nas demonstrações financeiras da OPAS.

1.26 As características do plano de pensão da ONU estão descritas na Nota 12.9 às demonstrações financeiras e essas informações são divulgadas dessa forma por muitas organizações participantes. Na mais recente data atuarial, 31 de dezembro de 2019, o UNJSPF tinha concluído que não havia nenhuma exigência de pagamentos por déficit a serem feitos nos termos do Artigo 26 do Regulamento do Fundo, tendo em vista o coeficiente de financiamento do UNJSPF de 107,1% informado naquela data. Caso essa situação mude no futuro, pagamentos por déficit passariam a ser exigidos da OPAS. Essa situação representa um possível risco financeiro no futuro para a Organização, que precisa continuar a ser acompanhado. A avaliação de 2021 do Fundo de Pensão não estava disponível à data deste relatório.

Processo na Justiça referente ao programa Mais Médicos

1.27 Em 2018, quatro médicos cubanos entraram com uma ação coletiva contra a OPAS a respeito da função da Organização no programa Mais Médicos, ativo de 2013 a 2018. Os reclamantes alegaram que a OPAS atuou como intermediário financeiro entre o Brasil e Cuba. Alegam ainda que o programa efetivamente tratou como mão de obra forçada 8.300 médicos cubanos que trabalharam no Brasil em sua função como funcionários do governo cubano.

1.28 Inicialmente, a OPAS solicitou a extinção do processo com base no fato de que a Organização era imune tanto nos termos da legislação dos Estados Unidos quanto

nos termos da Constituição da OMS. A OPAS nos informou que um juiz dos Estados Unidos havia concordado que a OPAS desfrutava de imunidade nos termos da legislação americana quanto à maioria das alegações dos litigantes. Contudo, relativamente a uma subparte de uma das alegações, o juiz decidiu que, se todas as alegações fossem verdadeiras, então haveria uma exceção à imunidade conferida pela legislação dos Estados Unidos. Entendemos ainda que, em março de 2022, o tribunal de segunda instância em Washington manteve essa decisão. A OPAS solicitou que essa decisão fosse reconsiderada.

1.29 Se o tribunal se recusar a reconsiderá-la, o caso retornará à primeira instância, na qual a OPAS terá a oportunidade de se defender contra as alegações que considera infundadas. A OPAS opina que as informações por ela divulgadas nas demonstrações financeiras continuam a ser apropriadas e não as alterou após a última decisão. Continua a acreditar que o processo não tem mérito, o que significaria que constituir uma provisão financeira seria desnecessário. O caso está atualmente coberto pelas informações genéricas divulgadas sobre o passivo contingente (Nota 24), sem qualquer quantificação. Embora um passivo possa ser remoto, continua a ser um risco financeiro possivelmente significativo para a OPAS.

Governança e controle interno

1.30 A Diretora é responsável por assegurar a administração financeira eficaz da Organização em conformidade com o Regulamento Financeiro. A Diretora estabeleceu e mantém sistemas de controle interno e delegação importantes para proporcionar uma estrutura que assegure os Estados Membros e na qual estes possam confiar. Durante nossa auditoria, não identificamos deficiências significativas no controle interno nem notamos observações desse tipo por parte do Escritório de Auditoria Interna (OIA). No contexto da pandemia em curso, isso continua a ser um elemento positivo dos processos de gestão financeira da OPAS.

1.31 A OPAS usa o modelo das “três linhas defesa” ao articular a forma como assegura um controle interno robusto dentro da Organização.

- A primeira linha de defesa são as funções que detêm a responsabilidade pelos riscos e que gerem esses riscos. É formada por gerentes e funcionários responsáveis pelas operações da linha de frente e de *back office*.
- A segunda linha de defesa compreende as funções que supervisionam a conformidade ou a gestão de riscos ou que se especializam nessas áreas.
- Já a terceira linha de defesa são as funções que fornecem garantia independente. No contexto da OPAS, trata-se do Escritório de Auditoria Interna e das funções de investigação e ética.

1.32 Consideramos essa estrutura sólida para cumprir as responsabilidades previstas no Regulamento Financeiro. Entretanto, acreditamos que a OPAS precisa tomar várias medidas importantes para assegurar que esse modelo esteja funcionando de forma sistemática para fornecer um conjunto holístico de garantias ao Diretor, que,

em última análise, alimentam o documento-chave da prestação de contas, a Declaração sobre Controle Interno.

Controle interno

Controles operacionais (primeira linha)

1.33 Já relatamos anteriormente que a OPAS tem uma base sólida para exercer o controle interno por meio da funcionalidade do PMIS. O PMIS continuou a demonstrar sua utilidade ao ajudar a Secretaria a atuar de forma remota durante o período da pandemia. Em resposta a uma recomendação anterior, a OPAS desenvolveu um exercício de mapeamento de garantias. Como relatamos no ano passado, esse exercício define os controles internos estabelecidos para atender às exigências dos regulamentos e outras diretrizes vigentes. Avaliaram-se as medidas da primeira linha em operação e determinou-se o nível atual de garantia que os controles existentes oferecem; documentaram-se as informações gerenciais disponíveis para a segunda linha e identificaram-se as atividades pertinentes da terceira linha, como a cobertura da auditoria interna do assunto.

1.34 À medida que as atividades voltarem ao normal, é importante que a OPAS se baseie no mapa de garantias e revise sistematicamente cada processo operacional significativo para assegurar que os controles documentados estejam completos e vinculados, conforme apropriado, aos riscos subjacentes. Dessa forma, isso deve constituir uma base sólida para que as atividades da segunda linha se concentrem nos principais riscos materiais para a reputação e as finanças da instituição. Uma área crucial para confirmar o funcionamento eficaz dos controles é o ambiente de TCI e de cibersegurança, onde a administração recentemente adiou uma revisão externa e, com a anuência do Auditor Geral, a atividade de auditoria interna proposta.

Gestão de riscos (primeira e segunda linha)

1.35 Recentemente, o Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade da OPAS refletiu sobre várias de nossas recomendações e reconheceu que a Organização precisa manter os esforços para promover uma cultura de gestão de riscos eficaz e fazer uma revisão mais regular dos riscos operacionais no nível local. Reconheceu a necessidade de concentrar as atividades de monitoramento e revisão nos riscos materiais, financeiros e de reputação para a Organização, bem como de vinculá-los estrategicamente à conformidade visando um enfoque mais holístico. Observou que a qualidade das informações mantidas no registro de riscos depende do compromisso dos gerentes de centros de custo. Em consequência, a OPAS organizou três workshops para os administradores das representações durante o ano. Já tínhamos destacado que a gestão de riscos no nível local (atividades da primeira linha) não era usada ativamente para a tomada de decisões e retomaremos essa área quando voltarmos a participar de nosso programa de auditoria das representações, após o fim da obrigatoriedade do teletrabalho emergencial.

1.36 A OPAS ainda não desenvolveu o registro de riscos de modo a levar em conta a eficácia das medidas de mitigação, como tínhamos recomendamos no ano passado.

Em nossa opinião, trata-se de uma área que precisa ser focalizada na abordagem da OPAS para a gestão de riscos. A finalidade da gestão de riscos é identificar sistematicamente os riscos operacionais para a consecução dos objetivos de uma organização. Sem um foco na qualidade e eficácia das medidas de mitigação para gerir os riscos, o valor do processo é corroído. Reforçar os processos e revisões para a mitigação permitiria à Direção determinar a qualidade e a eficácia das medidas de mitigação e, por extensão, avaliar se elas reduzem os riscos e se têm uma boa relação custo-benefício. Além disso, destacaria mais claramente a eficácia da Secretaria no enfrentamento dos riscos e ajudaria a apoiar funções como a avaliação e a auditoria interna do OIA na análise de riscos operacionais e estratégicos para o próprio trabalho.

Quadro 4: Principais riscos para o biênio 2022-2023

Área de risco	Alcance
A dependência e necessidade de assegurar que os Estados Membros custeiem seus compromissos financeiros	<p>Descumprimento dos compromissos financeiros por parte de alguns Estados Membros (contribuições fixas)</p> <p>Recursos insuficientes ou declínio do investimento para implementar o Plano Estratégico da OPAS e alcançar seus objetivos, incluídos os fundos por meio dos mecanismos de contribuição voluntária</p> <p>Colapso ou crise de governança que pode atrasar o cumprimento das obrigações financeiras ou prejudicar o desenvolvimento programático</p>
Capacidade de apoiar as necessidades dos Estados Membros graças à mobilização de recursos, alavancagem de parceiros e doadores, e rapidez da resposta	<p>Incapacidade de responder rapidamente às necessidades dos Estados Membros em emergências (surto e desastres naturais)</p> <p>Falta de diversificação de parceiros e doadores</p> <p>Incapacidade de formular e implementar planos de mobilização de recursos</p>
Capacidade de atrair e reter talentos com qualificações e competências para atender a novos modos de trabalho	<p>Restrições de tempo ou recursos que dificultam a manutenção e atualização contínua das qualificações e competências necessárias do pessoal existente</p> <p>Incapacidade de atrair e reter pessoal com as qualificações e competências necessárias para apoiar os compromissos programáticos</p>
Prioridades nacionais conflitantes que reduzem a atenção às prioridades de saúde	<p>Aumento da escala da emergência causada pela COVID-19 e de novas crises humanitárias que podem afetar os resultados em termos de saúde</p> <p>Sistemas de informação com dados desagregados limitados e dados escassos sobre os determinantes sociais da saúde</p>

Prontidão da infraestrutura de tecnologia/sistemas para apoiar a transformação digital	Recursos insuficientes para o desenvolvimento de aplicativos para a modernização do local de trabalho e a continuidade das operações
Dever de cuidar do pessoal e continuidade das operações durante a pandemia	Descumprimento dos protocolos de segurança no local de trabalho para garantir a saúde e o bem-estar do pessoal Falta de planos atualizados de continuidade das operações nos locais de trabalho da OPAS
Reputação da RSPA	Potencial de fraude/conflitos de interesses/comportamento indevido

Fonte: Relatório anual do Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade.

1.37 As medidas de mitigação mais significativas da OPAS para fazer face aos principais riscos estão definidas em seu Orçamento por Programas 2022-2023. A OPAS considera que essas 17 medidas de mitigação, combinadas, apoiam a Organização no enfrentamento desses riscos. Ao considerar os riscos de alto nível, constatamos que muitas das medidas delineadas se concentraram de forma genérica no monitoramento e no processo existente. Destacamos três medidas apresentadas no Orçamento por Programas como exemplos de, segundo nosso juízo, onde podem ser feitas melhorias (**Quadro 5**) e onde ações mais granulares mitigariam e abordariam especificamente os riscos. A OPAS nos informou que medidas mais de mitigação granulares são discutidas no Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade, mas observamos que a contestação dessas medidas não foi registrada.

Quadro 5: Exemplos de medidas de mitigação

Medida de mitigação existente	Comentário da auditoria externa
Defender, no nível nacional, o financiamento para a saúde	Uma função fundamental da Secretaria é defender o financiamento de programas de saúde nacionais junto aos Estados membros e a outros doadores bilaterais. Em nossa opinião, essa não é uma medida de mitigação específica, mas uma responsabilidade básica da Organização.
Monitorar a arrecadação das contribuições fixas e continuar a explorar mecanismos tornar essa arrecadação mais oportuna	Em linha com a boa gestão financeira, a Secretaria deve monitorar e cobrar as contas a receber pendentes. Trata-se de um processo operacional de rotina e não uma medida de mitigação específica para enfrentar o risco subjacente. Em vista do nível elevado de contas a receber pendentes, essa medida percebida como mitigadora não é eficaz.
Monitorar o cumprimento do modelo de controle interno da OPAS em diferentes níveis, como programático, financeiro, de compras e de	O papel da Secretaria é manter sistemas de controle interno para detectar e prevenir atividades irregulares, como fraudes. Esta não é uma medida específica de mitigação do risco e,

regulação de recursos humanos, a fim de detectar atualmente, a função de conformidade não está e prevenir atividades disfuncionais, como fraudes. funcionando como se pretendia.

Fonte: Revisão pelos auditores externos do relatório do Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade da OPAS.

1.38 O Comitê Permanente é composto por funcionários de alto escalão da Secretaria e também abarca quadros das representações. O OIA e o Escritório de Ética são observadores permanentes e o Comitê é presidido pelo Diretor de Administração. Os limites dos mandatos se aplicam a todos os membros, a despeito da importância das funções e responsabilidades relativas na Organização. Nossa expectativa é que os Diretores dos departamentos de Gestão de Recursos Financeiros (FRM) e de Gestão de Recursos Humanos (HRM) sejam membros permanentes, assim como quadros das representações que oferecem riscos organizacionais significativos. Embora os deveres e responsabilidades do Comitê estejam definidas, consideramos que medidas importantes devem ser definidas e documentadas de forma mais clara em suas reuniões, como: a necessidade de considerar se todos os riscos estão sendo identificados e priorizados; a adequação e eficácia das medidas de mitigação de riscos propostas; o foco e priorização da conformidade e a eficácia das atividades de controle da segunda linha.

A OPAS deveria:

R2: a) Aprofundar o enfoque de gestão de riscos com mais atenção à qualidade e granularidade das medidas de mitigação de risco e b) considerando nossas observações e as mudanças propostas para a função de conformidade, rever os termos de referência do Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade.

Riscos dos projetos

1.39 Relatamos no ano passado que, a pedido de um Estado Membro, a OPAS encomendou uma revisão externa de seu enfoque de gestão de riscos dos projetos. Em sua estrutura de gestão de projetos, a OPAS considera a gestão de riscos da seguinte forma:

- Identificar riscos na fase de desenvolvimento dos projetos: destaca-se a importância da gestão de riscos em todas as fases dos projetos, com ênfase na identificação e categorização dos riscos;
- Executar uma avaliação conjunta dos riscos na fase inicial: serve para orientar a equipe do projeto durante a avaliação para definir o nível de risco para cada um dos riscos identificados durante a fase anterior;
- Monitorar os riscos e empregar medidas de mitigação durante a implementação: descreve-se a importância do monitoramento proativo e sistemático dos riscos do projeto identificados para implementar atividades de resposta aos riscos, conforme necessário.

1.40 Até abril de 2022, a OPAS havia identificado cerca de 570 riscos de projetos “aprovados” ativos em 181 projetos. O projeto individual com mais riscos registrados foi um projeto no Brasil que apoiava o fortalecimento da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, com 10 riscos. O projeto Hospitais Inteligentes no Caribe registrou o segundo maior número de riscos (nove). No total, os projetos no Brasil continham, em 39 projetos, 181 dos riscos identificados. Como apontamos no ano passado, o registro de riscos não oferece nenhuma visibilidade da eficácia das medidas de mitigação e, assim, é difícil avaliar os riscos residuais que a OPAS enfrenta nesses projetos. Após a pandemia, e quando a OPAS nos permitir retomar nossas visitas presenciais às representações, consideraremos como a gestão de riscos nos novos projetos está incorporada às operações.

1.41 A revisão feita externamente também recomendou que se fizesse uma avaliação independente reforçada do desempenho dos projetos e se assegurasse que as atividades financiadas com contribuições voluntárias fossem integradas a outros processos de prestação de contas da OPAS. Desde o início de nosso mandato, houve poucas evidências que demonstrassem uma avaliação sistemática.

Conformidade (função da segunda linha)

1.42 Observamos no ano passado que a conformidade tinha se concentrado na gestão de ativos e acreditamos que foram desperdiçadas oportunidades para construir um conjunto mais abrangente de trabalho visando a conformidade, alinhado aos principais controles, a fim de sustentar a atividade da segunda linha de defesa. No momento, consideramos que a função de conformidade da OPAS não maximiza seu potencial de oferecer garantias comprovadas para apoiar as afirmações feitas na Declaração sobre Controle Interno.

1.43 A conformidade não tem funcionado dentro de uma estrutura geral de prestação de contas que articule a função e o foco de seu trabalho para apoiar e garantir os riscos principais e materiais das operações financeiras da OPAS. Acreditamos que é importante que as funções de conformidade da OPAS estejam voltadas para os riscos, e acolhemos com satisfação as discussões que mantivemos com a Diretora de Administração para posicionar a função de conformidade dentro da competência do processo de gestão de riscos da Organização.

1.44 Nossas conclusões identificam a necessidade de considerar detalhadamente o papel e a competência da função de conformidade. Convém elaborar um conjunto de relatórios funcionais para confirmar as principais áreas de conformidade e identificar padrões e tendências para embasar as avaliações de risco e outras respostas. Esses esforços devem estar voltados para o processo-chave identificado e para os controles internos dentro da OPAS. Trabalharemos com a Direção para rever o desenvolvimento da função de conformidade, mas defendemos que ela deve ser posicionada numa estrutura geral de prestação de contas que considere todos os elementos do ambiente de controle interno.

Escritório de Auditoria Interna (OIA) (terceira linha)

1.45 A função do OIA é ajudar a Direção a proteger e melhorar a gestão de riscos e os controles internos na Secretaria. Ele se situa ao lado de outros elementos da terceira linha de defesa, como ética e investigações. O OIA mostra de forma independente se os processos de gestão de riscos e os controles internos relacionados são projetados devidamente e funcionam de maneira eficaz. Seu trabalho deve cobrir todas as funções operacionais e institucionais, incluídos os sistemas de tecnologia da informação.

1.46 Em 2021, o OIA executou sete trabalhos de auditoria interna e, em seu relatório anual, observou que não havia identificado nenhuma deficiência significativa nos controles internos que comprometesse seriamente a consecução dos objetivos estratégicos e operacionais da OPAS. Em seu parecer anual, o OIA concluiu que o ambiente de controle interno “forneceu uma garantia razoável quanto à precisão e pontualidade do registro das transações, ativos e passivos, e à salvaguarda dos ativos”. Contudo, não apresentou um parecer específico abrangendo os processos de gestão de riscos, nem o ambiente de controle interno propriamente dito.

1.47 Em seu programa de auditoria de 2022, o OIA propôs uma revisão da segunda linha de defesa. Vemos isso com bons olhos e, embora o alcance desse trabalho ainda não tenha sido finalizado até a data deste relatório, manteremos o contato com o Auditor Geral da OPAS e examinaremos o resultado no devido tempo.

1.48 Em linha com as boas práticas, o OIA é obrigado periodicamente, de acordo com as normas profissionais por ele subscritas em seu estatuto, a passar por uma avaliação externa da qualidade. O OIA encomendou essa avaliação ao Instituto de Auditores Internos (IIA) durante 2022. O OIA não optou por uma “avaliação externa da qualidade de alcance total”, mas se propõe a fazer uma autoavaliação com alguma validação independente por parte do IIA. Ela se concentrará no caráter integral da própria revisão do OIA de suas atividades e no cumprimento das normas profissionais e entrevistas com partes interessadas pertinentes, como a Diretora, a Diretora de Administração, o Presidente do Comitê de Auditoria e o Auditor Externo. Em nossa opinião, dada a importância da função do OIA na governança e supervisão da Organização, talvez seja benéfica para a OPAS a independência de uma avaliação externa da qualidade de alcance total, e esse benefício deve ser reconsiderado antes de concluir a revisão.

Declaração sobre controle interno

1.49 A Declaração sobre Controle Interno da OPAS deve fornecer aos Estados Membros garantias sobre o ambiente de controle interno da Secretaria e sobre o funcionamento das linhas de defesa e outros elementos de controle. Durante nosso mandato, trabalhamos com a Secretaria para melhorar a Declaração para que ela pudesse funcionar melhor como um documento crucial da prestação de contas. Neste ano, porém, houve um aumento na divulgação de informações, o que prejudicou o foco central nas garantias que sustentam a Declaração.

1.50 Muitas organizações estabeleceram uma estrutura geral de prestação de contas reunindo: as três linhas de defesa; o planejamento; os relatórios financeiros e de desempenho; os regimes de delegação e autoridade; e a ética com o intuito de fornecer uma estrutura clara de prestação de contas aos Estados Membros. Embora esses elementos existam na OPAS, a estrutura conceitual geral e a interação desses componentes poderia ser reforçada.

A OPAS deveria:

R3: a) Rever seu enfoque para a Declaração sobre Controle Interno focalizando as fontes de garantias e b) considerar a adoção de uma estrutura geral de prestação de contas para reunir os diversos elementos de prestação de contas e fontes de garantia da organização.

Parte 2

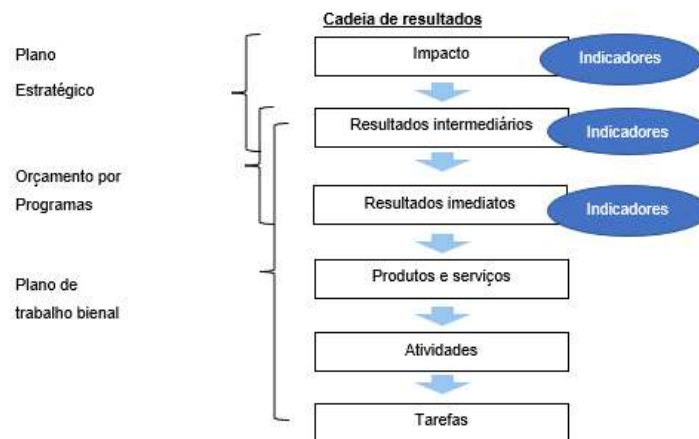
Processo de planejamento estratégico da OPAS

Introdução e alcance do trabalho

2.1 A OPAS tem enfrentado pressões financeiras consideráveis para financiar seu orçamento e isso continuará com a conjuntura econômica atual. Portanto, consideramos importante examinar o enfoque que a OPAS seguiu para priorizar e planejar seus recursos de modo a fazer face às ambições dos Estados Membros e como a estrutura de prestação de contas e relatórios demonstra o uso eficaz dos recursos. Examinamos como a gestão baseada em resultados está incorporada aos planos estratégicos e bienais da OPAS e como esses planos apoiam a eficiência e a eficácia.

2.2 Consideramos o processo de planejamento da OPAS em três níveis: o plano estratégico; o orçamento bienal e os planos de trabalho bienais e a respectiva cadeia de resultados, ilustrada no Quadro 6. Uma vez concluída a primeira avaliação de fim de biênio para este período do plano estratégico, propomos analisar a prestação de contas global aos Estados Membros, examinando o desempenho informado em nosso próximo relatório.

Quadro 6: Estrutura de resultados da OPAS



Fonte: OPAS.

Plano estratégico da OPAS

Antecedentes

2.3 O Plano Estratégico estabelece a visão da OPAS para a região e define a estrutura programática baseada em resultados para alcançar essa visão. Um conjunto de impactos com seus respectivos indicadores é definido tendo como referência a Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030, juntamente com a Estrutura de Resultados do 13º Programa Geral de Trabalho da OMS e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esses documentos embasam o Plano Estratégico da OPAS para as Américas, cuja versão atual abrange o período 2020-2025. Os impactos abrangem a melhoria da saúde e do bem-estar e reduções direcionadas na morbidade, mortalidade e brechas na equidade. Os resultados imediatos e intermediários, acompanhados os respectivos indicadores, foram determinados para monitorar o progresso e a responsabilidade da OPAS de modo geral.

2.4 Nossas conclusões destacam a comunicação conjunta dos resultados em termos de saúde com os Estados Membros, o que significa que o vínculo entre o uso dos recursos da OPAS e a função e o impacto do trabalho da Secretaria não recebe toda a visibilidade. A Secretaria nos informou que os Estados Membros decidiram não atribuir aos resultados globais a função e produtos específicos da Secretaria. Uma maior atribuição proporcionaria aos Estados Membros um mecanismo para avaliar o desempenho específico da Secretaria, alinhando o uso dos recursos com os resultados. Isso refletiria as mudanças dentro da Organização Mundial da Saúde (OMS), que está reforçando sua estrutura de prestação de contas para informar os resultados e destacando de maneira mais discreta a contribuição de sua Secretaria para esses resultados.

2.5 Os resultados intermediários do Plano Estratégico podem estar relacionados ao aumento da capacidade dos sistemas de saúde ou à redução dos riscos relacionados à saúde, ao passo que os resultados imediatos poderiam representar mudanças nas políticas, programas ou diretrizes nacionais. Esses resultados intermediários, junto com seus indicadores, são espelhados por meio do Orçamento por Programas e dos Planos de Trabalho Bienais, servindo para embasar o desenvolvimento dos resultados imediatos, e são usados como base para definir orçamentos através de cada ciclo de planejamento operacional.

2.6 O Plano de Trabalho Bienal estabelece uma série de produtos e serviços pelos quais a Secretaria é diretamente responsável. Os relatórios e a medição do progresso e dos recursos usados em relação a esses produtos e serviços são referenciados como parte da cadeia de prestação de contas do Plano Estratégico e apoiam a consecução da estrutura de resultados. Contudo, a prestação de contas pelos produtos e serviços é, em grande parte, um processo interno, enquadrado em torno dos 4 mil ou mais produtos e serviços. Embora haja prestação de contas na avaliação da entrega e prestação desses produtos e serviços, é difícil acompanhar o desempenho agregado e mensurável da Secretaria por meio da prestação de contas aos Estados Membros. Consideramos que essa é uma área em que a OPAS deve desenvolver ainda mais seu enfoque.

Elaboração do plano estratégico atual

2.7 O Plano Estratégico atual da OPAS estabelece o direcionamento estratégico da Organização, com base nas prioridades coletivas dos Estados Membros, e especifica os resultados em termos de saúde pública a serem alcançados durante o período 2020-2025. O Plano estabelece o compromisso conjunto dos Estados Membros da OPAS e da Repartição Sanitária Pan-Americana como Secretaria da OPAS, para os próximos seis anos. Os Estados Membros veem o Plano Estratégico como um instrumento fundamental para a implementação da Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030 e, portanto, para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à saúde na Região das Américas.

2.8 O Plano Estratégico foi formulado por meio de uma consulta regional a autoridades de saúde nacionais, com a participação de 47 países e territórios no processo de priorização subsequente. Estabelece as prioridades regionais que, por sua vez, orientaram a formação de um conjunto de resultados imediatos e intermediários. Houve um processo para classificar os resultados intermediários entre prioridades altas, médias e baixas — uma área discutida mais à frente neste relatório. Essas prioridades deram contornos à formação do Orçamento por Programas e do plano de trabalho bienal, de maneira que o Orçamento por Programas estivesse ligado a cada das áreas desses resultados intermediários.

2.9 As prioridades emergentes de saúde na região são fundamentais para embasar as prioridades programáticas. Em nossa opinião, é importante que, ao lado desses objetivos abrangentes, haja uma articulação mais clara das responsabilidades da Secretaria, identificando sua contribuição para a consecução desses objetivos em relação a alguns critérios mensuráveis dentro da estratégia aprovada. Isso reforçaria a prestação de contas por parte da Secretaria e estreitaria o vínculo entre seu trabalho e os objetivos definidos pelos Estados Membros no Plano Estratégico. Dessa forma, a Estratégia seria mais equilibrada, ao identificar contribuições específicas da Secretaria para os resultados, vinculadas à sua cadeia de resultados intermediários própria. Esse equilíbrio de resultados intermediários imediatos poderia refletir ainda mais a própria evolução da estrutura de impacto e prestação de contas da OPAS. É importante que as medidas abranjam todos os aspectos das operações da Secretaria, como:

- A atividade programática;
- Outras atividades que estejam fora do Orçamento por Programas, como os fundos de compras e as contribuições voluntárias nacionais;
- Mais granularidade e um conjunto equilibrado de medidas para mostrar como as funções facilitadoras apoiam a implementação das atividades da OPAS.

Resultados intermediários do plano estratégico

2.10 O Plano Estratégico contém 28 resultados intermediários detalhados. Esses resultados são financiados pelo Orçamento por Programas e são informados aos Estados Membros em cada avaliação de fim de biênio. As outras atividades da OPAS que estão fora do Orçamento por Programas são informadas por outros canais.

O **Quadro 7** mostra que o Orçamento por Programas respondeu por apenas 20,5%

da atividade total da OPAS em 2021. Em consequência, a estratégia global da OPAS não se concentra em elementos significativos dos recursos financeiros que ela administra e executa.

Quadro 7

Orçamento por Programas da OPAS em relação à despesa total (US\$ mil)

	2021	2020	2019	2018
Despesa total	1.785.104	1.336.200	1.189.317	1.368.795
Despesa, Orçamento por Programas (demonstração V)	366.580	306.427	284.612	261.548
Outras atividades não incluídas no Orçamento por Programas	1.418.524 (79,5%)	1.029.773 (77,1%)	904.705 (76,1%)	1.107.247 (80,9%)

Fonte: Demonstrações financeiras da OPAS

2.11 Em nossa opinião, um plano estratégico organizacional deve abranger todas as atividades, incluídas as não programáticas, e relacioná-las claramente com os objetivos estratégicos globais dos Estados Membros. Em nosso relatório de 2020, destacamos que, apesar da escala das atividades de compras, não houve uma estratégia global nem a mensuração do valor agregado. Observamos que a OPAS decidiu não implementar nossa recomendação. Considerando isso, é ainda mais importante que a Estratégia articule de forma mais clara a contribuição desses fundos para os objetivos gerais e contenha indicadores de seu desempenho. Isso se aplica igualmente a outras áreas, como contribuições voluntárias e o Plano Mestre de Investimentos de Capital, para o qual apontamos, em nosso relatório de 2018, que era necessária uma estratégia mais abrangente.

A OPAS deveria:

R4: Elaborar conteúdo dentro do Plano Estratégico para melhor articular a contribuição específica e mensurável da Secretaria para o Plano Estratégico para as Américas como um todo, com vínculos mais bem desenvolvidos com as demais atividades significativas que não entram no programa básico.

Reiteramos ainda as recomendações anteriores para formular medidas e estratégias mais definidas para os fundos de compras, os fundos especiais e o Fundo Mestre de Investimentos de Capital.

Orçamento por Programas

2.12 O Orçamento por Programas da OPAS reflete os recursos necessários para obter os resultados intermediários e imediatos do Plano Estratégico para ajudar os Estados Membros a produzir o máximo impacto na saúde. O Orçamento por

Programas atual é moldado em torno dos 28 resultados intermediários observados acima e descritos no Quadro 8, bem como dos 102 resultados imediatos indicados no Orçamento por Programas tanto para 2020-2021 como para 2022-2023. Esses resultados imediatos são implementados por meio da colaboração entre os Estados Membros e a RSPA, com o apoio de parceiros. O desempenho é monitorado em relação a 146 indicadores globais de responsabilidade conjunta.

Quadro 8: Resultados intermediários do Plano Estratégico 2020-2025

Resultados intermediários programáticos

Res. interm. 1	Acesso a serviços de saúde integrais e de qualidade	Res. interm. 14	Má nutrição
Res. interm. 2	Saúde ao longo de todo o ciclo de vida	Res. interm. 15	Resposta intersetorial à violência e traumatismos
Res. interm. 3	Atenção de qualidade para os idosos	Res. interm. 16	Ação intersetorial sobre a saúde mental
Res. interm. 4	Capacidade resolutiva para as doenças transmissíveis	Res. interm. 17	Eliminação de doenças transmissíveis
Res. interm. 5	Acesso a serviços de saúde para doenças não transmissíveis (DNTs) e problemas de saúde mental	Res. interm. 18	Determinantes sociais e ambientais
Res. interm. 6	Capacidade resolutiva para a violência e os traumatismos	Res. interm. 19	Promoção da saúde e ação intersetorial
Res. interm. 7	Força de trabalho em saúde	Res. interm. 20	Sistemas de informação integrados para a saúde
Res. interm. 8	Acesso a tecnologias em saúde	Res. interm. 21	Dados, informações, conhecimento e evidências
Res. interm. 9	Fortalecimento da gestão e governança	Res. interm. 22	Pesquisa, ética e inovação para a saúde
Res. interm. 10	Aumento do financiamento público para a saúde	Res. interm. 23	Preparação para situações de emergência e redução de riscos
Res. interm. 11	Fortalecimento da proteção financeira	Res. interm. 24	Prevenção e controle de epidemias e pandemias
Res. interm. 12	Fatores de risco das doenças transmissíveis	Res. interm. 25	Deteção de emergências de saúde e respectiva resposta

Res. interm. 13	Fatores de risco das doenças não transmissíveis (DNTs)	Res. interm. 26	Temas transversais: equidade, gênero, etnia e direitos humanos
-----------------	--	-----------------	--

Resultados das funções facilitadoras

Res. interm. 27	Liderança e governança	Res. interm. 28	Gestão e administração
-----------------	------------------------	-----------------	------------------------

Fonte: Plano Estratégico 2020-2025 da OPAS.

Priorização programática

2.13 Os resultados intermediários são estabelecidos no estágio inicial do ciclo de planejamento estratégico e são classificados em três níveis de prioridade (baixa, média ou alta) usando o método de “Hanlon” adaptado pela OPAS. Esse método é uma fórmula bem estabelecida e reconhecida que atribui a cada resultado uma classificação de prioridade com base na magnitude de um problema de saúde, a gravidade do problema, a eficácia das intervenções, a desigualdade regional e um fator de posicionamento que aborda o valor que a OPAS pode agregar à abordagem das áreas programáticas. O uso desse método demonstra o compromisso da OPAS de priorizar de forma objetiva as necessidades de atenção à saúde na região usando um modelo testado e aprovado.

2.14 Ela trabalha com os Estados Membros para identificar as áreas prioritárias de cada um deles. Isso embasa a alocação do orçamento para os programas por meio de um exercício de cálculo de custos de baixo para cima. A OPAS atualizou as prioridades em consequência da pandemia de COVID-19, embora os resultados tenham sido os mesmos, o que resultou em algumas mudanças na priorização. Nossa análise das mudanças nos programas de base revelou um aumento modesto de US\$ 620 milhões para US\$ 640 milhões entre 2020-2021 e 2022-2023. Para nossa surpresa, constatamos que, de modo geral, as mudanças na priorização não levaram necessariamente a uma reavaliação correspondente das necessidades globais de recursos dos centros de custo. Isso reflete em muitos casos os custos fixos associados às representações, onde a flexibilidade é reduzida pelas estruturas operacionais existentes.

2.15 Os países-chave identificados na Política do Orçamento da OPAS de 2019 para o Plano Estratégico 2020-2025 estão protegidos graças ao processo de alocação orçamentária. A alocação oferece um orçamento indicativo com base:

- Nos custos do pessoal mínimo e nas despesas operacionais;
- Num índice baseado nas necessidades
- Na capacidade de mobilizar recursos;

- Num componente variável para atender a qualquer mudança regional que se faça necessária.

2.16 Existem salvaguardas para garantir a proteção de questões específicas dos países. Essa alocação de cima para baixo proporciona um orçamento indicativo para moldar o plano de trabalho bienal por meio do planejamento operacional. Ao longo do biênio, a alocação de recursos adicionais captados foi canalizada para os 25 resultados programáticos e é influenciada pela situação de prioridade de cada país, pelo déficit de recursos ou pela preferência do doador por um determinado resultado, país ou região. As duas funções facilitadoras não se enquadram no processo de compilação e priorização do orçamento, pois são consideradas resultados institucionais. É importante examiná-las de perto, pois podem ajudar a melhorar a implementação programática, por exemplo, por meio do investimento num ambiente operacional mais eficiente ou da redução de custos direcionada, sobretudo em áreas de custos fixos, como destacamos em relatórios anteriores.

2.17 De modo geral, a estratégia da OPAS é ambiciosa e tenta atender a todas as necessidades de saúde pertinentes dos Estados Membros. Para a OPAS, sua função é a de catalisadora da ação e do investimento dos Estados Membros por meio de seus recursos nacionais para a saúde. Com as pressões sobre os recursos disponíveis, a OPAS se vê limitada em sua capacidade de atender a todas as prioridades de saúde identificadas no Plano. Contudo, acreditamos que o processo de planejamento poderia ser melhor se a OPAS levasse mais em conta onde ela pode fazer com que o investimento dos Estados Membros gere mais e maiores benefícios para a saúde. A OPAS deve estudar a possibilidade de concentrar seus recursos e atividades nas áreas em que consegue demonstrar a maior eficácia nas principais áreas dos resultados intermediários, o que deve ser embasado por um programa de avaliação direcionada.

2.18 Atualmente, não existem evidências objetivas nem sistemáticas de avaliações para embasar as decisões de priorização. O impacto geral da Secretaria pode ser reforçado se informar aos Estados Membros, com base em dados mensuráveis, onde os resultados em saúde podem ser obtidos por meio do uso mais eficiente dos recursos. Tomamos nota das recentes mudanças nos mecanismos de avaliação e voltaremos a esta questão em anos futuros quando pudermos rever a eficácia dos novos mecanismos de avaliação. Consideramos que uma avaliação independente e objetiva é fundamental para o processo de garantia e prestação de contas pelo uso dos recursos.

2.19 O processo geral de consulta sobre orçamentos é executado em conjunto com as autoridades nacionais para identificar necessidades e prioridades específicas. A Direção Executiva examina o resultado e concorda com os orçamentos que emanarem do processo para incorporação ao orçamento por programas global para consideração pelos Órgãos Diretores da OPAS. Esse envolvimento com as principais partes interessadas ao longo do processo é um ponto forte específico do processo orçamentário da OPAS, pois assegura que os orçamentos reflitam as prioridades

dessas partes, reforçando o enfoque compartilhado entre a Secretaria e os Estados Membros na obtenção dos resultados.

2.20 Uma vez estabelecidos os orçamentos, a flexibilidade para alterá-los é limitada quando estão relacionados a resultados intermediários específicos. Vários princípios sustentam o controle sobre essas realocações:

- Resultados intermediários de alta prioridade devem, pelo menos, manter seu espaço no orçamento;
- Todo aumento do orçamento para resultados intermediários de média ou baixa prioridade deve ser justificado por esforços de mobilização de recursos;
- Toda redução em qualquer resultado (quer a prioridade seja alta, média ou baixa) deve ser compensada por ações interprogramáticas em outros resultados intermediários.

2.21 Conforme relatado em nossos comentários sobre a priorização, as restrições em torno das realocações orçamentárias poderiam impedir a OPAS de ser mais ágil no uso dos recursos onde ela poderia proporcionar um volume maior de resultados em termos de saúde e, assim, poderia levar os gerentes a tomar decisões aquém do ideal.

A OPAS deveria:

R5: Considerar os benefícios de direcionar a priorização de recursos para as áreas em que consegue demonstrar que gera maior impacto e eficácia, com base num programa claro de avaliação independente e objetiva para demonstrar o maior retorno do investimento por parte dos Estados Membros na Secretaria.

Gestão do orçamento

2.22 O Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação (PBE) da OPAS controla a alocação do orçamento liberando cerca da metade dos recursos flexíveis dentro do primeiro ano de execução, refletindo os recursos de caixa e financiamento disponíveis. O monitoramento da OPAS está concentrado na taxa de execução do orçamento. Em nossa opinião, um perfil mais definido do orçamento vinculado a atividades conhecidas e planejadas, compras importantes, renovação de contratos e outros eventos financeiros significativos deve ser usado para refletir o momento das despesas ao longo de um ciclo de vida orçamentário ou de um programa. Isso reforçaria a prestação de contas e o controle por meio de um monitoramento mais significativo do orçamento e apoiaria uma melhor gestão do fluxo de caixa, para complementar o mecanismo de prestação de contas já existente do Monitoramento e Avaliação do Desempenho (PMA, na sigla em inglês).

2.23 Um monitoramento mais próximo e mais regular do orçamento seria compatível com desdobramentos mais amplos dentro do sistema da ONU. Por exemplo, no âmbito de suas reformas, o Secretário-Geral da ONU está promovendo o conceito de

orçamentos anualizados para melhor alinhar os relatórios orçamentais e financeiros, ressaltando a necessidade de uma revisão mais regular do desempenho orçamentário como meio de reforçar a prestação de contas e a transparência.

Reiteramos nossa recomendação anterior de que a OPAS deve rever a base na qual monitora seus gastos em relação ao seu orçamento disponível e elaborar uma base melhor para monitorar os recursos em comparação com um indicador significativo do uso previsto dos recursos no nível dos centros de custo. Isso deve se basear na funcionalidade do PMIS tanto quanto possível e apoiar um processo que possa impor aos gerentes dos centros de custo responsabilidades orçamentárias em tempo real.

2.24 A identificação de medidas de contenção de custos na OPAS tem sido limitada, embora tenha sido solicitado aos centros de custo, como parte do processo de PMA para 2022-2023, que identificassem medidas nesse sentido. Já destacamos anteriormente a importância de medidas ambiciosas para conter custos e promover uma cultura baseada no melhor uso dos recursos para garantir economia, eficiência e eficácia na busca dos resultados. A OPAS não elaborou um conjunto de princípios para sustentar sua abordagem de contenção de custos e sentimos que há espaço para mais ambição para assegurar que os recursos dos Estados Membros sejam comprovadamente usados de modo a produzir os melhores efeitos. Por exemplo, os cortes de custos informados aos Órgãos Diretores no biênio 2020-2021 (Quadro 9) foram em sua maioria fortuitos e ocorreram, em grande parte, em consequência do teletrabalho emergencial, em vez de mudanças estruturais permanentes. Observamos essa economia não foi quantificada nem avaliada em relação a metas ou *business cases*.

2.25 Como já relatamos anteriormente, a OPAS pode fazer mais para considerar especificamente áreas para contenções direcionadas de custos fixos ao explorar serviços compartilhados e outras eficiências em termos de gastos estruturais. É importante que as medidas de contenção de custos façam parte do processo orçamentário e sejam posicionadas no contexto do planejamento estratégico da Organização, pois apoiarão a priorização dos recursos para as atividades na linha de frente.

Figura 9

Categorias de contenção de custos

Categorias de contenção de custos informadas aos Órgãos Diretores com referência ao biênio 2020-2021

- a Eliminação de documentos em papel para transações internas por meio de assinatura eletrônica;
 - b Digitalização das comunicações internas através do SharePoint para eliminar a impressão e digitalização repetitiva de correspondência;
 - c Estabelecimento de uma estratégia paperless de gerenciamento e arquivamento de documentos, eliminando os custos associados à impressão, arquivamento e recuperação manual de documentos;
-

-
- d Criação de um portal on-line para os Estados Membros e fornecedores de vacinas para agilizar as comunicações de rotina sobre a logística de distribuição de vacinas;
 - e Automatização da entrada de dados para transações administrativas no PMIS, como transações de cartão de crédito, pedidos de compra e faturas de fornecedores;
 - f Eliminação de alguns postos administrativos de Representações com baixo volume de trabalho administrativo e transferência de suas funções para o Centro de Serviços Compartilhados na Representação da OPAS no Brasil;
 - g Terceirização de funções de suporte de TI e eliminação de postos de TI dedicados.

Fonte: Orçamento por Programas 2022-2023 da OPAS

Planejamento do trabalho bienal

2.26 O Plano de Trabalho Bienal é o instrumento usado pela RSPA para planejar e gerir seu trabalho internamente, incluídos os resultados a serem obtidos pelo centro de custo de uma entidade e a necessidade de recursos. Traduz os compromissos assumidos pela Secretaria no Orçamento por Programas em planos de trabalho bienais implementáveis. Durante o planejamento operacional, os centros de custo selecionam os resultados do orçamento por programas sob cada um dos resultados para os quais eles contribuirão. Por exemplo, o resultado intermediário 6 diz respeito à melhoria da capacidade resolutiva para a violência e os traumatismos. Dois resultados imediatos contribuem para a consecução desse resultado intermediário e são monitorados com objetivos correspondentes:

- i) A ampliação da capacidade de resposta dos serviços de saúde para traumatismos causados por acidentes de trânsito;
- ii) A elaboração de procedimentos protocolos e/ou guias operacionais padronizados nacionais para fortalecer a resposta do sistema de saúde à violência.

2.27 A seleção dos resultados imediatos é orientada por mandatos e prioridades de saúde nacionais, sub-regionais e/ou regionais. Com isso, cada centro de custo identifica os produtos e serviços específicos e as atividades e tarefas correspondentes a serem executadas, cujo custo é então calculado.

2.28 Um produto ou serviço é algo tangível que contribui para um resultado imediato e ao qual podem ser vinculados os critérios de desempenho qualitativos e quantitativos previstos.

A prestação de contas pela entrega dos produtos e serviços, em contraste com os impactos e com os resultados imediatos e intermediários, é de total responsabilidade da Secretaria e do respectivo gerente do centro de custo. Eles podem adotar ou adaptar um dos produtos ou serviços recomendados identificados para cada resultado imediato ou acrescentar produtos ou serviços próprios. Entre os produtos e serviços dentro das funções facilitadoras administrativas, destacam-se:

- Plano de mitigação de riscos formulado, implementado e monitorado;

- Plano de mobilização de recursos formulado, implementado e monitorado;
- Plano de Trabalho Bienal 2022-2023 elaborado, implementado e monitorado.

2.29 Entre os produtos e serviços técnicos (da lista padronizada da OPAS) destacam-se:

- Opções de políticas, ferramentas e cooperação técnica oferecidas para implementar processos contínuos a fim de melhorar a qualidade do atendimento na prestação de serviços de saúde integrais (sob o resultado imediato 1.2);
- A Iniciativa *HEARTS in the Americas* foi promovida, desenvolvida e implementada (sob o resultado imediato 5.1);
- Guias e ferramentas elaborados ou atualizados para sustentar os esforços de prevenção, controle e eliminação das doenças infecciosas negligenciadas (DINs) (sob o resultado imediato 17.2);
- Revisões posteriores de eventos agudos de saúde pública em nível nacional documentadas (sob o resultado imediato 23.3).

2.30 A prestação de contas interna é aplicada por meio do processo semestral de Monitoramento e Avaliação do Desempenho (PMA), que exige que os centros de custo examinem seu desempenho em relação ao orçamento e o progresso em relação aos produtos e serviços do plano de trabalho. Na opinião da Secretaria, esse processo é uma parte fundamental da prestação de contas e sustenta a análise do desempenho em relação aos planos de trabalho bienais e à entrega de produtos e serviços. O processo do PMA é intensivo, e a OPAS deve manter sob revisão seu foco para que ele seja proporcional e claramente agregue valor. Também pode ser vantajoso para a OPAS examinar as principais atividades para considerar se alguma delas pode ser incorporada como se fosse uma atividade regular. Por exemplo, usar a funcionalidade do PMIS para rastrear despesas em relação ao perfil e o desempenho em relação aos produtos a serem entregues. Para facilitar isso, poderia ser melhorada a quantificação e a mensuração de resultados específicos do plano de trabalho no nível dos centros de custo. Isso proporcionaria informações melhores sobre a relação custo-benefício de cada produto e serviço.

Gestão baseada em resultados

2.31 A gestão baseada em resultados é definida pela Unidade de Investigação Conjunta das Nações Unidas como a estratégia de gestão em cada organização do sistema das Nações Unidas para gerir a obtenção de resultados organizacionais por meio da integração em todos os aspectos da gestão. Ressalta a incorporação de evidências e lições extraídas do desempenho passado à tomada de decisões gerenciais. A gestão baseada em resultados busca preparar orçamentos baseados na relação entre os níveis de financiamento disponíveis e os resultados previstos do uso desses recursos. O uso desse tipo de gestão é uma parte importante do processo de

prestação de contas e é uma ferramenta valiosa para ajudar a avaliar a eficiência e a eficácia. A OPAS avalia os resultados em parceria com os Estados Membros para que a mensuração seja acordada e robusta.

2.32 No 50º Conselho Diretor (2010), a OPAS estabeleceu sua estrutura de gestão baseada em resultados. Definiu essa gestão como um processo no qual os programas são formulados em torno de um conjunto de objetivos predefinidos e resultados previstos. Os resultados previstos são usados para demonstrar as necessidades de recursos que estão vinculadas aos produtos. Enquanto a estrutura previa que o desempenho real fosse medido por indicadores, responsabilizando os gerentes e o pessoal pela obtenção de resultados, conforme explorado anteriormente, o impacto do uso dos recursos pela Secretaria como “catalisador” não é identificável nos relatórios de fim de biênio apresentados aos Estados Membros. Em nossa opinião, trata-se de um elemento crucial da prestação de contas do uso dos recursos que poderia ser reforçado.

Indicadores do plano estratégico

2.33 O plano estratégico atual estabelece 28 indicadores de impacto e respectivas metas, que, por sua vez, estão inteiramente relacionados com os resultados dos sistemas de saúde dos Estados Membros. O plano também define 28 resultados intermediários e os respectivos indicadores. Desses 28 resultados intermediários, 26 estão relacionados ao impacto coletivo das intervenções dos Estados Membros. O Quadro 10 mostra uma seleção desses indicadores

Quadro 10

Seleção de indicadores dos resultados intermediários da OPAS

Indicadores de resultados intermediários	Linha de base (2019)	Meta (2025)	Resultado intermediário medido pelo indicador
1.a Número de países e territórios que apresentam uma redução de pelo menos 10% nas hospitalizações por doenças que poderiam ser tratadas na atenção ambulatorial	8	20	1. Acesso a serviços de saúde integrais e de qualidade
3.a Número de países e territórios com capacidade para prevenir a dependência de cuidados	6	20	3. Atenção de qualidade para os idosos
Porcentagem de pessoas infectadas pelo HIV que foram diagnosticadas	82% (2017)	90%	4. Capacidade resolutiva para as doenças transmissíveis
6.a Número de países e territórios que minimizam o intervalo de tempo entre os acidentes de trânsito e a prestação dos	N/A (2019)	10	5. Capacidade resolutiva para a violência e os traumatismos

primeiros cuidados de emergência profissionais			
11.a Número de países e territórios que reduziram em 20% a porcentagem de pessoas em domicílios que registram gastos catastróficos do próprio bolso com saúde	0 (2019)	17	11. Fortalecimento da proteção financeira

Fonte: Plano Estratégico 2020-2025 da OPAS

2.34 A gestão baseada em resultados está evoluindo em muitas organizações, com medidas mais refinadas e equilibradas para se concentrar no valor agregado, fixar mais firmemente os custos aos insumos e resultados específicos, e oferecer um quadro mais holístico da execução organizacional. Os objetivos atuais e a estrutura de prestação de contas oferecem um quadro bom e equilibrado do desempenho em relação aos resultados, mas não refletem o nível de recursos nem da contribuição da Secretaria para obtê-los. O relatório de fim de biênio não apresenta os custos mais específicos associados a produtos e serviços e há resultados específicos em demasia para mostrar um quadro significativo das principais intervenções e contribuições da Secretaria informadas aos Estados Membros.

2.35 Dois resultados intermediários facilitadores se relacionam mais diretamente com o desempenho da Secretaria. Dizem respeito à “liderança e governança” (resultado intermediário 27) e “gestão e administração” (resultado intermediário 28). São seis os indicadores associados diretamente relacionados a esses resultados ao longo do biênio.

Quadro 11

Indicadores dos resultados intermediários 27 e 28

Indicadores de resultados intermediários	Linha de base (2019)	Meta (2025)
27.a Proporção de países e territórios onde a autoridade nacional de saúde informa que está satisfeita com a função de liderança da OPAS/OMS nos temas de saúde mundiais e regionais	Sem dados (2019)	100%
27.b Número de países e territórios para os quais existe um alinhamento entre a política, estratégia ou plano nacional de saúde e os resultados intermediários definidos no Plano Estratégico da OPAS 2020-2025	20 (2019)	51
27.c Proporção de riscos institucionais com um plano de mitigação aprovado	50% (2019)	100%
27.d Porcentagem do orçamento aprovado da OPAS (excl. a	A ser determinada	100%

AMRO) financiado para cada orçamento por programa bienal		
27.e Porcentagem das metas dos indicadores dos resultados intermediários do Plano Estratégico da OPAS para 2020-2025 que foram alcançadas	A ser determinada com base na avaliação final do PE14-19	90%
28.a Proporção do total dos gastos com recursos humanos destinados a funções de gestão e administração	A ser determinada	Redução de 10%

Fonte: Plano Estratégico 2020-2025 da OPAS

2.36 Em nossa opinião, esses indicadores poderiam fornecer uma medida mais equilibrada do desempenho da Secretaria. Em muitos casos, os dados de base não estão disponíveis para medir o grau de melhoria e alguns indicadores estão concentrados principalmente no processo. Os indicadores poderiam ser mais abrangentes e equilibrados de modo a refletir a contribuição mais ampla da Secretaria e fornecer os dados para melhorar a tomada de decisões e o desempenho. Por exemplo, a eficácia da gestão de riscos seria medida pelo grau em que as medidas de mitigação reduziram o risco avaliado, em vez de simplesmente contar com planos de mitigação de riscos. A verdadeira medida da realização deveria ser como os riscos são geridos na prática e se isso reduz sua probabilidade e impacto.

2.37 Embora o enfoque atual forneça um indicador coletivo do desempenho, a estrutura significa que é difícil medir efetivamente o desempenho e a eficácia da Secretaria. O foco para indicadores futuros deveria ser medir contribuições mais específicas da Secretaria para impulsionar melhorias incrementais no desempenho e melhorar a tomada de decisões.

A OPAS deveria:

R6: Examinar o enfoque dado à gestão baseada em resultados e elaborar um conjunto equilibrado de indicadores que permitam à Secretaria demonstrar sua contribuição para os resultados esperados pelos Estados Membros para o nível de recursos determinado e fornecer dados para avaliar o desempenho da organização e dos centros de custo que possam ser agregados para proporcionar indicadores quantificáveis do desempenho da Secretaria.

Resultados imediatos e indicadores do Orçamento por Programas

2.38 O Orçamento por Programas bienal estabelece os resultados imediatos e indicadores detalhados para cada um dos resultados intermediários, juntamente com as principais intervenções em termos de cooperação técnica que serão necessárias para alcançar os resultados desejados. Muitas das características que identificamos em nosso exame dos indicadores dos resultados intermediários encontramos replicadas nos indicadores mais detalhados dos resultados imediatos. Em especial,

a maioria dos indicadores é de responsabilidade coletiva dos Estados Membros em seus próprios grupos.

2.39 Embora importantes para medir os diversos indicadores estabelecidos no Orçamento por Programas que são mais específicos da OPAS, incluídos alguns dos 27 indicadores dos resultados intermediários (liderança e governança) e os relacionados à gestão e administração (resultado intermediário 28), são indicadores de alto nível que oferecem informações limitadas para embasar e melhorar o desempenho. Por exemplo:

- Resultado imediato 28.1; um parecer de auditoria sem ressalvas emitido em cada exercício financeiro não é um indicador abrangente de “práticas financeiras sólidas e fiscalização geridas através de um marco de controle interno eficiente e eficaz” (indicadores melhores poderiam ser relatórios de exceção com base em indicadores-chave de informações financeiros, por exemplo, relatórios de conformidade);
- Resultado imediato 28.2; a porcentagem de descrições de cargos que foram reorganizadas ou atualizadas nos últimos cinco anos não fornece um indicador claro da “gestão e desenvolvimento eficaz e eficiente de recursos humanos para atrair, recrutar e reter talentos para a execução bem-sucedida dos programas”. Em vez disso, como relatado anteriormente, um conjunto de indicadores de RH mais refinados poderia ser usado para focalizar a necessidade de agilidade da força de trabalho;
- Resultado imediato 28.3; a porcentagem de entidades da RSPA que armazenam 100% de seus documentos em plataformas institucionais seguras baseadas na nuvem não parece ser uma medida adequada para determinar se “plataformas e serviços digitais eficazes, inovadores e seguros, alinhados com as necessidades dos usuários, funções institucionais, programas técnicos e operações de emergências de saúde”. Em vez disso, medidas em torno da segurança de dados, validação, disponibilidade de serviços e resolução de problemas.

2.40 Embora alguns dos indicadores destacados possam ser importantes, acreditamos que há espaço para, mais uma vez, ampliar a gama de indicadores para oferecer uma avaliação mais completa dos resultados desejados. A ligação entre o indicador e o resultado nem sempre é clara. A combinação de indicadores usados e os informados deve ser proporcional e, se for devidamente equilibrada e desafiadora, reforçará a prestação de contas sem criar um peso maior em termos de prestação de contas.

Relatórios para os Órgãos Diretores

2.41 A avaliação de fim de biênio é o principal instrumento de prestação de contas e transparência para a Organização. Oferece uma oportunidade para a OPAS refletir sobre as conquistas em termos de saúde e as lacunas restantes, bem como sobre os desafios, oportunidades e lições extraídas. O relatório apresenta uma análise do desempenho programático e orçamentário da OPAS. Uma vez que 2021 marcou o

fim do primeiro biênio do plano estratégico atual e a avaliação de fim de biênio ainda não estava concluída no momento de nossa auditoria, voltaremos a este aspecto do processo dentro da auditoria do próximo ano.

Parte 3

Recomendações do ano anterior

3.1 Ao fim de nosso primeiro mandato de quatro anos, fizemos um balanço detalhado do progresso da OPAS na implementação de nossas recomendações e apresentamos outros comentários sobre o enfoque geral nas áreas de que tratamos. Cabe à Direção responder às recomendações feitas em nossos relatórios e acompanhá-las, e a validação da situação em nossos relatórios servirá de registro para os Estados Membros.

3.2 Durante a reunião de abril de 2022 do Comitê de Auditoria, propusemos mudanças na forma como relatamos nossas recomendações. A ideia era reforçar a governança do processo de revisão da situação das recomendações e ajudar o Comitê a apresentar orientações mais diretas sobre a priorização e o progresso. Apoiamos inteiramente a necessidade de manter sob revisão a utilidade de nossas recomendações, o que assegura que a Direção esteja atenta às recomendações que agregam mais valor à OPAS.

3.3 Trabalharemos com a Direção durante o próximo ano para apoiar um conjunto de respostas mais rigorosas às recomendações, com etapas de implementação mais claras e granulares nos casos em que as recomendações permaneçam em andamento, bem como para manifestar nossa visão de forma clara nos casos em que se decidir suspender a implementação.

3.4 Das 41 recomendações feitas com referência a 2020 e referentes a anos anteriores que permaneceram em andamento, a OPAS implementou seis e encerramos outras seis com base no fato de que a OPAS não pretende tomar mais nenhuma providência a respeito. Vinte e nove recomendações permanecem em aberto ou estão em andamento.

3.5 Questões de gestão financeira: notamos que a Secretaria optou por não implementar nossas recomendações sobre o uso da reserva do Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas e que foi adiada a necessidade de rever os mecanismos de recuperação de custos que relatamos em 2018. Além disso, foram limitados os avanços na abordagem das recomendações feitas sobre medidas estratégicas para reduzir custos, como o uso de diferentes modelos de execução e maior uso de serviços compartilhados. Trabalharemos com a nova Diretora de Administração para examinar essas recomendações e outras pertinentes, pois achamos que poderiam ajudar a OPAS a aumentar a eficiência no uso dos recursos.

3.6 Governança e controle interno: as recomendações relacionadas à conformidade e à gestão de riscos continuam em andamento desde 2019. Como relatamos neste ano, a Secretaria está considerando uma série de desdobramentos

que devem abordar as questões anteriores. Analisaremos o progresso feito uma vez que esses planos tenham sido postos em prática.

3.7 Recursos humanos: em 2021, foi aprovada a nova Estratégia de Recursos Humanos, que se concentrou na otimização, inovação e agilidade funcionais. Tomamos a decisão de adiar nosso acompanhamento detalhado de nossas recomendações nessa área, enquanto aguardamos a operacionalização da estratégia. Nossa intenção é avaliar o seguimento que está sendo dado no âmbito da estratégia revisada às recomendações e observações feitas por nós em 2019, entendendo que o período 2020-2021 foi substancialmente dedicado a mitigar os impactos da pandemia sobre a força de trabalho. Assim, consideramos todas as recomendações existentes encerradas ou “em andamento” nos casos em que percebemos que algumas discussões detalhadas e uma maior validação seriam necessárias no contexto dos novos desdobramentos.

3.8 Fundos de compras: o progresso nas recomendações nessa área foi variado. Embora algumas tenham sido implementadas e algumas ainda estejam em andamento, dadas as pressões concorrentes sobre o pessoal encarregado desses fundos, estamos satisfeitos com as medidas que estão sendo tomadas. Contudo, são várias as recomendações em que não serão tomadas outras medidas e, portanto, decidimos encerrá-las por não terem sido implementadas. Destacam-se as recomendações sobre: melhorias no envolvimento com os usuários; a formulação de uma estratégia mais específica e detalhada; a melhoria da identificação do valor agregado oferecido pela Secretaria; a revisão da estratégia de preços e o melhor uso dos recursos da conta de capital.

3.9 Consideramos que algumas dessas recomendações são significativas e, ao encerrá-las, chamamos a atenção dos Estados Membros para as respostas detalhadas da Secretaria no anexo. Sem dúvida, as respostas serão objeto de discussão como parte da futura revisão focalizada das respostas da Secretaria pelo Comitê de Auditoria.

Agradecimentos

3.10 Gostaríamos de agradecer à Diretora e à sua equipe pela cooperação ao facilitar nosso trabalho de auditoria. Em 2021, tivemos o segundo ano de trabalho na pandemia e num ambiente remoto, e estamos conscientes do conseqüente aumento das pressões sobre as equipes. Esperamos retomar nossa presença na sede e nas representações durante 2022.



Gareth Davies

Controlador e Auditor Geral, Reino Unido – Auditor Externo

12 de maio de 202

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
<p>Relatório detalhado de 2018</p> <p>Rec. 3</p>	<p>Analisar os gastos para avaliar até que ponto o custo total é recuperado em atividades financiadas com recursos voluntários e formular uma política de recuperação de custos equitativa, uniforme e transparente.</p>	<p>Uma avaliação da ONU em 2005-2006 estabeleceu a taxa de 13% para os gastos de apoio a programas, embora tenha reconhecido que ela não era suficiente. A OPAS procura segui-la, mas muitos doadores, incluídos os Estados Membros, não a aceitam. Uma análise de custos será feita se o tempo permitir, e qualquer mudança na política de gastos de apoio a programas será submetida aos Estados Membros para aprovação.</p> <p><i>Atualização em março de 2020</i></p> <p>Sem mais comentários.</p> <p><i>Atualização em setembro de 2020</i></p> <p>Cumpramos observar que existe uma política para os gastos de apoio a programas que a OPAS considera “equitativa, coerente e transparente” (ver a política mais recente, de dezembro de 2018: Capítulo IV Mobilização de recursos, receita e adjudicações, Subcapítulo IV.1 Mobilização de recursos de doadores, IV.1.2b Gastos de apoio a programas da OPAS sobre as contribuições voluntárias). Uma análise dos custos dessa política e da recuperação total dos custos estava sendo feita na segunda metade de 2020.</p> <p><i>Atualização em março de 2021</i></p> <p>Está sendo feita uma análise dos custos (diretos e indiretos) da política dos gastos de apoio a programas. Em vista do número e volume de contribuições voluntárias, foi decidido que um levantamento detalhado deverá ser feito para entender melhor os números e os custos recuperados. PBU continuará com a análise, a ser considerada por EXM no fim deste ano.</p> <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p>	<p>Observamos que a OPAS decidiu adiar as medidas relacionadas a essa recomendação.</p>	<p>Não implementada.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>Devido às exigências e prioridades conflitantes, ficou decidido com EXM que a análise detalhada mencionada anteriormente teria de ser adiada para o próximo biênio.</p>		
<p>Relatório detalhado de 2018 Rec. 17</p>	<p>Instituir uma abordagem mais sistemática para a gestão de riscos em seus processos de aprovação e monitoramento de projetos, para que ela se torne uma parte integrante da devida diligência dos projetos. A avaliação desses riscos deve ser escalável, de modo a refletir o tamanho e a abrangência de um projeto e tirar partido</p>	<p>Como parte da Estrutura de Gestão de Projetos da OPAS, a Organização aborda a gestão de riscos em todas as fases dos projetos. Nesse sentido, a Organização ofereceu orientações para a identificação e avaliação de riscos durante a fase de concepção dos projetos, incluiu a avaliação de riscos na lista de verificação usada na revisão dos projetos e ofereceu orientação sobre a mitigação de riscos durante a fase de implementação. Com isso em mente, a Organização considera que a gestão dos riscos já é abordada num enfoque sistemático. Para reforçar essas ações, o planejamento de recursos institucionais vai:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Continuar a incluir a gestão dos riscos no desenvolvimento dos projetos e da capacidade de gestão dos projetos; b) Continuar a incluir a avaliação dos riscos no processo de revisão dos projetos; e c) Formular critérios para determinar as propostas de contribuição voluntária que devem ser submetidas a uma avaliação de risco adicional. Esses critérios incluirão a escala e o alcance das propostas. 	<p>Tomamos nota das respostas da OPAS à nossa recomendação sobre a gestão dos riscos dos projetos.</p> <p>Também notamos o respectivo trabalho que a Secretaria tem feito em resposta ao desafio do Comitê Executivo sobre a gestão de projetos financiados por contribuições voluntárias da Organização.</p> <p>À luz das conseqüentes mudanças em curso</p>	<p>Em andamento.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	dos exemplos de boas práticas dentro da OPAS.	<p><i>Atualização em março de 2020</i></p> <p>A OPAS conta com a Estrutura de Gestão de Projetos institucional e um POP complementar para as contribuições voluntárias que integram a disciplina de gestão dos riscos ao longo do ciclo de vida dos projetos (identificação, avaliação, monitoramento e mitigação). A inclusão dos riscos nas aprovações de projetos é reforçada ainda mais por meio de um processo de revisão institucional dos projetos, orientado por uma lista de verificação, para checar se os riscos foram identificados e incorporados à concepção do projeto e à estrutura de resultados para serem abordados de maneira adequada, sobretudo no caso dos projetos complexos (por exemplo, Hospitais Inteligentes, projetos financiados pela UE) https://intra.paho.org/departments-offices/dd/erp/Pages/proj-sup.aspx). A integração dos riscos nas abordagens e processos de gestão dos projetos institucionais foi concluída em estreita colaboração com o Programa de Gestão de Riscos Institucionais, com orientações adicionais fornecidas no site da intranet relacionado à gestão dos riscos institucionais (https://paho.sharepoint.com/:p:/r/Tools/RM/ layouts/15/Doc.aspx?source=doc=%7B404EFFB9-E2C3-4564-BBD8-9E8F616FB7AD%7D&file=Gestion%20de%20Proyectos.%20Presentacion.pptx&action=edit&mobileredirect=true).</p>	<p>nos procedimentos de gestão dos riscos dos projetos da OPAS e do fato de que novos procedimentos estão sendo implementados em 2021, consideramos que esta recomendação permanece em aberto. Conforme destacado na Seção 1 do relatório deste ano, examinaremos o progresso durante a auditoria do próximo ano tão logo possamos retomar as visitas às representações para analisar a gestão de projetos em ação.</p>	
<p>Relatório detalhado de 2018</p> <p>Rec. 18</p>	<p>Operacionalizar sua política de combate a fraude como uma questão prioritária e aproveitar a oportunidade do lançamento da política para conscientizar sobre a responsabilidade do pessoal e citar</p>	<p>A política de combate a fraude e corrupção foi lançada em 18 de junho de 2021. Embora a prevenção e detecção de fraudes sempre tenha feito parte do treinamento fornecido pelo Escritório de Ética, o treinamento foi ajustado para se alinhar à nova política e fornecer exemplos do que constitui um comportamento fraudulento e como denunciá-lo.</p>	<p>Tomamos nota da resposta atualizada da Secretaria.</p>	<p>Implementada.</p> <p>Encerrada.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	exemplos de tolerância zero a comportamentos fraudulentos. A partir daí, deve ser considerada a identificação das necessidades de treinamento.			
Relatório detalhado de 2019 Rec. 3	Examinar a apresentação das demonstrações financeiras em relação aos requisitos de divulgação das normas sobre a apresentação de informações e assegurar que permaneçam pertinentes para os usuários e partes interessadas e buscar a opinião do Comitê de Auditoria sobre as mudanças propostas.	<i>Atualização em setembro de 2021</i> Atualmente, a OPAS está formulando uma lista própria para a verificação das informações a serem divulgadas conforme as IPSAS e a implementará visando as demonstrações financeiras de 2021.	A OPAS usou uma lista de verificação para a divulgação de informações ao preparar as demonstrações financeiras deste ano. Comentamos isso na Seção 1.	Implementada. Encerrada.
Relatório detalhado de 2019 Rec. 7	Estabelecer um roteiro para a elaboração de relatórios de conformidade	O Oficial de Conformidade elaborará um roteiro plurianual para a apresentação de relatórios de conformidade, a ser revisto pelo Comitê Permanente de Gestão de Riscos Institucionais periodicamente, bem como um painel de controle do PMIS para que os gerentes dos centros	Tomamos nota da resposta da OPAS e de que estão sendo tomadas medidas com base nesta	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>priorizados e fornecer aos gerentes as ferramentas para monitorar os controles internos e os processos de negócio sob sua responsabilidade.</p>	<p>de custo possam monitorar o cumprimento dos controles internos e processos de negócio.</p> <p><i>Atualização em março de 2021</i></p> <p>O roteiro para a conformidade será compartilhado e discutido no Comitê Permanente de Gestão de Riscos Institucionais, mas a data foi adiada porque se deu prioridade ao mapa de garantias. O roteiro constará da agenda da reunião do segundo trimestre de 2021.</p> <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>O roteiro para a conformidade administrativa será elaborado, contendo as informações fornecidas pelo PMIS, como um elemento central da estrutura de controle interno — por meio do qual as transações são controladas e registradas. Os processos administrativos fora do PMIS informarão sistematicamente as questões de conformidade aos gerentes dos centros de custo. Para construir o roteiro, é essencial trabalhar com o pessoal responsável pela conformidade das diferentes áreas administrativas e em estreita consulta com os administradores das representações e da sede. O roteiro conterá o processo de garantia com o propósito de integrar as fontes de garantias e identificar melhor os temas emergentes das funções de auditoria e conformidade. O processo de garantia e o roteiro foram discutidos e aprovados pelo Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade em 2021. Até o primeiro trimestre de 2022, o roteiro estará em vigor.</p> <p><i>Atualização em abril de 2022</i></p> <p>Como parte do Plano de Trabalho Bienal 2022-2023, o escritório da Diretora de Administração está examinando a função de conformidade com o objetivo de reavaliar, reestruturar e atualizar essa função. Parte de nosso exame do enfoque da conformidade passa por atribuir mais responsabilidade pelas funções de conformidade aos responsáveis pelas atividades.</p>	<p>recomendação. No relatório deste ano, formulamos mais observações sobre a função de conformidade.</p>	

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
<p>Relatório detalhado de 2019</p> <p>Rec. 8</p>	<p>Formular uma estratégia para os gerentes de centros de custo e gerentes de orçamento monitorar a conformidade com os principais controles internos e processos de negócio e prestar contas a esse respeito à Direção, com o respaldo de um regime de sanções ligado à conformidade para responsabilizar os gerentes.</p>	<p>O Comitê Permanente de Gestão de Riscos Institucionais continuará a examinar a eficácia do sistema de conformidade mensal no PMIS e apresentará um relatório a EXM.</p> <p><i>Atualização em outubro de 2020</i></p> <p>EXM encarregou o Diretor de Administração de elaborar uma proposta de medidas a serem tomadas pela Administração nos casos em que, por meio do programa de conformidade, se constate que os gerentes descumprem sistematicamente os controles internos.</p> <p><i>Atualização em março de 2021</i></p> <p>Continuam as deliberações sobre medidas apropriadas, em paralelo com o desenvolvimento de um painel de controle “integral” para que os gerentes de centros de custo apresentem todas as informações administrativas pertinentes, incluída a situação da conformidade. Assim que o painel de controle estiver pronto, o Diretor de Administração apresentará uma recomendação a EXM sobre as medidas a serem tomadas em casos de persistência da falta de conformidade.</p> <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>A conformidade com os principais controles internos e processos operacionais foi desenvolvida por meio do painel de controle de conformidade. Estão sendo mantidas discussões sobre as medidas de seguimento apropriadas a serem tomadas, passando pela conveniência de instituir sanções.</p> <p><i>Atualização em abril de 2022</i></p> <p>Como mencionado na recomendação 7 do relatório detalhado de 2019, a OPAS está passando por uma reavaliação da função de conformidade, no intuito de seguir as melhores práticas do setor para monitorar e informar a conformidade com os principais controles internos e</p>	<p>Tomamos nota da resposta da OPAS e de que estão sendo tomadas medidas com base nesta recomendação.</p> <p>No relatório deste ano, formulamos mais observações sobre a função de conformidade.</p>	<p>Em andamento.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>processos operacionais. O gabinete da Diretora de Administração está trabalhando por meio do Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade, bem como de um recém-criado grupo de discussão formado por gerentes de centros de custo para levar à frente esse processo de revisão e reestruturação. As sanções e outras medidas desencadeadas pela não conformidade são regidas pelas políticas e procedimentos da OPAS e pelas regras e regulamentos do pessoal, e a Organização conta com processos claros para investigar e tratar casos de descumprimento das regras e regulamentos.</p>		
<p>Relatório detalhado de 2019 Rec. 9</p>	<p>Identificar oportunidades para realinhar ainda mais a força de trabalho como parte de mudanças nos processos de negócio e de um planejamento estratégico mais amplo.</p>	<p>O Plano Estratégico da OPAS 2020-2025 aprovado pelos Órgãos Governantes, o Orçamento por Programas e os planos de trabalho bienais são a base para o planejamento da força de trabalho. Embora os planos de RH para o biênio 2020-2021 incluíssem medidas de realinhamento do pessoal, algumas dessas medidas foram ficaram suspensas devido à crise financeira. Por determinação da Diretora, foi estabelecido o Comitê Diretor Interno em junho de 2020 para examinar as funções institucionais, a estrutura e os orçamentos da OPAS, com o objetivo de ajustá-los ao cenário financeiro “mais pessimista”. Contudo, em vista da melhoria da situação do fluxo de caixa resultante dos pagamentos de contribuições fixas devidas pelos Estados Membros em julho de 2020, o Comitê Diretor Interno, formado pelo Diretor Adjunto (Presidente), Subdiretor, Diretor de Administração; Chefe de CSC; Diretor de HRM; Diretor de PBU, e o Chefe do Orçamento, passou a concentrar-se em questões mais estratégicas, como as deliberações para elaborar uma série de recomendações para preparar a Organização para ingressar no biênio 2022-2023 em bases sólidas dos pontos de vista técnico, administrativo e financeiro. As medidas recomendadas tinham como objetivo assegurar que estrutura de pessoal da OPAS esteja alinhada com as prioridades do Plano Estratégico 2020-2025 e se enquadre no cenário financeiro atual e futuro e nas necessidades de cooperação técnica após a COVID-19. Algumas das Iniciativas de</p>	<p>Tomamos nota das respostas da OPAS. Dada a importância da gestão de recursos humanos e da estratégia de pessoal da OPAS, pretendemos fazer um acompanhamento abrangente das recomendações de RH como parte da auditoria física <i>in situ</i> em 2022 e, portanto, a situação indicada é “implementada parcialmente”.</p>	<p>Implementada parcialmente.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>Desenvolvimento Organizacional (IDO) recomendadas pelo Comitê Diretor Interno foram atribuídas a HRM e abordarão a recomendação 9.</p> <p><i>Medidas previstas:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Fazer uma análise das lacunas em termos de qualificações e competências para o Plano Estratégico 2020-2025, a ser usada para formular um plano de aprendizagem institucional; 2) Fortalecer o processo de cálculo de custo de baixo para cima e o planejamento operacional para o próximo biênio com recomendações específicas para os gerentes dos centros de custo sobre a estrutura de pessoal; 3) Monitorar trimestralmente a implementação do plano de RH por centro de custo para identificar ajustes e/ou medidas corretivas, se necessário, para assegurar o alinhamento com o Plano Estratégico. <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>Medida 1: HRM contratou os serviços de uma firma de consultoria para fazer a análise das lacunas em termos de qualificações e competências para o Plano Estratégico 2020-2025 (Iniciativa de Desenvolvimento Organizacional nº 4). O projeto começou em meados de maio e sua fase 1, concepção e plano do projeto, já foi concluída. Atualmente, a fase 2, coleta de dados em toda a Organização, está em andamento e avançando conforme planejado. A fase 3, a final, abrangerá as discussões finais e a prestação de contas e deve estar concluída no início de dezembro de 2021.</p> <p>Medida 2: o exercício de cálculo de custos de baixo para cima para o próximo biênio (2022-2023) foi concluído pelas entidades em março de 2021 e o exercício de planejamento de recursos humanos para 2022-2023 será concluído no fim de setembro de 2021. O Procedimento Operacional Padronizado publicado para esses exercícios institucionais</p>		

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>continha orientações específicas para os gerentes de centros de custo. Cada gerente dos centros de custo recebeu custos planejados específicos, com uma alocação de recursos financeiros estimada para os recursos humanos e para as atividades. O processo institucional de planejamento de recursos humanos tem como foco alinhar o trabalho da entidade com as prioridades e resultados estabelecidos no Plano Estratégico e no Orçamento por Programas da OPAS e ligar os cargos e o pessoal aos respectivos resultados intermediários e imediatos, conforme estabelecido no Plano Bienal de Trabalho e no Orçamento por Programas 2022-2023. Assim, foi solicitado aos gerentes que planejassem o trabalho dentro das realidades orçamentárias.</p> <p>Medida 3: esta medida foi concluída. HRM projetou e lançou um painel institucional no PMIS: “<i>PAHO HR Plan Implementation PMAs 20-21</i>”. Durante cada exercício formal de monitoramento e avaliação do Desempenho (PMA), realizado a cada seis meses, solicita-se aos gerentes das entidades que avaliem a situação da implementação de seu plano de recursos humanos. Esse painel, disponível aos gerentes e administradores das entidades no PMIS, mostra a estrutura de pessoal da entidade durante cada PMA e o plano de RH aprovado para 2020-2021 para que a entidade avalie o progresso da implementação do plano de RH aprovado. Isso já está embutido no processo institucional de PMA. Há um modelo padrão de relatório da entidade para revisão e avaliação do desempenho e prestação de contas a EXM.</p> <p>Data prevista de implementação pela OPAS: 31/12/2021</p>		
<p>Relatório detalhado de 2019 Rec. 10</p>	<p>Examinar as causas fundamentais dos prazos para contratações por meio da análise de dados do PMIS para embasar a prática de</p>	<p>A OPAS usa a plataforma de contratação da OMS (Stellis) e não o módulo de contratação do Workday.</p> <p>As causas fundamentais dos prazos para contratações são:</p> <p>1) A situação financeira que resulta na moratória dos processos de contratação;</p>	<p>Tomamos nota da resposta da OPAS e da data de implementação pretendida. Na auditoria do próximo</p>	<p>Implementada parcialmente.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>contratações no futuro.</p>	<p>2) O início dos processos de contratação sem a certeza de que os recursos estarão disponíveis em tempo hábil, causando o cancelamento do cargo anunciado ou a suspensão da seleção ou nomeação até que se obtenham os recursos;</p> <p>3) A demora na revisão da lista de pré-selecionados pelo gerente que está contratando.</p> <p><i>Medidas previstas:</i></p> <p>1) Iniciar processos de contratação somente se o financiamento estiver disponível e certificado por PBU;</p> <p>2) Estabelecer um cronograma concreto para cada fase do processo de contratação, com responsabilidades definidas atribuídas a HRM (anúncio do cargo e pré-seleção candidatos), PBU (certificação dos da disponibilidade dos recursos) e gerente que esteja contratando (revisão da lista de pré-selecionados);</p> <p>3) Implementar o Módulo de Contratação do Workday, que facilitará o processo de admissão dos candidatos selecionados.</p> <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>As medidas 1 e 2 estão concluídas.</p> <p>Medida 3: O novo sistema de contratação de trabalhadores contingentes está programado para entrar em funcionamento em janeiro de 2022 e ser usado para a seleção de cargos de duração fixa no segundo semestre de 2022.</p> <p>Data prevista de implementação pela OPAS: 31/07/2022</p>	<p>ano, analisaremos o progresso realizado.</p>	

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
<p>Relatório detalhado de 2019</p> <p>Rec. 12</p>	<p>Ter a certeza de que está investindo no desenvolvimento de todos os recursos humanos em todas as modalidades de pessoal. Essa necessidade deve ser sustentada por uma “análise atualizada das qualificações necessárias” e por um fluxo de financiamento confiável, além de ser monitorada e analisada rotineiramente para avaliar a absorção e o impacto.</p>	<p>O investimento na aprendizagem e desenvolvimento do pessoal da OPAS, incluídos os empregados contingentes, dependerá da disponibilidade de recursos e do orçamento alocado. A Organização tem um plano de aprendizagem institucional bienal elaborado em consulta com EXM e o Conselho de Aprendizagem da OPAS. Os programas de aprendizagem institucionais foram definidos de acordo com as prioridades de aprendizagem da Organização e os recursos financeiros disponíveis.</p> <p><i>Medidas previstas:</i></p> <p>1) Continuar a promover o uso das plataformas de aprendizagem existentes, que estão ao alcance de todo o pessoal e oferecem os cursos obrigatórios e amplo material de aprendizagem sobre liderança, gestão e temas técnicos;</p> <p>2) Fazer uma análise das lacunas em termos de qualificações e competências, uma das Iniciativas de Desenvolvimento Organizacional aprovadas pela Direção Executiva. A fim de assegurar que essa iniciativa cumpra seu objetivo, fizeram-se consultas sobre o alcance da análise com os departamentos do Escritório do Subdiretor e o Conselho de Aprendizagem da OPAS;</p> <p>3) Elaborar um programa de aprendizagem institucional que aborde as lacunas identificadas.</p> <p><i>Atualização em março de 2021</i></p> <p>1) Esta medida foi concluída. Diferentes tipos de aprendizagem virtual foram postos em prática e oferecidos a todo o pessoal num esforço para apoiar a aprendizagem contínua e o uso das plataformas de aprendizagem atuais. HRM continua a promover o uso desses sistemas entre os responsáveis da gestão e o pessoal, a fim de oferecer capacitação, disseminar material e acumular horas de aprendizagem.</p>	<p>Tomamos nota das medidas que a OPAS está tomando e da data prevista de implementação (março de 2022). Examinaremos as medidas com base nesta recomendação durante a auditoria do próximo ano.</p>	<p>Em andamento.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>Medida 2: HRM contratou os serviços de uma firma de consultoria para fazer a análise das lacunas em termos de qualificações e competências para o Plano Estratégico 2020-2025 (IDO 4). O projeto começou em meados de maio com a fase 1, já concluída (concepção e plano do projeto). A fase 2, coleta de dados em toda a Organização, está em andamento. Foi elaborado um relatório sobre as conclusões iniciais, a ser compartilhado com EXM.</p> <p>Medida 3: Isso ocorrerá após a conclusão da medida 2 acima. Será elaborado um programa de aprendizagem institucional após a conclusão da análise das lacunas em termos de qualificações e a aprovação das recomendações por EXM.</p> <p>Data prevista de implementação pela OPAS: 31/12/2021</p>		
<p>Relatório detalhado de 2019 Rec. 13</p>	<p>Zelar para que a oferta e participação nos cursos e eventos de capacitação sejam monitoradas de maneira apropriada e que a capacitação obrigatória seja aplicada e refletida devidamente no sistema de medição do desempenho.</p>	<p>A Organização estabelecerá uma estrutura de prestação de contas para assegurar que todos os gerentes sigam as boas práticas de gestão de recursos humanos e que a capacitação do pessoal seja monitorada devidamente.</p> <p><i>Medidas previstas:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Capacitar os administradores, os pontos focais de recursos humanos, os gerentes e os responsáveis da gestão da aprendizagem na geração dos relatórios disponíveis no PMIS; 2) Melhorar o monitoramento e disseminar relatórios sobre a conclusão da capacitação, de forma regular; 3) Desenvolver e publicar o painel de controle de conformidade do Sistema de Planejamento e Avaliação do Desempenho (PPES), que faz parte do módulo "Talento" do Workday; 	<p>Tomamos nota da resposta atualizada da Secretaria.</p>	<p>Implementada. Encerrada.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>4) Refletir a conclusão da capacitação obrigatória no PPES revisado.</p> <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>Medida 1: esta medida foi concluída. Durante o segundo trimestre de 2021, foi organizada uma sessão de treinamento sobre o PPES para todos os pontos focais de RH nos centros e repartições, que também receberam cursos de atualização.</p> <p>Medida 2: esta medida foi concluída. HRM continua a apoiar e orientar os aprendizes, assim como os pontos focais de RH, nosso principal ponto de contato para dar seguimento após a conclusão do curso. O compartilhamento dos relatórios de aprendizagem com os centros e representações após a conclusão do curso obrigatório é feito de forma <i>ad hoc</i>.</p> <p>Medida 3: esta medida foi concluída. O painel de controle de conformidade do PPES foi atualizado de modo a refletir a conformidade das revisões até 2020, o último ciclo completo de avaliações do desempenho.</p> <p>Em julho de 2021, os gerentes dos centros de custo receberam o relatório da situação de suas respectivas organizações supervisoras. Esses relatórios serão fornecidos aos gerentes dos centros de custo regularmente.</p> <p>Medida 4: Os relatórios sobre a conclusão ou não do curso obrigatório estão disponíveis nas plataformas de aprendizagem e serão entregues aos gerentes dos centros de custo regularmente.</p>		
<p>Relatório detalhado de 2019 Rec. 14</p>	<p>Repetir regularmente as pesquisas de envolvimento do pessoal de modo a refletir elementos-</p>	<p>As pesquisas sobre o compromisso do pessoal estão sob a responsabilidade do assessor encarregado do assunto do Departamento de Comunicações. Caso essa iniciativa seja transferida para HRM, dependendo da aprovação de EXM e da alocação de recursos, essas pesquisas serão feitas a cada dois anos.</p>	<p>Tomamos nota das medidas que a OPAS pretende tomar e do adiamento da data prevista de</p>	<p>Em andamento.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	chave de sua estratégia para as pessoas e proporcionar um foco para tratar de áreas de preocupação do pessoal.	<p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>O Departamento de Comunicação planejou a pesquisa sobre o compromisso para o segundo semestre de 2022. HRM vai colaborar com as entidades organizacionais durante as atividades posteriores à pesquisa sobre o compromisso.</p> <p>Data prevista de implementação pela OPAS: 31/7/2022</p>	implementação de dezembro de 2021 para julho de 2022). Examinaremos as medidas com base nesta recomendação durante a auditoria do próximo ano.	
Relatório detalhado de 2019 Rec. 15	Fortalecer o regime geral de gestão do desempenho do pessoal de maneira a aumentar seu valor para empregados e gerentes, permitir uma diferenciação precisa e justa de desempenho e potencial, e ajudar a lidar com o desempenho insuficiente. A conclusão de um processo de avaliação deve ser obrigatória para os gerentes de linha, a conformidade deve ser monitorada e medidas devem ser	<p>São oferecidos apoio permanente e capacitação ao pessoal e aos gerentes sobre o uso do módulo do Workday para o exame do desempenho. São enviados relatórios periódicos aos gerentes dos centros de custo e diretores da EXM com informações sobre a situação das avaliações de desempenho do pessoal dentro das suas entidades.</p> <p>Medidas previstas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Continuar a monitorar o cumprimento das avaliações de desempenho do pessoal em suas respectivas entidades e a informar a esse respeito aos gerentes dos centros de custo e diretores da EXM; 2) Distinguir entre os níveis de desempenho por meio da avaliação do cumprimento de objetivos, valores, competências básicas e de gestão para embasar os planos de aprendizagem e desenvolvimento do pessoal; 3) Avaliar a viabilidade de incorporar o “<i>feedback</i> a qualquer momento” ao processo de avaliação do desempenho; 4) Vincular o aumento do salário dentro do mesmo nível ao cumprimento do processo de avaliação do desempenho; 5) Promover a participação do pessoal de direção para fazer cumprir as avaliações de desempenho. 	Tomamos nota das respostas da OPAS. Dada a importância da gestão de recursos humanos e da estratégia de pessoal da OPAS, pretendemos fazer um acompanhamento abrangente das recomendações de RH como parte da auditoria física <i>in situ</i> em 2022 e, portanto, a situação indicada é “implementada parcialmente”.	Implementada parcialmente.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>tomadas conforme necessário.</p>	<p>Atualização em março de 2021</p> <p>1) Esta medida foi concluída parcialmente: Em 2020, quatro relatórios de conformidade foram apresentados aos gerentes das entidades na sede e aos pontos focais de recursos humanos nas representações nos países e centros para o respectivo acompanhamento dos PPES pendentes, incluídos os de 2019. Além disso, durante o terceiro trimestre de 2020, HRM incluiu nesses relatórios informações sobre as revisões semestrais de 2020 para conclusão e acompanhamento.</p> <p>O primeiro relatório de conformidade deste ano (2021) será enviado a todos os gerentes das entidades na sede e pontos focais de recursos humanos nas representações nos países e centros no fim de março. Esse relatório conterá informações sobre a finalização do ciclo de avaliação do desempenho do pessoal de cada entidade em 2020 e as medidas pendentes. Algumas representações nos países tiveram mudanças de representantes da OPAS/OMS e, como parte da transferência administrativa, um relatório sobre o cumprimento das avaliações de desempenho do pessoal da entidade está incluído. Além disso, o especialista de recursos humanos faz uma revisão mensal no sistema de finalização da avaliação para agilizar os processos pendentes.</p> <p>2) O cumprimento dos objetivos, valores e competências gerenciais continuam a ser avaliados durante os ciclos do PPES, tanto em 2019 como em 2020. Ainda não foram formulados planos de aprendizagem individuais, pois essa medida depende dos resultados da análise das lacunas.</p> <p>3) A recomendação de acrescentar o “<i>feedback</i> a qualquer momento” como parte do ciclo de desempenho será considerada durante a revisão dos aprimoramentos do módulo “Talento”.</p> <p>4) Ainda não foi concluída.</p>		

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>5) Ainda não foi concluída.</p> <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>As medidas 1 e 5 foram concluídas. Em março e julho de 2021, relatórios de conformidade sobre PPES pendentes foram enviados aos membros de EXM, gerentes de centros de custo, administradores e pontos focais de RH nos centros e representações.</p> <p>Medida 2: A orientação e treinamento sobre a avaliação de desempenho oferecidos aos administradores, pontos focais de RH e gerentes de entidades abordam a avaliação dos objetivos de trabalho, a adequação ao serviço internacional, qualificações técnicas e competências comportamentais.</p> <p>A Direção considera que as medidas tomadas até o momento abordam a recomendação do NAO; portanto, esta recomendação deve ser encerrada.</p>		
<p>Relatório detalhado de 2019</p> <p>Rec. 16</p>	<p>Assegurar que a resposta às questões que abarquem todo o sistema relacionadas ao assédio sexual sejam uma parte clara das sessões obrigatórias de capacitação e conscientização do pessoal e que a Organização zele para que uma cultura de tolerância zero seja comunicada</p>	<p>O Escritório de Ética e o Escritório do Ombudsman já elaboraram um programa de treinamento especializado sobre assédio sexual no local de trabalho. Esse treinamento presencial já foi oferecido a várias entidades na sede, e será obrigatório para todo o pessoal. ETH também trabalhará com a Direção Executiva para assegurar que seja transmitida uma mensagem uniforme em todos os níveis da Organização de que não se tolera o assédio sexual no local de trabalho e para informar o pessoal sobre os recursos disponíveis para auxiliá-los a esse respeito. Teremos uma estratégia apropriada em vigor até o fim do ano.</p> <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>A Política da OPAS sobre a Prevenção da Exploração e Abuso Sexual foi lançada em 14 de abril de 2021. O treinamento sobre exploração e abuso sexual e sobre a prevenção do assédio sexual continua a ser oferecido ao pessoal da OPAS de forma contínua. No fim de 2021 ou</p>	<p>Tomamos nota da resposta atualizada da Secretaria.</p>	<p>Implementada.</p> <p>Encerrada.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	claramente pela Direção.	início de 2022, o Escritório de Ética dará início a uma revisão da Política da OPAS sobre Prevenção e Resolução de Assédio no Local de Trabalho, atualizada pela última vez em julho de 2020.		
Relatório detalhado de 2019 Rec. 17	Formular uma abordagem estruturada, simples e transparente para o planejamento sucessório em toda a organização, reconhecendo o perfil ético atual do pessoal profissional e as necessidades específicas da Organização. Isso é importante e pertinente para todas as diferentes modalidades de pessoal.	<p>Atualmente, o processo de planejamento de recursos humanos oferece a oportunidade de iniciar a contratação com antecedência para permitir o planejamento da sucessão. Para planejar os recursos humanos, é necessário que os gerentes dos centros de custo analisem as próximas aposentadorias, o rodízio programado do pessoal contratado internacionalmente nas representações nos países e a expiração dos contratos de trabalho. As informações fornecidas pelo módulo do Workday para planejar a dotação de pessoal permite às entidades antecipar as ações de contratação ou redesignação para assegurar a continuidade das operações e a transferência de conhecimento.</p> <p><i>Medidas previstas:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Organizar sessões de capacitação para os gerentes dos centros de custo para: <ol style="list-style-type: none"> a) Informá-los sobre os novos relatórios de planejamento de recursos humanos disponíveis; b) Ressaltar a pertinência de um monitoramento sistemático e periódico da implementação dos planos de recursos humanos para assegurar medidas oportunas de pessoal alinhadas com as prioridades programáticas da Organização. 2) Elaborar uma estrutura de desenvolvimento de carreira e requalificação profissional; 3) Usar a análise das lacunas de qualificações e competências para identificar as intervenções necessárias para desenvolver a experiência e qualificações apropriadas que permitam ao pessoal interno assumir funções à medida que se tornem vagas. 	Tomamos nota das respostas da OPAS. Dada a importância da gestão de recursos humanos e da estratégia de pessoal da OPAS, pretendemos fazer um acompanhamento abrangente das recomendações de RH como parte da auditoria física <i>in situ</i> em 2022 e, portanto, a situação indicada é “implementada parcialmente”.	Implementada parcialmente.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p><i>Atualização em março de 2021</i></p> <p>1a) O planejamento institucional de recursos humanos para o biênio 2022-2023 começará em outubro de 2021. Nessa ocasião, HRM incluirá no POP sobre o planejamento institucional orientações aos gerentes sobre o planejamento para postos que ficarão vagos devido a aposentadoria durante o biênio e aconselhará os gerentes a usar essas oportunidades para redefinir e atualizar os perfis necessários para as novas áreas de trabalho em consonância com o Plano Estratégico da Organização.</p> <p>1b) Esta medida foi concluída. O relatório criado por HRM permite aos gerentes monitorar a implementação dos planos de recursos humanos e tomar medidas corretivas para garantir a tomada de medidas oportunas de dotação de pessoal.</p> <p>2) e 3) HRM poderá trabalhar numa estrutura de requalificação, bem como num inventário de habilidades uma vez que a análise das lacunas em matéria de qualificações e competências tenha sido finalizada e que as recomendações tenham sido submetidas à apreciação e aprovação da Diretora da OPAS e de EXM.</p> <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>Medida 1: esta medida foi concluída. Durante cada PMA são oferecidas as diretrizes institucionais, que também abrangem o monitoramento do plano de RH. Da mesma forma, o planejamento operacional de 2022-2023 continha orientações para que os gerentes fizessem seu devido planejamento. Também foram oferecidas sessões informativas e cursos.</p> <p>Medidas 2 e 3: a Organização conseguirá levar à frente esses dois tópicos até que a análise das lacunas em termos de qualificações e competências tenha sido concluída e as recomendações sejam aprovadas por EXM.</p>		

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		Data prevista de implementação pela OPAS: 31/12/2021		
Relatório detalhado de 2019 Rec. 18	Considerar medidas de desempenho mais granulares em seus indicadores de resultados imediatos que forneçam indicadores mais mensuráveis ligados aos principais objetivos da organização e da estratégia para pessoas.	<p>O desempenho das entidades é acompanhado regularmente no monitoramento e avaliação do desempenho a cada seis meses. Isso significa que os indicadores de resultados imediatos (produtos e serviços) estão vinculados a objetivos estratégicos.</p> <p><i>Medidas previstas:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Atualizar a Estratégia para Pessoas em consulta com o Comitê Consultivo para a Implementação da Estratégia para Pessoas (ACIPS, na sigla em inglês) estabelecido pela Diretora em 2019; 2) Elaborar um roteiro de implementação para o período 2021-2023; 3) Preparar um orçamento abrangente para a alocação de recursos para financiar as iniciativas do roteiro; 4) implementar uma pontuação para a prestação de contas dos gerentes no PMIS para medir o desempenho nos níveis gerencial e departamental. <p><i>Atualização em março de 2021</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Esta medida foi concluída parcialmente. HRM discutiu uma nova estratégia com o Comitê Consultivo em agosto de 2020. A Estratégia para Pessoas 2.0 foi refinada com as contribuições do Diretor de Administração e submetida à aprovação da Diretora em março de 2021. 2) Esta medida foi concluída parcialmente. O roteiro foi inicialmente elaborado para o período 2021-2023 e, posteriormente, ampliado para o período 2021-2025 a fim de estar alinhado com o Plano Estratégico a pedido da Diretora. O plano de implementação foi submetido à aprovação da Diretora em março de 2021. 	Tomamos nota das respostas da OPAS. Dada a importância da gestão de recursos humanos e da estratégia de pessoal da OPAS, pretendemos fazer um acompanhamento abrangente das recomendações de RH como parte da auditoria física <i>in situ</i> em 2022 e, portanto, a situação indicada é “implementada parcialmente”.	Implementada parcialmente.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>3) Esta medida foi concluída parcialmente. Um orçamento abrangente associado a cada iniciativa da Estratégia para Pessoas 2.0 foi preparado e submetido à aprovação da Diretora em março de 2021.</p> <p>4) A implementação dos painéis de controle da prestação de contas dos gerentes no PMIS continua pendente.</p> <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>A Organização começou a implementar algumas atividades incluídas no roteiro da Estratégia para Pessoas 2021-2023</p> <p>Medida 4: A implementação de pontuações para os gerentes está em andamento. Os indicadores associados à Estratégia para Pessoas 2.0 foram mapeados. Atualmente, estamos identificando as fontes de dados dentro do PMIS para criar os relatórios personalizados a serem usados para elaborar os painéis de monitoramento.</p> <p>Data prevista de implementação pela OPAS: 31/12/2021</p>		
<p>Relatório detalhado de 2019</p> <p>Rec. 19</p>	<p>Fortalecer a governança em torno dos recursos humanos ao:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar relatórios mais abrangentes e claros para os Estados Membros sobre os recursos humanos e a função do HRM, oferecendo uma gama mais ampla de dados e informações 	<p>As informações sobre a gestão de recursos humanos estão disponíveis atualmente nos painéis de controle e relatórios do PMIS:</p> <p>1) Painel de controle demográfico do pessoal da OPAS:</p> <p>a) pessoal da OPAS por tipo de posto, b) pessoal da OPAS por local, c) pessoal da OPAS por centro de custo e tipo de posto, d) pessoal da OPAS por nacionalidade, e) pessoal da OPAS por faixa etária, f) idade média do pessoal da OPAS.</p> <p>2) Painel de controle com as tendências de HRM no tocante à contratação e seleção:</p> <p>a) postos por categoria, b) postos por nível, c) nacionalidade, d) postos por centro de custo, e) fonte do candidato, f) distribuição por gênero.</p>	<p>Tomamos nota das medidas tomadas em resposta à recomendação. Na nossa opinião, ainda é necessário elaborar uma gama mais ampla de relatórios sobre o desempenho dos recursos humanos, conforme indicado no nosso relatório de 2019.</p>	<p>Implementada.</p> <p>Encerrada.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>financeiras e sobre o desempenho e empregando técnicas de <i>benchmarking</i>; e</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preparar um conjunto sistemático de informações sobre a gestão dos recursos humanos e dados de custos para a apresentação de relatórios a todas as reuniões da Direção Executiva usando a funcionalidade do PMIS. 	<p><i>Medidas previstas:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Propor a alteração do período de apresentação das estatísticas do pessoal a partir de 15 de dezembro de cada ano, de modo a permitir a validação dos dados e uma gama mais ampla de informações; 2) Estabelecer metas para permitir a avaliação comparativa dos dados de recursos humanos de interesse e a comparação com a OMS e outros organismos da ONU; 3) Estabelecer uma parceria com PBU para fornecer análises das tendências dos custos de pessoal. <p><i>Atualização em março de 2021</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Esta medida foi concluída. Foi enviado um memorando de decisão ao Diretor de Administração expondo a justificativa e a recomendação. O pedido de HRM foi aprovado. O relatório anual sobre a gestão de recursos humanos reflete as estatísticas do pessoal em 15 de dezembro. <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>As medidas 2 e 3 foram concluídas: HRM elaborou um conjunto de relatórios abrangentes para respaldar a tomada de decisões pela Direção Executiva. Esses relatórios estão incluídos na seção de RH institucional das sessões do PMA. Em 2021, a OPAS apresentou aos Estados Membros relatórios alinhados com as informações apresentadas pela OMS. Além disso, uma análise sobre custos de pessoal foi apresentada na sessão do Comitê Executivo em junho de 2021.</p>		
<p>Relatório detalhado de 2019 Rec. 20</p>	<p>Considerar se a função de RH está sendo usada da melhor maneira possível para contribuir</p>	<p>HRM contribui para o redesenho institucional ao apoiar a reformulação de perfis e participar ativamente das principais atividades de planejamento institucional, como os planos de trabalho bienais e o planejamento de recursos humanos, o monitoramento e avaliação do desempenho, reuniões estratégicas com EXM sobre recursos humanos e discussões sobre o financiamento. São estabelecidos mecanismos de</p>	<p>Tomamos nota da resposta atualizada da Secretaria.</p>	<p>Implementada. Encerrada.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>sistematicamente para a gestão das mudanças e o redesenho organizacional na OPAS.</p>	<p>consulta sobre recursos humanos para assegurar que as políticas de recursos humanos e as propostas de desenvolvimento institucional estejam alinhadas com a Estratégia para Pessoas da OPAS e com o Regulamento e Estatuto do Pessoal, assim como para promover boas práticas de gestão de recursos humanos.</p> <p><i>Medidas previstas:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Apresentar regularmente a EXM argumentos que sustentem mudanças visando a otimização, a inovação e a agilidade; 2) Oferecer orientação e promover parcerias com gerentes para assegurar que as decisões de redesenho institucional sejam apropriadas e não criem responsabilidades legais para a Organização; 3) Manter a comunicação e a coordenação regulares com a Associação de Pessoal da OPAS/OMS. <p><i>Atualização em março de 2021</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Esta medida foi cumprida e continua a vigorar. HRM apresentou várias modificações de políticas aos comitês consultivos e a EXM em apoio às iniciativas de gestão de mudanças, como melhorias na licença-maternidade, na política de teletrabalho e na revisão do trabalho de estagiários e voluntários. 3) Esta medida foi cumprida e continua a vigorar. HRM consulta regularmente a Associação de Pessoal sobre temas relacionados às condições de serviço, por exemplo, o teletrabalho fora do posto de trabalho, as propostas de modificação do Regulamento do Pessoal e as preocupações com políticas. <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>Medida 2: Esta medida foi concluída. Cada gerente de centro de custo tem um plano de RH aprovado e toma medidas com base nesse plano e</p>		

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>na disponibilidade de financiamento. Os gerentes receberam regularmente do Escritório da Diretora comunicações sobre a situação financeira da Organização, o que abrange orientações gerais para RH. O processo de planejamento de RH para o biênio 2022-2023 acaba de começar e HRM continua a oferecer orientações aos gerentes de centros de custo sobre a formulação de seu respectivo plano de RH, levando em consideração o cenário da cooperação técnica no futuro próximo e a era posterior à pandemia e, ao mesmo tempo, mantendo a prudência fiscal.</p>		
<p>Relatório detalhado de 2019 Rec. 21</p>	<p>Examinar a capacidade em termos de recursos e qualificações do HRM para usar plenamente o PMIS a fim de assegurar um maior foco na conformidade da gestão on-line com as regras de RH e investigar um conjunto de relatórios que possam ser usados para responsabilizar os gerentes por suas atividades de RH. A análise de dados também deve ser usada para identificar as causas fundamentais da falta regular de conformidade a fim</p>	<p>Cumprimento das políticas: o Workday é configurado para refletir o Regulamento do Pessoal e as políticas de recursos humanos, por exemplo, valores atualizados das subvenções, dias acumulados e usados das férias anuais. A verificação anual, um dos processos mais relevantes para assegurar a administração adequada do pacote de remuneração do pessoal, foi aperfeiçoada e agora é cumprida plenamente.</p> <p><i>Medidas previstas:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Implementar pontuações referentes à prestação de contas dos gerentes; 2) Melhorar ainda mais o controle e o monitoramento da duração dos contratos dos trabalhadores contingentes, sua prorrogação e a inscrição no seguro; 3) estabelecer parâmetros de medição dos recursos humanos e um conjunto de relatórios executivos e painéis para permitir a gestão eficaz da estrutura de pessoal das entidades, promover a prestação de contas e a conformidade. <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>Medida 1 e medida 3: HRM está formulando 14 novos relatórios adaptados com o PMIS para o monitoramento de aspectos gerenciais</p>	<p>Tomamos nota das respostas da OPAS. Dada a importância da gestão de recursos humanos e da estratégia de pessoal da OPAS, pretendemos fazer um acompanhamento abrangente das recomendações de RH como parte da auditoria física <i>in situ</i> em 2022 e, portanto, a situação indicada é “implementada parcialmente”.</p>	<p>Implementada parcialmente.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	de informar a política e os controles.	<p>ligados às pontuações da Estratégia para Pessoas 2.0. A previsão é que esses novos relatórios estejam disponíveis até o fim de 2021.</p> <p>Medida 2: a etapa de aprovação da HRM para a prorrogação dos contratos dos trabalhadores contingentes foi solicitada em março de 2021 a ITS e precisa ser configurada no processo operacional.</p> <p>Data prevista de implementação pela OPAS: 31/12/2021</p>		
<p>Relatório detalhado de 2019</p> <p>Rec. 22</p>	<p>Fazer um exame mais amplo do uso de contratos para funcionários “não efetivos” a fim de considerar a possibilidade de rever a relação custo-benefício do mecanismo de contratação e considerar mais cuidadosamente a necessidade de renovação dos contratos de consultoria, considerando o equilíbrio entre a necessidade operacional no longo prazo e as demandas no curto prazo.</p>	<p>Devido à previsão de limitação dos recursos nos próximos anos, será difícil manter ou aumentar o número de postos e, em consequência, é provável que Organização continue a contar com uma combinação de pessoal do quadro efetivo e pessoal “não efetivo”. A fim de formular uma política revisada sobre consultores que atenda às necessidades da Organização, HRM consultou todos os gerentes de centros de custo, o Comitê Consultivo Conjunto e o Comitê Consultivo para a Implementação da Estratégia para as Pessoas. Além disso, foi feita uma análise comparativa com outros organismos da ONU.</p> <p><i>Medidas previstas:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Implementar a política revisada sobre de consultores que regula o uso desse mecanismo contratual. 2) Reavaliar o uso de consultores à luz da implementação programática e da situação financeira da Organização; 3) Examinar as disposições contratuais, incluídas as modalidades de contratação de pessoal com base em projetos. <p><i>Atualização em setembro de 2021</i></p> <p>Medida 1: a política para consultores revisada foi aprovada por EXM em 14 de setembro de 2021 e entrará em vigor a em 1º de março de 2022.</p>	<p>Tomamos nota das respostas da OPAS. Dada a importância da gestão de recursos humanos e da estratégia de pessoal da OPAS, pretendemos fazer um acompanhamento abrangente das recomendações de RH como parte da auditoria física <i>in situ</i> em 2022 e, portanto, a situação indicada é “implementada parcialmente”.</p>	<p>Implementada parcialmente.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>Medida 2: a política para consultores revisada exige o uso de consultores por resultados/produtos.</p> <p>Medida 3: em maio de 2020, HRM apresentou ao Departamento Jurídico o acordo para a contratação de voluntários da ONU, que ainda está sendo examinado. Os Voluntários da ONU vêm sendo contratados apenas em casos de emergência.</p> <p>Data prevista de implementação pela OPAS: 31/12/2021</p>		
<p>Relatório detalhado de 2019 Rec. 23</p>	<p>Estabelecer mecanismos claros para monitorar e rever, de forma centralizada, o uso das disposições para contratação a fim de assegurar a conformidade dos centros de custo com novas políticas que surjam após a revisão pelo IES de abril de 2020. Convém incluir entre esses mecanismos a apresentação à Direção de relatórios mais frequentes sobre os principais parâmetros e os aspectos da conformidade.</p>	<p>HRM continua a adotar medidas preventivas e de validação para facilitar o cumprimento das políticas para a contratação de trabalhadores contingentes. Os procedimentos operacionais padronizados (POP) fornecem instruções aos responsáveis de recursos humanos nas entidades contratantes e ao pessoal em geral. O Anexo B do POP também contém uma lista de todos os documentos que os responsáveis de recursos humanos devem a carregar no Workday. HRM criou um relatório para “verificar se a pessoa que desejo contratar já está no Workday”, para evitar a duplicação de perfis ao contratar. O Anexo A do POP foi atualizado e passou a permitir a inscrição no seguro contra a pandemia para os consultores que trabalham na resposta a uma pandemia declarada pela OMS.</p> <p><i>Medidas previstas:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Revisar o relatório mensal de conformidade apresentado pelos gerentes dos centros de custo para incluir a confirmação do cumprimento de políticas e procedimentos novos relativos aos trabalhadores contingentes; 2) Simplificar o processo de seleção por concurso para a contratação de consultores a fim de garantir que os candidatos considerados cumpram aos requisitos mínimos indicados no anúncio; 	<p>Tomamos nota das respostas da OPAS. Dada a importância da gestão de recursos humanos e da estratégia de pessoal da OPAS, pretendemos fazer um acompanhamento abrangente das recomendações de RH como parte da auditoria física <i>in situ</i> em 2022 e, portanto, a situação indicada é “implementada parcialmente”.</p>	<p>Implementada parcialmente.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>3) Avaliar a possibilidade de criar “regras de condição” no Workday para o processo de contratação (criação de posto) e desligamento de consultores.</p> <p><i>Atualização em março de 2021</i></p> <p>1) O relatório de conformidade mensal será revisado após a publicação de uma política revisada sobre consultores.</p> <p>2) A implementação do módulo de contratação ajudará a simplificar o processo de seleção de consultores. A implementação está prevista para começar em maio de 2021 e durará até o fim de dezembro de 2021.</p> <p>3) Esta medida foi concluída parcialmente. Foram apresentados alguns pedidos de assistência de TI para implementar algumas mudanças no processo de negócio relacionado aos consultores.</p>		
Relatório detalhado de 2020 Rec. 1	Estabelecer e acordar com os Estados Membros uma metodologia para estabelecer um nível meta para os fundos de apoio a programas retidos para financiar as atividades do orçamento por programas do biênio subsequente.	<p>A RSPA não aconselha ter uma metodologia acordada com os Estados Membros para fixar um nível alvo de gastos retidos para apoio a programas.</p> <p>A prática de gestão interna do Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas está sob a total autoridade do Diretor e é compatível com o adotado no sistema da ONU, que também aplica o financiamento acumulado para o biênio subsequente.</p>	Tomamos nota da resposta da Secretaria.	Não implementada, encerrada.
Relatório detalhado de 2020	Estabelecer e acordar com os Estados Membros um processo para transferir os recursos	Consulte a resposta relativa aos gastos de apoio a programas na recomendação 1 (acima).	Tomamos nota da resposta da Secretaria.	Não implementada, encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
Rec. 2	que excederem o nível acordado, para financiar outras necessidades de financiamento prioritárias ou estratégicas, como a capitalização total do Fundo de Capital de Giro ou do Fundo Mestre de Investimentos de Capital (FMIC), ou para reduzir a obrigação dos Estados Membros referente ao Seguro-saúde Pós-serviço.	<p>A RSPA considera que o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras em vigor na Organização (mais especificamente, os Artigos 4.6, 4.7 e 6.2), aprovados pelos Estados Membros, fornecem uma orientação clara sobre o uso de excedentes.</p> <p>A administração dos gastos de apoio a programas compete ao Diretor. A experiência financeira recente mostra que esses recursos têm sido úteis para assegurar a implementação do Orçamento por Programas aprovado quando se enfrentam situações de fluxo de caixa apertado.</p>		
Relatório detalhado de 2020 Rec. 3	Formular uma estratégia de redução de custos clara e com prazo definido que reflita mudanças nas formas de trabalho, uma mudança de cultura e o desenvolvimento e planejamento de pessoal. Deve considerar oportunidades para	<p>A RSPA está empenhada em usar seus recursos com eficiência e eficácia. Estratégias para a redução e contenção de custos estão incluídas em todos os processos e são revistas regularmente. Portanto, não se considera necessária uma estratégia específica de redução de custos com prazo definido.</p> <p>Em linha com seu enfoque de gestão baseada em resultados, a OPAS está sempre atenta à identificação das lições extraídas, à alocação e monitoramento de recursos para obter resultados e à implementação de novas modalidades de trabalho e eficiências administrativas (por exemplo, automação de processos, centro de serviços compartilhados, terceirização das solicitações de reembolso do Seguro-saúde do Pessoal</p>	<p>Fizemos observações sobre o enfoque da OPAS para adotar medidas de contenção de custos no presente relatório.</p> <p>Não consideramos que a resposta atenda à recomendação feita.</p>	Não implementada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>melhorar o uso de serviços compartilhados, aumentar o uso da terceirização e fazer outras mudanças nas modalidades tradicionais de execução.</p>	<p>– SHI e dos testes de novos lançamentos, digitalização, ampliação do uso de consultores de curto prazo em vez de cargos em período integral, reformas visando a eficiência energética do prédio da sede para reduzir os gastos com energia, para mencionar algumas).</p> <p>A elaboração e a implementação do Plano Estratégico de seis anos e do Orçamento por Programas bienal, aprovados pelos Estados Membros, e dos planos operacionais da OPAS (incluídos os planos de RH) abrangem um exame das prioridades e modalidades para implementar a cooperação técnica da OPAS. O financiamento do Orçamento por Programas e a execução financeira da OPAS são monitorados todos os meses com EXM, e a implementação programática e a execução orçamentária são revistas a cada semestre com EXM e as demais entidades. Oportunidades para implementar processos e outras medidas para aumentar nossa eficiência e eficácia estão em estudo.</p>		
<p>Relatório detalhado de 2020 Rec. 4</p>	<p>Consultar regularmente os Estados Membros sobre os riscos e benefícios de continuar a participar do Fundo do Seguro-saúde do Pessoal da OMS, dado o controle limitado dos Estados Membros sobre esse importante passivo.</p>	<p>O Seguro-saúde do Pessoal (SHI) é um plano de seguro autofinanciado pela OMS do qual participam o pessoal da OPAS, aposentados da Organização e seus dependentes que cumpram os requisitos. O SHI é administrado exclusivamente pela OMS por meio do Comitê de Supervisão Global (GOC, na sigla em inglês). O GOC está subordinado ao Diretor-Geral da OMS e lhe faz recomendações sobre o SHI. A OMS é a responsável exclusiva pelos processos do SHI e presta contas regularmente aos Estados Membros da OMS (incluídos os Estados Membros da OPAS) sobre a saúde financeira do SHI e os desafios e benefícios associados ao plano. A OPAS está ativamente envolvida com o GOC e seus subcomitês para tratar de riscos, obrigações e benefícios do pessoal, e presta contas regularmente aos Estados Membros da OPAS por meio do Comitê de Auditoria, do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração (SPBA) e do Comitê Executivo da OPAS.</p>	<p>A resposta apresentada não aborda a recomendação.</p>	<p>Não implementada.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2020 Rec. 5	Fazer melhor uso operacional dos sistemas de gestão de riscos existentes no nível dos centros de custo e continuar a promover o uso das ferramentas de registro de riscos e relatórios como insumo para a tomada de decisões e supervisão no âmbito local.	Workshops específicos estão sendo montados no decorrer de 2021 para gerentes dos centros, representações e centros sub-regionais para envolvê-los no uso da ferramenta de registro de riscos (RR) e para melhorar a capacidade de documentar riscos. Ênfase específica será dada às medidas de mitigação e sua elaboração, monitoramento e prestação de contas. Além disso, o Programa de Gestão de Riscos Institucionais (ERM) usará as informações coletadas com a pesquisa de conformidade para gerentes relacionados ao RR e às atualizações de riscos a fim de continuar a promover a gestão de riscos durante o processo de tomada de decisões.	Tomamos nota da resposta apresentada e, durante nossas futuras auditorias, consideraremos como esses aspectos estão sendo incorporados no nível dos centros de custo.	Em andamento.
Relatório detalhado de 2020 Rec. 6	a) Considerar a inclusão de uma pontuação posterior à mitigação no registro de riscos para proporcionar maior visibilidade da eficácia das medidas de mitigação e b) considerar o encaminhamento aos Estados Membros dos riscos residuais fora da tolerância aceita.	Como parte do uso operacional do RR existente, a seção sobre o plano de mitigação será melhorada para capturar a situação da conformidade com as atividades de mitigação de risco identificadas. Durante os workshops para gerentes de centros, representações e centros sub-regionais, o programa ERM determina a melhor forma de aprimorar a identificação das medidas de mitigação e sua eficácia usando os controles internos atuais ou outros tipos de medidas. Toda proposta dos workshops passa pelo crivo do Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade e da Direção Executiva para ser aprovada e institucionalizada.	Tomamos nota da resposta apresentada e, durante nossas futuras auditorias, consideraremos como esses desdobramentos reforçarão o registro de riscos. Na seção 1, fizemos outras observações acerca da mitigação de riscos.	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2020 Rec. 7	Fazer uma avaliação abrangente e sistemática das lições extraídas da implementação de planos de preparação em resposta à pandemia para embasar a elaboração de procedimentos para a continuidade das operações.	Durante o primeiro trimestre de 2022, será elaborada uma avaliação com a participação dos administradores e da equipe de gestão de crises.	Observamos que isso está sendo considerado para o primeiro trimestre de 2022 e examinaremos a situação na auditoria final.	Em andamento.
Relatório detalhado de 2020 Rec. 8	Esperamos que isso abranja uma clara incorporação das respostas do plano de continuidade dentro da avaliação dos riscos das representações locais e políticas claras, aplicadas a partir do nível central, em todas as operações da OPAS para exigir o trabalho em casa quando necessário; reunir dados cruciais sobre postos-chave e assegurar que haja controle sobre o pessoal que esteja	Essa recomendação será abordada como parte da recomendação anterior.	Observamos que isso está sendo considerado para o primeiro trimestre de 2022 e examinaremos a situação na auditoria final.	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	trabalhando em escritórios da OPAS durante períodos de crise.			
Relatório detalhado de 2020 Rec. 9	Considerar o estabelecimento de um fórum de usuários (Estados Membros) para os Fundos de Compras e realizar pesquisas mais regulares com os usuários para que as necessidades dos Estados Membros estejam refletidas mais claramente no desenvolvimento futuro.	Os Fundos Rotativos estabeleceram estreitas relações de trabalho com os Estados Membros. Cada fundo apoia programas técnicos de trabalho em imunização, doenças transmissíveis e não transmissíveis, de acordo com as necessidades. O trabalho com os Estados Membros é específico para cada programa e constitui inteligência operacional, na forma, por exemplo, de pesquisas com clientes, que são implementadas em coordenação com os programas de acordo com as necessidades. Questões mais gerais e operacionais são orientadas pelos mandatos da OPAS adotados pelos Órgãos Diretores da Organização. Assim, apesar de acolhermos a recomendação, a proposta de estabelecer um fórum não é considerada uma prioridade a esta altura.	Tomamos nota da resposta da Direção à recomendação, de que não consideram prioritário o estabelecimento do referido fórum. Portanto, encerramos esta recomendação como “não implementada”.	Não implementada. Encerrada.
Relatório detalhado de 2020 Rec. 10	Em consulta com os Estados Membros, formular uma estratégia abrangente para os Fundos, a fim de demonstrar seu valor e facilitar o monitoramento sistemático do desempenho.	Cumprir notar que as estratégias para os Fundos Rotativos estão totalmente inseridas nos mandatos de cooperação técnica da Organização adotados pelos Órgãos Diretores nas diversas áreas de doenças e nas políticas do Comitê Executivo. As estratégias para o desenvolvimento dos Fundos são orientadas por esses mandatos, assim como por outros documentos e relatórios de políticas apresentados ao Comitê Executivo. Os relatórios sobre os Fundos são apresentados aos Estados Membros por meio dos relatórios da OPAS aos Órgãos Diretores, com destaque para os relatórios financeiros, o Relatório do Diretor e relatórios técnicos específicos.	Aspectos relacionados a esta recomendação são parcialmente tratados por meio da estratégia da Agenda de Imunização 2030, que abrange o decênio 2021-2030, mas ela não cobre todos os fundos de compras nem facilita o monitoramento sistemático do	Não implementada. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
			desempenho. A OPAS não pretende formular uma estratégia global para os Fundos e, portanto, esta recomendação está sendo encerrada como não implementada.	
Relatório detalhado de 2020 Rec. 11	Fortalecer a governança dos Fundos de Compras, garantindo que o Grupo de Sinergia e Integração se reúna mais regularmente, com uma agenda permanente que aborde, entre outras questões, a estratégia, a evolução, o desempenho financeiro e operacional, a articulação com os usuários e os riscos.	<p>O Grupo de Sinergia e Integração (SIG) é presidido pelo Subdiretor, e a estrutura de governança foi reformulada em grande parte para atender às necessidades da pandemia atual e às necessidades futuras, incluído o desempenho financeiro e operacional. Grupos de trabalho de apoio embasam o trabalho do Grupo, por meio de, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões diárias da Equipe de Apoio à Gestão de Incidentes (IMST); - Reuniões semanais da força-tarefa para vacinas (HSS, PRO, IMST, Fundo Rotativo, FPL, sob a presidência do Subdiretor); - Reuniões interprogramáticas regulares do Fundo Estratégico. 	Examinamos as agendas e atas das reuniões mais recentes do Grupo (setembro de 2020 e junho de 2021) e nosso entendimento é que a próxima reunião será organizada em novembro de 2021. Contudo, também notamos o número de medidas abaixo que se referem ao Grupo e sugerimos vivamente aumentar a frequência das reuniões.	Implementada.
Relatório detalhado de 2020 Rec. 12	Elaborar uma estrutura de desempenho abrangente que permita uma análise e	Os Fundos Rotativos são mecanismos de cooperação técnica que apoiam programas prioritários de saúde nas Américas. Como tal, os relatórios de progresso são incorporados aos relatórios elaborados para os Órgãos Diretores acerca da imunização (por ex., níveis de cobertura de vacinação), controle do HIV, tuberculose e malária (por ex., níveis de	Tomamos nota da resposta da Direção e da futura data de implementação. Examinaremos os KPIs	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>prestação de contas mais sistemáticas do avanço em relação aos objetivos dos Fundos perante os Estados Membros e a Direção Executiva.</p>	<p>cobertura no acesso a medicamentos) e outras doenças prioritárias, etc. Mais informações e atualizações são fornecidas aos Órgãos Diretores sobre a precisão das previsões da demanda nacional por vacinas, as condições dos mercados mundiais, dados sobre o uso e desempenho dos Fundos Rotativos e sobre o uso dos gastos de apoio a compras. O Grupo de Sinergia e Integração (SIG) formalizará KPIs estratégicos e operacionais tanto para o Fundo Rotativo quanto para o Fundo Estratégico a fim de facilitar o monitoramento do desempenho operacional durante o próximo biênio (2022-2023).</p>	<p>estratégicos e operacionais para os fundos de compras uma vez acordados pelo SIG.</p>	
<p>Relatório detalhado de 2020 Rec. 13</p>	<p>Considerar articular-se de maneira mais profunda e sistemática com os Estados Membros na gestão de estoques e capacidade de previsão da demanda, prestando contas do avanço nesses aspectos à Direção Executiva e aos Estados Membros para medir o impacto adicional do trabalho dos Fundos.</p>	<p>O núcleo do trabalho dos Fundos Rotativos da OPAS é a cooperação técnica com os países na gestão de estoques e na previsão da demanda. Os princípios dos Fundos Rotativos exigem a formulação de planos de trabalho com os países para a consolidação da demanda por vacinas, medicamentos e outras tecnologias em saúde baseadas na análise dos estoques disponíveis, com o intuito de apoiar a posterior compra conjunta. O Fundo Rotativo e o Fundo Estratégico trabalham em estreita colaboração com os departamentos técnicos (imunização, HIV, TB, Malária, DNTs, etc.) e com programas nacionais nas mesmas áreas para estabelecer previsões que, posteriormente, estruturam os processos de licitação e compra em nome dos Estados Membros. O Fundo Rotativo faz uma análise anual da demanda com os países com reconfirmação semestral da demanda. O Fundo Estratégico trabalha com programas nacionais de dois em dois anos para determinar as necessidades de produtos básicos para programas prioritários. Esse trabalho é essencial para o sucesso dos Fundos Rotativos e envolve a coordenação entre países, representações da OPAS, Fundo Rotativo e Fundo Estratégico, PRO e LEG. O êxito dos dois fundos se deve em grande parte à capacidade da OPAS de trabalhar com eficácia com os Estados Membros para gerir estoques e prever a demanda. A Direção Executiva é mantida informada por meio de processos de prestação de contas semestrais (PMA) do trabalho nessa área e, em particular, dos resultados. Além disso, os Estados Membros são informados sobre a</p>	<p>Tomamos nota da resposta da Direção e das atividades nela estabelecidas, mas consideramos que isso não aborda totalmente os aspectos da recomendação relacionados à gestão de estoques.</p> <p>Com base no fato de que a OPAS não considera necessária nenhuma outra medida sobre essa questão, encerramos esta recomendação como não implementada.</p>	<p>Não implementada. Encerrada.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
		capacidade responsiva dos fundos rotativos por meio de relatórios dos Órgãos Diretores. A Secretaria considera que não é necessária nenhuma medida nesta área e sugere que esta recomendação seja encerrada.		
Relatório detalhado de 2020 Rec. 14	À luz da crescente complexidade dos modelos de precificação mundiais, analisar sua estratégia e políticas de precificação para os Fundos como um todo para melhor capacitar os Estados Membros a avaliar o poder de compra e a proposta de valor da OPAS.	Embora levando em conta as especificidades de cada mercado de produtos, a abordagem do Fundo Rotativo da OPAS para os mercados se concentra em criar uma dinâmica de mercado saudável para assegurar o acesso ininterrupto a provisões cruciais para os Estados Membros a um preço acessível e justo. Como uma agência regional de saúde pública e como parte das Nações Unidas, todas as estratégias e políticas da OPAS devem estar alinhadas primeiramente com os mandatos da OPAS para com os Estados Membros e com as políticas de preços definidas pelos Órgãos Diretores. Em linha com sua visão e mandatos, os fundos de compras da OPAS trabalham em estreita colaboração com parceiros (GAVI, COVAX, UNICEF, Fundo Global, etc.) alavancando acordos de outras agências para garantir o valor ideal para os Estados Membros da OPAS: A OPAS continuará a alavancar parcerias para otimizar o desempenho e a proposta de valor à medida que os Fundos continuem a se desenvolver. A OPAS também lançou uma plataforma regional para promover a fabricação de vacinas contra a COVID-19 e outras tecnologias em saúde nas Américas, no intuito de aumentar a resiliência da base de fornecimento para a região das Américas. Portanto, a OPAS considera que esta recomendação é abordada dentro dos processos e sistemas atuais.	Tomamos nota da resposta da Direção e das atividades nela estabelecidas, mas consideramos que isso não aborda totalmente a recomendação.	Não implementada.
Relatório detalhado de 2020 Rec. 15	Analisar e avaliar as lições extraídas do uso dos Fundos durante a pandemia para: a) explorar o potencial de obter mais economia ou aprimorar a cadeia de	Nos últimos meses, a OPAS tem se envolvido ativamente com os governos dos países desenvolvidos na defesa e coordenação de doações para nossa Região, bem como no apoio à preparação dos países. Em reuniões ministeriais mensais de alto nível e durante as reuniões dos Órgãos Diretores, a OPAS tem apresentado atualizações sobre a situação da COVID-19 (incluindo informações atualizadas sobre a dinâmica dos mercados/da demanda) no que diz respeito ao acesso a vacinas, EPIs, diagnósticos e equipamentos médicos. Uma análise inicial	Tomamos nota do progresso da Direção para implementar esta recomendação.	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>suprimento por meio de uma cooperação mais ampla com parceiros e b) fundamentar discussões sobre como a OPAS pode responder a futuras emergências de saúde. A OPAS também deveria comunicar suas conclusões aos Estados Membros para fundamentar a tomada de decisões no futuro.</p>	<p>das lições extraídas e do contexto regional está sendo apresentada aos Órgãos Diretores da OPAS no documento CD59/8, que embasará estratégias para os Fundos Rotativos, e orientações em matéria de políticas para os países a fim de aumentar a capacidade de fabricação. Além disso, uma análise dos avanços para o Fundo Estratégico foi apresentada ao 159º Comitê Executivo. À medida que a pandemia perca força, uma revisão mais ampla do desempenho será incentivada.</p>		
<p>Relatório detalhado de 2020 Rec. 16</p>	<p>a) Considerar os benefícios e riscos associados ao uso das contas de capital para oferecer aos Estados Membros opções de crédito de curto prazo e de investimento a mais longo prazo; b) submeter à aprovação dos Estados Membros as mudanças propostas.</p>	<p>Devido à pandemia de COVID-19, houve um maior uso das linhas de crédito da conta de capital. O uso das contas de capital é norteado por procedimentos claros. A Organização prevê um aumento ainda maior do uso da conta de capital nos próximos meses à medida que os Estados Membros busquem mais acesso a vacinas seguras contra a COVID-19, além de outras vacinas de rotina e outros medicamentos e produtos estratégicos de saúde pública. A modificação do uso do crédito para apoiar investimentos constituiria uma mudança substantiva no propósito do uso da conta de capital e geraria confusão com os Estados Membros que já pagam taxas de serviço sobre as compras para fazer face aos custos operacionais. A otimização do uso da conta de capital é monitorada com relatórios regulares apresentados aos Órgãos Diretores. A Secretaria não concorda com o uso da conta de capital para investimentos de capital.</p>	<p>Tomamos nota da resposta da Direção e de sua intenção de manter o <i>status quo</i> da conta de capital e não fazer a análise recomendada.</p>	<p>Não implementada. Encerrada.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2020 Rec. 17	Analisar as políticas em vigor para a concessão de acesso a crédito e os recursos disponíveis para garantir o pagamento em dia e lidar com as dívidas vencidas.	O Departamento de Gestão de Recursos Financeiros (FRM), o Fundo Rotativo e o Fundo Estratégico, juntamente com as representações, monitoram regularmente a linha de crédito quanto a seu uso, saldo e envelhecimento das faturas para assegurar que as próximas necessidades de crédito dos países possam ser supridas. Tanto o Fundo Rotativo como o Fundo Estratégico avaliam o risco de atraso nos pagamentos dos países usando as informações disponíveis no sistema ERP (Workday) e em coordenação com FRM, examinando, entre outras coisas, o envelhecimento das faturas, os volumes de compras, etc. Foram estabelecidos procedimentos claros para autorizar a emissão de crédito, o acompanhamento e a recuperação. Durante a revisão financeira mensal com EXM, FRM apresenta a situação das contas a receber dos Estados Membros para EXM tomar as decisões cabíveis.	Tomamos nota da resposta da administração à recomendação e a consideramos encerrada.	Implementada.
Relatório detalhado de 2020 Rec. 18	Assegurar que o modelo de recuperação de custos de seus fundos seja revisto regularmente para que recuperem apenas os custos diretamente atribuíveis e que não se acumulem saldos de apoio a programas.	A OPAS apresenta relatórios periódicos aos Estados Membros sobre os custos diretamente atribuíveis em resposta aos mandatos estabelecidos, comparando-os com a receita. Os relatórios são apresentados aos Órgãos Diretores para examinar o nível de gastos de apoio aos programas que garantirá a cobertura dos custos diretamente atribuíveis. Para melhorar esse processo de prestação de contas, o Grupo de Sinergia e Integração (SIG), presidido pelo Subdiretor, após deliberação, emitiu princípios orientadores sobre que custos de mão de obra e de material, atividades e/ou programas serão apoiados pelos Fundos no âmbito do Programa de Trabalho Bienal 2022-2023. A Direção determinou que uma rede de proteção do financiamento significativa se faz necessária para garantir a sustentabilidade das medidas tomadas em relação ao Fundo e para mitigar um cenário significativo e/ou o pior cenário possível em termos de envolvimento futuro dos Estados Membros com os Fundos Rotativos.	Tomamos nota das respostas da Direção juntamente com a recomendação 19 e observamos as medidas em andamento com uma data futura de implementação.	Em andamento.
Relatório detalhado de 2020	Considerar como poderia usar os sistemas existentes	O Grupo de Sinergia e Integração (SIG), presidido pelo Subdiretor, após deliberação, emitiu princípios orientadores sobre que custos de mão de obra e de material, atividades e/ou programas serão apoiados pelos	Tomamos nota das respostas da Direção juntamente com a	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
Rec. 19	para melhorar as suas informações sobre o custo do uso de recursos de pessoal e entender melhor o custo total dos programas e processos.	Fundos no âmbito do Programa de Trabalho Bienal 2022-2023. O Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação (PBE) coordenará com o SIG uma análise de custos, aproveitando as ferramentas existentes para descrever de forma mais detalhada os fatores de custo e fazer recomendações visando a sustentabilidade a longo prazo. A análise será concluída durante o próximo biênio e estará sujeita à situação da pandemia.	recomendação 18 e observamos as medidas em andamento com uma data futura de implementação.	
Relatório detalhado de 2020 Rec. 20	a) Assegurar que todas as futuras decisões de investimento em sistemas digitais sejam sustentadas por um <i>business case</i> sólido e documentado que exponha argumentos estratégicos, econômicos, financeiros, comerciais e gerenciais em favor da mudança; b) submeter todos esses <i>business cases</i> a um devido processo de exame e aprovação; c) implementar um plano abrangente de realização de	<p>As iniciativas atuais de transformação digital derivam principalmente do documento “<i>Future State Blueprint</i>” fornecido pela Ernst and Young em 2018. Todos os projetos pertinentes atuais e futuros são discutidos e aprovados conforme apropriado pelo SIG, pelo Comitê Consultivo do PMIS e pelo Conselho de Governança de TI da OPAS, que examinam as justificativas estratégicas, econômicas, financeiras, comerciais e gerenciais para mudanças. No ano passado, o roteiro passou por várias mudanças para responder às necessidades comerciais urgentes resultantes da pandemia de COVID-19, em especial para apoiar a função da OPAS no apoio ao mecanismo COVAX e na compra e distribuição de vacinas contra a COVID-19, EPIs, diagnósticos, dispositivos biomédicos e terapêuticas para os países membros.</p> <p>Em vista do volume dos investimentos necessários, diferentes estratégias de aprovação serão implementadas, mas a priorização dessas iniciativas será administrada pelo SIG.</p> <p>Serão feitos um exame e uma avaliação após a implementação de cada uma das grandes iniciativas a fim de assegurar que os objetivos e benefícios declarados no plano operacional sejam atingidos e as lições extraídas sejam aplicadas em iniciativas futuras.</p> <p>Os usuários finais serão envolvidos para validar as iniciativas e confirmar a adoção pelos usuários e obter seu <i>feedback</i> para medir o impacto e os benefícios do ponto de vista dos usuários.</p>	Tomamos nota do progresso da Direção para implementar esta recomendação.	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: outubro de 2021	Opinião do Auditor Externo	Situação
	benefícios para seu programa digital atual para os Fundos de Compras e d) obter <i>feedback</i> dos usuários sobre o valor de um portal do cliente por meio de uma análise após a implementação.			
Relatório detalhado de 2020 Rec. 21	Assegurar que a implementação do portal esteja alinhada com objetivos estratégicos claros, entre eles, os delineados na estratégia de sistemas de informação da OPAS.	ITS propõe uma posição de Arquiteto Empresarial em seu plano de RH para o Biênio 2022-2023 a fim de assegurar que o Portal dos Estados Membros e outros projetos digitais dos Fundos de Compras da OPAS estejam alinhados com as capacidades operacionais, informações, produtos de TI e plataformas tecnológicas de toda a Organização. Além disso, a OPAS está buscando assessoria externa para validar o roteiro e a implementação das iniciativas dos Fundos de Compras e para assegurar que busquemos uma carteira de tecnologias emergentes moderna que alavanque novas tecnologias inovadoras sempre que possível (por exemplo, inteligência artificial, big data, blockchain).	Tomamos nota das medidas da Direção para abordar esta recomendação e sua futura data de implementação. Contudo, destacamos que, em vista da situação da implementação do novo portal e de outros projetos digitais em andamento, esperávamos que essa implementação ocorresse mais cedo.	Em andamento.



www.paho.org